



Editoração Casa Civil

CEARÁ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 30 de abril de 2015

SÉRIE 3 ANO VII N°077

Caderno 3/4

Preço: R\$ 7,00

SECRETARIADASAÚDE (Continuação)

EXTRATO DE CONTRATO N° DO DOCUMENTO 0352/2015

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: EMPRESA **DIAGLAB COMÉRCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA.** OBJETO: **AQUISIÇÃO DE 7.000 (SETE MIL) TESTES DE VELOCIDADE DE HEMOSSIDIMENTAÇÃO VHS, COM INSTALAÇÃO EM REGIME DE COMODATO DE 01 (UM) ANALISADOR PARA DETERMINAÇÃO DE HEMOSSIDIMENTAÇÃO, 01 (UMA) IMPRESSORA DE CÓDIGO DE BARRAS PARA EMISSÃO DE ETIQUETAS E 01 (UMA) IMPRESSORA MATRICIAL/LASER DE MÉDIO PORTE PARA IMPRESSÃO DE LAUDOS, PARA O PERÍODO DE 01 (UM) ANO, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA. A CONTRATADA fornecerá O LOTE 01, descrito no contrato, conforme o disposto pelo referido edital. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº20140855, e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº8.666/1993, com suas alterações, e Decreto Estadual nº30.601 de 15.07.2011, publicado no DOE de 20.07.2011, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$91.070,00 (NOVENTA E UM MIL, E SETENTA REAIS) pagos em parcelas mensais DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 6082.24200194.10.302.037.28722.010000.33903000.91.1.30.6079.24200194.10.302.037.28722.010000.33903000.01.1.30. DATA DA ASSINATURA: 16/04/2015 SIGNATÁRIOS: Antonio Eliezer Arrais Mota Filho e Fabiola Miranda Lima.**

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

EXTRATO DE CONTRATO N° DO DOCUMENTO 356/2015

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: **QUALYMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA.** OBJETO: **Aquisição de material médico hospitalar (curativos)**, para o Hospital de Messejana - dr. Carlos Alberto Studart Gomes, por parte da contratante à contratada, conforme as especificações constantes do edital de pregão eletrônico nº55/2013, ata de registro de preços nº114/2014, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO - A contratada fornecerá o item 10, conforme descrição e quantitativos do contrato. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico PE nº55/2013, Ata de Registro de Preços nº114/2014, e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº8.666/93, com suas alterações e Decreto Estadual nº30.601/11, publicado no D.O.E. de 20.07.2011, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura. VALOR GLOBAL: R\$62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais) pagos em parcelas mensais DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 6174.24200214.10.302.037.28722.01.33903000.01.0.30/6178.24200214.10.302.037.28722.01.33903000.91.1.00. DATA DA ASSINATURA: 14.04.2015 SIGNATÁRIOS: Marcos Antônio Gadelha Maia e Viviane de Oliveira Figueira.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

EXTRATO DE CONTRATO N° DO DOCUMENTO 362/2015

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: **ECO + SERVIÇOS AMBIENTAIS E IMOBILIÁRIA LTDA.** OBJETO: **Serviços de descontaminação/descharacterização, coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos tipo lâmpadas fluorescentes** do Hospital de Messejana Dr. Carlos Alberto Studart Gomes, quantidade de 6.000 lâmpadas no período de 12 (doze) meses por demanda, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no anexo I - termo de referência do edital e na proposta da contratada. PARÁGRAFO ÚNICO - A contratada fornecerá o lote 01, conforme descrição e quantitativos do contrato. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico PE nº620/2014, e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº8.666/93, com suas alterações e Decreto Estadual nº30.601/11, publicado no D.O.E. de 20.07.2011, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de

seu objeto FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura. VALOR GLOBAL: R\$18.000,00 (dezoito mil reais) pagos em parcelas mensais DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 6187.24200214.10.302.037.28722.01.33903900.01.7.30. DATA DA ASSINATURA: 16.04.2015 SIGNATÁRIOS: Marcos Antônio Gadelha Maia e João Arruda Ribeiro Junior.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

EXTRATO DE CONTRATO N° DO DOCUMENTO 369/2015

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: **PETISCO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELLI.** OBJETO: **Aquisição de gêneros alimentícios (carnes em geral, frango e peixe)**, para o Hospital de Messejana - Dr. Carlos Alberto Studart Gomes, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no anexo I - termo de referência do edital e na proposta da contratada. PARÁGRAFO ÚNICO - A contratada fornecerá os lotes 03 e 04, conforme descrição e quantitativos do contrato. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº827/2014, e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº8.666/93, com suas alterações e Decreto Estadual nº30.601/11, publicado no D.O.E. de 20.07.2011, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura. VALOR GLOBAL: R\$1.338.600,00 (hum milhão, trezentos e trinta e oito mil e seiscentos reais) pagos em parcelas mensais DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 6174.24200214.10.302.037.28722.01.33903000.01.0.30/6178.24200214.10.302.037.28722.01.33903000.91.1.00. DATA DA ASSINATURA: 16.04.2015 SIGNATÁRIOS: Marcos Antônio Gadelha Maia e Cláudio Holanda de Monteiro Pepino.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

EXTRATO DE CONTRATO N° DO DOCUMENTO 380/2015

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: **BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA.** OBJETO: **Aquisição de material médico hospitalar**, para o Hospital de Messejana Dr. Carlos Alberto Studart Gomes HM/SESA, por parte da contratante à contratada, com as especificações constantes na Ata de Registro de Preços nº120/2014, resultante do Pregão Eletrônico nº31/2013, vigente para EBSERH - HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO - A contratada fornecerá os itens 05, 07, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 195, 196, 197, 251, 252, 254, 340, 342 e 343, da ata supracitada, parte integrante deste instrumento, conforme descrição e quantitativos do contrato. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº8.666/93, na Lei Federal nº10.520/02, e no Decreto nº28.087/06 e Decreto Federal nº3.931/01, Decreto Estadual nº30.601/11, publicado no D.O.E. de 20 de julho de 2011 e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura. VALOR GLOBAL: R\$975.950,00 (novecentos e setenta e cinco mil, novecentos e cinquenta reais) pagos em parcelas mensais DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 6174.24200214.10.302.037.28722.01.33903000.01.0.30/6178.24200214.10.302.037.28722.01.33903000.91.1.00. DATA DA ASSINATURA: 17.04.2015 SIGNATÁRIOS: Marcos Antônio Gadelha Maia e Potyra Navarro Petilo Carneiro Matos.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

EXTRATO DE CONTRATO N° DO DOCUMENTO 0400/2015

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: EMPRESA **NEKTAR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.** OBJETO: **Aquisição de Material Médico Hospitalar**, para Hospital São José/SESA, por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA, com as especificações constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº0050/2013 da Ata de Registro de Preços nº131/2014-SESA - SESA, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO

– A CONTRATADA fornecerá Os itens 03,04 e 05 conforme descrição e quantitativo contido no contrato. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº0050/2013 da Ata de Registro de Preços nº131/2014-SESA, e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº8.666/1993, com suas alterações, e Decreto Estadual nº30.601 de 15 de Julho de 2011, publicado no DOE de 20 de Julho de 2011, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, contado a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$13.720,00 (Treze mil, setecentos e vinte reais) pagos em parcelas mensais DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24200224.10.302.037.28722. 01.339030.01.0. DATA DA ASSINATURA: 24/04/2015 SIGNATÁRIOS: Roberto da Justa Pires Neto e Maria Enidete Almeida.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 0424/2015**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: EMPRESA **J.F MONTEIRO GRAFICA E EDITORA-ME**. OBJETO: **Serviços gráficos editoriais** para o Hospital São José - SESA, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no anexo I - Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA. PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA fornecerá O LOTE 01, conforme descrição e quantitativo contido no contrato. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº0930/2014/HSJ/SESA e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº8.666/1993, com suas alterações, e, ainda o Decreto 30.601 de 15/07/2011 (DOE 20/07/2011), além das demais disposições legais aplicáveis necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$35.963,00 (TRINTA E CINCO MIL, NOVECIENTOS E SESENTA E TRÊS REAIS) pagos em parcelas mensais DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 6244.24200224.10.302.037.28722.01.339039.01.0 - 60. DATA DA ASSINATURA: 24/04/2015 SIGNATÁRIOS: Roberto da Justa Pires Neto e Jussilên Fonteles Monteiro.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 0425/2015**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: EMPRESA **LABORATÓRIO DE PATOLOGIA COSTA NOGUEIRA & TAVORA S/S**. OBJETO: **Serviços de laboratório** para realização de exames histopatológicos, para o Hospital São José/SESA, por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA, com as especificações constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº0020/2014-SESA, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA fornecerá os Itens: 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09 e 10, conforme descrição e quantitativo contido no contrato. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº10.520, de 17/07/2002, Decreto Estadual nº28.089, de 10/01/2006, e subsidiariamente pela Lei Federal nº8.666, de 21/06/1993, e Decreto Federal nº5.450, de 31/05/2005; Decreto Estadual nº27.922, de 20/09/2005 (CENFOP), além das demais disposições legais aplicáveis à espécie FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$95.761,23 (Noventa e cinco mil, setecentos e sessenta e um reais e vinte e três centavos) pagos em parcelas mensais DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24200.224.10.302.037.28722.01.339039.00.01.0. DATA DA ASSINATURA: 24/04/2015 SIGNATÁRIOS: Roberto da Justa Pires Neto e Cleto Dantas Nogueira.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 481/2015**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: EMPRESA **BECTON DICKINSON INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA**. OBJETO: **Aquisição de material médico hospitalar**, para o Hospital Infantil Dr. Albert Sabin - HIAS/SESA, na condição de carona na Ata de Registro de Preços, resultante do Pregão Eletrônico nº031/2013, vigente para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH-HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS - Ministérios da Educação, parte

integrante deste instrumento independentemente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO - A contratada fornecerá os ITENS: 05, 197 e 251, da ata supracitada, parte integrante deste instrumento, conforme descrição e quantitativo ao contrato. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº10.520, de 17 de julho de 2002, e no Decreto nº28.087, de 10 de Janeiro de 2006 e Decreto nº3.931 de 19 de Setembro de 2001 e demais legislação pertinente a espécie FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (Doze) meses, contados a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$18.300,00 (Dezoito Mil e Trezentos Reais) pagos em Parcelas Mensais DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 6123.24200204.10.302.037.28722.01.33903000.01.0.30. DATA DA ASSINATURA: 24/04/2015 SIGNATÁRIOS: Marfisa de Melo Portela e Potyra Navarro Petilo Carneiro Matos.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 486/2015**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: EMPRESA **BECTON DICKINSON INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA**. OBJETO: **Aquisição de material médico hospitalar**, para o Hospital Infantil Dr. Albert Sabin - HIAS/SESA, na condição de carona na Ata de Registro de Preços, resultante do Pregão Eletrônico nº027/2014, vigente para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN/EBSEH - Ministérios da Educação, parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO - A contratada fornecerá os ITENS: 30, 230, 231, 232 e 233, da ata supracitada, parte integrante deste instrumento, conforme descrição e quantitativo ao contrato. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº10.520, de 17 de julho de 2002, e no Decreto nº28.087, de 10 de Janeiro de 2006 e Decreto nº3.931 de 19 de Setembro de 2001 e demais legislação pertinente a espécie FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, contados a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$103.800,00 (Cento e Três Mil e Oitocentos Reais) pagos em Parcelas Mensais DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 6123.24200204.10.302.037.28722.01.33903000.01.0.30. DATA DA ASSINATURA: 27/04/2015 SIGNATÁRIOS: Marfisa de Melo Portela e Potyra Navarro Petilo Carneiro Matos.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº01/2015
CEO/R.ACARAÚ**

CONTRATANTE: Município de Bela Cruz; CONTRATADO: **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA**; OBJETO: **A definição das regras e critérios de participação** do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO, nos repasses de obrigações financeiras rateadas, assegurando concorrer com as despesas de todas as atividades a serem desenvolvidas pela entidade de acordo com o definido no Contrato de Programa, inclusive a transferência do Contratante ao Contratado da gestão do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO/Regional - Dr. Nestor de Paula Ribeiro Pessoa, localizado no município de Acaraú, Unidade integrante da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, bem como a manutenção das demais atividades de funcionamento da Entidade, nos termos do Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.8º da Lei Federal nº11.107/05, de 6 de abril de 2005, e art.13 e ss. do Decreto Federal nº6.017/07, de 17 de janeiro de 2007; na Lei Municipal nº681/2009, no Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA, bem como nos demais normativos pertinentes à matéria; FORO: BELA CRUZ/CE; VIGÊNCIA: Inicia na data de sua assinatura, com término em 31 de dezembro de 2015; VALOR GLOBAL: R\$138.003,81 (cento e trinta e oito mil e três reais e oitenta e um centavos), obrigando-se a repassar em 12 (doze) parcelas mensais e iguais de R\$11.500,32 (onze mil e quinhentos reais e trinta e dois centavos); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2015; SIGNATÁRIOS: Carlos Antônio Vasconcelos Carvalho e Alexandre Ferreira G. Da Silveira.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº01/2015
CEO/R. QUIXERAMOBIM**

CONTRATANTE: Município de Quixeramobim-CE; CONTRATADO: **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE QUIXADÁ - CPSMQ**; OBJETO: **a definição das regras e critérios de participação** do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO, nos repasses de obrigações financeiras rateadas, assegurando concorrer com

as despesas de todas as atividades a serem desenvolvidas pela entidade de acordo com o definido no Contrato de Programa, inclusive a transferência do Contratante ao Contratado da gestão do Centro de Especialidades Odontológica de Quixeramobim, Unidade integrante da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, bem como a manutenção das demais atividades de funcionamento da Entidade, nos termos do Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE QUIXADÁ - CPSMQ; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art.8º da Lei Federal nº11.107/05, de 6 de abril de 2005, e art.13 e ss. do Decreto Federal nº6.017/07, de 17 de janeiro de 2007; na Lei Municipal Nº2334, de 17/12/2009; no Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE QUIXADÁ - CPSMQ, bem como nos demais normativos pertinentes à matéria; FORO: QUIXERAMOBIM/CE; VIGÊNCIA: inicia a partir da assinatura, com término em 31 de dezembro de 2015; VALOR GLOBAL: o CONTRATANTE fica comprometido perante o CONTRATADO com sua Cota-Parte Anual de 2015 no valor total de R\$243.769,08 (duzentos e quarenta e três mil, setecentos e sessenta e nove reais e oito centavos), obrigando-se repassar em 12 (doze) parcelas mensais iguais de R\$20.314,09 (vinte mil, trezentos e quatorze reais e nove centavos); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2015; SIGNATÁRIOS: CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº01/2015 POLI/R. QUIXADÁ

CONTRATANTE: Município de Quixeramobim-CE; CONTRATADO: CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE QUIXADÁ - CPSMQ; OBJETO: a **definição das regras e critérios de participação** do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO, nos repasses de obrigações financeiras rateadas, assegurando concorrer com as despesas de todas as atividades a serem desenvolvidas pela entidade de acordo com o definido no Contrato de Programa, inclusive a transferência do Contratante ao Contratado da gestão da Policlínica Regional de Quixadá, Unidade integrante da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, bem como a manutenção das demais atividades de funcionamento da Entidade, nos termos do Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE QUIXADÁ - CPSMQ; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art.8º da Lei Federal nº11.107/05, de 6 de abril de 2005, e art.13 e ss. do Decreto Federal nº6.017/07, de 17 de janeiro de 2007; na Lei Municipal Nº2334, de 17/12/2009; no Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE QUIXADÁ - CPSMQ, bem como nos demais normativos pertinentes à matéria; FORO: QUIXERAMOBIM/CE; VIGÊNCIA: Inicia a partir da assinatura, com término em 31 de dezembro de 2015; VALOR GLOBAL: o CONTRATANTE fica comprometido perante o CONTRATADO com sua Cota-Parte Anual de 2015 no valor total de R\$677.835,24 (seiscentos e setenta e sete mil, oitocentos e trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos), obrigando-se repassar em 12 (doze) parcelas mensais iguais de R\$56.486,27 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e vinte e sete centavos); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2015; SIGNATÁRIOS: CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº001/2015 POLI/R. TAUÁ

CONTRATANTE: Município de Tauá; CONTRATADO: CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE TAUÁ - CPSMT; OBJETO: Constitui-se como objeto do presente CONTRATO DE RATEIO, a **definição das regras e critérios de participação** do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO, nos repasses de obrigações financeiras rateadas, assegurando ocorrer com as despesas de todas as atividades a serem desenvolvidas pelo Consórcio de acordo com o definido no Contrato de Programa, pela transferência do CONTRATANTE ao CONTRATADO da gestão da POLICLÍNICA DR. FRUTUOSO GOMES DE FREITAS/TAUÁ, Unidade integrante da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, para o desenvolvimento das ações e serviços de saúde no fortalecimento do Programa de Expansão e Melhoria da Atenção Especializada, na Microrregião de Saúde de Tauá, e, na manutenção das demais atividades de funcionamento do Consórcio Público, nos termos do Protocolo de Intenções ratificado pela Lei Municipal nº1717/10, de 09.02.2010 do contratante e respectivo Estatuto do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Tauá – CPSMT; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente CONTRATO DE RATEIO, se rege pelo disposto no art.8º da Lei Federal nº11.107/05, de

06 de abril de 2005, e art.13 e ss. do Decreto Federal nº6.017/07, de 17 de janeiro de 2007, bem como nos demais normativos pertinentes à matéria; FORO: TAUÁ/CE; VIGÊNCIA: Inicia na data de sua assinatura com término em 31 de dezembro de 2015; VALOR GLOBAL: R\$503.511,56 (quinhentos e três mil, quinhentos e onze reais e cinquenta e seis centavos), obrigando-se repassar em 12 (doze) parcelas mensais iguais de R\$41.959,30 (quarenta e um mil, novecentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2015; SIGNATÁRIOS: Patrícia Pequeno Costa Gomes de Aguiar e José Ariston Alves de Lima.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº02/2015 CEO/R.ACARAÚ

CONTRATANTE: Município de Acaraú; CONTRATADO: CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA; OBJETO: A **definição das regras e critérios de participação** do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO, nos repasses de obrigações financeiras rateadas, assegurando concorrer com as despesas de todas as atividades a serem desenvolvidas pela entidade de acordo com o definido no Contrato de Programa, inclusive a transferência do Contratante ao Contratado da gestão do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO/Regional Dr. Nestor de Paula Ribeiro Pessoa, localizado no município de Acaraú, Unidade integrante da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, bem como a manutenção das demais atividades de funcionamento da Entidade, nos termos do Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.8º da Lei Federal nº11.107/05, de 6 de abril de 2005, e art.13 e ss. do Decreto Federal nº6.017/07, de 17 de janeiro de 2007; na Lei Municipal Nº1.316/2009; no Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA, bem como nos demais normativos pertinentes à matéria; FORO: ACARAÚ/CE; VIGÊNCIA: Inicia na data de sua assinatura, com término em 31 de dezembro de 2015; VALOR GLOBAL: R\$262.067,31 (duzentos e sessenta e dois mil e sessenta e sete reais e trinta e um centavos), obrigando-se repassar em 12 (doze) parcelas mensais e iguais de R\$21.838,94 (Vinte e um mil, oitocentos e trinta e oito reais e noventa e quatro centavos); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2015; SIGNATÁRIOS: Alexandre Ferreira G. Da Silveira e Alexandre Ferreira G. Da Silveira.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº03/2015 CEO/R.ACARAÚ

CONTRATANTE: Município de Cruz; CONTRATADO: CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA; OBJETO: A **definição das regras e critérios de participação** do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO, nos repasses de obrigações financeiras rateadas, assegurando concorrer com as despesas de todas as atividades a serem desenvolvidas pela entidade de acordo com o definido no Contrato de Programa, inclusive a transferência do Contratante ao Contratado da gestão do Centro de Especialidades Odontológicas CEO/Regional Dr. Nestor de Paula Ribeiro Pessoa, localizado no município de Acaraú, Unidade integrante da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, bem como a manutenção das demais atividades de funcionamento da Entidade, nos termos do Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.8º da Lei Federal nº11.107/05, de 6 de abril de 2005, e art.13 e ss. do Decreto Federal nº6.017/07, de 17 de janeiro de 2007; na Lei Municipal Nº364/2009; no Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA, bem como nos demais normativos pertinentes à matéria; FORO: CRUZ/CE; VIGÊNCIA: Inicia na data de sua assinatura, com término em 31 de dezembro de 2015; VALOR GLOBAL: R\$101.546,55 (Cento e um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), obrigando-se repassar em 12 (doze) parcelas mensais e iguais de R\$8.462,21 (oito mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e um centavos); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2015; SIGNATÁRIOS: Odair José Mendes de Vasconcelos e Alexandre Ferreira G. Da Silveira.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº004/2015
CEO/R. TAUÁ**

CONTRATANTE: Município de Tauá; CONTRATADO: **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE TAUÁ - CPSMT**; OBJETO: Constitui-se como Objeto do presente CONTRATO DE RATEIO, a **definição das regras e critérios de participação** do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO, nos repasses de obrigações financeiras rateadas, assegurando ocorrer com as despesas de todas as atividades a serem desenvolvidas pelo Consórcio de acordo com o definido no Contrato de Programa, pela transferência do Contratante ao Contratado da gestão do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO-R/Tauá, Unidade integrante da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, para o desenvolvimento das ações e serviços de saúde no fortalecimento do Programa de Expansão e Melhoria da Atenção Especializada, na Microrregião de Saúde de Tauá, e, na manutenção das demais atividades de funcionamento do Consórcio Público, nos termos do Protocolo de Intenções ratificado pela Lei Municipal nº1717/10, de 09.02.2010 do CONTRATANTE e respectivo Estatuto do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Tauá – CPSMT; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente CONTRATO DE RATEIO, se regerá pelo disposto no art.8º da Lei Federal nº11.107/05, de 6 de abril de 2005, e art.13 e ss. do Decreto Federal nº6.017/07, de 17 de janeiro de 2007, bem como nos demais normativos pertinentes à matéria; FORO: TAUÁ/CE; VIGÊNCIA: Inicia na data de sua assinatura com término em 31 de dezembro de 2015; VALOR GLOBAL: R\$377.633,67 (trezentos e setenta e sete mil, seiscentos e trinta e três reais e sessenta e sete centavos), obrigando-se repassar em 12 (doze) parcelas mensais iguais de R\$31.469,47 (trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e quarenta e sete centavos); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2015; SIGNATÁRIOS: Patrícia Pequeno Costa Gomes de Aguiar e José Ariston Alves de Lima.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº05/2015
CEO/R.ACARAÚ**

CONTRATANTE: Município de Jijoca de Jericoacoara; CONTRATADO: **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA**; OBJETO: A **definição das regras e critérios de participação** do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO, nos repasses de obrigações financeiras rateadas, assegurando concorrer com as despesas de todas as atividades a serem desenvolvidas pela entidade de acordo com o definido no Contrato de Programa, inclusive a transferência do Contratante ao Contratado da gestão do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO/Regional Dr. Nestor de Paula Ribeiro Pessoa, localizado no município de Acaraú, Unidade integrante da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, bem como a manutenção das demais atividades de funcionamento da Entidade, nos termos do Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.8º da Lei Federal nº11.107/05, de 6 de abril de 2005, e art.13 e ss. do Decreto Federal nº6.017/07, de 17 de janeiro de 2007; na Lei Municipal Nº258/2009; no Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA, bem como nos demais normativos pertinentes à matéria; FORO: JIJOCA DE JERICOACOARA/CE; VIGÊNCIA: Inicia na data de sua assinatura, com término em 31 de dezembro de 2015; VALOR GLOBAL: R\$80.394,26 (Oitenta mil, trezentos e noventa e quatro reais e vinte seis centavos), obrigando-se repassar em 12 (doze) parcelas mensais e iguais de R\$6.699,52 (seis mil, seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2015; SIGNATÁRIOS: Francisco Lindomar Filomeno Oliveira e Alexandre Ferreira G. Da Silveira.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº07/2015
CEO/R.ACARAÚ**

CONTRATANTE: Município de Morrinhos; CONTRATADO: **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA**; OBJETO: A **definição das regras e critérios de participação** do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO, nos repasses de obrigações financeiras rateadas, assegurando concorrer com as despesas de todas as atividades a serem desenvolvidas pela entidade de acordo com o definido no Contrato de Programa, inclusive a transferência do Contratante ao Contratado da gestão do Centro de Especialidades

Odontológicas - CEO/Regional Dr. Nestor de Paula Ribeiro Pessoa, localizado no município de Acaraú, Unidade integrante da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, bem como a manutenção das demais atividades de funcionamento da Entidade, nos termos do Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.8º da Lei Federal nº11.107/05, de 6 de abril de 2005, e art.13 e ss. do Decreto Federal nº6.017/07, de 17 de janeiro de 2007; na Lei Municipal nº338/2009, no Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA, bem como nos demais normativos pertinentes à matéria; FORO: MORRINHOS/CE; VIGÊNCIA: Inicia na data de sua assinatura, com término em 31 de dezembro de 2015; VALOR GLOBAL: R\$93.872,47 (Noventa e três mil, oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos), obrigando-se repassar em 12 (doze) parcelas mensais e iguais de R\$7.822,71 (sete mil, oitocentos e vinte e dois reais e setenta e um centavos); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2015; SIGNATÁRIOS: Jerônimo Neto Brandão e Alexandre Ferreira G. Da Silveira.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº08/2015
POLI/R.ACARAÚ**

CONTRATANTE: Município de Acaraú; CONTRATADO: **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA**; OBJETO: A **definição das regras e critérios de participação** do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO, nos repasses de obrigações financeiras rateadas, assegurando concorrer com as despesas de todas as atividades a serem desenvolvidas pela entidade de acordo com o definido no Contrato de Programa, inclusive a transferência do Contratante ao Contratado da gestão da POLICLÍNICA REGIONAL DE ACARAÚ, localizada no município de Acaraú, Unidade integrante da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, bem como a manutenção das demais atividades de funcionamento da Entidade, nos termos do Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.8º da Lei Federal nº11.107/05, de 6 de abril de 2005, e art.13 e ss. do Decreto Federal nº6.017/07, de 17 de janeiro de 2007; na Lei Municipal Nº1.316/2009; no Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA, bem como nos demais normativos pertinentes à matéria; FORO: ACARAÚ/CE; VIGÊNCIA: Inicia na data de sua assinatura, com término em 31 de dezembro de 2015; VALOR GLOBAL: R\$687.088,99 (Seiscentos e oitenta e sete mil, oitenta e oito reais e noventa e nove centavos) obrigando-se repassar em 12 (doze) parcelas mensais e iguais de R\$57.257,42 (Cinquenta e sete mil, duzentos e cinquenta e sete reais e quarenta e dois centavos); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2015; SIGNATÁRIOS: Alexandre Ferreira G. Da Silveira e Alexandre Ferreira G. Da Silveira.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº09/2015
POLI/R.ACARAÚ**

CONTRATANTE: Município de Bela Cruz; CONTRATADO: **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA**; OBJETO: A **definição das regras e critérios de participação** do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO, nos repasses de obrigações financeiras rateadas, assegurando concorrer com as despesas de todas as atividades a serem desenvolvidas pela entidade de acordo com o definido no Contrato de Programa, inclusive a transferência do Contratante ao Contratado da gestão da POLICLÍNICA REGIONAL DE ACARAÚ, localizada no município de Acaraú, Unidade integrante da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, bem como a manutenção das demais atividades de funcionamento da Entidade, nos termos do Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.8º da Lei Federal nº11.107/05, de 6 de abril de 2005, e art.13 e ss. do Decreto Federal nº6.017/07, de 17 de janeiro de 2007; na Lei Municipal nº681/2009, no Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA, bem como nos demais normativos pertinentes à matéria; FORO: BELA CRUZ/CE; VIGÊNCIA: Inicia na data de sua assinatura, com término em 31 de dezembro de 2015; VALOR GLOBAL: R\$280.388,32 (Duzentos e oitenta mil, trezentos e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos), obrigando-se repassar em 12 (doze) parcelas mensais e iguais de R\$23.365,69 (Vinte

e três mil, trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos);
DATA DA ASSINATURA: 02/01/2015; SIGNATÁRIOS: Carlos Antônio Vasconcelos Carvalho e Alexandre Ferreira G. Da Silveira.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº10/2015
POLI/R.ACARAÚ**

CONTRATANTE: Município de Cruz; CONTRATADO: **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA**; OBJETO: A **definição das regras e critérios de participação** do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO, nos repasses de obrigações financeiras rateadas, assegurando concorrer com as despesas de todas as atividades a serem desenvolvidas pela entidade de acordo com o definido no Contrato de Programa, inclusive a transferência do Contratante ao Contratado da gestão da POLICLÍNICA REGIONAL DE ACARAÚ, localizada no município de Acaraú, Unidade integrante da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, bem como a manutenção das demais atividades de funcionamento da Entidade, nos termos do Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.8º da Lei Federal nº11.107/05, de 6 de abril de 2005, e art.13 e ss. do Decreto Federal nº6.017/07, de 17 de janeiro de 2007; na Lei Municipal Nº364/2009; no Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA, bem como nos demais normativos pertinentes à matéria; FORO: CRUZ/CE; VIGÊNCIA: Inicia na data de sua assinatura, com término em 31 de dezembro de 2015; VALOR GLOBAL: R\$352.626,10 (Trezentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e vinte e seis reais e dez centavos), obrigando-se repassar em 12 (doze) parcelas mensais e iguais de R\$29.385,69 (Vinte e nove mil, trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta e nove centavos); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2015; SIGNATÁRIOS: Odair José Mendes de Vasconcelos e Alexandre Ferreira G. Da Silveira.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº11/2015
POLI/R.ACARAÚ**

CONTRATANTE: Município de Jijoca de Jericoacoara; CONTRATADO: **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA**; OBJETO: A **definição das regras e critérios de participação** do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO, nos repasses de obrigações financeiras rateadas, assegurando concorrer com as despesas de todas as atividades a serem desenvolvidas pela entidade de acordo com o definido no Contrato de Programa, inclusive a transferência do Contratante ao Contratado da gestão da POLICLÍNICA REGIONAL DE ACARAÚ, localizada no município de Acaraú, Unidade integrante da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, bem como a manutenção das demais atividades de funcionamento da Entidade, nos termos do Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.8º da Lei Federal nº11.107/05, de 6 de abril de 2005, e art.13 e ss. do Decreto Federal nº6.017/07, de 17 de janeiro de 2007; na Lei Municipal Nº258/2009; no Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA, bem como nos demais normativos pertinentes à matéria; FORO: JIJOCA DE JERICOACOARA/CE; VIGÊNCIA: Inicia na data de sua assinatura, com término em 31 de dezembro de 2015; VALOR GLOBAL: R\$493.519,03 (Quatrocentos e noventa e três mil, quinhentos e dezenove reais e três centavos), obrigando-se repassar em 12 (doze) parcelas mensais e iguais de R\$27.353,46 (vinte e sete mil, trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2015; SIGNATÁRIOS: Francisco Lindomar Filomeno Oliveira e Alexandre Ferreira G. Da Silveira.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº12/2015
POLI/R.ACARAÚ**

CONTRATANTE: Município de Marco; CONTRATADO: **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA**; OBJETO: A **definição das regras e critérios de participação** do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO, nos repasses de obrigações financeiras rateadas, assegurando concorrer com as despesas de todas as atividades a serem desenvolvidas pela entidade de

acordo com o definido no Contrato de Programa, inclusive a transferência do Contratante ao Contratado da gestão da POLICLÍNICA REGIONAL DE ACARAÚ, localizada no município de Acaraú, Unidade integrante da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, bem como a manutenção das demais atividades de funcionamento da Entidade, nos termos do Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.8º da Lei Federal nº11.107/05, de 6 de abril de 2005, e art.13 e ss. do Decreto Federal nº6.017/07, de 17 de janeiro de 2007; na Lei Municipal Nº047/2009; no Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA, bem como nos demais normativos pertinentes à matéria; FORO: MARCO/CE; VIGÊNCIA: Inicia na data de sua assinatura, com término em 31 de dezembro de 2015; VALOR GLOBAL: R\$427.808,97 (quatrocentos e vinte e sete mil, oitocentos e oito reais e noventa e sete centavos) obrigando-se repassar em 12 (doze) parcelas mensais e iguais de R\$35.620,75 (Trinta e cinco mil, seiscentos e vinte reais e setenta e cinco centavos) DATA DA ASSINATURA: 02/01/2015; SIGNATÁRIOS: José Grijalma Rocha Silva e Alexandre Ferreira G. Da Silveira.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº13/2015
POLI/R.ACARAÚ**

CONTRATANTE: Município de Jijoca de Jericoacoara; CONTRATADO: **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA**; OBJETO: A **definição das regras e critérios de participação** do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO, nos repasses de obrigações financeiras rateadas, assegurando concorrer com as despesas de todas as atividades a serem desenvolvidas pela entidade de acordo com o definido no Contrato de Programa, inclusive a transferência do Contratante ao Contratado da gestão da POLICLÍNICA REGIONAL DE ACARAÚ, localizada no município de Acaraú, Unidade integrante da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, bem como a manutenção das demais atividades de funcionamento da Entidade, nos termos do Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.8º da Lei Federal nº11.107/05, de 6 de abril de 2005, e art.13 e ss. do Decreto Federal nº6.017/07, de 17 de janeiro de 2007; na Lei Municipal nº338/2009, no Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ - CPSMA, bem como nos demais normativos pertinentes à matéria; FORO: MORRINHOS/CE; VIGÊNCIA: Inicia na data de sua assinatura, com término em 31 de dezembro de 2015; VALOR GLOBAL: R\$378.881,09 (Trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e oitenta e um reais e nove centavos), obrigando-se repassar em 12 (doze) parcelas mensais e iguais de R\$31.573,42 (Trinta e um mil, quinhentos e setenta e três reais e quarenta e dois centavos); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2015; SIGNATÁRIOS: Jerônimo Neto Brandão e Alexandre Ferreira G. Da Silveira.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº DO DOCUMENTO 006/2015**

PROCESSO Nº0024312/2015/VIPROC/SESA; OBJETO: Aquisição de 04 (quatro) caixas com 05 unidades de SENSOR ENLITE, Cód. MMT 7008A, para o tratamento da paciente AMANDA KATHLEEN MENDONÇA RODRIGUES, em decorrência da determinação judicial, oriunda da Ação Ordinária nº0840566-25.2014.8.06.0001; JUSTIFICATIVA: Em cumprimento a Ação Ordinária nº0840566-25.2014.8.06.0001. Anexa, encontra-se declaração de exclusividade da ABIMED – Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares, na qual está dito que a Empresa MEDTRONIC COMERCIAL LTDA., CNPJ nº01.772.798/0002-33 é a única empresa que comercializa e distribui no Brasil a Bomba de Infusão de Insulina com o Sistema de Monitoramento Contínuo de Glicose denominada Paradigm Real Time, registrada na Anvisa sob o nº1033190306, assim como o Sensor de Glicose para monitorização contínua da glicose, registrado na Anvisa sob o nº10339190157 e todos os insumos para a referida bomba, fabricados pela empresa MEDTRONIC MINIMED dos EUA. VALOR: R\$5.016,00 (CINCO MIL E DEZESSEIS REAIS); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24200014.10.302.037.28939.01.339032.01.0; FUNDAMENTAÇÃO

LEGAL: Inciso I, art.25 da Lei nº8.666/93; CONTRATADA: Empresa MEDTRONIC COMERCIAL LTDA. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: 25/02/2015 - Henrique Jorge Javi de Sousa. RATIFICAÇÃO: 25/02/2015 - Henrique Jorge Javi de Sousa.

ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº010/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I - Doc. Nº010/2015 - Extrato de Termo de Acordo, Celebrado entre a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e o **MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO-CE**; II- OBJETO: O **repasso de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resoluções da CIB/CE nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidades de programação de cada gestor,dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do Município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: Contrapartida Municipal no valor mensal de R\$9.081,40 (NOVE MIL E OITENTA E UM REAIS E QUARENTA CENTAVOS) e a contrapartida Federal no valor mensal de R\$19.297,97 (DEZENOVE MIL, DUZENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS); V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015 VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota e Gadyel Gonçalves Aguiar Paula.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº213/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I - Doc. Nº213/2015 - Extrato de Termo de Acordo, Celebrado entre a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e o **MUNICÍPIO DE VIÇOSA DO CEARÁ-CE**; II- OBJETO: O **repasso de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resoluções da CIB/CE nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidades de programação de cada gestor,dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do Município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: Contrapartida Municipal no valor mensal de R\$11.334,60 (onze mil, trezentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos) e a contrapartida Federal no valor mensal de R\$24.086,03 (vinte e quatro mil, oitenta e seis reais e três centavos); V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 16/04/2015 VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, Divaldo Carneiro Soares e Raquel Brito de Araújo.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº214/2015
COMPRA DESCENTRALIZADA - AFB**

I - Doc. Nº214/2015 - Extrato de Termo de Acordo, Celebrado entre a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e o **MUNICÍPIO DE SOBRAL-CE**; II- OBJETO: A **verificação dos recursos financeiros** dos gestores federal e municipal depositados no Fundo Municipal de Saúde, sendo aplicados pelo município na aquisição dos medicamentos, ficando o Estado responsável pela aplicação dos recursos em medicamentos relativos à sua contrapartida, conforme Resoluções CIB/CE nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidades de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades municipais. III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; V - DATA DE ASSINATURA: 16/04/2015 VI- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, José Clodoveu de Arruda Coelho Neto e Mônica de Sousa Lima.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº237/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I - Doc. Nº237/2015 - Extrato de Termo de Acordo, Celebrado entre a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e o **MUNICÍPIO DE CANINDÉ-CE**; II- OBJETO: O **repasso de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resoluções da CIB/CE nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidades de programação de cada gestor,dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do Município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: Contrapartida Municipal no valor mensal de R\$15.510,60 (quinze mil, quinhentos e dez reais e sessenta centavos) e a contrapartida Federal no valor mensal de R\$15.510,60 (quinze mil, quinhentos e dez reais e sessenta centavos); V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 31/12/2015; VI - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015 VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, Francisco Celso Crisóstomo Secundino e Aline Macedo de Oliveira Grangeiro.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº238/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I - Doc. Nº238/2015 - Extrato de Termo de Acordo, Celebrado entre a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e o **MUNICÍPIO DE CARIDADE-CE**; II- OBJETO: O **repasso de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resoluções da CIB/CE nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidades de programação de cada gestor,dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do Município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: Contrapartida Municipal no valor mensal de R\$4.071,80 (quatro mil, setenta e um reais e oitenta centavos) e a contrapartida Federal no valor mensal de R\$8.652,57 (oito mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e sete centavos); V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015 VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, Maria Simone Fernandes Tavares e Jucianne Maria Malveira Cavalcante Moura.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº239/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I - Doc. Nº239/2015 - Extrato de Termo de Acordo, Celebrado entre a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e o **MUNICÍPIO DE PIRES FERREIRA-CE**; II- OBJETO: O **repasso de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resoluções da CIB/CE nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidades de programação de cada gestor,dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do Município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: Contrapartida Municipal no valor mensal de R\$1.543,80 (um mil, quinhentos e quarenta e três reais e oitenta centavos) e a contrapartida Federal no valor mensal de R\$4.374,10 (quatro mil, trezentos e setenta e quatro reais e dez centavos); V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 07/04/2015 VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, Maria Máfisa Marques Aguiar e José Aguiar Neto.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA DA ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº240/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I - Doc. Nº240/2015 - Extrato de Termo de Acordo, Celebrado entre a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e o **MUNICÍPIO DE RERIUTABA-CE**; II- OBJETO: O **repasso de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resoluções da CIB/CE nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidades de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do Município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: Contrapartida Municipal no valor mensal de R\$3.888,80 (oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos) e a contrapartida Federal no valor mensal de R\$8.263,70 (oito mil, duzentos e sessenta e três reais e setenta centavos); V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015 VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, Galeno Taumaturgo Lopes e Francisco José Cavalcante Lima Melo.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº241/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I - Doc. Nº241/2015 - Extrato de Termo de Acordo, Celebrado entre a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO CARIRI-CE**; II- OBJETO: O **repasso de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resoluções da CIB/CE nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidades de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do Município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: CONTRAPARTIDA MUNICIPAL – R\$5.315,60 (CINCO MIL, TREZENTOS E QUINZE REAIS E SESSENTA CENTAVOS)/MÊS E CONTRAPARTIDA FEDERAL – R\$7.806,82 (SETE MIL, OITOCENTOS E SEIS REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS)/MÊS; V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015 VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, Danieli de Abreu Machado e Solange Cidade Nunes.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº242/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I - Doc. Nº242/2015 - Extrato de Termo de Acordo, Celebrado entre a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e o **MUNICÍPIO DE CAMPOS SALES-CE**; II- OBJETO: O **repasso de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resoluções da CIB/CE nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidades de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do Município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: CONTRAPARTIDA MUNICIPAL – R\$5.315,60 (CINCO MIL, TREZENTOS E QUINZE REAIS E SESSENTA CENTAVOS)/MÊS E CONTRAPARTIDA FEDERAL – R\$11.295,65 (ONZE MIL, DUZENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS)/MÊS; V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 16/04/2015 VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, Moesio Loiola de Melo e Lucicleide Rita de Alencar.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº262/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I - Doc. Nº262/2015 - Extrato de Termo de Acordo, Celebrado entre a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e o **MUNICÍPIO DE MULUNGU-CE**; II- OBJETO: **Repasso de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resolução da CIB/CE nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidade de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; V - VALOR: CONTRAPARTIDA MUNICIPAL – R\$2.382,80 (DOIS MIL, TREZENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS)/MÊS E CONTRAPARTIDA FEDERAL – R\$5.063,45 (CINCO MIL, SESSENTA E TRÊS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS)/MÊS; VI - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VII - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015 VIII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, Francisco Savio Bezerra Uchoa e Vera Lucia Cardozo.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº263/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I - Doc. Nº263/2015 - Extrato de Termo de Acordo, Celebrado entre a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e o **MUNICÍPIO DE PACOTI-CE**; II- OBJETO: O **repasso de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resoluções da CIB/CE nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidades de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do Município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: CONTRAPARTIDA MUNICIPAL – R\$2.329,20 (DOIS MIL, TREZENTOS E VINTE E NOVE REAIS E VINTE CENTAVOS)/MÊS E CONTRAPARTIDA FEDERAL – R\$4.949,55 (QUATRO MIL, NOVECIENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS)/MÊS; V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015 VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, Jose Leandro Sousa de Oliveira e Clara Hermínia Dias Barbosa.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº264/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I - Doc. Nº264/2015 - Extrato de Termo de Acordo, Celebrado entre a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e o **MUNICÍPIO DE CROTÁ-CE**; II- OBJETO: O **repasso de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resoluções da CIB/CE nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidades de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do Município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: CONTRAPARTIDA MUNICIPAL – R\$3.649,20 (TRÊS MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E VINTE CENTAVOS)/MÊS E CONTRAPARTIDA FEDERAL – R\$7.281,52 (SETE MIL, DUZENTOS E OITENTA E UM REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS)/MÊS; V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015 VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, Antônio Felinto Filho e Claudiomiro Oliveira Holanda.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº265/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I - Doc. Nº265/2015 - Extrato de Termo de Acordo, Celebrado entre a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e o **MUNICÍPIO DE CEDRO-CE**; II- OBJETO: O **repasso de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resoluções da CIB/CE nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidades de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do Município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: CONTRAPARTIDA MUNICIPAL – R\$5.093,00 (CINCO MIL E NOVENTA E TRÊS REAIS)/MÊS E CONTRAPARTIDA FEDERAL – R\$10.612,08 (DEZ MIL, SEISCENTOS E DOZE REAIS E OITO CENTAVOS)/MÊS; V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 24/03/2015 VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, Francisco Nilson Alves Diniz e Sayonara Moura de Oliveira Cidade.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº266/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I - Doc. Nº266/2015 - Extrato de Termo de Acordo, Celebrado entre a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e o **MUNICÍPIO DE EUSÉBIO-CE**; II- OBJETO: O **repasso de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resoluções da CIB/CE nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidades de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do Município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: CONTRAPARTIDA MUNICIPAL – R\$9.405,80 (NOVE MIL, QUATROCENTOS E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS)/MÊS E CONTRAPARTIDA FEDERAL – R\$19.987,32 (DEZENOVE MIL, NOVECENTOS E OITENTA E SETE REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS)/MÊS; V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015 VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, José Arimatéa Lima Barros Junior e Mario Lúcio Ramalho Matildes.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº267/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I - Doc. Nº267/2015 - Extrato de Termo de Acordo, Celebrado entre a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e o **MUNICÍPIO DE COREAÚ-CE**; II- OBJETO: O **repasso de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resoluções da CIB/CE nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidades de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do Município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: CONTRAPARTIDA MUNICIPAL – R\$4.443,00 (QUATRO MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS)/MÊS E CONTRAPARTIDA FEDERAL – R\$9.441,33 (NOVE MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS)/MÊS; V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 26/03/2015 VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, Érika Frota Monte Coelho Cristino e Francisco José Leal de Vasconcelos.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº268/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I - Doc. Nº268/2015 - Extrato de Termo de Acordo, Celebrado entre a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e o **MUNICÍPIO DE CHOROZINHO-CE**; II- OBJETO: O **repasso de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resoluções da CIB/CE nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidades de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do Município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: CONTRAPARTIDA MUNICIPAL – R\$3.786,20 (TRÊS MIL, SETECENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E VINTE CENTAVOS)/MÊS E CONTRAPARTIDA FEDERAL – R\$8.045,67 (OITO MIL E QUARENTA E CINCO REAIS E SESENTA E SETE CENTAVOS)/MÊS; V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015 VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, Argentina Sampaio Padilha e Maria Adanizia Castro Gurgel Rodrigues.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº269/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I - Doc. Nº269/2015 - Extrato de Termo de Acordo, Celebrado entre a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e o **MUNICÍPIO DE IRACEMA-CE**; II- OBJETO: O **repasso de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resoluções da CIB/CE nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidades de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do Município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: CONTRAPARTIDA MUNICIPAL – R\$3.022,80 (TRÊS MIL, VINTE E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS)/MÊS E CONTRAPARTIDA FEDERAL – R\$6.423,25 (SEIS MIL E QUATROCENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)/MÊS; V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015 VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, José Juarez Diógenes Tavares e Marcos Antônio Gurgel Lopes.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº270/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I- Doc. nº270/2015 - Extrato de Termo de Acordo, celebrado entre o Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado, e o **MUNICÍPIO DE CATUNDA - CE**; II- OBJETO: **Repasso de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resolução da CIB/CE Nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidade de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: Contrapartida Municipal no valor mensal de R\$2.239,60 (dois mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta centavos) e a contrapartida Federal no valor mensal de R\$4.759,15 (quatro mil, setecentos e cinquenta e nove reais e quinze centavos); V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015; VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, Antonio Pereira Leitão e Francisca Larissa Mesquita Oliveira.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº271/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I- Doc. nº271/2015 - Extrato de Termo de Acordo, celebrado entre o Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado, e o **MUNICÍPIO DE CARNAUBAL - CE**; II- OBJETO: **Repasse de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resolução da CIB/CE Nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidade de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: Contrapartida Municipal no valor mensal de R\$3.372,40 (três mil, trezentos e setenta e dois reais e quarenta centavos) e a contrapartida Federal no valor mensal de R\$9.555,13 (nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e treze centavos); V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015; VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, Raimundo Nonato Chaves de Araujo e Danielly Rodrigues de Almeida.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº272/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I- Doc. nº272/2015 - Extrato de Termo de Acordo, celebrado entre o Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado, e o **MUNICÍPIO DE CARIRIAÇU - CE**; II- OBJETO: **Repasse de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resolução da CIB/CE Nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidade de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: Contrapartida Municipal no valor mensal de R\$5.476,00 (cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais) e a contrapartida Federal no valor mensal de R\$11.636,50 (onze mil, seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos); V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015; VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, João Marcos Pereira e Giancarla de Queiroz Cardoso Laurindo.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº273/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I- Doc. nº273/2015 - Extrato de Termo de Acordo, celebrado entre o Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado, e o **MUNICÍPIO DE BARBALHA - CE**; II- OBJETO: **Repasse de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resolução da CIB/CE Nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidade de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: Contrapartida Municipal no valor mensal de R\$11.191,80 (onze mil, cento e noventa e um reais e oitenta centavos) e a contrapartida Federal no valor mensal de R\$23.782,57 (vinte e três mil, setecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e sete centavos); V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015; VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota e José Leite Gonçalves Cruz.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº274/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I- Doc. nº274/2015 - Extrato de Termo de Acordo, celebrado entre o Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado, e o **MUNICÍPIO DE CRUZ - CE**; II- OBJETO: **Repasse de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resolução da CIB/CE Nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidade de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: Contrapartida Municipal no valor mensal de R\$4.708,00 (quatro mil, setecentos e oito reais) e a contrapartida Federal no valor mensal de R\$10.004,50 (dez mil, quatro reais e cinquenta centavos); V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015; VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota e Odair José Mendes de Vasconcelos.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº275/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I- Doc. nº275/2015 - Extrato de Termo de Acordo, celebrado entre o Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado, e o **MUNICÍPIO DE GUAÍUBA - CE**; II- OBJETO: **Repasse de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resolução da CIB/CE Nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidade de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: Contrapartida Municipal no valor mensal de R\$4.882,80 (quatro mil, oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos) e a contrapartida Federal no valor mensal de R\$10.375,95 (dez mil, trezentos e setenta e cinco reais e noventa e cinco centavos); V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015; VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, Kaio Virginio Gurgel Nogueira e Rogério Teixeira Cunha.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº276/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I- Doc. nº276/2015 - Extrato de Termo de Acordo, celebrado entre o Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado, e o **MUNICÍPIO DE TEJUÇUOCA - CE**; II- OBJETO: **Repasse de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resolução da CIB/CE Nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidade de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: Contrapartida Municipal no valor mensal de R\$3.416,20 (três mil, quatrocentos e dezesseis reais vinte centavos) e a contrapartida Federal no valor mensal de R\$7.259,43 (sete mil, duzentos e cinquenta e nove reais e quarenta e três centavos); V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 27/03/2015; VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota e Francisco Valmar Mota Bernado.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº277/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I- Doc. nº277/2015 - Extrato de Termo de Acordo, celebrado entre o Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado, e o **MUNICÍPIO DE ARNEIROZ - CE**; II- OBJETO: **Repasse de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resolução da CIB/CE Nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidade de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: Contrapartida Municipal no valor mensal de R\$1.531,80 (mil, quinhentos e trinta e um reais e oitenta centavos) e a contrapartida Federal no valor mensal de R\$3.255,07 (três mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e sete centavos); V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015; VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, Antonio Monteiro Pedrosa Filho e Leombergue Araújo Monteiro.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº278/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I- Doc. nº278/2015 - Extrato de Termo de Acordo, celebrado entre o Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado, e o **MUNICÍPIO DE PARAMBU - CE**; II- OBJETO: **Repasse de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resolução da CIB/CE Nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidade de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: Contrapartida Municipal no valor mensal de R\$6.446,20 (seis mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte centavos) e a contrapartida Federal no valor mensal de R\$13.698,17 (treze mil, seiscentos e noventa e oito reais e dezesseis centavos); V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015; VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, Keylly Mateus Noronha e Valdelena Bezerra Mota.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº279/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I- Doc. nº279/2015 - Extrato de Termo de Acordo, celebrado entre o Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado, e o **MUNICÍPIO DE PARAIPABA - CE**; II- OBJETO: **Repasse de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resolução da CIB/CE Nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidade de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: Contrapartida Municipal no valor mensal de R\$6.078,40 (seis mil, setenta e oito reais e quarenta centavos) e a contrapartida Federal no valor mensal de R\$12.916,60 (doze mil, novecentos e dezesseis reais e sessenta centavos); V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015; VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota, Carlos Henrique de Azevedo e Márcia Clébia Araújo de Sousa.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº280/2015
COMPRA CENTRALIZADA - AFB**

I- Doc. nº280/2015 - Extrato de Termo de Acordo, celebrado entre o Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado, e o **MUNICÍPIO DE PENTECOSTE - CE**; II- OBJETO: **Repasse de recursos financeiros**, por parte do Município, para a aquisição centralizada dos medicamentos pelo Estado e correspondente destinação ao Município, conforme Resolução da CIB/CE Nº17/2015, e de acordo com os elencos definidos e responsabilidade de programação de cada gestor, dado em conformidade com a pactuação na Comissão Intergestora Bipartite - CIB, visando a Assistência Farmacêutica Básica do município, cabendo também à instância municipal a complementação dos medicamentos necessários ao pleno atendimento das necessidades dos usuários do SUS no município; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução da CIB/CE nº17/2015 e demais cláusulas do Termo de Acordo; IV - VALOR: Contrapartida Municipal no valor mensal de R\$7.123,00 (sete mil, cento e vinte e três reais) e a contrapartida Federal no valor mensal de R\$15.136,37 (quinze mil, cento e trinta e seis reais e trinta e sete centavos); V - VIGÊNCIA: 21/04/2015 até 20/01/2016; VI - DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015; VII- SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota e Maria Ivoneide Rodrigues de Moura.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO Nº052/2015

CEDEnte: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. CESSIONÁRIO: **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL - CPSMCAS**. OBJETO: **Ceder à CESSONÁRIA, os bens móveis**, em conformidade com os TERMOS DE RESPONSABILIDADE DE BENS PATRIMONIAIS, a seguir descritos, a serem utilizados, exclusivamente, vinculados aos interesses e atribuições da Policlínica de Pacajus Tipo I gerenciado pelo Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Cascavel – CPSMCAS. Nº770/11; Tombamento: 318347; Especificação: 01 (um) Lavadora de roupa industrial elétrica extratora 16 KG; Marca: UNIMAC4; Modelo: UCU16. Nº462/2014; Tombamento: 255087 -255498; Especificação: 02 (dois) Bebedouro elétrico de coluna de cor branco; Marca: ESMALTEC; Modelo: EGC35B; Série: 1001093136888 - 1001093136391. Nº910/2014; Tombamento: 254917; Especificação: 01 (um) Balde a chute c/suporte e rodízios; Tombamento: 254921 - 255284 -254922 -254155 -225931 -255919 -255920 -341470 -341473; Especificação: 09 (nove) Balde cilindro porta detritos 10LTS; Tombamento: 255099 -255103 -255268 -255269 -255158 -255414 -255296 -255301; Especificação: 08 (oito) Banqueta giratória em inox; Tombamento: 255366 -255299 -254926 -254927 -255240; Especificação: 05 (cinco) Carro p/transporte de roupa em aço 1,00X0,60; Tombamento: 255101 -255102 -255164 -319695 -319696 -319697 -319698 -318975 -318976 -318977 -318979; Especificação: 11 (onze) Mesa auxiliar c/rodízios prateleiras 0,40X0,50X0,80; Tombamento: 255291; Especificação: 01 (um) Mesa auxiliar c/rodízios prateleiras 0,45X1,10X0,80; Tombamento: 255287; Especificação: 01 (um) Mesa auxiliar c/rodízios sem prateleiras 0,60X1,20X0,80; Tombamento: 255306; Especificação: 01 (um) Mesa auxiliar tipo MAYO em aço inox; Tombamento: 255295 -255305; Especificação: 02 (dois) Refletor para boliche em triple fundido em coluna em tubo; Tombamento: 255288 -255308 -255321; Especificação: 03 (três) Suporte de HAMPER armação em tubo de aço inox; Tombamento: 255289 -255098 -255302 -255309 -254918 -255273 -255402 -255421 -255468; Especificação: 09 (nove) Suporte de soro base de ferro termoplástico. Nº908/2014; Tombamento: 255012 -255001 -254786 -254782 -254984 -254912 -254660 -254930; Especificação: 08 (oito) Armário alto uso geral; Tombamento: 255924 -255132 -255124 -255013 -244799 -254789 -254982 -254907 -255114 -254084 -255183 -255146 -254932 -255070 -255171 -255254 -255265 -255244 -255153; Especificação: 19 (dezenove) Estação de trabalho MED. 1,40X1,40M com gaveteiro; Acompanhamento: Tombamento: 255183 -254923 -255129 -255097 -255032 -255033 -255021 -255022 -255014 -254788 -254765 -254766 -254767 -254768 -254983 -254913 -255117 -255085 -255182; Especificação: 19 (dezenove) Gaveteiro móvel c/04 gavetas e rodízios; Tombamento: 255148 -254659 -254661 -254041 -254054 -254055 -254761 -254931 -255071 -255170 -255255 -255266 -255248 -255228 -255230 -255159 -255486 -255487 -255488 -255428; Especificação: 20 (vinte) Gaveteiro móvel c/04 gavetas e rodízios; Tombamento: 255080 -255020; Especificação: 02 (dois) Mesa de apoio 700X600X750MM; Tombamento: 255040; Especificação: 01 (um) Mesa de reunião redonda 1100X750MM; Tombamento: 255232; Especificação: 01 (um) Mesa de reunião 1,80M; Tombamento: 255023; Especificação: 01 (um) Mesa reunião 2,00M; Tombamento: 255034 -

254758 -255169 -255397 -255403 -255422 -255446 -255453;
Especificação: 08 (oito) Mesa de trabalho 90X60X75CM; Tombamento: 255358 a 255364; Especificação: 07 (sete) Mesa de refeitório 1200X700X750MM. Nº907/2014; Tombamento: 319701 a 319742; Especificação: 42 (quarenta e dois) Cadeira de auditório com base para fixação no piso; Marca: HASTRUP; Modelo: EGEIDE. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº11.107, de 06 de abril de 2005, Lei nº14.628, de 26 de fevereiro de 2010, Lei nº14.457, Lei nº8.080, de 19 de junho de 1990 e no que couber, a Lei nº8666/93. VIGÊNCIA: 04 (quatro) anos, a contar da data de entrega dos bens ao CESSIONÁRIO com a devida publicação no Diário Oficial do Estado. FORO: Fortaleza/CE. DATA DA ASSINATURA: 27/04/2015. SIGNATÁRIOS: Francisco Rennys Aguiar Frota e Marcos Roberto Brito Paixão.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

TERMO DE REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº0796/2013

O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, estabelecida na Av. Almirante Barroso nº600, Praia de Iracema, em Fortaleza-CE, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.571/0001-04, neste ato representada pelo Secretário Executivo da Saúde, Sr. FRANCISCO RENNYS AGUIAR FROTA, RG nº94002543271 - SSP/CE e CPF nº800.105.633-34, com fulcro no art.49 da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e Decreto nº30.690/2011, resolve **revogar o Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº0796/2013**, cuja finalidade é a aquisição de 15 (quinze) aparelhos de monitores multiparamétricos, por razões de interesse público, em razão da mudança no quantitativo, no descritivo e, propostas vencidas, para o Hospital Infantil Albert Sabin/SESA, tudo em conformidade com os elementos contidos no processo nº2332014/2015. Pelo que firma a presente revogação, devendo ser publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

CORRIGENDA

No Diário Oficial nº234, de 12/12/2014, que publicou o EXTRATO DE INEXIGÊNCIA DE LICITAÇÃO Nº DO DOCUMENTO 196/2014. **Onde se lê:** CNPJ Nº33.009.945/0001-23 **Leia-se:** CNPJ Nº33.009.945/0002-04. Fortaleza - CE, 24 de abril de 2015.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

CORRIGENDA

No Diário Oficial nº068, de 16 de abril de 2015, que publicou o EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº013/2015 COMPRA CENTRALIZADA - AFB. **Onde se lê:** VALOR: Contrapartida Municipal no valor mensal de R\$12.917,26 (doze mil, novecentos e dezessete reais e vinte e seis centavos) e a contrapartida Federal no valor mensal de R\$27.914,42 (vinte e sete mil, novecentos e quatorze reais e quarenta e dois centavos); **Leia-se:** VALOR: Contrapartida Municipal no valor mensal de R\$13.136,20 (treze mil, cento trinta e seis reais e vinte centavos) e a contrapartida Federal no valor mensal de R\$37.219,23 (trinta e sete mil, duzentos e dezenove reais e vinte e três centavos); Fortaleza, 24 de abril de 2015.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
COORDENADORA JURÍDICA DA ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 05/2015

CONTRATANTE: ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ, com sede na Av. Antônio Justa, 3161, Meireles – CEP 60165-090, na cidade de Fortaleza - CE, inscrita no C.N.P.J. sob o nº73.695.868/0001-27 CONTRATADA: EMPRESA JORNALÍSTICA O POVO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº07.222.565/0001-62, estabelecida na Av. Aguanambi, 282 Joaquim Távora- Fortaleza/CE. OBJETO: **Aquisição de 01 (uma) assinatura anual normal** do Jornal O POVO de (segunda a domingo), pelo período de 12 (doze) meses.. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Na

Inexigibilidade de Licitação Nº02/2015 e no Art.25, inciso I, da Lei Federal nº8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores. FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 meses a partir da data da publicação. VALOR GLOBAL: R\$598,80 (quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos) pagos em: O pagamento pela aquisição, objeto do presente Contrato será em parcela única, através da nota de empenho, com efetivação após solicitação formal e apresentação dos documentos fiscais cabíveis e exigíveis, perante a Lei nº8.666/93. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24200814.10.122.500.21561.01.339039.00.0. DATA DA ASSINATURA: 27/04/2015 SIGNATÁRIOS: SALUSTIANO GOMES DE PINHO PESSOA-CONTRATANTE e ANDRÉ AVELINO DE AZEVEDO- CONTRATADA.

Adriano Cândido de Castro
PROCURADOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº DO DOCUMENTO 01/2015

PROCESSO Nº1319570/2015. OBJETO: **Serviços de revisão** de 10.000km ou 01 (um) ano do veículo Toyota/Etios, de placa NºORN 7690, Fab/Mod 2014/2014. JUSTIFICATIVA: Tendo em vista que o produto encontra-se na garantia de fábrica e os serviços de revisão deverão ser realizados na rede autorizada, visto que a negligência no cumprimento do programa de revisão, lubrificação e manutenção, implica na perda da validade para os itens de verificação na respectiva revisão. Considerando que somos responsáveis pelo prolongamento da vida útil do bem, garantindo a redução das despesas adicionais relativas à manutenção corretiva, bem como a necessidade de manter a frota de veículos em condições de funcionamento, de forma segura e disponível para o atendimento aos usuários durante o desenvolvimento das atividades na área urbana e/ou condições de viagens a serviço. VALOR: R\$706,96 (setecentos e seis reais e noventa e seis centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24200814.10.122.500.21561.01.339030.00.0; 24200814.10.122.500.21561.01.339039.00.0. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, inciso I da Lei Nº8.666/93 e posteriores alterações. CONTRATADA: **NEWLAND VEICULOS LTDA**, situada na Av. Washington Soares, 1550 loja 02, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº41.597.303/0006-25. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: De acordo com a justificativa apresentada, e em cumprimento ao que determina o artigo 26 da Lei 8.666/93, autorizo a inexistência de licitação nos termos do que preceitua o artigo 25, inciso I, da citada Lei e posteriores alterações- Chayanne Matos de Souza- Diretora Administrativo-Financeira da Escola de Saúde Pública do Ceará RATIFICAÇÃO: Ratifico a presente Declaração de Inexigibilidade de Licitação - Salustiano Gomes de Pinho Pessoa - Superintendente.

Adriano Cândido de Castro
PROCURADORIA JURÍDICA

*** **

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA Nº98/2015-DIFIN - O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a necessidade de indenizar as despesas referentes à alimentação, hospedagem e locomoção efetuadas por Policiais Cíveis, quando se deslocam da sede para viagens a serviço. Conforme o processo nº2053409/2015, RESOLVE CONCEDER **diárias** aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Divisão Policial do Interior, que viajaram à cidade de Acopiara/CE com o objetivo de representar o Delegado Geral da Polícia Civil em audiência a ser realizada na sede da Promotoria de Justiça da Comarca da localidade, o Delegado Jocel Bezerra Dantas, e o Motorista José Wilton Mota Costa de realizar a condução deste, de acordo com o artigo 3º, alínea "b" do §1º do art.4º, art.5º e seu §1º; art.10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Polícia Civil. POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 09 de abril de 2015.

Raimundo de Sousa Andrade Júnior
DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº98/2015-DIFIN DE 09 DE ABRIL DE 2015

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
					QTD.	VALOR	TOTAL
Jocel Bezerra Dantas	Delegado (representando)	I	08 a 10/04/2015	Fortaleza para Acopiara	2,5	157,72	394,30
José Wilton Mota Costa	Motorista	V	08 a 10/04/2015	Fortaleza para Acopiara	2,5	61,33	153,32
TOTAL	-	-	-	-	-	-	547,62

*** **

PORTARIA Nº99/2015-DIFIN - O DELEGADO GERAL ADJUNTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a necessidade de indenizar as despesas referentes à alimentação, hospedagem e locomoção efetuadas por Policiais Cívicos, quando se deslocam da sede para viagens à serviço. Conforme o processo nº0776306/2015, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **ALAN GUMARÃES CUNHA**, ocupante do cargo de Inspetor de Polícia Civil, lotado na Delegacia de São Benedito/CE, matrícula nº404587-1-9, a **viajar** à cidade de Fortaleza/CE, no dia 26/01/2015, com a finalidade de entregar documentação na Delegacia Geral, PEFOCE e outros órgãos, concedendo-lhe meia diária, no valor unitário de R\$61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), totalizando R\$30,66 (trinta reais e sessenta e seis centavos), de acordo com o artigo 3º, alínea "a" do §1º do art.4º, art.5º e seu §1º; art.10, classe V do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Polícia Civil. POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 09 de abril de 2015.

Marcus Vinícius Sabóia Rattacaso
DELEGADO GERAL ADJUNTO DA POLÍCIA CIVIL

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº100/2015-DIFIN - O DELEGADO GERAL ADJUNTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a necessidade de indenizar as despesas referentes à alimentação, hospedagem e locomoção efetuadas por Policiais Cívicos, quando se deslocam da sede para viagens à serviço. Conforme o processo nº0702973/2015, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **AURICEVÂNIO MOREIRA CAETANO**, ocupante do cargo de Inspetor de Polícia Civil, lotado na Delegacia de Defesa da Mulher de Sobral/CE, matrícula nº106202-1-X, a **viajar** à cidade de Fortaleza/CE, no dia 04/02/2015, com a finalidade de encaminhar uma CPU para reparo no Setor de Informática, bem como entregar documentações na Delegacia Geral e receber material de expediente da Delegacia, concedendo-lhe meia diária, no valor unitário de R\$61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), totalizando R\$30,66 (trinta reais e sessenta e seis centavos), de acordo com o artigo 3º, alínea "a" do §1º do art.4º, art.5º e seu §1º; art.10, classe V do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Polícia Civil. POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 09 de abril de 2015.

Marcus Vinícius Sabóia Rattacaso
DELEGADO GERAL ADJUNTO DA POLÍCIA CIVIL

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº101/2015-DIFIN - O CHEFE DE GABINETE DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a necessidade de indenizar as despesas referentes à alimentação, hospedagem e locomoção efetuadas por Policiais Cívicos, quando se deslocam da sede para viagens à serviço. Conforme o processo nº0578334/2015, RESOLVE CONCEDER **diárias** aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Delegacia de Guaramiranga/CE, que viajaram à cidade de Fortaleza/CE, com o objetivo de entregarem expedientes, de acordo com o artigo 3º, alínea "a" do §1º do art.4º, art.5º e seu §1º; art.10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Polícia Civil. POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 14 de abril de 2015.

Antônio Castelo Barros
CHEFE DE GABINETE DA POLÍCIA CIVIL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº101/2015-DIFIN DE 14 DE ABRIL DE 2015

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
					QTD.	VALOR	TOTAL
Hilário Ferreira dos Santos	Inspetor	V	30/01/2015	Guaramiranga para Fortaleza	0,5	61,33	30,66
Francisco Narcélio Pinheiro do Nascimento	Inspetor	V	30/01/2015	Guaramiranga para Fortaleza	0,5	61,33	30,66
TOTAL	-	-	-	-	-	-	61,32

*** **

PORTARIA Nº102/2015-DIFIN - O CHEFE DE GABINETE DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a necessidade de indenizar as despesas referentes à alimentação, hospedagem e locomoção efetuadas por Policiais Cívicos, quando se deslocam da sede para viagens à serviço. Conforme o processo nº0420994/2015, RESOLVE CONCEDER **diárias** aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Delegacia de Crateús/CE, que viajaram à cidade de Fortaleza/CE, com o objetivo de entregarem expedientes na Delegacia Geral, na Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos e Cargas e na PEFOCE, de acordo com o artigo 3º, alínea "a" do §1º do art.4º, art.5º e seu §1º; art.10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Polícia Civil. POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 14 de abril de 2015.

Antônio Castelo Barros
CHEFE DE GABINETE DA POLÍCIA CIVIL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº102/2015-DIFIN DE 14 DE ABRIL DE 2015

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
					QTD.	VALOR	TOTAL
José Everardo Andrade Rodrigues	Inspetor	V	23/01/2015	Crateús para Fortaleza	0,5	61,33	30,66
Francisco Alexandre Barbosa	Inspetor	V	23/01/2015	Crateús para Fortaleza	0,5	61,33	30,66
TOTAL	-	-	-	-	-	-	61,32

*** **

PORTARIA Nº103/2015-DIFIN - O CHEFE DE GABINETE DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a necessidade de indenizar as despesas referentes à alimentação, hospedagem e locomoção efetuadas por Policiais Civis, quando se deslocam da sede para viagens à serviço. Conforme o processo nº0980744/2015, RESOLVE CONCEDER diárias aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Delegacia de Capturas e Polinter/CE, que viajaram à cidade de Mulungu/CE, com o objetivo de transferirem o preso da DECAP para a Comarca Processante de Mulungu, de acordo com o artigo 3º, alínea "a" do §1º do art.4º, art.5º e seu §1º; art.10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Polícia Civil. POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 14 de abril de 2015.

Antônio Castelo Barros

CHEFE DE GABINETE DA POLÍCIA CIVIL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº103/2015-DIFIN DE 14 DE ABRIL DE 2015

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		TOTAL
					QTD.	VALOR	
Ermilson da Silva Genuíno	Inspetor	V	12/02/2015	Fortaleza para Mulungu	0,5	61,33	30,66
Carlos Alberto Ferreira das Chagas	Inspetor	V	12/02/2015	Fortaleza para Mulungu	0,5	61,33	30,66
TOTAL	-	-	-	-	-	-	61,32

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº021/2008

I - ESPÉCIE: TERMO ADITIVO Nº007/2015 DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº021/2008, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL E FZ IMÓVEIS LTDA; II - CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Superintendência de Polícia Civil, inscrita no CNPJ sob o nº01.869.564/0001-28; III - ENDEREÇO: Rua do Rosário, 199, Centro, Fortaleza-CE; IV - CONTRATADA: **FZ IMÓVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº07.340.995/0001-89; V - ENDEREÇO: Av. Monsenhor Tabosa, nº1255, Praia de Iracema, Fortaleza-CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamentada no art.24 inciso X da Lei Federal nº8.666 de 21/06/93; VII- FORO: Fortaleza-CE; VIII - OBJETO: Constitui-se objeto do Termo Aditivo a **prorrogação do prazo** do Contrato nº021/2008, que tem como objeto a locação de imóvel para o funcionamento da Divisão Antissequestro e reajuste de acordo com o índice do IPC-Fipe (percentual de reajuste de 6,65%); IX - VALOR GLOBAL: O valor global do contrato passará para R\$54.780,00 (cinquenta e quatro mil, setecentos e oitenta reais) e o valor mensal para R\$4.565,00 (quatro mil, quinhentos e sessenta e cinco reais) que será pago até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao vencido depositado em conta corrente em qualquer agência do Bradesco; X - DA VIGÊNCIA: O Termo Aditivo terá duração de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01.04.2015, com seu término em 31.03.2016, podendo ser prorrogado ou rescindido a qualquer momento mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias sem ônus para a administração; XI - DA RATIFICAÇÃO: Ficam inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato nº021/2008. Firmado em 01/04/2008.; XII - DATA: 31 de março de 2015; XIII - SIGNATÁRIOS: Raimundo de Sousa Andrade Júnior - LOCATÁRIO/ DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL e Vera Lucia Sales Valente - P/P:LOCADOR.

José Rodrigues Júnior
ASSESSOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº020/2010

I - ESPÉCIE: TERMO ADITIVO Nº005/2015 DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº020/2010, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL E CAIO MONTGOMERY AUGUSTO DE ALENCAR; II - CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Superintendência de Polícia Civil, inscrita no CNPJ sob o nº01.869.564/0001-28; III - ENDEREÇO: Rua do Rosário, 199 - Centro, Fortaleza-CE; IV - CONTRATADA: **CAIO MONTGOMERY AUGUSTO DE ALENCAR**, inscrito no CPF sob o nº748.601.353-34; V - ENDEREÇO: Rua Leão Treze nº653, bairro Salesiano, Juazeiro do Norte-CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamentada no art.24 inciso X da Lei Federal nº8.666 de 21/06/93; VII- FORO: Fortaleza-Ce; VIII - OBJETO: Constitui-se objeto do Termo Aditivo a **prorrogação do prazo** do Contrato nº020/2010, que tem como objeto a locação de imóvel para o funcionamento do Depósito de apreensão da Polícia Civil da região do Cariri- Crato e Juazeiro do Norte e reajuste de acordo com o índice do IPC-Fipe (reajuste no percentual de 6,65%); IX - VALOR GLOBAL: O valor global passará para R\$39.168,00 (trinta e nove mil, cento e sessenta e oito reais) e o valor mensal para R\$3.264,00 (três mil, duzentos e sessenta e quatro reais) que será pago até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao vencido, depositado em conta corrente em qualquer agência do Bradesco; X - DA VIGÊNCIA: O termo Aditivo terá duração de 12 (doze) meses, iniciando-se em 1º.04.2015, com seu término

em 31.03.2016, podendo ser prorrogado ou rescindido a qualquer momento mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias sem ônus para à administração; XI - DA RATIFICAÇÃO: Ficam inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato nº020/2010. Firmado em 01/04/2010; XII - DATA: 31 de março de 2015; XIII - SIGNATÁRIOS: Raimundo de Sousa Andrade Júnior - LOCATÁRIO/DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL e Caio Montgomery Augusto de Alencar - LOCADOR.

José Rodrigues Júnior
ASSESSOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº039/2010

I - ESPÉCIE: TERMO ADITIVO Nº007/2015 AO CONTRATO Nº039/2010, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL E DA EMPRESA CORPVS SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA; II - CONTRATANTE: O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da Superintendência da Polícia Civil, inscrita no CNPJ sob o nº01.869.564/0001-28; III - ENDEREÇO: Rua do Rosário, nº199, Centro, Fortaleza-CE; IV - CONTRATADA: **CORPVS SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº04.617.596/0001-24; V - ENDEREÇO: Av. Luciano Carneiro, 2655, Aeroporto, Fortaleza-CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O Termo Aditivo tem seu respectivo fundamento legal no Art.65, inciso II, §1º, da Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações posteriores e finalidade na consecução do objeto ora contratado; VII- FORO: Fortaleza-CE; VIII - OBJETO: Constitui-se objeto do Termo Aditivo, a **supressão do valor global do contrato nº039/2010**, a partir de 01/04/2015, o valor atual passará de R\$44.692,54 (quarenta e quatro mil, seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta e quatro centavos) para R\$35.519,41 (trinta e cinco mil, quinhentos e dezenove reais e quarenta e um centavos); IX - VALOR GLOBAL: A supressão contratual, importa na quantia de R\$44.692,52 (quarenta e quatro mil, seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta e quatro centavos); X - DA VIGÊNCIA: A data da vigência permanece inalterada com início em 01 de janeiro de 2015 e término em 31 de julho de 2015, conforme Termo Aditivo nº006/2015, firmado em 30 de setembro de 2014.; XI - DA RATIFICAÇÃO: Ficam inalteradas as demais cláusulas e Condições pactuadas no Contrato nº039/2010, firmado em 01 de Agosto de 2010; XII - DATA: 31 de março de 2015; XIII - SIGNATÁRIOS: Raimundo de Sousa Andrade Júnior - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL e George Luis Albuquerque Câmara - CORPVS SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.

José Rodrigues Júnior
ASSESSOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº040/2011

I - ESPÉCIE: TERMO ADITIVO Nº004/2015 AO CONTRATO Nº040/2011, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL E DA EMPRESA CORPVS SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA; II - CONTRATANTE: O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da Superintendência da Polícia Civil, inscrita no CNPJ sob o nº01.869.564/0001-28; III - ENDEREÇO: Rua do Rosário, nº199, Centro, Fortaleza-CE; IV - CONTRATADA: **CORPVS SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº04.617.596/0001-24; V - ENDEREÇO: Av. Luciano Carneiro, 2655, Aeroporto, Fortaleza-CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O Termo Aditivo tem seu respectivo

fundamento legal no Art.65, inciso II, §1º, da Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações posteriores e finalidade na consecução do objeto ora contratado; VII- FORO: Fortaleza-CE; VIII - OBJETO: Constitui-se objeto do Termo Aditivo, a **supressão do valor global do contrato nº040/2011**, a partir de 01/04/2015, o valor atual passará de R\$62.667,14 (sessenta e dois mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quatorze centavos) para R\$47.000,36 (quarenta e sete mil reais e trinta e seis centavos); IX - VALOR GLOBAL: A supressão contratual, importa na quantia de R\$125.334,24 (cento e vinte e cinco mil, trezentos e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos); X - DA VIGÊNCIA: A data da vigência permanece inalterada com início em 01 de dezembro de 2014 e término em 30 de novembro de 2015, conforme Termo Aditivo nº003/2014, firmado em 27 de novembro de 2014.; XI - DA RATIFICAÇÃO: Ficam inalteradas as demais cláusulas e condições pactuadas no Contrato nº040/2011, firmado em 01 de dezembro de 2014; XII - DATA: 31 de março de 2015; XIII - SIGNATÁRIOS: Raimundo de Sousa Andrade Júnior - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL e George Luis Albuquerque Câmara - CORPVS SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.

José Rodrigues Júnior
ASSESSOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº019/2013

I - ESPÉCIE: TERMO ADITIVO Nº002/2015 DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº019/2013, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL E A EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ - ETICE; II - CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA CIVIL, inscrita no CNPJ sob o nº01.869.564/0001-28; III - ENDEREÇO: Rua do Rosário, nº199 - Centro, Fortaleza-CE; IV - CONTRATADA: **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ - ETICE**, inscrita no CNPJ sob o nº03.773.788/0001-67; V - ENDEREÇO: Av. Pontes Vieira, nº220, Bairro São João do Tauape, Fortaleza-CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se no Art.24, inciso XVI da lei 8.666/93; VII- FORO: Fortaleza-CE; VIII - OBJETO: Constitui-se objeto do Termo Aditivo a **prorrogação do prazo** do Contrato nº019/2013, que tem como objeto a prestação de serviços de informática, incluindo: Acesso às redes de teleinformática de propriedade do Governo do Estado do Ceará; Utilização de sistemas de informação e banco de dados corporativos ou setoriais, cujos dados trafeguem pelas redes de teleinformática de propriedade do Governo do Estado do Ceará; IX - VALOR GLOBAL: O valor anual do termo aditivo é estimado em R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais). A contratante pagará à contratada a importância de R\$7,10 (sete reais e dez centavos), por cada Giga Byte trafegado ou fração, correspondendo a download mais upload medido em cada ponto da entidade conectado às redes do Estado, já incluídos os tributos, os encargos e demais ônus que porventura venham a recair sobre a contratada; X - DA VIGÊNCIA: O Termo Aditivo terá duração de 12 (doze) meses, iniciando-se em 1º.04.2015 com seu término em 31.03.2016, podendo ser prorrogado ou rescindido a qualquer momento mediante aviso prévio de 30 dias sem ônus para à administração; XI - DA RATIFICAÇÃO: Ficam inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato nº019/2013. Firmado em 01/04/2013; XII - DATA: 31 de março de 2015; XIII - SIGNATÁRIOS: Raimundo de Sousa Andrade Júnior - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL e Adalberto Albuquerque de Paula Pessoa - ETICE.

José Rodrigues Júnior
ASSESSOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº028/2014

I - ESPÉCIE: TERMO ADITIVO Nº001/2015 AO CONTRATO Nº028/2014, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, POR MEIO DA POLÍCIA CIVIL E DO OUTRO A EMPRESA CASABLANCA TURISMO E VIAGENS LTDA; II - CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, inscrita no CNPJ sob o nº01.869.564/0001-28; III - ENDEREÇO: Rua do Rosário, nº199, Centro, Fortaleza-CE; IV - CONTRATADA: **CASABLANCA TURISMO E VIAGENS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº11.828.753/0001-06; V - ENDEREÇO: Rua Osvaldo Cruz, 2040, Aldeota, Fortaleza-CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O termo de Aditivo tem seu respectivo fundamento legal no art.57, inciso II, da Lei Federal nº8.666/93, com redação inovada pela lei nº9.648 de 27.05.1998; VII- FORO: Fortaleza-CE; VIII - OBJETO: Constitui-se objeto do Termo Aditivo, a **prorrogação do prazo** do contrato nº028/2014, com início em 01 de abril de 2015 e término em 31 de março de 2016, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei nº8.666/93 e suas alterações ou rescindido

a qualquer momento de acordo com o interesse da administração; IX - VALOR GLOBAL: O valor global do aditivo esta estimado em R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); X - DA VIGÊNCIA: O prazo da vigência com início em 01 de abril de 2015 e término em 31 de março de 2016.; XI - DA RATIFICAÇÃO: Ficam inalteradas as demais Cláusulas e Condições do Contrato nº028/2014, firmado em 31 de março de 2014; XII - DATA: 31 de março de 2015; XIII - SIGNATÁRIOS: Raimundo de Sousa Andrade Júnior - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL e Edgar de Castro Nunes - CASABLANCA TURISMO E VIAGENS LTDA.

José Rodrigues Júnior
ASSESSOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 014/2015

CONTRATANTE: A SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ, inscrita no CNPJ sob o nº01.869.564/0001-28, com sede na Rua do Rosário, 199, Centro, Fortaleza-CE CONTRATADA: **JOSÉ ALEX ARAÚJO FELINTO**, inscrito no CPF sob o nº996.214.523-68, residente e domiciliado no Sítio Baixio do Boi, O, Zona Rural, Brejo Santo-CE. OBJETO: **Locação de imóvel**, sito à Rua Eliseu Gomes de Lucena nº301, Bairro São Francisco, Brejo Santo-CE, para funcionamento da Delegacia Regional de Brejo Santo. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamentada no art.24 inciso X da Lei Federal nº8.666 de 21/06/93 FORO: Fortaleza-CE. VIGÊNCIA: O período de locação é de 12 (doze) meses com início em 01/04/2015 e término em 31/03/2016, podendo ser prorrogado por períodos iguais se houver interesse da Administração ou rescindido a qualquer momento mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, sem ônus para a Administração. VALOR GLOBAL: R\$60.000,00 (sessenta mil reais) e o valor mensal é de R\$5.000,00 (cinco mil reais), pagos em até o dia 10 (dez) de cada mês subseqüente ao vencido, depositado em conta corrente do banco Bradesco. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10100002.06.122.500.28460.22.339039.00.0.20. DATA DA ASSINATURA: 31 de março de 2015 SIGNATÁRIOS: Raimundo de Sousa Andrade Júnior - LOCATÁRIO/DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL e José Alex Araújo Felinto - LOCADOR.

José Rodrigues Júnior
ASSESSOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 019/2015

CONTRATANTE: A SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ - PCCE - inscrita no CNPJ sob o nº01.869.564/0001-28, com sede na Rua do Rosário nº199 - Centro, Fortaleza-CE CONTRATADA: **COLDAR SERVIÇO DE AR CONDICIONADO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº01.869.564/0001-28. OBJETO: Constitui objeto do contrato a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, COM MONTAGEM E INSTALAÇÃO**, PARA ESTRUTURAÇÃO DA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE CANINDÉ de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº20140013 - POLÍCIA CIVIL e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº8.666/1993 FORO: Fortaleza-CE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é até 31/12/2015, contado a partir da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art.61, da Lei Federal nº8.666/1993. O prazo de execução do objeto do contrato é de 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento a ser emitida pelo Gestor do Contrato. VALOR GLOBAL: R\$43.241,08 (quarenta e três mil, duzentos e quarenta e um reais e oito centavos), referente ao LOTE 07 (Central de Ar Condicionado), pagos em até 15 (quinze) dias, contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, preferencialmente no Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO, em até 02 (duas) parcelas. A 1ª Parcela correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor global do Lote, após a entrega dos equipamentos. A 2ª Parcela correspondente a 20% (vinte por cento) do valor global do Lote após a entrega, montagem e instalação dos equipamentos. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1467- 10100002.06.181.015.19500.05.44905200.00.0.40. DATA DA ASSINATURA: 31 de março de 2015 SIGNATÁRIOS: Raimundo Sousa Andrade Júnior - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL e Danielle Silva Peixoto - COLDAR SERVIÇO DE AR CONDICIONADO LTDA.

José Rodrigues Júnior
ASSESSOR JURÍDICO

*** **

PERÍCIA FORENSE DO CEARÁ

PORTARIA Nº142/2015 – GAB. PEFOCE - O PERITO-GERAL DA PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ, ÓRGÃO VINCULADO À SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº14.055, de 07 de janeiro de 2008, e Considerando a publicação da Portaria nº365/2014-GAB. PEFOCE no Diário Oficial de 19 de dezembro de 2014, que instaura sindicância em desfavor da empresa Visual Construções e Empreendimentos Turísticos LTDA, haja vista a inexecução parcial do Contrato Administrativo nº2014 002 2506, cujo objeto é o serviço de fabricação de bate-macacões; Considerando que a empresa supracitada executou o serviço de fabricação dos bate-macacões em março de 2015, conforme consta na declaração expedida pela gestora do contrato, a senhora Ana Alice Ribeiro de Castro, constante em fl. 24 do Vproc nº6127803/2014; e Considerando, ainda, que, conforme ofício emitido pela respectiva empresa, constante em fl. 25 do mesmo expediente, a morosidade para a realização do trabalho contratado foi devido à grande demanda para o setor industrial e ao recesso das indústrias de fornecimento dos materiais necessários à fabricação do objeto contratual, ocorridos durante o período de fim de ano Resolve: **REVOGAR a Portaria nº365/2014 GAB. PEFOCE**, publicada no Diário Oficial de 19 de dezembro de 2014, que instaurou a referida sindicância em desfavor da empresa Visual Construções e Empreendimentos Turísticos LTDA, haja vista a notória perda de objeto acerca do caso. Registre-se, publique-se e cumpra-se. PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 24 de abril de 2015.

Adilina Feitosa e Feitosa
PERITA GERAL

*** **

PORTARIA Nº156/2015 - A PERITA GERAL ADJUNTA, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a necessidade de indenizar as despesas referentes à alimentação e hospedagem efetuadas por servidores da PEFOCE, quando se deslocam da sede para viagens a serviço; CONSIDERANDO a exiguidade de tempo para pagamento antecipado de diárias, nos casos emergenciais de atividades dos servidores da PEFOCE, por conta de situações imprevisíveis; CONSIDERANDO o controle financeiro estabelecido, atualmente, pelo Estado, tendo que dar prioridade às despesas dessa natureza, por serem julgadas indispensáveis; CONSIDERANDO que o processo nº2169300/2015 foi iniciado em 14/04/2015, RESOLVE CONCEDER **meia diária** no valor unitário de R\$64,83 (sessenta e quatro reais e oitenta e três centavos), totalizando R\$32,41 (trinta e dois reais e quarenta e um centavos), ao SERVIDOR **FERNANDO VIANA DA SILVA QUEIROZ**, matrícula nº000.141-1-7 ocupante do cargo de PERITO CRIMINAL, que viajou, em objeto de serviço à cidade de Aracoiaba-CE, no dia 10 de abril de 2015, com a finalidade de realizar exame pericial, de acordo com o artigo 3º; alínea “a” §1º e 3º do artigo 4º; art.5º e seu §1º; arts.6º, 8º e 10º, classe IV do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ. PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 14 de abril de 2015.

Adilina Feitosa e Feitosa
PERITA GERAL ADJUNTA

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº157/2015 - A PERITA GERAL ADJUNTA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o **pagamento de diárias** ao servidor **ENIVALDO DE PAULA SILVA** ocupante do cargo de SGT BM, matrícula nº104.400-1-7, desta PEFOCE, que viaja à cidade de Sobral-CE, no período de 07 a 08 de abril de 2015, a fim de acompanhar vistoria do Ministério Público nos equipamentos de combate a incêndio, concedendo-lhe uma diária e meia no valor unitário de R\$61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), totalizando R\$91,99 (noventa e um reais e noventa e nove centavos), acrescidos de 20%, perfazendo um valor de R\$110,38 (cento e dez reais e trinta e oito centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea “b”, §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe

V do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ. PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 07 de abril de 2015.

Adilina Feitosa e Feitosa
PERITA GERAL ADJUNTA

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº158/2015 - A PERITA GERAL ADJUNTA, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a necessidade de indenizar as despesas referentes à alimentação e hospedagem efetuadas por servidores da PEFOCE, quando se deslocam da sede para viagens a serviço; CONSIDERANDO a exiguidade de tempo para pagamento antecipado de diárias, nos casos emergenciais de atividades dos servidores da PEFOCE, por conta de situações imprevisíveis; CONSIDERANDO o controle financeiro estabelecido, atualmente, pelo Estado, tendo que dar prioridade às despesas dessa natureza, por serem julgadas indispensáveis; CONSIDERANDO que o processo nº2192646/2015 foi iniciado em 15/04/2015, RESOLVE CONCEDER **meia diária** no valor unitário de R\$61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), totalizando R\$30,66 (trinta reais e sessenta e seis centavos), ao SERVIDOR **CELIO RICARDO CORDEIRO MONTEZUMA**, matrícula nº137.441-1-4 ocupante do cargo de PERITO CRIMINAL ADJUNTO, que viajou, em objeto de serviço as cidades de Aracati-CE e Cascavel-CE, no dia 10 de abril de 2015, com a finalidade de realizar exames periciais, de acordo com o artigo 3º; alínea “a” §1º e 3º do artigo 4º; art.5º e seu §1º; arts.6º, 8º e 10º, classe V do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ. PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 15 de abril de 2015.

Adilina Feitosa e Feitosa
PERITA GERAL ADJUNTA

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº159/2015 - A PERITA GERAL ADJUNTA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora **ANTONIA ELIETE TORRE DE SOUSA** ocupante do cargo de SUPERVISOR, matrícula nº000.095-1-2, desta PEFOCE, a **viajar** à cidade de Fortaleza-CE, no período de 22 de abril de 2015, a fim de Participar de Treinamento sobre economia e cuidados com a manutenção de veículos, concedendo-lhe meia diária no valor unitário de R\$77,10 (setenta e sete reais e dez centavos), totalizando R\$38,55 (trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), acrescidos de 40%, perfazendo um valor de R\$53,97 (cinquenta e três reais e noventa e sete centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea “a”, §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe III do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ. PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 15 de abril de 2015.

Adilina Feitosa e Feitosa
PERITA GERAL ADJUNTA

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº160/2015 - A PERITA GERAL ADJUNTA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de dar suporte pericial ao Núcleo de Perícia Criminal de Sobral, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea “b”, §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10 Classe IV do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ. PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 14 de abril de 2015.

Adilina Feitosa e Feitosa
PERITA GERAL ADJUNTA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº160/2015 DE 14 ABRIL DE 2015

NOME	CARGO	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	DIÁRIAS TOTAL	ACRÉSCIMO	TOTAL
DANILO FERREIRA BASTOS	PERITO CRIMINAL	MATRÍCULA: 000.111-1-8 CLASSE:IV	18 a 25 de abril de 2015	Sobral-CE	7 diárias e meia	R\$64,83	R\$486,22	20%	R\$583,46
JOSEMIREMMERSON TORRES RAMOS	PERITO CRIMINAL	MATRÍCULA: 000.130-1-3 CLASSE:IV	25 de abril a 02 de maio de 2015	Sobral-CE	7 diárias e meia	R\$64,83	R\$486,22	20%	R\$583,46
VALOR TOTAL DE DIÁRIAS:									R\$1.166,92

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº2014_001_1308/2015

I - ESPÉCIE: PRIMEIRO ADITIVO; II - CONTRATANTE: Perícia Forense do Estado do Ceará - PEFOCE; III - ENDEREÇO: Av. Pres. Castelo Branco, 901 – Moura Brasil, CEP.: 60010-000 – Fortaleza - CE; IV - CONTRATADA: **IMPACTO COMÉRCIO, SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA**; V - ENDEREÇO: Rua Romeu Martins, 855, Montese - Fortaleza-CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Tudo de acordo com a Lei 8.666/93 Art.58 e suas alterações; VII- FORO: FORTALEZA-CE; VIII - OBJETO: **REDUÇÃO do valor global do contrato** em 10% (dez por cento), acordada entre as partes, sem prejuízo da prestação de serviço; IX - VALOR GLOBAL: R\$27.896,40 (vinte e sete mil, oitocentos e noventa e seis reais e quarenta centavos); X - DA VIGÊNCIA: Início 01/01/2015 e o término em 19/08/2015; XI - DA RATIFICAÇÃO: PERMANECEREM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS; XII - DATA: 24/04/2015; XIII - SIGNATÁRIOS: Adilina Feitosa e Feitosa - Perita Geral Adjunta e Ordenadora de Despesas da PEFOCE Glairton Azevedo Guimarães - Representante Legal da Impacto Comércio e Serviços de Equipamentos Hospitalares e Laboratoriais Ltda.

Taciane Vizzotto Nogueira

COORDENADORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – CPLAG

*** **

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DO DOCUMENTO 002/2015

PROCESSO Nº0581335/2015 Dispensa de Licitação. OBJETO: **Aquisição em caráter emergencial de reagentes e solventes** para o Núcleo de Toxicologia Forense – NUTOF da Coordenadoria de Análises Laboratoriais da Perícia Forense do Estado do Ceará – PEFOCE. JUSTIFICATIVA: O Núcleo de Toxicologia Forense – NUTOF da Coordenadoria de Análises Laboratoriais da Perícia Forense do Ceará – PEFOCE, realiza análises toxicológicas de substância tóxicas, e entorpecentes (em amostra químicas, bioquímicas e biológicas diversas) apreendidas pela Polícia Judiciária e/ou coletas pelos peritos criminais e legistas da PEFOCE (elucidação da causa morte). Os materiais ora solicitados são indispensáveis para que sejam procedidas as análises químico toxicológicas diárias estabelecidas pelos procedimentos operacionais padrão com o objetivo de se obter resultados confiáveis e defensável analiticamente dentro das Boas Práticas Laboratoriais. As análises toxicológicas padronizadas no Núcleo de Toxicologia Forense - NUTOF são: dosagem alcoólica; pesquisa de drogas de abuso (cocaína, opiáceos, anfetamínicos); medicamentos (analgésicos, anestésicos, anfetamínicos, anti-inflamatórios, barbitúricos, benzodiazepínicos, fenotiazínicos, imipramínicos, hidantoínicos, narco-analgésicos) da pesquisa de praguicidas (carbamatos, cumarínicos, organoclorados, organofosforados), etc. A referida aquisição visa dotar o Núcleo de Toxicologia Forense – NUTOF as condições necessárias para executar os serviços laboratoriais para a análise de amostras criminais e a produção de provas fundamentadas e confiáveis por meio de produtos de qualidade e metodologias padronizadas com a confecção final de laudos precisos e confiáveis, de modo a garantir a materialidade dos crimes relacionados ao tráfico de drogas, e elucidação de causa morte, e outros tipos de infrações penais. Justifica-se a referida aquisição através da presente Dispensa Emergencial tendo em vista que o Pregão Eletrônico nº2015/0001, SPU nº1467088/2014, os quais contém os referidos suprimentos, estão em processo licitatório. VALOR GLOBAL: R\$40.395,00 (quarenta

mil trezentos e noventa e cinco reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10100007.06.181.015.21326.01.339030.00.0. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Dispensa de Licitação nº02/2015, baseada no Artigo 24, inciso IV da Lei Federal nº8.666/93. CONTRATADA: **QUIMIFORT COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E LABORATORIAL LTDA – EPP**. DISPENSA: Adilina Feitosa e Feitosa - Perita Geral Adjunta e Ordenadora de Despesas da PEFOCE. RATIFICAÇÃO: Maximiano Leite Barbosa Chaves - Perito Geral – PEFOCE.

Taciane Vizzotto Nogueira

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

*** **

ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº247/2015 – DG/AESP/CE – O DIRETOR-GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no que lhe confere a Lei Nº14.629, de 26 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado em 11 de março de 2010 e o Decreto Nº30.187, de 14 de maio de 2010, e CONSIDERANDO que compete a Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará - AESP/CE, Órgão vinculado à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará – SSPDS/CE, realizar, direta ou indiretamente mediante convênio ou contrato, a unificação e execução, com exclusividade, das atividades de ensino das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Estado; CONSIDERANDO a não obtenção do índice mínimo exigido na prova de capacidade física conforme ofício FUNCAB nº146/2015 de 07 de abril de 2015 e em conformidade com o que prescreve os itens 9.2.4.3 e 10.2 “b” do Edital nº1/2011-PMCE, de 09 de novembro de 2011, publicado no DOE de 10 de novembro de 2011, retificado pelo Edital nº002/2011 – PMCE, de 24 de novembro de 2011, RESOLVE: **Desligar, JOSÉ FÉLIX DE PINHO FILHO**, Insc. 10007506, do Curso de Formação Profissional para o Cargo de Soldado da Carreira de Praças da Polícia Militar do Ceará/Turma 04, 3ª etapa do Concurso regido pelo Edital nº1/2011-PMCE, de 10 de novembro de 2011. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 24 de abril de 2015.

José Herlínio Dutra – Cel PM

DIRETOR GERAL

*** **

PORTARIA Nº253/2015 - O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO** aos **SERVIDORES**, relacionados no Anexo Único desta Portaria, POR COORDENAR, MONITORAR E MINISTRAR AULAS NO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA CANDIDATO AO CARGO DE SOLDADO PM T.04 GRUPO 27 E 32 REFERENTE AO MÊS DE MARÇO DE 2015, conforme SPU nº1965242/2015, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista no art.132, inciso IX, da Lei nº9.826, de 14 de maio de 1974, regulamentada pelo Decreto nº24.982, de 15 de junho de 1998, com base no §2º e o anexo único da Lei nº15.191, de 19 de julho de 2012, Portaria nº060/2015 – DG/AESP/CE publicada no D.O.E. no dia 12/02/2015 e Decreto nº31.276, de 13 de Agosto de 2013. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 20 de abril 2015.

José Herlínio Dutra – Cel PM

DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº253/2015 DE 20 DE ABRIL DE 2015

CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O CANDIDATO AO CARGO DE SOLDADO PM DA CARREIRA DE PRAÇAS POLICIAIS MILITARES DA PMCE - TURMA 04

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA/CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
ANTONIO MARCILDO BEVILÁQUA DE AGUIAR	00067512	MONITOR	GRADUAÇÃO	RS47,46	CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O CANDIDATO AO CARGO DE SOLDADO PM DA CARREIRA DE PRAÇAS POL... GRUPO - 27	40	02/03/2015 a 22/03/2015	RS1.898,40
CARLOS JORGE DE OLIVEIRA	11887317	MONITOR	GRADUAÇÃO	RS47,46	CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O CANDIDATO AO CARGO DE SOLDADO PM DA CARREIRA DE PRAÇAS POL... GRUPO - 32	40	02/03/2015 a 22/03/2015	RS1.898,40
JOSE CARLOS ALVES DE SOUSA	1243810	COORDENADOR	GRADUAÇÃO	RS47,46	CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O CANDIDATO AO CARGO DE SOLDADO PM DA CARREIRA DE PRAÇAS POL... GRUPO - 27 E 32	40	02/03/2015 a 22/03/2015	RS1.898,40
FRANCISCO IVAN PEREIRA CASSEMIRO	1956515	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	RS59,33	FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA	11	02/03/2015 a 11/03/2015	RS652,63
ANTONIO JOSE DOS SANTOS PASTOR	12691416	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	RS59,33	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	30	05/03/2015 a 13/03/2015	RS1.779,90
JAIME DE PAULA PESSOA NETO	00065714	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	RS59,33	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	30	16/03/2015 a 18/03/2015	RS1.779,90
ALICE ÁUREA SOUZA AGUIAR	00006610	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	RS47,46	SEMINÁRIO TEMÁTICO II - SISTEMA DE SEG PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DO ESTADO DO CEARÁ	4	07/03/2015 a 07/03/2015	RS189,84
LUIZ MARTINS MONTE PEREIRA	00049115	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	RS59,33	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	30	05/03/2015 a 13/03/2015	RS1.779,90
LUIZ RODRIGUES DE LIMA	02179210	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	RS59,33	EDUCAÇÃO FÍSICA	6	22/03/2015 a 22/03/2015	RS355,98
STEICI WANDREY E SILVA ALENCAR	00049719	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	RS47,46	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	10	17/03/2015 a 17/03/2015	RS474,60
FRANCISCO JOSÉ DE LIMA GONÇALVES	00075116	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	RS59,33	EDUCAÇÃO FÍSICA	6	22/03/2015 a 22/03/2015	RS355,98
ROBERTA JÉSSICA DA SILVA MENDES	00056413	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	RS47,46	SAÚDE E SEGURANÇA APLICADA AO TRABALHO	17	09/03/2015 a 13/03/2015	RS806,82
FRANCISCO RONNIE VON VIEIRA	00061514	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	RS59,33	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	30	05/03/2015 a 13/03/2015	RS1.779,90
FRANCISCO ATAÍLO RODRIGUES DE OLIVEIRA	00063010	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	RS47,46	TELEMÁTICA - TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA	6	03/03/2015 a 10/03/2015	RS284,76
FRANCISCO GILVAN ALVES VIEIRA	30068610	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	RS47,46	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	30	16/03/2015 a 18/03/2015	RS1.423,80
FRANCISCO ALVES DE MELO	10127114	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	RS59,33	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	30	16/03/2015 a 18/03/2015	RS1.779,90
JOSÉ WILSON DA SILVA NETO	16791318	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	RS59,33	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	10	05/03/2015 a 13/03/2015	RS593,30
FRANCISCO ALEXANDRE ARAÚJO BARROS	30330412	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	RS59,33	SEMINÁRIO TEMÁTICO I - PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS: O PAPEL DO POLICIAL	4	07/03/2015 a 07/03/2015	RS237,32
NOELINA GONÇALVES LIMA SALDANHA	13562512	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	RS47,46	ESTÁGIO REFLEXIVO - LEI MARIA DA PENHA	5	08/03/2015 a 08/03/2015	RS237,30
NEIARA NÍVEA LIMA COSTA	19821714	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	RS59,33	FUNDAMENTOS DE DIREITO AMBIENTAL	8	02/03/2015 a 09/03/2015	RS474,64
MARIA DO CARMO LOPES DE VASCONCELOS	585610	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	RS59,33	SAÚDE E SEGURANÇA APLICADA AO TRABALHO	10	06/03/2015 a 17/03/2015	RS593,30
RICARDO COLARES BARBOSA	10811015	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	RS59,33	FUNDAMENTOS DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA	16	02/03/2015 a 18/03/2015	RS949,28
LUIS CÉSAR PARENTE DE MORAIS	11284019	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	RS47,46	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	20	17/03/2015 a 18/03/2015	RS949,20
FRANCISCO AGUDUINO FERREIRA DE QUEIROZ	0356911X	INSTRUTOR	MÉDIO	RS23,72	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	30	05/03/2015 a 13/03/2015	RS711,60
NEUMA CIPRIANO BRAGA	4306651X	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	RS47,46	SOCIEDADE, ÉTICA E CIDADANIA	12	03/03/2015 a 13/03/2015	RS569,52
JOSÉ HAMILTON DE CARVALHO	1071401X	INSTRUTOR	MÉDIO	RS23,72	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	30	05/03/2015 a 13/03/2015	RS711,60
JHENNYSSSE DAVIS SOUSA DE OLIVEIRA CAVALCANTE	3062551X	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	RS47,46	FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA	12	03/03/2015 a 11/03/2015	RS569,52
ALEXANDRE SILVEIRA FERREIRA	11339417	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	RS59,33	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	30	16/03/2015 a 18/03/2015	RS1.779,90
FELIPE RAMON VELASCO SALVANY	40478213	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	RS47,46	SOCIEDADE, ÉTICA E CIDADANIA	10	03/03/2015 a 18/03/2015	RS474,60
CARLOS ALBERTO AGUIAR GOUVEIA FILHO	30020812	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	RS47,46	FUNDAMENTOS DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA	8	02/03/2015 a 09/03/2015	RS379,68
FRANCISCO WANDIER TEIXEIRA	10593719	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	RS59,33	FUNDAMENTOS DE DIREITO AMBIENTAL	8	03/03/2015 a 10/03/2015	RS474,64
ALEXANDRE MAIA XIMENES	30017110	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	RS47,46	FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DA ATIVIDADE POLICIAL	14	02/03/2015 a 18/03/2015	RS664,44
MARIANA FERREIRA NOGUEIRA	30047117	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	RS47,46	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	6	03/03/2015 a 10/03/2015	RS284,76
CLEILSON MOURA DA SILVA	12541716	INSTRUTOR	MÉDIO	RS23,72	SEMINÁRIO TEMÁTICO I - PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS: O PAPEL DO POLICIAL	4	07/03/2015 a 07/03/2015	RS94,88
ANDRÉ DIEGO MONTEIRO ESPANGA	30038819	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	RS47,46	TELEMÁTICA - TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA	8	02/03/2015 a 10/03/2015	RS379,68
LIVIANE CORDEIRO SOARES	30038916	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	RS47,46	SEMINÁRIO TEMÁTICO III - QUALIDADE DE VIDA E PRÁTICA PROFISSIONAL	4	07/03/2015 a 07/03/2015	RS189,84

TOTAL DE H/A PORTARIA: 609
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$30.458,11

*** **

**SECRETARIA DO TRABALHO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**7º TERMO ADITIVO DE PARCERIA Nº02/2012 IG Nº854657
PROCESSO Nº2109196/2015**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CNPJ nº08.675.169/0001-53, doravante denominado PARCEIRO PÚBLICO, com sede nesta Capital, na Rua Soriano Albuquerque nº230 – Joaquim Távora e a **AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - ADES**, inscrita no CNPJ sob o nº04.772.982/0001-90, com sede na Av. Dom Luís, nº685, salas 08 e 09, Bairro Meireles, Fortaleza/Ceará, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Termo de Parceria acima referido, nos termos da Lei nº9.790/1999, do Decreto nº3.100/1999, da Lei Complementar nº119/2012, e suas alterações, da Lei Federal nº8.666/1993, alterada e consolidada, e no Edital de Chamada Pública nº012/2013, acordando com o processo nº2109196/2015. OBJETO: O presente Termo Aditivo visa a **alteração de prazo e valor do Termo de Parceria nº02/2012**, o qual tem como objeto a execução do Projeto “Centro de Referência do Artesanato do Cariri”, conforme Plano de Trabalho aprovado. VIGÊNCIA: A vigência do Convênio original será prorrogada por mais 08 (oito) meses, com início em 01 de maio de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015. VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A Concedente, por força deste Convênio, transferirá à Conveniente recursos financeiros no valor total de R\$550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), conforme estabelecido no Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho, que correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s): 47100003.11.334.049.19792.01.335039.10.047100003.11.334.049.19792.02.335039.10.047100003.11.334.049.19792.03.335039.10.047100003.11.334.049.19792.04.335039.10.047100003.11.334.049.19792.05.335039.10.047100003.11.334.049.19792.06.335039.10.047100003.11.334.049.19792.07.335039.10.047100003.11.334.049.19792.08.335039.10.0. RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas. Fortaleza, 17 de abril de 2015. ASSINANTES: Josbertini Virgínio Clementino - Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS e Mônica Araújo Gomes - Agência de Desenvolvimento Econômico e Social. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza/CE, 27 de abril de 2015.

Daniele Barbosa de Oliveira
Assessora Jurídica

*** **

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 017/2015 IG Nº835246

CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - STDS, inscrita no CNPJ nº08.675.169/0001-53, com sede na Rua Soriano Albuquerque, 230 - Joaquim Távora, Fortaleza-CE. CONTRATADA: **EXPRESSÃO GRÁFICA E EDITORA LTDA**, inscrita no CNPJ nº23.715.659/0001-20, com sede Rua João Cordeiro, 1285 – Aldeota, Fortaleza-CE, CEP nº60.110-300. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE ARTE GRÁFICA/DESIGN, REVISÃO ORTOGRÁFICA, EDITORAÇÃO, DIAGRAMAÇÃO, REVISÃO DE CONTEÚDO, EXPEDIÇÃO DE ARQUIVO DIGITAL E IMPRESSÃO GRÁFICA DOS MANUAIS PARA CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES DE REFERÊNCIA DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ (CRAS/CE)**, devidamente especificados no ANEXO 1 – CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DA CONTRATAÇÃO e ANEXO 2 – TERMO DE REFERÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento as Diretrizes do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), o Acordo de Empréstimo

Nº8302 –BR, o SHOPPING Nº20140005/CEL 04/PforR-BIRD-STDS/CE - RELANÇAMENTO, as “Instruções aos Concorrentes (integrante da mesma) e seus respectivos Anexos (1 a 11), bem como na proposta da CONTRATADA, tudo fazendo parte deste contrato, independente de transcrição. FORO: Fortaleza, CE. VIGÊNCIA: De Execução dos Serviços: Os serviços objeto deste contrato deverão ser entregues dentro do prazo de 3 (três) meses, contados a partir da data de emissão da ordem de serviços pelo CONTRATANTE. De Vigência do Contrato: A vigência do Contrato será de 5 (cinco) meses, contados a partir da sua publicação, no Diário Oficial do Estado – DOE. VALOR GLOBAL: R\$142.850,00 (cento e quarenta e dois mil oitocentos e cinquenta reais) pagos em DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 47200002.08.244.050.15766.01.449039.48.1. DATA DA ASSINATURA: 07 de abril de 2015. SIGNATÁRIOS: Josbertini Virgínio Clementino - Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social e Francisco Eulálio Santiago Costa - Expressão Gráfica e Editora LTDA.

Daniele Barbosa de Oliveira
ASSESSORA JURÍDICA

*** **

SECRETARIA DO TURISMO

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 04/2015

CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TURISMO, com sede Avenida Washington Soares, nº999, Pavilhão Leste, 2º Mezanino, Bairro: Edson Queiroz, CEP: 60811-341, inscrita no CNPJ sob o nº00.671.077/0001-93 CONTRATADA: Empresa **TTC DO ALFINETE AO FOGUETE - EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº17.864.280/0001-89, com sede na Rua Monsenhor Furtado, nº2261, Bela Vista, Fortaleza – CE, CEP: 60.441-750. OBJETO: **Confecção e o fornecimento de 50 (cinquenta) carimbos**, sendo, 35 (trinta e cinco) carimbos automáticos - 302; 05 (cinco) carimbos automáticos - 304; 05 (cinco) carimbos automáticos - M 55 e 05 (cinco) carimbos numeradores de dez dígitos, tudo em estrita conformidade com a proposta apresentada e o termo de participação nº20150001. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se no art.24, inciso II. FORO: FORTALEZA - CE. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$1.620,00 (um mil, seiscentos e vinte reais) pagos em conformidade com este instrumento. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 36100003.23.695.500.28120.01.339039.00.0. DATA DA ASSINATURA: 15 de Abril de 2015. SIGNATÁRIOS: Luciana Mendes Lobo (SECRETÁRIA EXECUTIVA DO TURISMO) e Tayanah Talita de Castro (TTC DO ALFINETE AO FOGUETE - EIRELI - ME).

Paulo César Franco de Castro
ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

**CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS
DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO**

PORTARIA CGD Nº191/2015 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE DISCIPLINA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de regularizar o deslocamento de servidores lotados na Célula Regional de Disciplina do Vale do Acaraú-CERVAC/CGD, sediada na cidade de Sobral, com o objetivo de realizar instrução (audiência de oitiva de testemunhas) no Conselho de Disciplina, sob SPU nº12624760-9, concedendo-lhes (1/2) meia diária, de acordo com o artigo 3º; alínea “a”, §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10 do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Secretaria. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza-CE, 24 de abril de 2015.

Juarez Gomes Nunes Junior

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE
SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº191/2015 DE 24 DE ABRIL DE 2015

NOME	CARGO/FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			TOTAL
					QUANT.	VALOR	TOTAL	
AFRÂNIO ARLEY FARIAS TEIXEIRA	ORIENTADOR	III	06/05/2015	SOBRAL/SANTA QUITÉRIA/SOBRAL	0,5	77,10	38,55	38,55
ANTÔNIO JADILSON LIMA PEREIRA	CAPITÃO PM	IV	06/05/2015	SOBRAL/SANTA QUITÉRIA/SOBRAL	0,5	64,83	32,42	32,42
ALEXANDRE BESERRA TORRES	CAPITÃO PM	IV	06/05/2015	SOBRAL/SANTA QUITÉRIA/SOBRAL	0,5	64,83	32,42	32,42
TOTAL							GERAL	103,39

*** **

PORTARIA CGD Nº192/2015 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE DISCIPLINA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de regularizar o deslocamento de servidores lotados na Célula Regional de Disciplina do Cariri-CERC/CGD, sediada na cidade de Juazeiro do Norte, com o objetivo de realizar audiência de Qualificação e Interrogatório nos autos do Processo Administrativo Disciplinar de SPU 14781278-0, concedendo-lhes 1 (uma) diária e meia, de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Secretaria. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza-CE, 24 de abril de 2015.

Juarez Gomes Nunes Junior

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº192/2015 DE 24 DE ABRIL DE 2015

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			TOTAL
						QUANT.	VALOR	ACRÉSCIMO	
MARIA SOLANGE OLIVEIRA DA SILVA	ORIENTADORA	000.119-1-6	III	06 à 07/05/2015	JUAZEIRO DO NORTE/ FORTALEZA/JUAZEIRO NORTE	1,5	77,10	40%	161,91
JOSÉ FRANCINALDO GUEDES FREITAS ARAÚJO	CAPITÃO PM	300.043-1-0	IV	06 à 07/05/2015	JUAZEIRO DO NORTE/ FORTALEZA/JUAZEIRO NORTE	1,5	64,83	40%	136,14
CÍCERO BANDEIRA FERREIRA DE CALDAS	TENENTE PM	000.118-1-9	IV	06 à 07/05/2015	JUAZEIRO DO NORTE/ FORTALEZA/JUAZEIRO NORTE	1,5	64,83	40%	136,14
CÍCERO LUCENA DE FIGUEREDO	SOLDADO PM	300.056-1-9	V	06 à 07/05/2015	JUAZEIRO DO NORTE/ FORTALEZA/JUAZEIRO NORTE	1,5	61,33	40%	128,79
TOTAL							GERAL		562,98

*** **

PORTARIA CGD Nº193/2015 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE DISCIPLINA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de regularizar o deslocamento de servidores lotados na Célula Regional de Disciplina do Sertão Central-CERSEC/CGD, sediada na cidade de Quixadá, com o objetivo de realizar oitiva de testemunhas no interesse do Procedimento Administrativo de SPU nº14583731-9, concedendo-lhes (1/2) meia diária, de acordo com o artigo 3º; alínea "a", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10 do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Secretaria. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza-CE, 24 de abril de 2015.

Juarez Gomes Nunes Junior

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº193/2015 DE 24 DE ABRIL DE 2015

NOME	CARGO/FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			TOTAL
					QUANT.	VALOR	TOTAL	
VALQUÉZIO VITAL BARBOSA	ORIENTADOR	III	22/05/2015	QUIXADÁ/RUSSAS/QUIXADÁ	0,5	77,10	38,55	38,55
MARIA STELA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	SOLDADO PM	V	22/05/2015	QUIXADÁ/RUSSAS/QUIXADÁ	0,5	61,33	30,67	30,67
TOTAL							GERAL	69,22

*** **

PORTARIA CGD Nº194/2015 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE DISCIPLINA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de regularizar o deslocamento de servidores lotados na Célula Regional de Disciplina do Vale do Acaraú-CERVAC/CGD, sediada na cidade de Sobral, com o objetivo de instruir Sindicância Administrativa sob SPU nº14358922-9, concedendo-lhes (1/2) meia diária, de acordo com o artigo 3º; alínea "a", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10 do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Secretaria. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza-CE, 24 de abril de 2015.

Juarez Gomes Nunes Junior

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº194/2015 DE 24 DE ABRIL DE 2015

NOME	CARGO/FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			TOTAL
					QUANT.	VALOR	TOTAL	
FRANCISCO DOS SANTOS RODRIGUES	SUBTENENTE PM	V	08/05/2015	SOBRAL/COREAU/SOBRAL	0,5	61,33	30,67	30,67
FRANCISCO REGINALDO SILVA SOARES	SOLDADO PM	V	08/05/2015	SOBRAL/COREAU/SOBRAL	0,5	61,33	30,67	30,67
TOTAL							GERAL	61,34

*** **

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº06/2015

LOCADORA: ANA TEREZA DE CARVALHO SOUSA, brasileira, casada, bancária, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº115.745.003-75, com domicílio na Rua Botelo Magalhães, 310, Cambéa, Fortaleza/CE, representada neste ato pela empresa **CIRO PAIVA SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS S/C LTDA-ME**, empresa inscrita no CNPJ sob o nº05.206.457/0001-70, inscrita no CRECI sob nº777J da 15ª Região, estabelecida na Avenida Washington Soares, 4543, Bairro Seis Bocas, Fortaleza/CE. LOCATÁRIA: DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ - DPGE/CE, através do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública, inscrito no CNPJ sob o nº05.220.055/0001-20, com endereço na Av Pinto Bandeira, Nº1111 Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE. OBJETO: O objeto do presente contrato é a **locação do imóvel** sito na Rua Botelo Magalhães, 310, Cambéa, Fortaleza/CE, CEP 60.822-330, para a instalação das Defensorias de 2º Grau de Jurisdição da Defensoria Pública do Estado do Ceará. VALOR GLOBAL: O valor do aluguel mensal é de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com vencimento até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, sendo o valor global do contrato de R\$42.000,00 (quarenta e dois mil reais). DESTINAÇÃO: Destina-se a necessidade de dar efetividade aos projetos de atendimento descentralizado da Defensoria Pública do Estado, especialmente àqueles que envolvam o 2º Grau de Jurisdição, proporcionando ambiente compatível com as relevantes atividades da instituição, além do fato do aludido imóvel estar localizados nas proximidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. DATA DA ASSINATURA: 20/04/2015. ASSINANTES: Túlio Iumatti Ferreira, Subdefensor Público Geral do Estado do Ceará e a Sra. Francisca Claudia Lira Paiva, da empresa CIRO PAIVA Soluções Imobiliárias Ltda-ME, que, neste ato, representa a Locatária, Sra. Ana Tereza de Carvalho Sousa.

Régis Gonçalves Pinheiro
ASSESSOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº DO DOCUMENTO 10/2015

PROCESSO Nº15176657_6/2015 Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará. OBJETO: Custeio das despesas com **inscrição e demais parcelas no "MESTRADO EM DIREITO DIREITO E GESTÃO DE CONFLITOS (MPDIR) "**, ofertado pela UNIVERSIDADE DE FORTALEZA – UNIFOR (FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ), em favor da Defensoria Pública do Estado do Ceará, Dra. ÉRICA REGINA ALBUQUERQUE DE CASTRO BRILHANTES. JUSTIFICATIVA: A justificativa para declarar a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, para custeio das despesas com inscrição e demais parcelas no "MESTRADO EM DIREITO DIREITO E GESTÃO DE CONFLITOS (MPDIR) ", cujo montante é de R\$66.600,00 (sessenta e seis mil e seiscentos reais), ofertado pela UNIVERSIDADE DE FORTALEZA – UNIFOR (FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ), em favor da Defensoria Pública do Estado do Ceará, Dra. ÉRICA REGINA ALBUQUERQUE DE CASTRO BRILHANTES, encontra fundamento e amparo legal nos art.13, VI, c/ c o art.25, inciso II, da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como art.134, §2º da Constituição Federal de 1988 e art.2º, 4º e 5º da Lei Estadual 13.180/2001, em razão de tratar-se de serviço de aperfeiçoamento vinculado às funções desempenhadas pelos Servidores Públicos junto à Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará, havendo vínculo de pertinência entre o treinamento e a atividade desempenhada, tendo em vista a abrangência e relevância do curso desenvolvido. Ademais, a especificidade do tema e a comprovada competência da escola inviabiliza a competição. VALOR: R\$66.600,00 (sessenta e seis mil e seiscentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 00511 06200001.14.128.500.28589.22.33903900.70.1.40. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.13, VI, c/c o art.25, inciso II, da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como art.134, §2º da Constituição Federal de 1988 e art.2º, 4º e 5º da Lei Estadual 13.180/2001. CONTRATADA: **FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ**, situada na Av. Washington Soares, nº1321, Edson Queiroz, Fortaleza-Ce, Cep: 60811-341, CNPJ: 07.373.434/0001-86. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: A licitação foi declarada inexigível pelo Sr. Subdefensor Público Geral do Estado, considerando o parecer nº455/2015 da Assessoria Jurídica da DPGE acostado aos autos do processo supra. RATIFICAÇÃO: Esta inexigibilidade foi ratificada pela Defensoria Pública Geral do Estado para efeito do art.26 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, tendo em vista o que consta nos autos do processo nº15176657_6 e em face da declaração acima.

Régis Gonçalves Pinheiro
ASSESSOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº DO DOCUMENTO 22/2015

PROCESSO Nº15192889_4/2015 Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará. OBJETO: **Locação de imóvel** situado à rua Álvaro Peixoto, nº304, São Miguel, Crato-CE, para servir como sede do Núcleo da Defensoria Pública do Estado do Ceará na cidade de Crato. JUSTIFICATIVA: Tendo em vista que contrato nº01/2011, cujo objeto era a locação do mesmo imóvel, terá sua vigência expirada em 30 de abril de 2015, não podendo mais ser prorrogado por ter atingido o limite de 60 (sessenta) meses, exigidos no inciso II, art.57 da Lei Federal nº8.666/93, nada obsta que outro contrato seja firmado com novos termos, desde que seja do interesse da Administração Pública, respeitando os ditames da Lei Federal nº8.666/93, inclusive com parecer favorável do Departamento de Arquitetura e Engenharia – DAE, fls. 12-45. VALOR GLOBAL: R\$35.468,28 (Trinta e cinco mil quatrocentos e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 00488 06200001.14.122.500.28451.22.33903900.70.1.20. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.24, inciso X, da Lei Federal nº8.666/93. CONTRATADA: **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DO MOBILIÁRIO DE CRATO E REGIÃO/CE**, Organização Sindical, inscrita no CNPJ sob o nº07.179.351/0001-50, com sede na rua Nelson Alencar, 250, Sede, CEP.: 63.100-110, Crato/CE. DISPENSA: O Subdefensor da Defensoria Pública Geral do Estado, havendo identificado a situação, declara dispensada a licitação para Locação de imóvel situado à rua Álvaro Peixoto, nº304, São Miguel, Crato-CE, para servir como sede do Núcleo da Defensoria Pública do Estado do Ceará na cidade de Crato. RATIFICAÇÃO: sta dispensa foi ratificada pela a Sra. Defensora Pública Geral do Estado para efeito do art.26 da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores, tendo em vista o que consta no parecer jurídico nº517/2015 e nos demais documentos acostados nos autos do processo nº15192889_4, e em face da declaração acima.

Régis Gonçalves Pinheiro
ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PORTARIA Nº110-C/2015-CT - A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº270, de 30 de setembro de 1991, no seu art.1º, inciso XIII, combinado com o art.67, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RESOLVE: Art.1º. **Designar: MARIA ELENICE FERREIRA LIMA**, matrícula n.º 004.018, para, sem prejuízo das funções de seu cargo e demais atividades funcionais, exercer a função de Gestora do Convênio nº06/2015 - CT, firmado com a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ – CEARÁ, referente a Cooperação Técnica e Cessão Mútua de servidores entre as partes. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de abril de 2015.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

PORTARIA Nº134/2015 - A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº270, de 30 de setembro de 1991, no seu art.1º, inciso XIII, combinado com o art.67, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RESOLVE: Art.1º. **Designar MARIA DO SOCORRO ALVES MARTINS**, matrícula nº000.151, para, sem prejuízo das funções de seu cargo e demais atividades funcionais, exercer a função de Gestora do Contrato nº08/2015, firmado com a empresa TICKET SERVIÇOS S/A, referente Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de administração e gerenciamento de benefício de auxílio alimentação e refeição na forma de documentos de legitimação eletrônicos (cartões eletrônicos de alimentação/refeição microprocessados com chip) e documentos de legitimação para aquisição de refeições por meio de bilhetes em papel, destinados aos servidores e parlamentares desta Casa Legislativa, em conformidade com as demais exigências contidas no Termo de Referência e no Edital. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de abril de 2015.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

**AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
REFERÊNCIA PP Nº02/2015**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nos termos do art.2º do Ato Deliberativo Nº593, de 23 de fevereiro de 2005, comunica aos interessados que realizará a licitação, na Modalidade Pregão Presencial nº02/2015, no dia 15 de maio de 2015, com credenciamento das 14:00 às 14:15 horas e Início do Pregão: 14:30 horas, Horário Local. O Pregão Presencial refere-se ao objeto a seguir especificado: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA, ENVOLVENDO O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS HUMANAS, TÉCNICAS E GERENCIAIS, VISANDO QUALIFICAR SERVIDORES PÚBLICOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CONSTANTE DO PLANO DE TRABALHO DA DIVISÃO DE TREINAMENTO/DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, CONFORME CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.** O referido Edital encontra-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão de Licitação, na Avenida Desembargador Moreira, 2807, Edifício Anexo Senador César Cals, 5º andar, Sala 504 e no site: www.al.ce.gov.br. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de abril de 2015.

João Tomaz Martins de Queiroz
PREGOEIRO

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº11/2014

ESPÉCIE: ADITIVO Nº2 AO CONTRATO Nº11/2014; CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, com CNPJ Nº06.750.525/0001-20; ENDEREÇO: Av. Desembargador Moreira, nº2807; CONTRATADA: EMPRESA CLARO S/A, matriz e sua filial em Fortaleza, situadas na Rua Flórida, 1970, Cidade Monções, em São Paulo/SP, com inscrição no Ministério da Fazenda CNPJ nº40.432.544/0001-47. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente termo aditivo tem como fundamento o Processo Administrativo nº03152/2015 datado de 30/03/2015 e o inciso II do artigo 57 da lei da Lei 8666/93 e suas atualizações posteriores. FORO: Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará; OBJETO: **Prorrogação do contrato** original por mais 12 (doze) meses; VALOR: R\$479.927,13 (quatrocentos e setenta e nove mil, novecentos e vinte e sete reais e treze centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01100002011225002820622000033903900010200 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – ADM. CASA. 01100001010310582878522000033903900010300 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – VDP. DA VIGÊNCIA: 08 de abril de 2015 até 07 de abril de 2016. DA RATIFICAÇÃO: As partes contratantes ratificam expressamente todas as cláusulas, termos, condições e mútuas obrigações assumidas e pactuadas no contrato original que ora não foram alterados ou modificados; DATA DE ASSINATURA: 03/04/2015; SIGNATÁRIOS: Sávía Maria de Queiroz Magalhães, pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e os Srs. Ivan de Oliveira Lopes e Kildare Carneiro Rodrigues pela empresa CLARO S/A. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de abril de 2015.

Sávía Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº16/2014

ESPÉCIE: ADITIVO Nº1 AO CONTRATO Nº16/2014; CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, com CNPJ Nº06.750.525/0001-20; ENDEREÇO: Av. Desembargador Moreira, nº2807; CONTRATADA: **SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARÁ - SINDIÔNIBUS**, com CNPJ Nº07.341.423/0001-14; ENDEREÇO: Avenida Borges de Melo, 60 - Aerolândia; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente termo aditivo tem como fundamento o inciso II do artigo 57 da lei 8.666/93 e processo Administrativo nº03812/2015 de 10/04/2015; FORO: Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo** contratual por 12 (doze) meses; VALOR: R\$541.926,00 (quinhentos e quarenta e um mil novecentos e vinte e seis reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0110000201122500282062200003390390000200 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; DA VIGÊNCIA: De 30 de maio de 2015 até 29 de maio de 2016; DA RATIFICAÇÃO: As partes contratantes ratificam expressamente todas as cláusulas, termos, condições e mútuas obrigações assumidas e pactuadas no contrato original que ora não foram alterados ou modificados; DATA DE ASSINATURA: 24/04/2015; SIGNATÁRIOS: Sávía Maria de Queiroz Magalhães, pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e o Sr. Paulo César Barroso Vieira, pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARÁ - SINDIÔNIBUS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de Abril de 2015.

Sávía Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº06/2015-CT

CONVENIENTES: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ/MF nº06.750.525/0001-20, com sede e foro nesta Capital na Av. Desembargador Moreira nº2807, Dionísio Torres e **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ-CEARÁ**, inscrita no C.N.P.J. sob o nº07.605.850/0001-62, com sede e foro na cidade de Maracanaú-Ceará, na 01 nº652 Novo Maracanaú - Centro, CEP 61.905-430, representada neste ato, por seu Prefeito, José Firmo Camurça Neto, resolvem celebrar o presente TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. OBJETO: Constitui objeto do presente Convênio a **cooperação técnica** e a cessão mútua de servidores entre as partes convenientes, para suprirem a execução de tarefas de natureza técnica ou administrativa, conforme dispõem suas atribuições e competências. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso XI do Art.24 da Resolução nº389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno). FORO: Cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2015 a 28 de fevereiro de 2017. VALOR: Sem ônus para origem. DATA DA ASSINATURA: 01 de abril de 2015. SIGNATÁRIOS: Deputado José Jácome Carneiro Albuquerque, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, e pela Prefeitura Municipal de Maracanaú, o Sr. José Firmo Camurça Neto. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de abril de 2015.

Sávía Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

PLANO ANUAL DE FÉRIAS

Exercício de Maio/15

Total de Servidores de Férias

150

Matr	Folha	Nome	Dt Férias	Nível	Cargo	Descrição
025944	00	ADRIANA OLIVEIRA BANTIM	21/05/2015	RG25	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
023289	03	ALESSANDRA COELHO ANDRADE	19/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT
017290	00	ANA CLAUDIA SIEBRA DE QUEIROZ	01/05/2015	RG24	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
015981	03	ANA GISELLE REGO CASTRO ALVES	22/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT
000014	02	ANA SUELY PONTES DOS SANTOS	05/05/2015	NMD20	C020	TECNICO LEGISLATIVO
015838	00	ANDERSON CIDRAL BRANDAO SILVEIRA	20/05/2015	RG15	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
015785	03	ANGELA GURGEL HOLANDA ROSARIO DIAS	04/05/2015	DNS3	CP70	COORD DE DOCUMENTARIO
000351	07	ANTONIA MARIA PAULA LIMA	04/05/2015	NSP14	C019	ANALISTA LEGISLATIVO
000372	07	ANTONIO CLAUDIO COSTA	04/05/2015	NMD09	C020	TECNICO LEGISLATIVO
021953	03	ARTHUR DA CONCEICAO SIQUEIRA BRAGA	04/05/2015	DNS2	F028	DIR DEPTO FINANCEIRO
000410	07	BELARMINA MARIA PONTE ROCHA	20/05/2015	NMD28	C020	TECNICO LEGISLATIVO
023949	16	BENEDITA FRANCA SIPRIANO	04/05/2015	NSP01	C019	ANALISTA LEGISLATIVO
025096	03	CAMILA QUEIROZ RIOS	22/05/2015	00000	G004	ASSESSOR TECNICO GT
009093	08	CARLUCIO INACIO DE OLIVEIRA	01/05/2015	PS000	AP13	SERV TECNIC INTERMEDIARIOS
025065	00	CAROLINE LINDOLFO RIBEIRO RODRIGUES	20/05/2015	RG19	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
002881	03	CECILIA NOGUEIRA MOLINA	01/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT
023043	03	CICERO PEREIRA DE QUEIROZ	22/05/2015	00000	GT06	APOIO ADMINISTRATIVO GT
020228	00	CLAUDIO CESAR SOUZA TERAN FILHO	18/05/2015	RG23	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
017955	00	CLEANE MARIA UCHOA MARTINS	20/05/2015	RG15	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR

Matr	Folha	Nome	Dt Férias	Nível	Cargo	Descrição
018586	09	CLECIO LEITE DE OLIVEIRA	01/05/2015	CPG35	P013	CABO
019826	03	CLODOALDO PINHEIRO DA SILVA FILHO	04/05/2015	00000	G006	SECRETARIO GT
016495	03	CYNARA MARIA RODRIGUES MONTEIRO	22/05/2015	00000	G004	ASSESSOR TECNICO GT
007037	00	DANIEL ARRUDA DE JESUS	01/05/2015	RG27	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
025094	03	DANIEL DE QUEIROZ MOREIRA PENA	22/05/2015	00000	G001	SUPERVISOR GT
017416	03	DANIELE SOUSA DO NASCIMENTO	04/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT
017837	00	DEBORABEZERRA MARTINS	01/05/2015	RG24	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
024472	00	DEISELANNE LIMA SALDANHA	21/05/2015	RG23	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
003932	03	DENISE GURGEL DO VALE	04/05/2015	00000	G006	SECRETARIO GT
000527	07	ELENIRA DE FREITAS MOTA	05/05/2015	NMD11	C020	TECNICO LEGISLATIVO
024297	03	ESDRAS VIANA ALMEIDA	21/05/2015	00000	G004	ASSESSOR TECNICO GT
021924	03	EVARISTO ANDRE DA SILVA	04/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT
002311	08	FABIO DA SILVA FREIRE	01/05/2015	PS000	AP13	SERV TECNIC INTERMEDIARIOS
009815	03	FERNANDA LIMA FERNANDES VIEIRA	04/05/2015	DAS3	D008	OF DE GABINETE PARLAMENTA
024561	03	FERNANDA SANTIAGO MACIEL	11/05/2015	00000	G001	SUPERVISOR GT
000050	03	FRANCISCA FERREIRA TER REEGEN	01/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT
000051	02	FRANCISCA INES SALES GURGEL	01/05/2015	NSP22	C019	ANALISTA LEGISLATIVO
025946	03	FRANCISCA MONICA MARTINS MATEUS	23/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT
023872	00	FRANCISCA SILVIA AMORIM CARDOSO	21/05/2015	RG24	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
009393	09	FRANCISCO ARTUR LIMA CASTELO	01/05/2015	CPG34	P016	10. SARGENTO
002109	08	FRANCISCO CRISTIANO DE LIMA	01/05/2015	PS000	AP18	SUPORTE, INTERNET E INTRAN
000620	07	FRANCISCO DA SILVEIRA CARVALHO	04/05/2015	NSP13	C019	ANALISTA LEGISLATIVO
009264	09	FRANCISCO ERIVALDO BRAZ	01/05/2015	CPG35	P013	CABO
009796	00	FRANCISCO EVANDRO CHAVES DE ALMEIDA	01/05/2015	RG23	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
025064	00	FRANCISCO FERNANDO VIEIRA	20/05/2015	RG17	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
000660	07	FRANCISCO JOCILDO DE FIGUEIREDO CORREIA	04/05/2015	NMD06	C020	TECNICO LEGISLATIVO
022400	00	FRANCISCO JOSE SANTOS DA COSTA	01/05/2015	RG03	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
025032	03	FRANCISCO STEFANIO LIMA MARTINS	25/05/2015	00000	G006	SECRETARIO GT
025088	03	FRANCISCO VINICIUS FREITAS FARIAS	22/05/2015	00000	G006	SECRETARIO GT
023432	09	GABRIEL BENEVIDES DE MESQUITA	01/05/2015	CPG36	P015	SOLDADO
003788	00	GEORGE BARRETO QUENTAL	01/05/2015	RG27	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
002143	03	GERMANA PINHEIRO DA ROCHA PONTES	01/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT
001711	08	GILSON ARAUJO DE CASTRO	05/05/2015	PS000	AP14	SERV TECNIC ELEMENTARES
024704	03	GISELLE DE VASCONCELOS NUNES CARNEIRO	01/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT
001712	08	GIUSEPPE ANGELO AMORA PICCININI	01/05/2015	PS000	AP12	ANALISTA DE SISTEMA O&M
023951	16	GLAUCIANNE LIMA MAIA	04/05/2015	NSP01	C019	ANALISTA LEGISLATIVO
002130	08	GLAUCIO BARBOSA CASTRO	01/05/2015	PS010	AP06	MOTORISTA
025902	00	GLEYCIANE MOITA DE AGUIAR	09/05/2015	RG18	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
000749	07	HAROLDO BONFIM STUDART DE CASTRO ARAUJO	05/05/2015	NMD07	C020	TECNICO LEGISLATIVO
011779	03	IGOR CRUZ LOUREIRO	26/05/2015	00000	G006	SECRETARIO GT
001723	03	IRISNALDO ALVES CARNEIRO	22/05/2015	00000	GT06	APOIO ADMINISTRATIVO GT
025066	00	ISABEL CRISTINA RABELO	20/05/2015	RG18	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
022461	03	ISABEL JOVENTINO ROBERTO	05/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT
025099	03	ISADORA SALDANHA FACANHA	22/05/2015	00000	G004	ASSESSOR TECNICO GT
000774	07	ISAURA PAES DIOGENES NOGUEIRA	04/05/2015	NMD18	C020	TECNICO LEGISLATIVO
025938	03	IZABELA OLIVEIRA LIMA	21/05/2015	00000	G002	COORDENADOR GT
021883	03	JANAINA KEILA LIMA DA COSTA	04/05/2015	00000	G006	SECRETARIO GT
002051	08	JESSE MARCELO FONTELES	01/05/2015	PS043	AP13	SERV TECNIC INTERMEDIARIOS
019282	03	JESSICA MATIAS MARTINS	22/05/2015	00000	G004	ASSESSOR TECNICO GT
002312	08	JOAO APOLINARIO JUNIOR	01/05/2015	PS000	AP13	SERV TECNIC INTERMEDIARIOS
022782	03	JOAQUIM EMANUEL NORONHA LIMA	01/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT
009163	09	JOAQUIM GUEDES JUNIOR	01/05/2015	CPG35	P013	CABO
025067	00	JONAS MATIAS DE SOUSA	20/05/2015	RG17	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
025796	16	JOSAINA MENEZES FONTENELLE SOUSA	04/05/2015	NSP01	C019	ANALISTA LEGISLATIVO
025940	03	JOSE CARLOS GUIMARAES JUNIOR	21/05/2015	00000	GT08	ASSESSOR TECNICO GT
008954	08	JOSE CLAYTON DE SOUSA ALCANTARA	04/05/2015	PS000	AP15	SERV TECNIC SUPERIORES
001748	08	JOSE EVERTON RODRIGUES DA COSTA	04/05/2015	PS000	AP05	ELETRICISTA
025135	03	JOSE GERARDO AGUIAR NOGUEIRA	23/05/2015	00000	G004	ASSESSOR TECNICO GT
000879	07	JOSE HUGO COSTA MARTINS	04/05/2015	NMD31	C020	TECNICO LEGISLATIVO
003901	03	JOSE IDEMAR DA COSTA SEGUNDO	21/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT
002169	08	JOSE KLENIO SAMPAIO VERAS	01/05/2015	PS052	AP13	SERV TECNIC INTERMEDIARIOS
025934	03	JOSE ORLANDO SALES BASTOS	21/05/2015	00000	GT06	APOIO ADMINISTRATIVO GT
025083	00	JOSE OSMAN QUEIROZ JUNIOR	22/05/2015	RG23	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
000907	07	JOSE RICARDO BARROSO PRADO	08/05/2015	NMD15	C020	TECNICO LEGISLATIVO
003082	03	JOSEFA ALVES DE OLIVEIRA	05/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT
002572	03	KARINE FARIAS ALVES VASCONCELOS	01/05/2015	00000	G004	ASSESSOR TECNICO GT
023989	16	KEILA MACIEL MARQUES	04/05/2015	NSP01	C019	ANALISTA LEGISLATIVO
023858	00	KEILA OLIVEIRA PINTO	21/05/2015	RG26	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
013257	03	LUCAS CORREIA FERREIRA GOMES	22/05/2015	00000	CP25	MEMBRO
000978	07	LUCIA DE FATIMA SILVA DA COSTA	01/05/2015	NMD16	C020	TECNICO LEGISLATIVO
022594	03	LUCIANA PINHEIRO DONSOUZIS	01/05/2015	00000	G004	ASSESSOR TECNICO GT
000992	03	LUCIANO GIRAO SALES	13/05/2015	DNS2	D001	ASS PARLAMENTAR
023725	03	LUCIVANIA LOBO MUNGUBA	01/05/2015	00000	G001	SUPERVISOR GT
025105	03	LUIZ ANDRE DUARTE RAMOS	22/05/2015	00000	G001	SUPERVISOR GT
022568	00	LUIZ CARLOS BARRÓS SOARES FILHO	13/05/2015	RG15	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
023857	00	LUIZENE DA CUNHA	22/05/2015	RG26	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
022062	03	MAILTON DOS SANTOS ROSA	04/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT
000181	02	MANOEL CEZARIO PEIXOTO	05/05/2015	NSP23	C019	ANALISTA LEGISLATIVO
009278	09	MARCOS DE SOUSA CORREIA	01/05/2015	CPG34	P016	10. SARGENTO
001059	07	MARIA DALVA DE LIMA	18/05/2015	NMD19	C020	TECNICO LEGISLATIVO
025123	03	MARIA DAS GRACAS FALCAO MONTENEGRO	22/05/2015	00000	G004	ASSESSOR TECNICO GT
002453	03	MARIA DE FATIMA CAVALCANTE DUARTE	04/05/2015	DAS3	D031	SEC EXECUTIVO II
007008	00	MARIA DE FATIMA RODRIGUES DE OLIVEIRA	01/05/2015	RG24	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
025906	00	MARIA FRANCISCA VIEIRA COUTINHO	14/05/2015	RG06	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
020455	00	MARIA LUCINDA FERREIRA MACIEL	14/05/2015	RG29	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
001175	07	MARIA LUIZA CAVALCANTE BOTELHO	04/05/2015	NMD07	C020	TECNICO LEGISLATIVO
025920	00	MARIA MEYRE TIMBO FREITAS	20/05/2015	RG06	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
025115	03	MARIA NATALIA PEREIRA DE CASTRO	22/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT

Matr	Folha	Nome	Dt Férias	Nível	Cargo	Descrição
017344	00	MARIA REGISLENE COSTA DE SOUSA	01/05/2015	RG24	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
001200	07	MARIA ROSILENE ARAGAO FONTELES	01/05/2015	NSP16	C019	ANALISTA LEGISLATIVO
001285	07	MARLI BESSA FARIAS	04/05/2015	NSP15	C019	ANALISTA LEGISLATIVO
000193	02	MARTA MARIA JUCA PORDEUS	02/05/2015	NSP13	C019	ANALISTA LEGISLATIVO
025080	00	MATHEUS TABOSA FERREIRA GOMES	21/05/2015	RG23	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
022660	00	MAURICIO FIRMINO DA SILVA	19/05/2015	RG23	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
002056	08	MAX MILLIAN DE CASTRO NERI	01/05/2015	PS080	AP13	SERVTECNICINTERMEDIARIOS
025119	03	MAYARA ANDRADE FREITAS	22/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT
017111	03	MIRELLA CAVALCANTE ARAUJO	04/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT
025939	03	MURILO ROCHA AGUIAR NETO	21/05/2015	00000	G006	SECRETARIO GT
015357	03	NAITA PONTE COSTA MOREIRA	01/05/2015	00000	G006	SECRETARIO GT
021955	03	PATRICIA ANGELA RIBEIRO DE OLIVEIRA	21/05/2015	00000	G006	SECRETARIO GT
001346	07	PAULO BRITTO DE CASTRO FIGUEIRA	07/05/2015	ANS19	PF11	MEDICO
025951	03	PAULO CESAR RIBEIRO SARQUIS QUEIROZ	26/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT
021172	03	PEDRO ITALO RODRIGUES TOMAZ	04/05/2015	00000	G004	ASSESSOR TECNICO GT
021527	00	POMPEU MACARIO BATISTA	13/05/2015	RG32	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
025068	00	RAFAEL DE SOUZA LIRA	20/05/2015	RG18	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
002120	08	RENATA CHAVES GENTIL	01/05/2015	PS028	AP09	OPERADOR DE COMPUTADOR I
025945	03	ROBERTA ALVES MOREIRA	21/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT
002309	08	ROBERTO DE OLIVEIRA SILVA	01/05/2015	PS023	AP13	SERVTECNICINTERMEDIARIOS
001984	08	RODNEY PACHECO MONTEIRO	01/05/2015	PS000	AP09	OPERADOR DE COMPUTADOR I
024531	03	ROMULO TREVIA VERAS	23/05/2015	00000	G003	GERENTE GT
001429	07	RONIO BRAGA GOMES	01/05/2015	NSP13	C019	ANALISTA LEGISLATIVO
007666	00	ROSELY DIOGENES BAQUIT	22/05/2015	RG03	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
019180	00	ROSEVANIA CORDEIRO DE LIMA	20/05/2015	RG29	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
022662	00	SAMIA SOUZA RODRIGUES	19/05/2015	RG23	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
025124	03	SAMIRA CASTRO DE PAULA XAVIER	22/05/2015	00000	G006	SECRETARIO GT
025109	03	SAMIRA SIQUEIRA DE CASTRO	22/05/2015	00000	G002	COORDENADOR GT
001457	07	SANDRA BENEVIDES PEDROSA	18/05/2015	NSP13	C019	ANALISTA LEGISLATIVO
002066	08	TEREZINHA PORTO SEQUEIRA	04/05/2015	PS000	AP13	SERVTECNICINTERMEDIARIOS
001863	08	TEREZINHA RODRIGUES SALES	01/05/2015	PS000	AP07	COPEIRO
001547	07	TULIO MARCUS CHAVES OSTERNE	01/05/2015	NSP10	C019	ANALISTA LEGISLATIVO
001562	07	VANIA MARGARETH RODRIGUES BONFIM SOUTO	04/05/2015	NSP13	C019	ANALISTA LEGISLATIVO
004801	07	VANIA MARIA ARRUDA BANDEIRA DE MELLO	04/05/2015	NSP18	C019	ANALISTA LEGISLATIVO
025089	03	VICENTE DO NASCIMENTO MARCELINO	22/05/2015	00000	GT06	APOIO ADMINISTRATIVO GT
001578	07	VICENTE EDUARDO ESPINDOLA NETO	04/05/2015	NMD19	C020	TECNICO LEGISLATIVO
025953	03	VICTOR PINHO TABOSA	26/05/2015	00000	G004	ASSESSOR TECNICO GT
025941	03	VILANY SILVA DE SOUZA	21/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT
001869	08	VIRGINIA MARIA PINHEIRO BASTOS	06/05/2015	PS000	AP14	SERVTECNICELEMENTARES
019513	03	WESCLEY DUARTE MONTEIRO	22/05/2015	00000	G004	ASSESSOR TECNICO GT
025914	00	WILTON ANASTACIO DE QUEIROZ	15/05/2015	RG13	CP65	ASS GAB PARLAMENTAR
025937	03	WLISSES COSTA SCIPIO	21/05/2015	DAS3	D008	OF DE GABINETE PARLAMENTA
025101	03	YLMARA IVNA RODRIGUES BEZERRA	22/05/2015	00000	G005	MEMBRO EXECUTIVO GT

*** **

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

AVISO

Desde o dia 15 de fevereiro de 2015, todos os atos do Tribunal de Contas do Estado do Ceará são publicados exclusivamente no Diário Oficial Eletrônico do TCE-CE, disponível no portal institucional www.tce.ce.gov.br, ressalvado o disposto no art.1º, §2º da Resolução Administrativa nº08/2014-TCE-CE.

*** **

AVISO DO RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº1/2015-TCE/CE PROCESSO Nº00819/2015-6

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, por meio do seu Pregoeiro, em cumprimento ao que dispõe o inciso XV, art.33 do Decreto Estadual nº28.089/2006, comunica o resultado do Pregão Eletrônico nº1/2015-TCE/CE, que tem por objeto a **contratação de empresa especializada para fornecimento de lápis, canetas, pastas e camisas personalizadas com logomarcas deste Tribunal**, do IPC e do Programa Agente de Controle, para o exercício de 2015.

LOTE 1 – MATERIAL DE EXPEDIENTE

ORD.	EMPRESA	VALOR (R\$)
1ª	DAISY DIAS BATISTA-ME	3.890,00
2ª	RITA DE C. FORMIGARI CYPRIANO SUPRIMENTOS – ME	3.900,00
3ª	JKM COMERCIO INDUSTRIA DE CONFECOES E SILK-SCREEN	4.000,00

LOTE 2 – CAMISAS

ORD.	EMPRESA	VALOR (R\$)
1ª	JKM COMERCIO INDUSTRIA DE CONFECOES E SILK-SCREEN	2.496,00
2ª	FARBRINDES COMERCIO E SERVICOS LTDA- ME	2.899,99
3ª	QUALITY CONFECOES LTDA ME	2.900,00

Obs: A relação completa da classificação está disponível no site: www.licitacoes-e.com.br - Nº da licitação: 575696. Fortaleza, 29 de abril de 2015.

Alonso Lessa de Santana
PREGOEIRO

*** **

OUTROS

Estado do Ceará – Município de Caucaia – Aviso de Licitação – Pregão Presencial Nº. 08.012/2015. O Pregoeiro do Município de Caucaia/CE, torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 13 de maio de 2015 às 09h00min, em sua sede, localizada na Rua José da Rocha Sales, 183, Centro, Caucaia/CE, estará realizando licitação, na modalidade Pregão Presencial sob o Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a contratação de instituição ou formador para realizar a formação dos professores do PROJÓVEM Urbano – edição 2014, de interesse da Secretaria de Educação do Município de Caucaia/CE, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital, o qual encontra-se disponível no endereço acima, no horário de 08h00min às 12h00min. **Caucaia/CE, 28 de abril de 2015. Anderson Augusto da Silva Rocha - Pregoeiro do Município de Caucaia/CE.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 27.04.01/2015. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Jaguaribe, localizada na Praça Senador Fernandes Távora, S/N, Centro, torna público que se encontra à disposição dos interessados o edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 27.04.01/2015**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE – CE.** Que se realizará no dia **14/05/2015**, às **09:00hs.** Referido EDITAL poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público ou pelo portal do TCM-CE: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes>. **Jaguaribe/CE, 29 de Abril de 2015. Leilane Kércia Barreto Soares – Pregoeira Oficial do Município.**

COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI

CNPJ: 10.260.249/0001-90

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Fortaleza, 24 de abril de 2015. Aos Senhores Acionistas, A Administração da Companhia Industrial de Cimento Apodi em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração, acompanhado pelas Demonstrações Financeiras da Sociedade com o relatório dos Auditores Independentes, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. As demonstrações financeiras foram preparadas em milhares de Reais e estão acompanhadas das respectivas notas explicativas. No ano de 2014 a Sociedade envidou esforços para espelhar transparência e segurança aos acionistas, acelerou o processo de implantação do setor de auditoria interna, contratou como auditores independentes, a KPMG Auditores Independentes para auditar as demonstrações financeiras e a Ernest & Young Serviços Tributários para efetuar a revisão fiscal. No segundo semestre de 2014, a filial de Quixeré conectou-se a linha de transmissão de alta tensão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, o que irá possibilitar o alcance da capacidade de produção a qual foi projetada, bem como, a redução dos custos com transmissão. A Sociedade iniciou o comissionamento do alto forno em dezembro de 2014 entrando em operação em fevereiro de 2015, sendo esta a principal fase para a verticalização dos processos de fabricação de cimento e manutenção da competitividade, uma vez que, esta fase produz a principal matéria prima que compõe o cimento. Os esforços agora estão concentrados na otimização da performance do forno, com a utilização dos insumos da região de Quixeré. O processo de desmobilização do canteiro das obras vem ocorrendo durante todo o ano de 2014, sendo mais intenso no segundo semestre, em concordância com a finalização das etapas de construção, estimamos que até meados de maio de 2015 estará finalizado o processo de desmobilização. Apesar de estar em fase pré-operacional e com todas as dificuldades de implementação de um empreendimento deste porte no Brasil, a Sociedade conseguiu dobrar o volume faturado e ingressar em novos mercados, gerando mais de 600 empregos. Conforme amplamente divulgado pela mídia nacional, a Cimento Apodi assinou em dezembro de 2014, contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste para a construção de uma fábrica integrada em Sergipe, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. Adauto Araújo Farias Junior - Diretor Presidente.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)				Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)			Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2014	2013	Nota	2014	2013	2014	2013		
Circulante				Receita operacional líquida			Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa		9.368	70.714	18	293.454	155.315	Lucro líq. do exercício	232	18.215	
Contas a receber	4	26.216	15.032	Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados			Ajustes para:			
Estoques	6	87.152	37.588	19	(235.914)	(100.731)	Deprec. e amortização	11.918	4.053	
Ativo fiscal a recuperar	8	24.405	15.133	Subvenções para investimentos			Variação cambial não realizada			
Adiant. a fornecedores	9	698	7.664	15	19.767	8.598	14.608	6.893		
Oper. com derivativos	22	6.217	2.426	Lucro bruto			Constituição/(reversão) da provisão para devedores duvidosos			
Outros créditos		2.032	374	77.307	63.182		(1.423)	(290)		
Total do ativo circulante		156.088	148.931	Receitas (despesas) administrativas			Constituição/(reversão) da provisão p/contingências			
Não circulante				Vendas			321		321	
Aplicações financeiras	5	19.889	14.465	20	(21.625)	(10.422)	Constituição/(reversão) de outras provisões			
Ativo fiscal a recuperar	9	8.711	14.737	Administrativas e gerais			211		-	
Imobilizado	10	721.028	449.533	20	(26.569)	(20.401)	Resultado na alienação de ativos			
Intangível		2.972	2.985	Despesas tributárias			829		-	
Total do ativo não circulante		752.600	481.720	Despesas com depreciação e amortização			Juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos			
Total do ativo		908.688	630.651	15	(1.915)	(1.060)	(2.796)	(1.684)		
Passivo				Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas			23.900		27.508	
Circulante				Lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos			25.907		30.866	
Empréstimos e financiamentos	12	166.711	80.112	Despesas financeiras			Redução (aumento) do contas a receber			
Emprést. de acionistas	7	4.448	12.079	21	(58.128)	(22.159)	(9.761)	(3.089)		
Fornecedores	11	23.000	13.703	Receitas financeiras			Redução (aumento) de adiantamentos			
Impostos e contribuições a recolher	13	4.228	7.938	21	32.453	12.610	6.966	(7.388)		
Benefícios a empregados		4.487	2.831	Resultado financeiro			(Aumento) redução de ativo fiscal a recuperar			
Outros débitos		211	-	25	(25.675)	(9.549)	(3.246)	(8.369)		
Total do passivo circulante		203.085	116.663	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social			(Aum.) red. de estoques			
Não circulante				Imposto de renda e contrib. social			(49.564)		(10.048)	
Empréstimos e financiamentos	12.2	536.204	341.437	16	-	(3.102)	(Aumento) redução em outros créditos			
Emprést. de acionistas	7	2.082	6.536	Lucro líq. do exercício			5.449		(2.659)	
Impostos e contribuições a recolher	13.2	7.984	7.234	232	232	18.215	9.297	622		
Provisão para contingências	14	641	321	Lucro por ação - R\$			Aum. em imp. e contrib.			
Total do passivo não circulante		546.911	355.528	0,00	0,00	0,12	(2.960)	7.272		
Patrimônio líquido	17	908.688	630.651	Quantidade de ações no final do exercício			(Aum.) redução de benefício a empregados			
Capital social		133.800	113.800	150.000.000	150.000.000		1.656	105		
Reservas de lucros		24.892	24.660	Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)			Caixa líq. proveniente das ativ. operacionais			
Total do patrim. líquido		158.692	158.460	2014			(29.161)		3.954	
Total do passivo e patrimônio líquido		908.688	630.651	2013			Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)				2014			2013			
Reservas de lucros				Capital Legal			Reservas de lucros			
				Incentivos fiscais			Lucros (prej.) acumulados			
				Total						
Saldo em 1 de janeiro de 2013		133.800	820	12.521	(6.896)	140.245	Aquis. de imobilizado	(284.231)	(206.717)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	18.215	18.215	Aquisição de intangível	-	(2.513)	
Distribuições do lucro:							Caixa líq. usado nas ativ.de investimento			
Reserva legal		-	911	-	(911)	-	(284.231)		(209.230)	
Reserva de incentivos fiscais SUDENE		-	-	1.042	(1.042)	-	Fluxo de caixa de ativ. de financiamento			
Reserva de incentivos fiscais ICMS		-	-	8.598	(8.598)	-	Aplic. não circulante			
Saldo em 31 de dezembro de 2013		133.800	1.731	22.161	768	158.460	(5.424)		(8.118)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	232	232	Captação de emprést.		399.437	268.333
Distribuições do lucro:							Pagto. de empréstimos		(111.194)	(18.321)
Reserva legal		-	12	-	(12)	-	Pagamento de juros		(30.773)	(13.876)
Reserva de incentivos fiscais ICMS		-	-	19.767	(19.767)	-	Caixa líquido proveniente das ativ. de financiam.		252.046	228.018
Saldo em 31 de dezembro de 2014		133.800	1.743	41.928	(18.779)	158.692	Aumento em caixa e equivalentes de caixa		(61.346)	22.742
							Saldo no início do exerc.		70.714	47.972
							Saldo no final do exerc.		9.368	70.714
							Aumento em caixa e equivalentes de caixa		(61.346)	22.742

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia Industrial de Cimento Apodi S.A. (“Sociedade”), é constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Virgílio Távora, 1701, andar térreo, loja comercial 1 e 2, Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará. A Sociedade atua principalmente na produção e comercialização de cimento, importação e exportação de bens de capital e matéria-prima e prestação de serviços relacionados com transporte, mistura e aplicação de materiais de construção. A Sociedade conta com seis unidades. Uma unidade de produção de concreto dosado em Eusébio (CE), uma unidade de produção de concreto dosado no Pecém (CE), uma unidade de produção de cimento Portland no Porto do Pecém, um Centro de Distribuição em São Luis (MA), um Centro de Distribuição em Teresina (PI), e uma unidade de produção de cimento Portland em Quixeré (CE), que está em fase final de sua construção.

2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi autorizada pela diretoria em 24 de abril de 2015. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas demonstrações foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros, análise do risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras são a definição de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações.

3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Transações em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas. **3.2. Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros não derivativos:** A Sociedade reconhece os

empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Sociedade em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Sociedade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. Os principais passivos financeiros não derivativos reconhecidos pela Sociedade são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar a partes relacionadas. *a. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial e quando a Sociedade gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado financeiro quando incorridos, assim como as flutuações do valor justo. Aplicações financeiras são reconhecidas nesta categoria. *b. Empréstimos e recebíveis:* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Sociedade na gestão das obrigações de curto prazo. *c. Passivos financeiros ao não derivativos - mensuração:* A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou paga. *d. Capital social:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. O Estatuto Social da Sociedade define que a distribuição do dividendo obrigatório somente ocorrerá após o transcurso do prazo de

3 (três) anos do início das operações industriais da Sociedade. **Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge:** A Sociedade mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros, fruto da importação de matérias primas. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas geralmente no resultado. **3.3. Contas a receber de clientes:** A redução ao valor recuperável das contas a receber é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na recuperabilidade dos recebíveis. A fim de monitorar a suficiência desta provisão, a Administração avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Sociedade e considera: (i) seu histórico de perda; (ii) o atraso na recuperabilidade de montantes significativos; e (iii) uma análise individual e em base global pelo tempo, se os montantes reconhecidos podem ser recuperados completamente. **3.4. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Estoques são mensurados de acordo com os custos históricos de aquisição ou custo de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los à sua localização e condição atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. Estoques são mensurados utilizando o método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas. **3.5. Imobilizado: a. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria Sociedade inclui: · o custo de materiais e mão de obra direta; · quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; · os custos de desmontagem e de restauração das Minas onde estes ativos estão localizados; e · custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O software adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. *b. Custos subsequentes:* Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. *c. Depreciação:* Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é

geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes: · edificações - 60 anos; · instalações - 10-15 anos; · móveis e utensílios - 10-15 anos; · máquinas e equipamentos - 3-25 anos; · veículos - 5-10 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

3.6. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Sociedade em condições que esta não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, que não os estoques e ativos fiscais a recuperar, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

3.7. Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para a participação nos lucros, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.8. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

3.9. Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo devoluções, descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Sociedade avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador e o custo associado puder ser mensurado adequadamente, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços: Receita de serviços é reconhecida quando o serviço está concluído. A conclusão do serviço é certificada pelo comprador. Se é provável que descontos serão concedidos e o valor pode ser mensurado

confiavelmente, o desconto é reconhecido como redução da receita de acordo com o reconhecimento das vendas.

3.10. Tributos sobre o lucro: Imposto de renda e contribuição social - Correntes: Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais e reconhecidos em deduções da receita e tributos sobre o lucro. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Exposições fiscais: Na determinação do imposto de renda corrente, a Sociedade leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. A Sociedade acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros.

3.11. Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao valor justo ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Vide maiores detalhes na nota nº 15. As subvenções para investimento passaram a ser contabilizadas no resultado a partir da aplicação da Lei nº 11.638/07. Posteriormente são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa média de juros implícita, nos contratos com respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Sociedade concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.13. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Sociedade estão mencionadas abaixo. A Sociedade não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments: A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos

pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

4. Caixa e equivalentes de caixa		2014	2013
Caixas		9	7
Saldos bancários		622	42.371
Aplicações financeiras de liquidez imediata		8.737	28.336
		9.368	70.714

As aplicações financeiras em renda fixa se referem exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (100% em 2013), e estão disponíveis para negociação imediata. Vale ressaltar que o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras.

5. Aplicações financeiras		2014	2013
Aplicações financeiras		19.889	14.465

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as aplicações financeiras se referiam, substancialmente, a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Trata-se de operação vinculada a financiamento pactuado junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A, a título de garantia complementar com fundo de liquidez, não-movimentável pela Sociedade, que corresponderá ao valor de pelo menos três prestações da operação, compreendendo principal e encargos. A aplicação referente ao financiamento da construção da fábrica de Pecém finalizou o ano com saldo de R\$ 2.460 (R\$ 2.214 em 2013), com liberação final em abril de 2022. A aplicação do financiamento da construção da fábrica de Quixerém finalizou o ano com saldo de R\$ 17.429 (R\$ 12.251 em 2013) e deverá ter sua liberação final em setembro de 2024.

6. Contas a receber

a. Composição do saldo		2014	2013
Contas a receber de clientes		28.274	18.513
Provisão para perda ao valor de recuperação		(2.058)	(3.481)
		26.216	15.032

b. Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento

	2014	2013
A vencer	17.858	12.235
Vencidos		
1 a 60 dias	6.215	2.657
61 a 120 dias	1.776	115
121 a 180 dias	367	25
Acima de 180 dias	2.058	3.481
Subtotal	10.416	6.278
	28.274	18.513

c. Movimentação na provisão para perda no valor de recuperação

	2014	2013
Saldo no início do exercício	3.481	3.191
Baixas	(1.736)	-
Adições	313	290
Saldo no final do exercício	2.058	3.481

A Administração avalia a necessidade de contabilização de provisão para perda no valor de recuperação com base na análise global dos atrasos, ajustada pela análise individual dos principais clientes, levando-se em consideração o conhecimento da Administração do mercado de atuação da Sociedade, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada situação.

d. Concentração da carteira de clientes

	2014	2013		
Maior cliente	7,45%	2.111	9,96%	1.844
Do segundo ao quinto maior cliente	7,45%	2.108	24,05%	4.452
Demais clientes	85,09%	24.055	65,99%	12.217
		28.274		18.513

e. Ajuste a valor presente: Em virtude do prazo médio de recebimento ser curto, atualmente 20 dias (em 2013, 30 dias), a

Administração da Sociedade entende que o efeito de ajuste a valor presente nas demonstrações da Sociedade é imaterial e, por isso, não foi registrado.

7. Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem, principalmente, de transações entre a Sociedade, seus acionistas e profissionais-chave da administração, as quais foram realizadas em condições e prazos pactuados entre as partes para os respectivos tipos de operações, e estão assim compostos nos encerramentos dos exercícios: A seguir apresentamos a relação de entes com as quais a Sociedade mantém transação:

Parte relacionada	Principal natureza das transações
Apodi Transporte e Locação Ltda.	Prestação de serviço de transporte
Francisco Ivens de Sá Dias Branco	Empréstimo de acionistas
Idibra Participações Ltda.	Compra de mercadoria
LDB Transportes Ltda.	Acionista da Sociedade e prestador de serviço

M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio

Compra de mercadorias

a. Saldos e transações com partes relacionadas 2014 2013

Transações ativas

Contas a receber

Idibra Participações Ltda. 77 65

M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio 1.442 258

Adiantamento a fornecedores

Apodi Transporte e Locação Ltda. 13 10

Total ativo **1.532 333**

Transações passivas **Taxas 2014 2013**

Empréstimos de acionistas

Francisco Ivens de Sá Dias Branco 120 a 125% do CDI 6.530 18.615

Circulante 4.448 12.079

Não circulante **2.082 6.536**

b. Transações comerciais

Aquisição

Venda de produtos **de produtos/mercadorias**

2014 2013 2014 2013

Acionistas

Francisco Ivens de Sá Dias Branco - 7 - -

Outras partes relacionadas

Idibra Participações Ltda. 77 2.070 - -

LDB Transportes Ltda. - - 44 29

Apodi Transporte e Locação Ltda. - - - 1.086

M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio 1.442 501 - -

Total **1.519 2.578 44 1.115**

10. Imobilizado

Obras civis, terrenos e instalações Máquinas e equipamentos Adiantamentos a Fornecedores, e importações em andamento Móveis, aparelhos e acessórios Veículos e aeronaves Equipamentos de processamento eletrônico Total

Custo

Saldo em 1º de janeiro de 2013 47.146 35.118 160.164 352 8.535 192 251.507

Adições 456 4.459 201.328 89 217 168 206.717

Saldo em 31 de dezembro de 2013 47.602 39.577 361.492 441 8.752 360 458.224

Adições 2.936 2.891 278.171 92 7 134 284.231

Transferências 43.752 135.972 (194.873) 1.127 13.688 334 -

Alienações (829) (829)

Saldo em 31 de dezembro de 2014 94.290 177.611 444.790 1.660 22.447 828 741.626

Depreciação

Saldo em 1º de janeiro de 2013 (1.706) (2.517) - (32) (457) (84) (4.796)

Depreciação no exercício (1.207) (1.872) - (28) (722) (66) (3.895)

Saldo em 31 de dezembro de 2013 (2.913) (4.389) - (60) (1.179) (150) (8.691)

Depreciação no exercício (1.345) (9.389) - (143) (815) (215) (11.907)

Saldo em 31 de dezembro de 2014 (4.258) (13.778) - (203) (1.994) (365) (20.598)

Valor residual contábil

Em 31 de dezembro de 2013 44.689 35.188 361.492 381 7.573 210 449.533

Em 31 de dezembro de 2014 90.032 163.833 444.790 1.457 20.453 463 721.028

a. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (Impairment): Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 a Sociedade analisou a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos destas poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, não observando a confirmação de tais indicadores. O ativo imobilizado da Sociedade, após análise de fontes externas e internas de informações, não apresenta qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano fixo, que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Sociedade.

b. Capitalização de juros: Ao longo da construção das plantas industriais os juros dos financiamentos obtidos junto ao BNB, destinados especificamente a essas construções foram lançados diretamente no imobilizado, em 2014 foram lançados juros no valor de R\$ 6.349 (2013 R\$ 11.026).

c. Ativos concedidos em garantias: Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Sociedade possuía bens do ativo imobilizado concedidos em garantia de operações financeiras, conforme apresentado abaixo.

11. Fornecedores

Fornecedores

No país: 20.898 13.474

No exterior: 2.102 229

Total de fornecedores 23.000 13.703

Ajuste a valor presente: A Administração da Sociedade, pelo fato do curto prazo médio de pagamentos, concluiu que as operações geram efeitos imateriais de ajuste a valor presente e, por isso, não foram registradas.

c. Remuneração do pessoal chave da administração: Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade registrou o montante de R\$ 109 (R\$ 147 em 31 de dezembro de 2013) relativos à remuneração do pessoal-chave da administração a título de benefícios de curto prazo. A Sociedade não concede ao seu pessoal-chave qualquer benefício que não seja de curto prazo, inclusive e especialmente, licença por anos de serviços e benefícios pós-emprego, tais como pensões e benefícios de aposentaria.

8. Estoques **2014 2013**

Produtos acabados 5.990 1.344

Matérias-primas 61.621 31.893

Materiais auxiliares e de consumo 10.078 2.632

Estoques em poder de terceiros 2.217 -

Importações em andamento **7.246 1.719**

87.152 37.588

A Sociedade, considerando a natureza de suas mercadorias, não possui indicadores que venham requerer a constituição de provisão para perdas sobre os estoques de produtos mantidos nos armazéns. As importações em andamento estão registradas em observância aos preceitos de transferência dos benefícios, controle e riscos associados à aquisição dos produtos.

9. Ativo fiscal a recuperar **2014 2013**

PIS e COFINS 15.736 9.758

IRPJ e CSLL 5.682 8.741

IPI 2.794 991

ICMS 8.873 9.496

Outros 31 884

Total **33.116 29.870**

Circulante 24.405 15.133

Não circulante 8.711 14.737

Os créditos de IPI, são basicamente oriundos das compras de insumos nacionais e importados para produção do cimento. Os créditos de PIS e COFINS, são oriundos das compras de insumos nacionais e importados para produção do cimento, além do crédito a recuperar sobre as aquisições do ativo imobilizado. A totalidade do saldo de 2014 está no circulante (R\$ 15.736), pois a Sociedade possui plano para recuperabilidade desses créditos durante o próximo exercício. Os créditos de ICMS do circulante de 2014 no valor de R\$ 162 (R\$ 9.496 em 2013), são basicamente oriundos das compensações pelas compras de insumos nacionais e importados, enquanto que o saldo de ICMS não circulante de R\$ 8.711 (R\$ 7.430 em 2013), refere-se ao imposto a recuperar das aquisições de ativo imobilizado. O saldo de imposto de renda e contribuição social refere-se basicamente ao imposto de renda pago a maior e base negativa de contribuição social.

11. Fornecedores

No país: 20.898 13.474

No exterior: 2.102 229

Total de fornecedores 23.000 13.703

Ajuste a valor presente: A Administração da Sociedade, pelo fato do curto prazo médio de pagamentos, concluiu que as operações geram efeitos imateriais de ajuste a valor presente e, por isso, não foram registradas.

12. Empréstimos e financiamentos**Composição da conta**

	Indexador	Juros (a.a.)	2014	2013
Moeda nacional				
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE	Taxa Fixa	Entre 3,5% e 10%	490.771	331.552
Finame	TJLP	Entre 3,5 e 10%	3.896	3.617
CDC	Taxa Fixa	Sem juros	1.107	-
Capital de giro	CDI	Entre 1% e 3%	<u>62.325</u>	-
Total em moeda nacional			<u>558.099</u>	<u>335.169</u>
Moeda estrangeira				
Capital de Giro conforme Lei 4.131	VC + Libor	Entre 2% e 4,5%	35.090	19.770
FINIMP	VC + Libor	Entre 1% e 3%	<u>109.726</u>	<u>66.610</u>
Total em moeda estrangeira			<u>144.816</u>	<u>86.380</u>
Total			<u>702.915</u>	<u>421.549</u>
Circulante			166.711	80.112
Não circulante			536.204	341.437

Por vencimento - Não circulante: As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2014	2013
2015	-	18.279
2016	87.032	39.428
2017	71.384	48.234
2018 em diante	<u>377.788</u>	<u>235.496</u>
Total não circulante	536.204	341.437

Garantias: Os financiamentos e empréstimos estão garantidos em sua totalidade, por hipoteca das fábricas, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, carta de fiança bancária, e o aval dos principais acionistas da Sociedade. **Covenants:** Os contratos de abertura de crédito de importação de mercadorias, financiamentos externos, financiamentos através das linhas de crédito do BNDES e FNE e capital de giro contém cláusulas restritivas, habituais para esse tipo de operação, que caso não sejam atendidas, podem fazer com que algumas dessas operações tenham seus vencimentos antecipados. Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições, restringem a autonomia da Sociedade nos casos de alteração da estrutura societária, pois não poderá haver alteração ou modificação da composição do capital social nem incorporação, cisão ou fusão da mesma, transferência ou cessão, direta ou indireta, de seu controle societário sem a prévia e expressa concordância da instituição financeira contratada; e exigem que a Sociedade não possua (i) protestos legítimos, (ii) ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos que, se decididos desfavoravelmente à Sociedade, teriam um efeito prejudicial sobre a condição financeira ou que prejudicariam sua capacidade de cumprir suas obrigações contratuais; (iii) bem como, a exigência de que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pela instituição financeira contratada. Atualmente, a Sociedade não está incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

13. Impostos e contribuições a recolher

	2014	2013
ICMS	10.210	8.770
Outros	<u>2.002</u>	<u>6.402</u>
Total	<u>12.212</u>	<u>15.172</u>
Circulante	4.228	7.938
Não circulante	7.984	7.234

Os débitos de ICMS do circulante em 2014, no montante de R\$ 2.230 (R\$ 1.535 em 2013), são basicamente oriundos do faturamento da Sociedade e do repasse das substituições tributárias estaduais, enquanto que o saldo não circulante de 2014, R\$ 7.980, refere-se à parcela a pagar do benefício fiscal do FDI-Provin (R\$ 7.234 em 2013). Os valores dos outros tributos são basicamente retenções a recolher e provisão para pagamento de INSS, FGTS, IRPJ e CSLL.

14. Provisão para contingências: A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrências e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotas, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos nossos assessores jurídicos que patrocinam as causas da Sociedade. Somente as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. Em 31 de dezembro de 2014 a Sociedade tinha o valor de R\$ 641 (R\$ 321 em 2013) provisionado de processos passivos classificados com risco de perda provável. Em 2014, os processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível são de R\$ 306 (R\$ 217 em 2013).

15. Subvenções governamentais: Estado do Ceará: As unidades de Pecém e Quixeré são beneficiárias do incentivo fiscal estadual relativo ao Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI - PROVIN, que prevê o diferimento de 75% e 99% do valor do ICMS apurado mensalmente, e ao final do prazo de 36 meses, na quitação de 25% e 1% desse ICMS. A legislação atual e o protocolo assinado com o Estado estabelecem parâmetros de pontuação para obtenção do incentivo, considerando o volume de investimento realizado, a geração de 160 empregos para Pecém e 300 para Quixeré, bem como a localização, itens estes que estão sendo atendidos. O direito ao recebimento da subvenção está ainda

condicionado ao pagamento no vencimento das parcelas devidas do ICMS. A Unidade de Pecém iniciou com essa subvenção em fevereiro de 2011, a qual findará em agosto de 2020, a Unidade de Quixeré iniciou em setembro de 2013 e findará em setembro de 2023. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, este incentivo fiscal totalizou R\$ 19.767 (R\$ 8.598 em 2013). **Incentivo Federal:** A Sociedade é beneficiária de subvenções Federais obtidas por conta da realização de investimentos na implantação de novas unidades industriais sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, esse incentivo fiscal é concedido pelo prazo certo de 10 (dez) anos, para os empreendimentos industriais que comprovarem, junto à SUDENE, a realização de investimentos na Região Nordeste do Brasil, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obter a contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento da região Nordeste do País. No ano de 2012 nossa unidade instalada em Pecém, obteve esse incentivo, válido até 2022. O valor a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste num montante equivalente ao resultado da aplicação do percentual de 75% (setenta e cinco por cento) sobre uma base de cálculo legalmente denominada de lucro da exploração (art. 1º da MP 2.199-14/01 e art. 1º do Decreto nº 6.539/2008). Em 2014, devido ao resultado fiscal apurado, a Sociedade não utilizou o benefício decorrentes dessa subvenção para investimento concedida pela União (R\$ 1.042 em 2013). A Administração da Sociedade cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, etc., bem como, não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes. Até então, entende-se que não foi descumprido qualquer condição que impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais que lhe foram concedidas.

16. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	2014	2013
Lucro antes do imp. de renda e contrib. social	232	21.317
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Impostos de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>79</u>	<u>7.248</u>
Adições permanentes:		
Ajuste RTT		
Despesas não dedutíveis	12.724	3.909
Exclusões permanentes:		
Amortização de prejuízos anteriores	-	(4)
Ajuste RTT	(11.657)	(1.969)
Outros itens	(26.936)	(3.158)
Imposto de renda e contribuição social no resultado antes da isenção	(25.790)	6.025
Subvenções governamentais	-	<u>(2.923)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado depois da isenção	-	3.102
Alíquota efetiva	-	15%

17. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social subscrito, totalmente integralizado é de R\$ 133.800 divididos em 133.800.160 de ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma pertencente inteiramente a sócios domiciliados no País. Durante o exercício de 2014 não houve aumento de capital. **b. Capital autorizado:** Depois de integralizados ¾ (três quartos) do capital subscrito, que é de R\$ 150.000, a Sociedade poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital, em uma ou mais parcelas, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 250.000.000 de ações. **c. Reserva de lucros - Incentivos fiscais:** Refere-se ao incentivo fiscal de redução do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e ao incentivo federal da SUDENE referente a redução da base de cálculo do Imposto de Renda da pessoa jurídica conforme comentado na Nota 15. **d. Destinação do lucro:** Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados: · 5% para constituição de reserva legal. · 25%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social. · O saldo, se houver ficará à disposição da Assembleia Geral, que decidirá sobre sua destinação. Conforme previsão estatutária, a distribuição dos dividendos obrigatórios somente ocorrerá após o transcurso do prazo de

3 (três) anos do início das operações industriais da sociedade, ou seja, a partir de fevereiro de 2014. Composição das participações societárias.

	% participação societária	
	2014	2013
Acionistas		
Francisco Ivens de Sá Dias Branco	34,00%	36,00%
Maria Regina S.L. Dias Branco	5,00%	5,00%
Francisco Marcos S.L. Dias Branco	5,00%	5,00%
Francisco Cláudio S.L. Dias Branco	5,00%	5,00%
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	2,00%	2,00%
Adauto Araujo Farias Júnior	5,00%	5,00%
Geraldo Luciano Mattos Júnior	2,00%	-
Juscelino Sarkis	22,60%	20,76%
LDB Transportes de Cargas Ltda.	10,00%	10,00%
Vera Lúcia Sarkis	8,00%	8,00%
Cristiane Sarkis Abdala	-	1,84%
Alberico Eugênio de Lacerda Gontijo	1,40%	1,40%

	18. Receita operacional líquida	
	2014	2013
Receita bruta		
Produtos e mercadorias vendidos	399.346	175.970
Serviços de concretagem	<u>33.133</u>	<u>29.255</u>
	432.479	205.225

	Deduções	
	2014	2013
Devoluções, descontos e cancelamentos	(34.967)	(496)
Impostos incidentes sobre as vendas	<u>(104.058)</u>	<u>(49.414)</u>
Receita operacional líquida	293.454	155.315

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	19. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	
	2014	2013
Matéria prima	(152.964)	(59.790)
Gastos gerais de fabricação	(44.047)	(14.332)
Mão de obra	(9.372)	(3.820)
Custo do serviço de concretagem	(23.445)	(14.154)
Custo da matéria prima revendida	(12)	(4.730)
Diversos	<u>(6.074)</u>	<u>(3.905)</u>
Custo dos Produtos Vendidos	(235.914)	(100.731)

	20. Despesas	
	2014	2013
Vendas		
Fretes e carretos	(19.260)	(9.058)
Comissões	(300)	(183)
Propaganda e publicidade	(2.776)	(880)
Provisão para perda no valor de recuperação de clientes	<u>711</u>	<u>(301)</u>
	(21.625)	(10.422)

	Administrativas e gerais	
	2014	2013
Pessoal e encargos	(13.278)	(10.892)
Serviços em geral	(9.427)	(6.492)
Honorários da diretoria	(109)	(147)
Viagens e estadas	(630)	(468)
Outras	<u>(3.125)</u>	<u>(2.402)</u>
	(26.569)	(20.401)

	21. Resultado financeiro	
	2014	2013
Receitas financeiras		
Variações monetárias e cambiais ativas	12.875	7.549
Juros e descontos obtidos	1.294	1.609
Rendimentos de aplicações financeiras	7.131	984
Ganho nas operações com derivativos	<u>11.153</u>	<u>2.468</u>
	32.453	12.610

	Despesas financeiras	
	2014	2013
Juros passivos	(21.443)	(5.934)
Variações monetárias e cambiais passivas	(24.251)	(15.512)
Perda nas operações com derivativos	(8.418)	-
Descontos concedidos	(2.058)	(176)
Outras despesas financeiras	<u>(1.958)</u>	<u>(537)</u>
	(58.128)	(22.159)

	Resultado financeiro, líquido	
	2014	2013
	(25.675)	(9.549)

As operações com derivativos NDF estão detalhadas na nota explicativa nº 22.b.

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: a. Instrumentos financeiros: Valor justo: Os valores justos estimados de ativos financeiros da Sociedade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. O CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece

uma hierarquia de três níveis para o valor justo: - **Nível 1** - Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; - **Nível 2** - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços); - **Nível 3** - Inputs para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os valores justos das aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores contábeis em virtude das operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Abaixo, seguem os ativos e passivos financeiros da Sociedade.

	Valor contábil		Valor justo	
	2014	2013	2014	2013
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	28.625	42.801	28.625	42.801
Aplicações financeiras	28.625	42.801	28.625	42.801
Empréstimos e recebíveis	33.064	59.836	33.064	59.836
Caixa e equivalentes de caixa	631	42.378	631	42.378
Contas a receber	26.216	15.032	26.216	15.032
Derivativo - NDF	6.217	2.426	6.217	2.426
Passivos financeiros ao custo amortizado	709.445	440.164	709.445	440.164
Empréstimos e financiamentos	702.915	421.549	702.915	421.549
Empréstimos de acionistas	6.530	18.615	6.530	18.615

b. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro: Os principais ativos e passivos financeiros da Sociedade referem-se a aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, e empréstimos e financiamentos. **Derivativo NDF:** No exercício de 2013 a Sociedade iniciou política de proteção cambial das suas aquisições de insumos importados, através da negociação de Contratos a Termo de Moeda sem Entrega Física, conhecidos como **NDF**. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Sociedade, além da proteção da variação cambial dos insumos importados. A Sociedade está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A alta Administração da Sociedade supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração fornece garantia à alta Administração da Sociedade de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Sociedade e disposição para risco da Sociedade.

b.1. Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preços. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e aplicações financeiras. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 31 de dezembro de 2014 e 2013. **Risco de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Sociedade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes da Sociedade sujeitas a taxas de juros variáveis. A Sociedade gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Como política, a Sociedade procura manter parte de seus empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas de juros. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Sociedade era:

	2014		2013	
Instrumentos de taxa fixa				
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos			496.267	333.068
			496.267	333.068
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras			28.625	42.801
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos			206.648	88.481
Empréstimos de acionistas			6.530	18.615
			241.803	149.897
Exposição à moeda estrangeira				
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)			144.816	86.380
Posição comprada de Termos de Moeda (NDF) e Swap (b)			<u>127.962</u>	<u>47.943</u>
Exposição líquida (a-b)			16.854	38.437

A posição comprada de Termos de Moeda (NDF) e de Swap, reflete o valor em moeda nacional, utilizando a taxa de fechamento do Banco Central de 31 de dezembro de 2014, das operações fechadas com os bancos Bradesco S/A, Banco Votorantim S/A e Banco Safra S/A e Banco Itaú S/A, nos valores de US\$ 21.602 mil, US\$ 2.063 mil, US\$ 16.810 e US\$ 7.700 mil respectivamente. Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade encerrou o exercício com exposição ao risco de taxa cambial. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade em relação à exposição cambial:

Instrumento	Exposição em		Risco	Cenário		
	31/12/2014	16.854		Provável (*)	Cenário Possível Δ 40%	Cenário Remoto Δ 80%
Empréstimos e financiamentos e derivativos			Dólar	-	6.742	13.483

(*) O cenário provável foi considerado com o dólar de fechamento. Em 31 de dezembro de 2014, o Dólar encerrou com valorização no exercício em relação ao Real de aproximadamente 13,39% (14,60% de desvalorização em 31 de dezembro de 2013). A exposição líquida da Sociedade ao risco cambial não é considerada significativa no longo prazo, em função dessa posição demonstrar apenas o resultado da Sociedade com toda sua produção ainda baseada na importação dos seus principais insumos, o Clínquer e a Escória Siderúrgica. Com o início da produção do Clínquer na nova unidade no Município de Quixeré, a partir de fevereiro de 2015 a exposição será bastante reduzida, pois essa unidade produzirá seu próprio Clínquer através da exploração de suas jazidas de calcário. Vale também salientar que boa parte desse risco está no longo prazo, pois se origina de operações vincendas no ano de 2016.

Abaixo as taxas do dólar de acordo com o Banco Central do Brasil:

	Taxa média		Taxa de fechamento	
	2014	2013	2014	2013
R\$/Dólar	2,3547	2,1605	2,6562	2,3426

Risco de preço das matérias-primas importadas: Os preços das principais matérias-primas e insumos são definidos pelo mercado internacional. Por esta razão os preços flutuam conforme a expectativa de oferta e demanda mundial. A Sociedade acompanha constantemente a evolução dos preços do clínquer e da escória siderúrgica, e como esse movimento pode afetar os negócios e resultados da Sociedade. Com o início da operação do forno da Unidade de Quixeré, ocorrido em fevereiro de 2015, esse risco deixará de ser representativo, pois a Sociedade irá produzir quase toda a matéria-prima necessária em sua produção.

b.2. Riscos de crédito: O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Sociedade está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. **Contas a receber:** O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Sociedade em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada as condições de mercado. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se estes clientes são atacadistas, varejistas, grandes construtoras ou outros clientes. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. A exposição máxima ao risco de crédito na data base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta Nota. **Caixa e equivalentes de caixa:** O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria da Sociedade de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente nos bancos Bradesco S.A, Itaú Unibanco S.A, Votorantim S.A, SAFRA S.A. e Banco do Nordeste do Brasil S.A. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pela Administração da Sociedade e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Sociedade ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é o valor registrado como demonstrado nesta Nota. **b.3. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com

seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Sociedade acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros não derivativos. A Sociedade não possui passivos financeiros derivativos.

Empréstimos e financiamentos

	Valor contábil	2 meses ou menos	2 - 12 meses
2014	166.711	43.344	123.367
2013	80.112	20.722	59.390

23. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Sociedade possuía as seguintes coberturas de seguros:

	2014	2013
Modalidade:		
Incêndio, inclusive decorrente de tumultos, queda de raio, explosão e implosão de qualquer natureza	220.000	70.000
Danos Elétricos	21.000	1.000
Equip. Móveis (Com tração própria)	20.500	500
Vendaval, Furação, Ciclone, Tornado, Granizo, Impacto de Veículos Terrestres e Fumaça	5.000	5.000
Cobertura Básica: Obras Civis em construção e instalação e montagem - incluindo testes e comissionamento	627.737	627.737
Cobertura Adicional de danos físicos em consequência de erro de projeto para obras civis (excluindo Itself)	201.054	201.054
Cobertura riscos do fabricante para máquinas e equipamentos novos	426.682	426.682
Cobertura adicional de manutenção ampla - 12 meses	627.736	627.736
Cobertura adicional responsabilidade civil geral e cruzada	2.000	2.000
Cobertura adicional de tumultos, greve e lock-out	35.000	35.000
	20% das perdas com no máximo	20% das perdas com no máximo
Cobertura Adicional de Despesas Extraordinárias	R\$ 35	R\$ 35
Custos de salvamento e contenção de sinistros	5.000	5.000
	20% das perdas com no máximo	20% das perdas com no máximo
Cobertura Adicional de Despesas de Desentulho	R\$ 35 MM	R\$ 35 MM
	20% das perdas com no máximo	20% das perdas com no máximo
Cobertura Adicional de Afretamento de Aeronaves	R\$ 1 MM	R\$ 1 MM

A Administração da Sociedade entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques, são consideradas suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas. Não fez parte do escopo do exame dos auditores, a suficiência dessa cobertura.

Adauto Araújo Farias Júnior

Diretor Presidente - CPF: 194.645.093-68

Fernanda de Fátima Campos Alves

Contadora - CRC-CE: 10.442/O-0 - CPF: 437.215.753-34.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e acionistas da Companhia Industrial de Cimento Apodi. Fortaleza - CE.

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Industrial de Cimento Apodi, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia Industrial de Cimento Apodi é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia Industrial de Cimento Apodi para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia Industrial de Cimento Apodi. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Industrial de Cimento Apodi em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza, 24 de abril de 2015. KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6. Eliardo Araújo Lopes Vieira. Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE.



COMPANHIA DE ALIMENTOS DO NORDESTE - CIALNE

CNPJ Nº 07.220.874/0001-01

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas

Em cumprimento aos dispositivos legais societários e ao Estatuto Social da Companhia, temos a satisfação de apresentarmos o Relatório Anual de 2014, com as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representado pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e da Demonstração do Fluxo de Caixa.

As demonstrações contábeis foram auditadas pela Ernest Young, tendo a auditoria independente emitido parecer no sentido de que às referidas demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Diretoria coloca-se à disposição dos senhores acionistas para quaisquer outros esclarecimentos. Fortaleza, Abril de 2015.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		5.416	12.712	7.304	13.770
Contas a receber de clientes		55.040	34.136	30.776	20.932
Estoques	4	22.675	25.599	35.367	32.748
Ativos biológicos	5	29.022	19.861	29.022	19.861
Tributos a recuperar		304	279	1.538	615
Outras contas a receber		5.889	11.060	6.294	11.907
Total circulante		118.346	103.647	110.301	99.833
Não circulante					
Depósitos judiciais		748	1.954	754	1.954
Partes relacionadas		4.000	-	4.000	-
Investimentos		529	5.255	127	127
Ativos biológicos	5	44.764	34.442	44.764	34.442
Imobilizado	6	296.099	291.126	313.888	308.693
Intangível		150	113	563	640
Total não circulante		346.290	332.890	364.096	345.856
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		24.257	6.872	25.761	8.249
Obrigações sociais		5.401	5.059	7.088	6.454
Empréstimos e financiamentos	7	77.821	57.933	78.964	58.604
Dividendos e participações		1.000	1.906	1.000	1.906
Impostos a recolher		1.558	3.163	1.926	3.317
Outras contas a pagar		493	1.435	520	1.463
Total passivo circulante		110.530	76.368	115.259	79.993
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	7	50.312	56.611	55.260	61.562
Impostos diferidos		67.896	68.483	67.896	68.483
Provisão para contingências		789	25	789	25
Total passivo não circulante		118.997	125.119	123.945	130.070
Patrimônio líquido					
Capital social	8	88.140	88.140	88.140	88.140
Reserva de capital		5.861	5.808	5.861	5.808
Reservas de lucros		7.201	5.691	7.201	5.323
Ajuste de avaliação patrimonial		133.907	135.411	133.907	135.411
Participação acionistas não controladores		-	-	84	944
Total patrimônio líquido		235.109	235.050	235.193	235.626
Total do passivo e patrimônio líquido		464.636	436.537	474.397	445.689

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Receita operacional líquida		352.856	305.183	387.668	323.345
Custos dos produtos vendidos		(302.275)	(252.118)	(319.627)	(263.016)
Lucro bruto		50.581	53.065	68.041	60.329
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(18.095)	(16.921)	(19.795)	(18.189)
Despesas com vendas		(3.852)	(3.339)	(12.309)	(8.384)
Despesas com logística		(13.303)	(9.184)	(21.466)	(15.332)
Depreciações e amortizações		(3.757)	(3.281)	(4.486)	(3.707)
Outras receitas operacionais, líquidas		4.778	3.986	4.017	2.212
Resultado de equivalência patrimonial		(4.726)	(7.083)	-	-
		(38.955)	(35.822)	(54.039)	(43.400)
Result. antes das receitas e despesas financeiras		11.626	17.243	14.002	16.929
Resultado financeiro		(11.154)	(8.670)	(14.389)	(10.025)
Result. antes do imp. de renda e da contrib. soc.		472	8.573	(387)	6.904
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	(3.592)	-	(3.592)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		587	383	587	383
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		1.059	5.364	200	3.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continuação

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.059	5.364	200	3.695
Outros resultados abrangentes				
Realização do custo atribuído	1.504	1.492	1.504	1.492
Total dos resultados abrangentes	2.563	6.856	1.704	5.187

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro do exercício	1.059	5.364	200	3.695
Ajustes para conciliar o resultado do exercício:				
Depreciação e amortização	32.581	30.549	34.365	31.575
(Reversão) liquidação créditos duvidosos	(241)	(347)	(138)	(210)
Provisão de contingências judiciais	764	-	764	-
(Reversão) itens obsoletos e perdas nos estoques	(262)	(190)	(53)	(173)
Ajuste a valor justo de ativo biológico	(3.483)	(3.028)	(3.483)	(3.028)
Resultado na baixa de imobilizado	(384)	613	(379)	608
Impostos sobre a renda diferidos	(587)	(383)	(587)	(383)
Variação cambial líquida	(461)	746	(462)	746
Resultado de investimentos em controladas	4.726	7.082	-	-
	33.712	40.406	30.227	32.830
(Aumento) Redução dos ativos operacionais				
Clientes	(20.663)	(14.571)	(9.706)	(219)
Estoques	3.185	(4.965)	(2.197)	(8.041)
Ativos biológicos	(33.165)	(18.546)	(33.165)	(18.546)
Outras contas a receber	5.989	(3.124)	5.525	(3.834)
	(44.654)	(41.206)	(39.543)	(30.640)
(Aumento) Redução dos passivos operacionais				
Fornecedores	17.385	(1.855)	17.512	(1.574)
Encargos sociais	(1.263)	1.164	(757)	1.530
Outras contas a pagar	(944)	3.421	(943)	3.509
	15.178	2.730	15.812	3.465
Juros pagos	(6.612)	(3.713)	(6.771)	(3.842)
Fluxo de caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	(2.376)	(1.783)	(275)	1.813
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adição de imobilizado e intangível	(20.042)	(15.500)	(21.941)	(18.556)
Aplicação financeira	-	100	-	160
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(20.042)	(15.400)	(21.941)	(18.396)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Redução de capital social	-	(56)	-	(56)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(86.642)	(51.167)	(89.194)	(51.988)
Empréstimos a pessoas ligadas	(4.000)	-	(4.000)	-
Captação de empréstimos	97.709	69.818	99.730	70.467
Juros apropriados	9.961	8.195	11.120	8.323
Dividendos pagos	(1.906)	(112)	(1.906)	(112)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	15.122	26.678	15.750	26.634
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(7.296)	9.495	(6.466)	10.051
Caixa e equivalente de caixa no início do período	12.712	3.217	13.770	3.719
Caixa e equivalente de caixa no final do período	5.416	12.712	7.304	13.770
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	(7.296)	9.495	(6.466)	10.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital Social	Legal	Retenção de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	88.196	5.539	1.069	136.903	(1.965)	229.742
Redução de capital	(56)	-	-	-	-	(56)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.364	3.364
Realização do custo atribuído	-	-	-	(1.492)	1.492	-
Destinações:						
Constituição de reserva legal	-	269	-	-	(269)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	4.622	-	(4.622)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	88.140	5.808	5.691	135.411	-	235.050
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.059	1.059
Distribuição de dividendos	-	-	(1.000)	-	-	(1.000)
Realização do custo atribuído	-	-	-	(1.504)	1.504	-
Destinações:						
Constituição de reserva legal	-	53	-	-	(53)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	2.510	-	(2.510)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	88.140	5.861	7.201	133.907	-	235.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Participação de acionistas não controladores	Total
	Capital Social	Legal	Retenção de Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	88.196	5.539	867	136.903	(1.965)	2.246	231.786
Redução de capital	(56)	-	-	-	-	-	(56)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.364	(1.669)	3.695
Lucro não realizados nos estoques	-	-	(166)	-	-	367	201
Realização do custo atribuído	-	-	-	(1.492)	1.492	-	-
Destinações:							
Constituição de reserva legal	-	269	-	-	(269)	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	4.622	-	(4.622)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	88.140	5.808	5.323	135.411	-	944	235.626
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.059	(859)	200
Lucro não realizados nos estoques	-	-	368	-	-	(1)	367
Distribuição de dividendos	-	-	(1.000)	-	-	-	(1.000)
Realização do custo atribuído	-	-	-	(1.504)	1.504	-	-
Destinações:							
Constituição de reserva legal	-	53	-	-	(53)	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	2.510	-	(2.510)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	88.140	5.861	7.201	133.907	-	84	235.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

1. Contexto operacional - A Companhia de Alimentos do Nordeste é uma Companhia de capital fechado, com sede na cidade de Fortaleza - CE, e que opera no segmento de avicultura desde 1966, e é controlada pela Cialne Participações S.A., que detém 97,35% das ações da Companhia, sendo 24.433.446 ações com direito a voto e 24.689.304 ações sem direito a voto. A Companhia é 100% verticalizada, da criação de aves avós, primeira linhagem dos frangos, até o frango de corte e produção de ração. Ao longo de toda a cadeia produtiva explora também a venda de pintos matrizes, ovos férteis e pintos de um dia, atuando como fornecedora e modeladora do mercado. Além disso, atua no segmento de pecuária como criadora de gado e produtora de leite. Opera atualmente com 53 unidades produtivas, entre granjas de avós, granjas de matrizes, incubatórios, granjas de frango de corte, fábricas de ração e fazendas de gado, nos estados do Ceará, Piauí, Maranhão e Paraíba. As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 26 de abril de 2015.

2. Investimentos em controlada - A Companhia mantém investimentos em controladas, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Cialne Indústria de Alimentos S.A.	84,47%	84,47%

A Cialne Indústria de Alimentos S.A., iniciou as atividades em 20 de agosto de 2009 e tem como objetivo social o abate de aves, suínos e pequenos animais, a preparação de cortes, o resfriamento e o congelamento de carne, bem como a venda a varejo dos seus produtos.

3. Políticas contábeis - As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

4. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Estoque de grãos	19.282	23.205	19.282	23.205
Material de embalagem	111	135	4.449	2.448
Produto Acabado	-	-	6.785	3.718
Subprodutos	-	-	764	882
Outros	27	57	47	262
Material de manutenção e suprimentos	3.446	2.668	4.856	3.062
Mercadoria para revenda	13	-	13	-
(-) Provisão perda estoque	-40	-	-356	-
(-) Provisão para obsolescência	-164	-466	-474	-829
Total	22.675	25.599	35.366	32.748

Foi constituída provisão dos itens em desuso a partir 180 (cento e oitenta) dias ou que ficaram obsoletos devido a uso de tecnologia atualmente disponíveis. A realização como perdas dar-se-á quando do levantamento em loco dos itens, quando da realização do inventário anual dos estoques.

5. Ativos Biológicos

Ativos biológicos é composto pelos seguintes animais vivos:

	Taxas anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	
				31/12/2014	31/12/2013
Aves em crescimento	-	21.625	-	21.625	13.688
Aves matrizes em crescimento	-	5.107	-	5.107	3.876
Aves matrizes avós em crescimento	-	2.290	-	2.290	2.297
Aves matrizes em postura	94,7	12.775	-5.936	6.838	6.389
Aves matrizes avós em postura	94,7	4.334	-1.829	2.506	1.358
Semoventes	-	310	-	310	290
Gado de cria	15,4	35.486	-3.529	31.957	23.774
Ovinos de cria	-	3.153	-	3.153	2.631
Saldo		85.080	-11.294	73.786	54.303
				Circulante	19.861
				Não circulante	34.442

continuação

**CONTINUAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DA COMPANHIA DE ALIMENTOS DO NORDESTE - CIALNE**

As movimentações dos animais vivos durante o exercício estão apresentadas a seguir:

	Saldo em 31/12/2013	Adição	Baixa	Ganho por ajuste a valor justo	Transferência	Saldo em 31/12/2014
Custo:						
Aves em crescimento	13.688	344.079	-336.141	-	-	21.625
Aves matrizes em crescimento	3.876	5.107	-	-	-3.876	5.108
Aves matrizes avós em crescimento	2.297	2.290	-	-	-2.297	2.290
Aves matrizes em postura	13.791	10.680	-15.572	-	3.876	12.775
Aves matrizes avós em postura	2.190	2.929	-3.081	-	2.297	4.334
Semoventes	290	20	-	-	-	310
Gado de cria	25.468	7.919	-1.384	3.483	-	35.486
Ovinos de cria	2.631	1.620	-1.098	-	-	3.153
Total do custo:	64.231	374.644	-357.276	3.483	0	85.080
Depreciação:						
Aves matrizes em postura	-7.402	-12.078	13.543	-	-	-5.936
Aves matrizes avós em postura	-832	-3.251	2.254	-	-	-1.829
Gado de cria	-1.694	-1.835	-	-	-	-3.529
Total da depreciação:	-9.928	-17.165	15.797	0	0	-11.294
Ativo biológico, líquido:	54.303	357.479	-341.479	3.483	0	73.786

O frango vivo e o pinto de 01 dia, classificados como Aves em crescimento, em sua produção, necessitam passar em média 43 e 21 dias, respectivamente, para atingir o peso comercial e para a eclosão do ovo. Durante este período eles se encontram em ordens de produção em processo (*Work in process* – WIP) avaliados ao custo de formação. As aves matrizes são aquelas que têm a função de produzir outros ativos biológicos. Enquanto não atingem a idade de reprodução são classificados como imaturos e quando estão aptos a iniciar o ciclo reprodutivo são classificados como maduros. Na opinião da Administração, o valor justo do ativo biológico aves está substancialmente representado pelo seu custo de formação principalmente devido ao curto ciclo de vida dos animais. Dessa forma a Administração manteve o registro dos ativos biológicos por seu custo de formação.

6. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto pelos seguintes itens:

	Controladora				
	Taxas anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2014	31/12/2013
Terreno	-	131.873	-	131.873	132.349
Edifícios e benfeitorias	4	146.637	-24.262	122.375	127.075
Bandejas e gaiolas plásticas	10	3.262	-2.317	944	711
Máquinas e equipamentos	10	41.010	-27.266	13.744	13.186
Máquinas agrícolas	10	8.134	-5.543	2.591	3.130
Máquinas incubadoras	10	4.554	-3.741	814	323
Equipamentos de informática	25	4.101	-3.674	428	491
Móveis e utensílios	10	2.013	-1.179	834	913
Veículos	20	29.732	-15.747	13.984	11.266
Aeronave	10	350	-15	335	-
Obras em andamento	-	5.921	-	5.921	1.047
Imobilizado em andamento	-	1.620	-	1.620	-
Máquinas e equipamentos em andamento	-	635	-	635	635
		379.842	-83.743	296.099	291.126
	Consolidado				
	Taxas anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2014	31/12/2013
Terreno	-	132.641	-	132.641	133.069
Edifícios e benfeitorias	4	156.894	-25.113	131.782	129.465
Bandejas e gaiolas plásticas	10	4.306	-2.596	1.710	1.110
Máquinas e equipamentos	10	47.417	-28.933	18.483	16.456
Máquinas agrícolas	10	8.134	-5.543	2.591	3.130
Máquinas incubadoras	10	4.554	-3.741	814	323
Equipamentos de informática	25	4.263	-3.773	491	543
Móveis e utensílios	10	2.778	-1.472	1.306	1.376
Veículos	20	32.256	-17.255	15.001	12.421
Aeronave	10	350	-15	335	-
Obras em andamento	-	6.373	-	6.373	10.165
Imobilizado em andamento	-	1.620	-	1.620	-
Máquinas e equipamentos em andamento	-	741	-	741	635
		402.327	-88.439	313.888	308.693

A seguir está apresentada a movimentação do ativo imobilizado na Controladora:

	Controladora				
	31/12/2013	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2014
Custo:					
Terreno	132.349	24	-500	-	131.873
Edificações	146.637	-	-	-	146.637
Bandejas e gaiolas plásticas	2.724	538	-	-	3.262
Máquinas e equipamentos	37.582	3.511	-83	-	41.010
Máquinas agrícolas	8.102	32	-	-	8.134
Máquinas incubadoras	3.814	740	-	-	4.554
Equipamentos de informática	3.924	177	-	-	4.101
Móveis e utensílios	1.928	85	-	-	2.013
Veículos	24.687	8.018	-2.973	-	29.732
Aeronave	-	350	-	-	350
Obras em andamento	1.047	4.873	-	-	5.922
Imobilizado em andamento	-	1.620	-	-	1.620
Máquinas e equipamentos em andamento	635	-	-	-	635
Total do custo:	363.429	19.968	-3.556	-	379.842
Depreciação:					
Edificações	-19.562	-4.700	-	-	-24.262

CONTINUAÇÃO

CONTINUAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DA COMPANHIA DE ALIMENTOS DO NORDESTE - CIALNE

Bandejas e gaiolas plásticas	-2.013	-305	-	-	-2.317
Máquinas e equipamentos	-24.396	-2.946	76	-	-27.266
Máquinas agrícolas	-4.972	-571	-	-	-5.543
Máquinas incubadoras	-3.491	-250	-	-	-3.741
Equipamentos de informática	-3.433	-241	-	-	-3.674
Móveis e utensílios	-1.015	-164	-	-	-1.179
Veículos	-13.421	-4.217	1.890	-	-15.747
Aeronave	-	-15	-	-	-15
Total da depreciação:	-72.303	-13.407	1.967	-	-83.742
Imobilizado, líquido:	291.126	-6.561	-1.589	-	296.099

A seguir está apresentada a movimentação do ativo imobilizado Consolidado:

	31/12/2013	Adição	Baixa	Transferência	Consolidado 31/12/2014
Custo:					
Terreno	133.069	24	-500	48	132.641
Edificações	149.517	96	-	7.282	156.894
Bandejas e gaiolas plásticas	3.256	1.051	-	-	4.306
Máquinas e equipamentos	41.922	3.858	-88	1.725	47.417
Máquinas agrícolas	8.102	32	-	-	8.134
Máquinas incubadoras	3.814	740	-	-	4.554
Equipamentos de informática	4.046	217	-	-	4.263
Móveis e utensílios	2.610	169	-	-	2.778
Veículos	26.886	8.303	-2.973	40	32.256
Aeronave	-	350	-	-	350
Obras em andamento	10.164	5.302	-	-9.095	6.373
Imobilizado em andamento	-	1.620	-	-	1.620
Máquinas e equipamentos em andamento	635	105	-	-	741
Total do custo:	384.021	21.866	-3.561	-	402.327
Depreciação:					
Edificações	-20.052	-5.061	-	-	-25.113
Bandejas e gaiolas plásticas	-2.146	-451	-	-	-2.596
Máquinas e equipamentos	-25.465	-3.547	79	-	-28.933
Máquinas agrícolas	-4.972	-571	-	-	-5.543
Máquinas incubadoras	-3.491	-250	-	-	-3.741
Equipamentos de informática	-3.503	-269	-	-	-3.773
Móveis e utensílios	-1.234	-237	-	-	-1.472
Veículos	-14.465	-4.680	1.890	-	-17.255
Aeronave	-	-15	-	-	-15
Total da depreciação:	-75.328	-15.080	1.969	-	-88.439
Imobilizado, líquido:	308.693	6.786	-1.592	-	313.888

7. Empréstimos e Financiamentos

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2014	31/12/2013
Controladora		
2015	-	24.492
2016	25.289	13.338
2017	14.163	9.901
2018	10.500	8.880
2019	360	-
	50.312	56.611
Consolidado		
2015	-	26.124
2016	27.357	14.069
2017	15.046	10.488
2018	11.252	9.429
2019	913	484
2020	553	484
2021	138	484
	55.260	61.562

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Circulante	Não circulante	Total
Controladora			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	57.933	56.611	114.544
Ingressos	91.857	5.852	97.709
Encargos	9.504	462	9.966
Variação Cambial	-827	0	-827
Amortizações de juros	-6.618	0	-6.618
Amortização de principal	-85.808	-833	-86.642
Transferências	11.780	-11.780	0
Saldos em 31 de dezembro de 2014	77.821	50.312	128.133
Consolidado			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	58.604	61.562	120.166
Ingressos	92.861	6.868	99.730
Encargos	9.663	1.460	11.123
Variação Cambial	-827	0	-827
Amortizações de juros	-6.777	0	-6.777
Amortização de principal	-88.360	-833	-89.194
Transferências	13.800	-13.800	0
Saldos em 31 de dezembro de 2014	78.964	55.260	134.224

8. Patrimônio Líquido - Capital social - O Capital Social da Companhia é de R\$ 88.140.084,00 (oitenta e oito milhões, cento e quarenta mil, oitenta e quatro reais), totalmente integralizado e representado por 50.649.358 (cinquenta milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, trezentos e cinquenta e oito) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 25.324.679 (vinte e cinco milhões, trezentos e vinte quatro mil, seiscentos e sessenta e nove) ações ordinárias e 25.324.679 (vinte e cinco milhões, trezentos e vinte quatro mil, seiscentos e setenta e nove) ações preferencias nominativas Classe "A". **Reservas de Lucros** - As Reservas de Lucros foram constituídas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 de acordo com as seguintes práticas. **Reserva Legal** - A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da lei societária. A Administração da Companhia constituiu

continuação

**CONTINUAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DA COMPANHIA DE ALIMENTOS DO NORDESTE - CIALNE**

reserva legal no montante de R\$ 55 durante o exercício de 2014 e devido ao lucro auferido no respectivo exercício. *Ajuste de Avaliação Patrimonial* - Na adoção inicial, foi atribuído custo dos terrenos e edificações da Companhia com a base em avaliação de mercado realizadas por profissionais legalmente habilitados, para fins de atualização patrimonial. Para atender o objetivo a que se propuserem, os laudos expressaram o valor potencial dos terrenos e edificações, os quais foram definidos:

	2014	2013
Terrenos	131.883	132.349
Edificações	121.126	127.075
Abaixo o saldo do ajuste correspondente a avaliação patrimonial		
	2014	2013
Ajuste de avaliação patrimonial	199.590	202.692
(-) Tributo sobre Ajuste de Avaliação Patrimonial	(65.683)	(67.281)
	133.907	135.411

8.1 Participação Acionistas não controladores – A participação de não controladores é a parcela do capital, reservas e resultados pertencentes a acionistas ou sócios minoritários sendo:

- Francisco de Araujo Carneiro 0,10%
- Cialne Participações S/A 15,43%

Participações Acionistas Não Controladores

	31/12/2014	31/12/2013
Francisco de Araujo Carneiro	0,10%	15
Cialne Participações S/A	15,43%	2.230

A participação de não controladores no resultado acumulado, está destacada e apresentada, respectivamente, como dedução ao capital social consolidado.

**FRANCISCO DE ARAÚJO CARNEIRO - Diretor Presidente - CPF: 000.331.703-04.
FELIPE LIMA VIANA - CONTADOR - CRC-CE 010.670/O-0 - CPF: 010.085.483-34**

*** **

**CL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 04.648.565/0001-30**

Relatório da Diretoria:

Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2014. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em (Em milhares de Reais)			Demonstrações do Resultado (Em milhares de Reais)		
	2014	2013		2014	2013
ATIVO	88.810	17.190	Receitas (despesas) operacionais	3.051	4.268
Circulante	17.118	3.637	Lucro Bruto	3.051	4.268
Não Circulante	71.692	13.553	Imposto de renda e contribuição social	(1.366)	(1.223)
PASSIVO	88.810	17.190	Lucro Líquido do Exercício	1.685	3.045
Circulante	62.133	2.865	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em milhares de Reais)		
Não Circulante	15.173	2.905		2014	2013
Patrimônio Líquido	11.504	11.420	Aumento (red.) de caixa e equiv. de caixa	2.591	29
Diretores: Marcos Baptista Carvalho, Marcelo Baptista Carvalho e Antônio Sérgio Bezerra Gomes; Contadora: Francisca das Chagas Barbosa Acácio - CRC/CE 017356/O-2			Caixa e equivalentes de caixa:		
			No início do exercício	37	8
			No fim do exercício	2.628	37
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
Em Milhares de Reais	Capital Social	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total	
Saldos em 31/12/12	10.400	-	(44)	10.356	
Aumento de Capital	870	-	-	870	
Lucro do exercício	-	-	3.045	3.045	
Constituição da Reserva Legal	-	150	(150)	-	
Constituição de Dividendos	-	-	(2.851)	(2.851)	
Saldos em 31/12/13	11.270	150	-	11.420	
Lucro do Exercício	-	-	1.684	1.684	
Constituição da Reserva Legal	-	84	(84)	-	
Constituição de Dividendos	-	-	(1.600)	(1.600)	
Saldos em 31/12/14	11.270	150	1684	13.104	
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis					
A CL Empreendimentos e Participações S/A é uma sociedade anônima de capital fechado. Sua principal atividade é incorporação de empreendimentos imobiliários.					

*** **

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CNPJ 17.343.682/0001-38 - Relatório Anual De Agente Fiduciário E Agente De Letras - Encontra-se à disposição dos Srs. Investidores o relatório anual das emissões de Debêntures, Certificado de Recebíveis Imobiliários e Letras Financeiras em que a PENTÁGONO atuou como Agente Fiduciário e Agente de Letras, respectivamente, no exercício social findo em 31.12.2014, nos termos e forma do artigo 68, § 1º, b da Lei nº 6.404/76 e artigo 12, XVII, XVIII e XIX da Instrução CVM 28/83. Este anúncio é de caráter exclusivamente informativo, não implicando em qualquer recomendação de investimento.

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Maranguape – Aviso de Licitação – Tomada de Preços Nº. 04.010/2015-TP. A Presidenta da Comissão Central de Licitação e Pregões da Prefeitura Municipal de Maranguape - CE, torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 19 de maio de 2015, às 9h, na sede da Comissão Central de Licitação e Pregões da Prefeitura de Maranguape, localizada no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Praça Senador Almir Pinto, 217 – Centro – CEP: 61.940-145 – Maranguape – Ceará estará realizando licitação na modalidade Tomada de Preços, cujo objeto é a contratação de empresa para construção da quadra poliesportiva no Distrito de Amanari, no Município de Maranguape/CE. O Edital e seus anexos já se encontram disponíveis no endereço acima no horário de 8h às 12h. **Karine dos Santos Costa - Presidenta.**

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Aracati - Extrato de Contrato. Contratante: Município de Aracati; Contratados: Nutrimesc Comercio de Alimentos Ltda – Me; Berenice Gomes Freitas de Oliveira EPP; Maria Francilene Bezerra da Silva Me; Paulo Sérgio Silva Oliveira Me; F. P. Façanha; Egeiros Educacional Ltda Me; Werbenia Amed da Silva; M & S Distribuidora de Alimentos Ltda; Flavio Cavalcante de Lima Me; Ferreira & Souza Ltda–Me; Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios destinados à composição da merenda escolar dos Programas PNAEF, PNAEP, PNAEC, PNAE MÉDIO, Mais Educação, PNAE EJA E AEE de responsabilidade da Secretaria de Educação do Município de Aracati-Ceará; Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico nº 001/2015 – SEDUCA; Vigência: 28/04/2015 à 31/12/2015; Gestor: Francisco José Mendes de Freitas.

SANTA MARIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CNPJ nº 12.053.787/0001-39 - Companhia em fase pré-operacional

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AOS ACIONISTAS: A administração da Santa Maria Energias Renováveis S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativos ao exercício de 2014, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2011 - Aneel. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. **A COMPANHIA:** Constituída em 02.06.2010 com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, localizada no Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL SM, constituída de onze Unidades Geradoras de 2,7 MW, totalizando 29,7 MW de capacidade instalada e 15,7 MW médios de garantia física de energia, bem como implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL SM, constituído de uma Subestação Elevadora, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 138 kV, com cerca de dez quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 138 kV da Subestação Coletora João Câmara III, as quais serão compartilhadas com Santa Helena Energias Renováveis e Ventos de Santo Uriel. No exercício findo, foram realizados trabalhos no canteiro de obras, sendo: a construção de acessos aos parques e rodovias internas, obras civis, concretagem das bases dos aerogeradores, execução das redes coletoras internas de média tensão (34,5 KV), subestação elevadora de 34,5/138KV, linha de transmissão 138KV e início da montagem eletromecânica dos aerogeradores. **DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO:** A Companhia, em fase pré-operacional, obteve no exercício, um resultado operacional líquido de R\$ 1.474. Com intuito de financiar os investimentos, além dos recursos dos acionistas, a Companhia buscou outras fontes de recursos no Mercado de Capitais, onde foram emitidas Notas Promissórias no montante de R\$ 25 milhões, com vencimento em 24.06.2014, as quais foram resgatadas com a emissão de Debêntures de curto prazo, no montante de R\$ 50 milhões, cujo vencimento se dará em 10.06.2015. Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. Maracanaú-CE., 31 de março de 2015. Edson Sardeto - Diretor Presidente.

BALANÇOS PATRIMONIAL LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 EM MILHARES DE REAIS

ATIVO	NE nº	31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.750	25.337
Outros créditos		2	-
Imposto de renda e contribuição social		247	7
Despesas antecipadas		10	75
Partes relacionadas	5	1	-
		32.010	25.419
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Partes relacionadas	5	7.958	658
Cauções e depósitos vinculados		101	-
Despesas antecipadas		-	39
		8.059	697
Imobilizado	6	105.444	35.353
		113.503	36.050
TOTAL DO ATIVO		145.513	61.469
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	29.899	4.628
Obrigações fiscais		20	486
Empréstimos e financiamentos	8	-	25.000
Debêntures	8	53.074	-
Dividendos a pagar	5	186	-
Outras contas a pagar		-	384
		83.179	30.498
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	5	39.541	13.250
Imposto de renda e contribuição social diferidos		375	-
		39.916	13.250
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	9	21.820	18.411
Reserva legal		39	-
Reserva de retenção de lucros		559	-
Prejuízos acumulados		-	(690)
		22.418	17.721
TOTAL DO PASSIVO		145.513	61.469

As notas explicativas - NE
são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 EM MILHARES DE REAIS

OPERAÇÕES CONTINUADAS	NE nº	31.12.2014	31.12.2013
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(130)	(175)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(130)	(175)
Resultado Financeiro	11		
Receitas financeiras		2.669	105
Despesas financeiras		(180)	(39)
		2.489	66
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		2.359	(109)
Imposto de renda e contrib. social 12			
Imposto de renda e contribuição social		(510)	(15)
Imposto de renda e contrib. social diferidos		(375)	-
		(885)	(15)
LUCRO LÍQUIDO (PREJ.) DO EXERCÍCIO		1.474	(124)

As notas explicativas - NE
são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS M 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 EM MILHARES DE REAIS

	31.12.2014	31.12.2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.474	(124)
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social	510	15
Imposto de renda e contribuição social diferidos	375	-
Redução (aumento) dos ativos		
Imposto de renda e contribuição social	(240)	(7)
Despesas antecipadas	104	(61)
Outros créditos	(2)	-
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	-	4.628
Imposto de renda e contribuição social pagos	(510)	(15)
Outras obrigações fiscais	(466)	457
Encargos de emprést. e financiamentos pagos	(1.557)	-
Outras contas a pagar	(384)	384
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(696)	5.277
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações financeiras	(101)	-
Créditos concedidos a partes relacionadas	(7.301)	-
Recebimento de principal de créditos concedidos a partes relacionadas	-	779
Aquisições de imobilizado	(40.189)	(19.922)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(47.591)	(19.143)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	-	25.000
Ingressos de debêntures emitidas	50.000	-
Ingressos de obrigações contraídas com partes relacionadas	29.700	-
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	-	13.250
Aumento de capital	-	961
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(25.000)	-
Amortização de principal de obrigações contraídas com partes relacionadas	-	(39)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	54.700	39.172
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.413	25.306
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	25.337	31
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	31.750	25.337
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIV. DE CAIXA	6.413	25.306

As notas explicativas - NE
são parte integrante das demonstrações financeiras

Informações adicionais sobre os fluxos de caixa
Transações não envolvendo caixa

Aquisições de imobilizado com acréscimo em fornecedores	25.271	-
Aumento de capital social com adiantamento	3.409	-

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
EM MILHARES DE REAIS**

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	31.12.2014	31.12.2013
Outros resultados abrangentes	1.474	(124)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.474	(124)

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
EM MILHARES DE REAIS**

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros		Total
			Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2013	17.450	-	-	(566)	16.884
Aumento de capital	961	-	-	-	961
Prejuízo do exercício	-	-	-	(124)	(124)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	18.411	-	-	(690)	17.721
Aumento de capital	3.409	-	-	-	3.409
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.474	1.474
Destinação proposta à A.G.O.:					
Reserva legal	-	39	-	(39)	-
Dividendos	-	-	-	(186)	(186)
Reserva de retenção de lucros	-	-	559	(559)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	21.820	39	559	-	22.418

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
EM MILHARES DE REAIS**

1. Contexto Operacional: A Santa Maria Energias Renováveis S.A. (Companhia) com sede na Rodovia CE 021, Km 08, s/nº, sala 02, Distrito Industrial, Maracanaú, Estado do Ceará, constituída em 02.06.2010, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), adquirida em 1º.08.2013. Tem como objeto social a geração de energia elétrica, a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada à comercialização na modalidade de produtor independente de energia, e a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria relacionados à geração de energias alternativas. Será constituída de onze unidades geradoras de 2,7 MW, totalizando 29,7 MW de capacidade instalada e 16,0 MW médios de garantia física de energia, localizada no Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional de construção de seu parque eólico, cuja previsão inicial de entrada em operação comercial era 1º.07.2014, porém em virtude de atrasos decorrentes do suprimento e montagem dos aerogeradores a nova previsão de entrada em operação comercial passa a ser 06.04.2015. A Companhia vendeu energia em leilão promovido pela Aneel, na modalidade de energia de reserva, cujas condições contratuais não obrigam a cobertura de lastro, não sendo necessária portanto a compra de energia para cumprimento de contrato. Em 1º.07.2014, a Companhia firmou Contrato de Energia de Reserva - CER na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Pelo referido contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar da entrada em operação, ao preço de R\$ 101,98/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. A data de vencimento da autorização da Central Geradora Eólica EOL SM é 07.05.2047.

2. Base de Preparação: **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31.03.2015. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.4.1. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na NE nº 3.5 - Redução

ao valor recuperável de ativos. **2.4.2. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NES nºs 3.2 e 13 - Instrumentos financeiros; e
- NES nºs 3.4 e 6 - Imobilizado.

3. Principais Políticas Contábeis: **3.1. Mudanças nas políticas contábeis:** Durante o exercício de 2014, o CPC emitiu revisões de pronunciamentos as quais não produziram efeitos nas principais políticas contábeis e nas demonstrações financeiras da Companhia. **3.2. Instrumentos financeiros: Ativos Financeiros:** **3.2.1. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado. **Passivos Financeiros:** **3.2.2. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **3.2.3. Baixas de passivos financeiros:** Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor. **3.4. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo. **3.5. Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. **3.6. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja mais provável que sim do que não ocorrer. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. Quando alguns ou todos os benefícios

econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **3.7. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento. **3.8. Arrendamentos:** Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais. **3.9. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo "Lucro Presumido". O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 no período de 12 meses, e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto). O imposto de renda e a contribuição social, calculados pelas alíquotas de 15% e de 9%, respectivamente, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (IOF). As receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos. **3.10. Destinação do lucro líquido:** Conforme disposições legais e estatutárias, do lucro líquido apurado no exercício será deduzida a parcela de 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. Os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. **3.11. Normas novas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor:** Uma série de novas normas, alterações e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º.01.2015 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas a seguir. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **IFRS 9 - Instrumentos financeiros:** Inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida. **IFRS 15 - Receita de contratos com clientes:** Exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento da receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º.01.2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e bancos conta movimento	75	4
Aplicações financeiras de liquidez imediata	31.675	25.333
	31.750	25.337

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de comprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas, em média, à taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	31.12.2014	31.12.2013
Entidades sob controle comum		
Ativo circulante - Santa Helena Energias Renováveis S.A.	1	-
Ativo não circulante - Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	3.650	-
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	3.650	-
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	658	658

Controladora

Passivo circulante - Dividendos	186	-
Passivo não circulante - Adiantamento para futuro aumento de capital	39.541	13.250

Os saldos em 31.12.2014 relativos à entidades sob controle comum, decorrem somente de operações entre empresas ligadas ao mesmo grupo econômico e referem-se às operações inerentes aos custos dos projetos em fase de construção. A Companhia não efetuou, no exercício, nenhum pagamento a título de remuneração a seus Administradores e tão pouco tem planos de benefícios de longo prazo. A Copel é a interveniente garantidora das debêntures emitidas pela Companhia, conforme NE nº 8.2.

6. Imobilizado

Saldo em	Saldo em		Saldo em		31.12.2014		
	1º.01.2013	Adições	Transferências	31.12.2013		Adições	Transferência
Adiantamento a fornecedores	15.431	9.541	(829)	24.143	45.206	(64.066)	5.283
Obras em andamento	-	10.381	829	11.210	24.885	64.066	100.161
	15.431	19.922	-	35.353	70.091	-	105.444

Os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços perfazem um montante previsto de R\$ 30.247, em 31.12.2014.

7. Fornecedores: Os saldos com fornecedores se referem a compra de materiais e serviços contratados para a construção dos parques eólicos.

8. Empréstimos e Financiamentos e Debêntures:

8.1. Empréstimos e financiamentos: A Companhia emitiu, em 26.12.2013, cinco notas promissórias com valor unitário de R\$ 5.000, totalizando R\$ 25.000. Sobre o valor incidiram encargos financeiros: juros e comissão (100% da taxa média do CDI mais 0,90% a.a.). As notas promissórias foram pagas integralmente no vencimento, em 24.06.2014.

8.2. Debêntures

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento	Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	31.12.2014
1º	10.06.2014	1	10.06.2015	100% CDI + Spread 0,90% a.a.	50.000	53.074

Características: Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor mínimo de R\$ 50.000. Foram emitidos 5000 títulos com valor unitário de R\$ 10. O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

Encargos financeiros: Juros pagos em uma única parcela na data de vencimento.

Destinação: Resgate de notas promissórias e investimento nos parques eólicos.

Garantias: Fidejussória.

Interveniente garantidora: Copel.

Agente fiduciário: C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

8.2.1. Mutação das debêntures

Em 1º. 01.2014	-
Ingressos	50.000
Encargos	3.074
Em 31.12.2014	53.074

8.3. Cláusulas contratuais restritivas: As debêntures foram emitidas com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; e não realizar, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso estejam em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atendam aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures. Em 31.12.2014, todas as condições foram plenamente atendidas.

9. Capital Social: O capital social integralizado, em 31.12.2014 monta a R\$ 21.820 (R\$ 18.411, em 31.12.2013) composto por 21.820.000 ações ordinárias pertencentes à Copel.

9.1 Proposta de distribuição de dividendos

Lucro líquido do exercício	1.474	
Absorção do prejuízo acumulado		(690)
Base de cálculo da reserva legal		784
Reserva legal (5%)		(39)
Lucro líquido ajustado - base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios (25%)		745
Dividendos propostos à A.G.O.		186

10. Despesas Operacionais

Despesas gerais e administrativas	31.12.2014	31.12.2013
Serviços de terceiros	(53)	(52)
Arrendamentos (a)	(23)	(45)
Seguros	(1)	(37)
Outros custos e despesas operacionais	(53)	(41)
	(130)	(175)

a) A Companhia arrendou terrenos junto a terceiros - partes independentes. Até a entrada em operação a Companhia efetuará pagamentos pré-determinados. Após a entrada em operação passará a pagar o percentual de 1,5% sobre a receita bruta, deduzidos os impostos, taxas e contribuições.

11. Resultado Financeiro

Receitas Financeiras	31.12.2014	31.12.2013
Rendas de Aplicações Financeiras	2.669	105
	2.669	105
(-) Despesas Financeiras		
Juros de mora, fiscais e outros	153	-
Imposto sobre Operações Financeiras	26	38
Tarifas bancárias	1	1
	180	39
Líquido	2.489	66

12. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2014	31.12.2013
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados	1.566	75
(-) IOF	(26)	(13)
Base de cálculo	1.540	62
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	370	15
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	140	-
Imposto de renda e contribuição social	510	15
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Receita financeira provisionada	1.103	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos = 34%	375	-

13. Instrumentos Financeiros**13.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros**

	NE nº	Nível	31.12.2014		31.12.2013	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	31.750	31.750	25.337	25.337
Empréstimos e recebíveis						
Cauções e depósitos vinculados (a)	4	1	101	101	-	-
			31.851	31.851	25.337	25.337
Passivos Financeiros						
Fornecedores (a)			29.899	29.899	4.628	4.628
Empréstimos e financiamentos (b)	8.1		-	-	25.000	25.031
Debêntures (c)	8.2		53.074	53.074	-	-
			82.973	82.973	29.628	29.659

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Apuração dos valores justos: a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização. b) Utilizado como premissa básica o custo da captação realizada pela Companhia. c) Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2014, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima. **13.2. Gerenciamento dos riscos financeiros:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção do seu patrimônio. Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: 13.2.1. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A Companhia administra o risco de crédito sobre Caixa e equivalentes de caixa considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. 13.2.2. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Os investimentos são financiados por meio de dívidas junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. Conforme divulgado na NE nº 8.3, a Companhia tem debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações. 13.2.3. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias:** Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias:** A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2014 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores: **Ativos Financeiros:** projeção de taxa CDI/Selic de 13,02% com base na taxa de referência de LTN, com vencimento em 04.01.2016 divulgada pela Bovespa em 30.12.2014; **Passivos Financeiros:** CDI/Selic de 12,50%, previsto na mediana das expectativas de mercado para 2015 do Relatório Focus do Bacen de 06.02.2015. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2015		
		31.12.2014	Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Baixa CDI/SELIC	31.675	4.124	3.095	2.062
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/SELIC	101	13	10	7
Passivos financeiros					
Debêntures	Alta CDI	(53.074)	(6.634)	(8.293)	(9.951)

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados

pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2014 estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

14. Provisões para Demandas Judiciais: Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais.

15. Seguros: A Companhia contratou apólice de seguro garantia de fiel cumprimento no valor de R\$ 5.550 com vencimento em 31.03.2015. Garante as obrigações assumidas pela Companhia em relação à autorização concedida pela Aneel para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da central geradora eólica denominada EOL SM.

Esta modalidade de seguro tem como objetivo garantir o fiel cumprimento de um contrato. O seguro-garantia não cobre danos e sim responsabilidades, pelo não cumprimento do contrato, sendo uma opção de garantia contratual prevista na legislação brasileira e que substitui a carta de fiança bancária, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

Diretor Presidente:

Edson Sardeto

Diretor Administrativo - Financeiro:

Nilton Moretti dos Santos

Diretor:

Pedro dos Santos Lima Guerra

Contador:

Ademilson Rodrigues dos Santos - CRC/PR nº 048673/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores da Santa Maria Energias Renováveis S.A. Maracanaú - CE.

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Maria Energias Renováveis S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras: Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Maria Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Ênfase: Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia está em fase pré-operacional e dessa forma não está gerando receita decorrente de sua operação. Portanto serão necessários novos aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação dos passivos existentes em 31 de dezembro de 2014 e consequente liquidação de obrigações futuras para complemento das obras. Curitiba, 31 de março de 2015. KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6-F-PR - João Alberto Dias Panzeri - Contador - CRC PR048555/O2.

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Os membros do Conselho Fiscal da Santa Maria Energias Renováveis S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Diretoria de Destinação do Resultado referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 31 de março de 2015.

Nilson Scheffler - Ana Clara Morrissy Johnsson - Artur Felipe Fischer Pessuti.

*** **

GERADORA EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA 2 S.A. - Torna público que recebeu da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, a Licença Prévia nº 46/2015-DICOP-GECON referente ao Projeto de implantação da Linha de Transmissão de energia elétrica denominada LT 230 kV SE Coletora Cacimbas / SE Ibiapina II, com extensão de 18,6 KM, a qual interligará a Subestação SE Coletora CACIMBAS, pertencente ao Complexo Eólico Bons Ventos da Serra 2, a Subestação SE IBIAPINA II, passando pelos municípios de Ibiapina e Ubajara - CE. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE.

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Fortim – Extrato Contratual Pregão Eletrônico Nº 1203.03/15 - SMS. Objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de medicamento, material médico hospitalar, instrumental, urgência e mobilização, insumos e outros, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Fortim-Ce.. Contratante: Secretaria Municipal de Saúde; Contratado: Comercial Valfarma LTDA; Nuvex Comercio de Produtos Medicos LTDA; Equipos Médicos Com. e Rep. LTDA; Panorama Comercio de Prod. Médicos e Farmacêuticos LTDA. Valor Global: Comercial Valfarma LTDA R\$ 22.294,00 (vinte e dois mil duzentos e noventa e quatro reais); Nuvex Comercio de Produtos Medicos LTDA R\$ 181.999,00 (cento e oitenta e um mil novecentos e noventa e nove reais); Equipos Médicos Com. e Rep. LTDA R\$ 23.798,82 (vinte e três mil setecentos e noventa e oito reais e oitenta e dois centavos); Panorama Comercio de Prod. Médicos e Farmacêuticos LTDA R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais). Data da Assinatura: 20 de abril de 2015. Vigência: 12 (doze) meses; Dotação: 1001.10.302.0016.2.036; 1001.10.301.0015.2.032 Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00/44.90.52.00; Assina pela Contratante: Mauro Cavalcante de Souza Júnior; Assina pelo Contratado: Ricardo Lira Pimentel; Thiago Marco Barros Maia (procurador); Lucia Fontenele Ribeiro; Francisco Vladson Feitosa Serra Azul (procurador). **Fortim – CE, 29 de Abril de 2015. Nataniele G. Rodrigues – Pregoeira.**

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Saboeiro – Extratos de Contratos. Contratante: Prefeitura Municipal de Saboeiro-CE/ Contrato nº 14.04.001-01/2015-Secretaria da Educação; Contrato nº 14.04.001-02/2015-Secretaria da Saúde Contrato nº 14.04.001-03/2015-Fundo Geral/Secretaria da Administração, Contrato nº 14.04.001-04/2015-Secretaria do Trabalho e Assistência Social. Contratada: J A Bandeira Dias Junior - ME. Objeto: Aquisição de impressores para atender as Diversas Secretarias do Município de Saboeiro. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02. Vigência: 14/04/2015 à 31/12/2015. Valores: Secretaria da Saúde: R\$ 89.190,50 (oitenta e nove mil e cento e noventa reais e cinquenta centavos) – Dotação: 0701.103010068.2.021; Secretaria da Educação: R\$ 23.980,00 (vinte e três mil e novecentos e oitenta reais) – Dotação: 0601.121220060.2.010, Fundo Geral/Secretaria da Administração: R\$ 24.560,00 (vinte e quatro mil e quinhentos e sessenta reais) – Dotação: 0401.041220001.2005 e Secretaria do Trabalho e Assistência Social: R\$ 13.090,00 (treze mil e noventa reais) – Dotação: 0801.082440067.2.044. Assinam pela Contratante: Samia Mikaelly Palácio Teotônio – Sec. Da Saúde; Rita de Cássia Pereira – Sec. Da Educação e Raimunda Ciliane Pereira de Souza – Fundo Geral/Sec. da Administração e Maria Aurileide de Souza Soriano - Sec. do Trabalho e Assistência Social. Assina pela Contratada: José Arivaldo Bandeira Dias Junior – Titular da empresa. Data da Assinatura: 14 de abril de 2015.

CASA DOS VENTOS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CNPJ: 10.772.867/0001-19

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos ao exame de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da empresa Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Maracanaú, 10 de abril de 2015.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares Reais)				Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares Reais)				Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)					
Ativo	Notas	2014	2013		Notas	2014	2013		2014	2013		2014	2013
Circulante				Receita operacional líquida	12	11.468	19.124	Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Caixa e equivalente de caixa	5	3.304	3.136	Custo mercadorias/ serviços e produtos vendidos		(366)	—	Prejuízo do exercício	23.310	34	Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	6	18.490	19.259	Lucro Bruto		11.102	19.124	Contas a receber	769	(19.259)	Contas a receber a longo prazo	(6.294)	(3.883)
Estoques		605	280	Despesas operacionais				Estoques	(325)	—	Depósitos Judiciais	(22)	—
Despesas antecipadas		5	5	Despesas gerais ou administrativas	13	(56.447)	(22.690)	Despesas antecipadas	—	—	Fornecedores	(859)	2.952
Outros créditos		182	537	Outras receitas operacionais líquidas	14	67.184	2.690	Outros créditos	355	(634)	Obrigações tributárias	(1.026)	66
		22.586	23.217	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		21.839	(876)	Provisões	133	—	Outras Obrigações	4	2.107
Não circulante				Resultado financeiro líquido	15	1.390	937	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	16.045	(18.617)	Aquisição de investimentos	(1.748)	(77)
Contas a receber a longo prazo	8	42.262	35.968	Variação cambial líquida		118	—	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			Aquisição de imobilizado	(16.076)	(9.398)
Mútuos	17/ 19	—	2.920	Resultado antes dos impostos		23.347	61	Aquisição de intangível	(532)	(750)	Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(18.356)	(10.225)
Depósitos Judiciais	18	44	22	Imposto de renda e contribuição social	16	(37)	(27)	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento			Captação de mútuos pessoas ligadas	—	1.573
Investimentos	7	1.842	94	Prejuízo do exercício		23.310	34	Aumento de capital	14.799	29.341	Redução de capital	(15.242)	—
Imobilizado	9	39.188	23.112					Constituição reserva de lucro	2	—	Emprést. pessoas ligadas	2.920	(2.915)
Intangível		1.777	1.245					Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	2.479	27.999	Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	168	(843)
		85.113	63.361					Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	3.136	3.979	Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	3.304	3.136
Total do ativo		107.699	86.578					Aumento do caixa e equivalentes de caixa	168	(843)			
Passivo Circulante													
Fornecedores	10	2.881	3.740										
Obrigações tributárias		1.367	2.393										
Provisões		490	357										
Outras Obrigações		12	8										
Dividendos Propostos		1.596	—										
		6.346	6.498										
Não circulante													
Empréstimos a pessoas ligadas	17/ 19	1.573	1.573										
		1.573	1.573										
Patrimônio líquido													
Capital social	11	85.418	85.710										
Reserva de lucros		14.362	—										
Prejuízos acumulados		—	(7.203)										
		99.780	78.507										
Total do passivo e patrimônio líquido		107.699	86.578										

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares Reais)

	Notas	Capital social	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2013		56.369	—	(7.237)	49.132
Integralização de capital		29.341	—	—	29.341
Resultado do exercício		—	—	34	34
Saldos em 31 de dezembro de 2013		85.710	—	(7.203)	78.507
Redução de capital	11.b	(15.091)	—	—	(15.091)
Integralização de capital	11.a	14.799	—	—	14.799
Constit. de reserva de lucro	11.d	—	2	—	2
Constituição de dividendos	11.c	—	—	(1.596)	(1.596)
Lucro do exercício em 31/12/2014		—	—	23.310	23.310
Constit. de reserva de lucros		—	14.360	(14.360)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2014		85.418	14.362	—	99.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares Reais)

1. Contexto operacional: A Companhia, com sede em Maracanaú, estado do Ceará, foi constituída em 13 de abril de 2009 e até a presente data não entrou em fase operacional. A Companhia tem por objeto social a geração, como produtor independente, de energia elétrica, a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada à comercialização na modalidade de produção independente de energia; e, para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria e outros serviços relacionados à geração de energias alternativas, obedecidas as normas legais e regulamentares aplicáveis a esse ramo de atividade. **Cisão Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A:** Em AGE realizada em 20 de outubro de 2014, foi aprovado a Cisão parcial da Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. O balanço patrimonial cindido pela Casa do Ventos Energias Renováveis S.A., na data-base de 20 de outubro de 2014, suportado por laudo de avaliação emitido por perito independente, era composto pelos seguintes elementos patrimoniais:

Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalente de caixa	572
Contas a receber	30.343
Estoques	643
Despesas antecipadas	5
Outros créditos	-
	<u>31.563</u>
Não circulante	
Contas a receber Longo Prazo	59.006
Mútuos	-
Depósito judiciais	22
Investimentos	17.148
Imobilizado	35.339
Intangível	<u>1.443</u>
	<u>112.982</u>
Total do ativo	<u>144.521</u>
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	14.180
Obrigações tributárias	1.419
Provisões	807
Outras Obrigações	<u>21</u>
	<u>16.429</u>
Não circulante	
Empréstimos a pessoas ligadas	<u>10.673</u>
	<u>10.673</u>
Patrimônio líquido	
Capital social	100.964
Reserva de lucros	2
Prejuízos acumulados	<u>16.455</u>
	<u>117.421</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>144.521</u>

A cisão aprovada reflete na retirada dos investimentos e capital social no montante de R\$ 15.241, o qual terá sua contrapartida no cancelamento no montante de 15.241.000 das suas ações. Passando de 105.644.000 para 90.402.000 subscritas.

2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de março de 2015. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas notas explicativas.

3. Principais práticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações

financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas notas explicativas. **d. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros: aplicações financeiras. **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, salários a pagar, obrigações fiscais e sociais, empréstimos e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende o saldo dos numerários em conta corrente e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. A Companhia tem os seguintes caixa e equivalentes de caixa: recursos financeiros em moeda nacional (caixa), depósitos em conta corrente e aplicações financeiras. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não

são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes e outros recebíveis. **Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Eventuais custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido remanescente permanece nas reservas de lucros no patrimônio líquido até a destinação aprovada na Assembleia dos acionistas. **e. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: · Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. · Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). · Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Investimentos em instrumentos patrimoniais:** Os valores justos dos investimentos em instrumentos patrimoniais são determinados através da elaboração de fluxos de caixa descontados utilizando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado. **f. Ativo imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciações:** A depreciação será calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação será reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não serão depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **g. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro

não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor a receber sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não identificou indícios que resultem em "impairment" para os seus ativos.

h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Não foram identificadas transações que fossem consideradas relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e que requeriam ajuste a valor presente.

i. Ativos arrendados: Os ativos mantidos pela Companhia sob arrendamento não transferem para a Companhia todos os riscos e benefícios de propriedade e são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

j. Provisões e passivos contingentes: Provisões: provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Passivos contingentes: passivo contingente é uma obrigação possível, mas incerta, ou uma obrigação presente que não é reconhecida porque não atende as condições para ser uma provisão. As contingências passivas significativas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.

Ativos contingentes: possíveis ativos que se originem de eventos passados e cuja existência dependa da ocorrência ou não-ocorrência de eventos além do controle da Companhia. Ativos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado ou na demonstração consolidada do resultado, mas sim divulgados nas notas explicativas, desde que seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

k. Impostos e contribuições: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em

outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

l. Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. Receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de direitos sobre contratos de arrendamentos: Receita de compra de cessiones, resultante de arrendamentos mercantis operacionais, onde a Companhia antecipa ao arrendatário um percentual do montante total a receber decorrente da energia a ser gerada na propriedade pelo período do arrendamento, para ter o direito de receber todo o fluxo de caixa futuro decorrente desta operação, o qual é contabilizado de forma linear ao do período decorrente do arrendamento mercantil.

Receita de consultoria: Receita de consultoria, resultante dos serviços prestados na intermediação da venda dos projetos eólicos, onde a Companhia efetua a análise dos ventos na região onde se estabelecerá cada unidade geradora de energia e posteriormente vende cada central eólica para investidores no mercado. As receitas dessa operação são contabilizadas na competência em que as prestações de serviços são executadas. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de março de 2015.

m. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica.

n. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

o. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas notas explicativas.

4. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação

na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos: Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações fiscais e créditos com pessoas ligadas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Ativo imobilizado: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações: A depreciação será calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituído do custo. Considerando que a empresa encontra-se em fase pré-operacional nenhuma depreciação foi contabilizada. A depreciação será reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não serão depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Redução ao valor recuperável: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um

efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor a receber sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não identificou evidências de perdas que resultem em "impairment".

d. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras referem-se basicamente às tarifas bancárias. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e demais juros recebidos, quando aplicáveis. **e. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **f. Novas normas ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia está mencionada abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros): A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

	2014	2013
5. Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	187	-
Bancos	12	-
Aplicações Financeiras (a)	3.105	2.897
	3.304	127.609

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários remunerados a 100% do CDI, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2014	2013
6. Contas a receber		
Salus Fundo de Investimento (a)	9.800	19.259
Furnas Centrais Elétricas (b)	8.690	-
Crédito com terceiros - Furnas	27.426	-
Antecipações recebíveis - Furnas	(18.736)	-
	18.490	19.259

(a) A Companhia possui saldos de contas a receber do Salus Fundo de Investimento em Participações, parte relacionada, no montante de R\$ 9.800 (montante de R\$ 19.259 em 2013) com vencimento até dezembro de 2015, decorrentes das prestações de serviços de consultoria executadas no exercício de 2014 conforme contrato firmado entre a Casa dos Ventos e o Salus Fundo de Investimento em Participações. (b) A Companhia possui saldo a receber de Furnas Centrais Elétricas S.A - FURNAS pela transferência dos direitos e obrigações relativos ao Complexo Eólico Itaguaçu da

Bahia, no valor de R\$ 27.426, atualizados pela variação do CDI, dos quais, R\$ 18.736 foram objeto de operação de antecipações de recebíveis realizada com o FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios.

7. Instrumentos financeiros - investimentos

a. Investimentos em títulos patrimoniais

	2014	2013
	Valor de Mercado	Valor Contábil
Ventos de Bom Retiro Energias Renováveis S.A	26	26
Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A	47	47
Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A	47	47
Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A	47	47
Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A	47	47
Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A	47	47
Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A	47	47
Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A	47	47
Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A	47	47
Geradora Eólica Ventos de Santa Marcela SPE S.A	47	47
Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A	47	47

A Companhia não é controladora e não possui influência significativa nas tomadas de decisões das investidas

b. Outros Investimentos

	2014	2013
	Valor de Mercado	Valor Contábil
Consórcio 500	978	978
Projeto São Clemente	362	362
	1.340	1.340

8. Valores a receber a longo prazo

	2014	2013
Cessão de direitos creditórios (a)	10.112	15.579
(-) Deságio (b)	(6.909)	(12.974)
Adiantamento de terras (c)	9.019	9.358
Adiantamento de fornecedores	6.510	13.988
(-) Redução ao valor recuperável (d)	(468)	(468)
Vendas de Fazendas	-	10.484
Furnas Centrais Elétricas (e)	23.998	-
	42.262	35.968

(a) Aquisição de direitos referentes a contratos de arrendamentos, os quais transferem fluxos de recebimentos à utilização da propriedade do vendedor para a Casa dos Ventos. (b) O saldo de R\$ 6.909 (R\$ 12.974 em 2013) refere-se ao deságio na aquisição das cessões de direitos creditórios (nota a acima). Esse deságio será reconhecido no momento da receita recebida. (c) Esse valor referem-se a diversos adiantamentos para compra de terras e fazendas, cuja transferência da propriedade ainda não ocorreu. Abaixo demonstramos a situação destes adiantamentos ao término do exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

Ano	Montante Adiantado	Efetuosos ou realizados
2010	419	Vencidos a mais de 720 dias
2011	4.134	Vencidos a mais de 720 dias
2012	2.471	Vencidos a mais de 720 dias
2013	413	Vencidos a mais de 360 dias
2014	1.582	Até 360 dias
	9.019	

A Companhia efetuou adiantamentos para compra de terras no montante de R\$ 9.018 (R\$ 9.358 em 2013), cujo montante de R\$ 7.024 (R\$ 6.525 registrado a mais de um ano em 2013) está registrado há mais de dois anos, pois os registros e lavratura das escrituras em cartórios dependem de autorização dos órgãos competentes. A Administração da Companhia está envidando seus melhores esforços para regularizar esses ativos na maior brevidade possível.

(d) O saldo de R\$ 468 (R\$ 468 em 2013) é decorrente de ajuste ao valor recuperável registrado pela Companhia para fazer frente as perdas relacionadas aos adiantamentos para compras de terras. (e) A Companhia tem registrado no longo prazo um saldo de R\$ 23.998, atualizados pela variação do CDI, de Furnas Centrais Elétricas S.A - FURNAS, pela transferência dos direitos e obrigações relativos ao Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia.

9. Imobilizado

	Taxa depreciação % a.a.	Custo Aquisição	Adições	Baixas	Depreciação	2014 Líquido	2013 Líquido
Bens em operação							
Fazendas (a)	-	7.842	575	(25)	-	8.392	7.842
Equipamentos, máquinas e instalações	10	2.699	3.937	(460)	(413)	5.763	2.699
Veículos	20	1.459	3.485	(88)	(668)	4.188	1.459
Móveis e utensílios	10	856	147	(1)	(90)	912	856
Equipamentos de processamento de dados	10	367	369	(4)	(57)	675	367
Instalações	10	180	-	-	(7)	178	180
Comunicação e telefonia	10	80	-	(2)	(13)	65	80
Torres anemométricas (b)	10	3.831	105	(30)	(393)	3.513	3.831
Ferramentas	10	102	37	-	(12)	127	102
Obras civis	4	80	5	-	(42)	43	80
Benfeitorias em bens de terceiros	4	973	-	-	-	973	973

	Taxa depreciação % a.a.	Custo Aquisição	Adições	Baixas	Depreciação	2014 Líquido	2013 Líquido
Imobilizações em andamento							
Máquinas e equipamentos nacionais	-	30	-	(30)	-	-	30
Torres Anemométricas (b)	-	4.613	10.418	(672)	-	14.359	4.613
		23.112	19.078	(3.002)	(1.653)	39.188	23.112

(a) Fazendas adquiridas para desenvolvimento futuro de novos projetos eólicos.

(b) Instrumentos utilizados para a medição do potencial eólico das áreas exploradas pela Companhia

	2014	2013	
10. Fornecedores			findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 756 (R\$ 82 em 2013).
Fornecedores nacionais	1.566	1.754	16. Imposto de renda e contribuição social: A seguir resumem-se os efeitos de Imposto de Renda e Contribuição Social levados ao resultado da Companhia: a. Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre a operação:
Fornecedores estrangeiros	<u>1.314</u>	<u>1.986</u>	
	2.880	3.740	

11. Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2014, o capital social autorizado é de R\$ 90.098 (R\$ 100.192 em 2013) e está representado por 90.098.000 (100.192.000 em 2013) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado é de R\$ 85.418 (R\$ 85.710 em 2013) e está representado por 85.418.000 (85.710.000 em 2013) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de janeiro de 2013, foi aprovada a prorrogação do prazo de integralização das ações pelo acionista Salus Fundo de Investimento em Participações até 8 de março de 2015. **a. Redução de capital social:** Conforme Ata Assembleia Geral Extraordinária de 22 de outubro de 2014, foi aprovada a redução de capital suscrito da Companhia do atual R\$ 90.402 para R\$ 90.098, redução essa portanto no valor de R\$ 304, com o cancelamento de ações. **b. Dividendos:** Dentre as principais determinações do Estatuto Social, estão destacadas: (i) a Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva; (ii) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 10% do lucro líquido. Foi calculado 10% do lucro líquido, para Dividendos propostos a serem aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral com fins de pagamento de dividendos conforme determinação no Estatuto Social. **c. Reserva legal:** Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art.193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **12. Receita operacional líquida:** As receitas operacionais da Companhia decorrem das seguintes fontes: (i) prestação de serviço de consultoria para a venda de projetos relacionados à geração de energias alternativas, (ii) receitas com arrendamento mercantil - alugueis; e (iii) venda de sucata que estão assim representadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

	2014	2013
Receita de Consultoria Empresarial	9.818	19.552
Receita de Arrendamento Mercantil	3.034	1.952
Receita Venda de Produtos	7	-
(-) Impostos	(1.391)	(2.380)
PIS	(213)	(355)
COFINS	(981)	(1.634)
ISS	(196)	(391)
ICMS	(1)	-
	11.468	19.123,993

	2014	2013
13. Despesas operacionais		
Consultoria	9.446	4.969
Arrendamento	7.721	4.135
Manutenção, conservação e Limpeza	810	580
Viagens com viagens e diárias	1.681	532
Serviço Prestado Pessoa jurídica	2.997	2.344
Taxas e emolumentos	492	332
Salários	4.982	3.684
Aluguel	1.798	1.637
Serviços Advocatícios	5.403	123
Manutenção de Veículos	1.211	866
Locações de Máquinas e equipamentos	1.140	272
Licenças Ambientais	139	460
Legais, Judiciais e Publicações	641	944
Alugueis de Veículos	149	31
Seguros	30	95
Publicidade	1.667	2
Telecomunicações	462	151
Serviços de Intermediações de Negócios - PJ	3.300	-
Serviços de Planejamento Técnico e Projetos de Engenharia - PJ	9.400	-
Outros	2.978	1.533
	57.447	22.690
14. Outras receitas operacionais líquidas		
Venda Direita - Projeto Furnas (a)	66.979	-
Venda de Fazendas e Edificações	-	2.763
Outras Despesas/Receitas	205	(77)
	67.184	2.686

(a) Em 2014 a Companhia obteve receitas com a transferência de direitos e obrigações em seu nome referente a implementação de Central Eólica para geração de energia.

15. Resultado financeiro: Receitas financeiras: As receitas financeiras são decorrentes dos rendimentos da aplicação financeira, descontos/juros recebidos de terceiros e receitas sobre as cessões de direitos adquiridos sobre os arrendamentos mercantis. O total dessas receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 2.146 (R\$ 1.019 em 2013). **Despesas financeiras:** As despesas financeiras são decorrentes de tarifas bancárias. O total dessas despesas no exercício

Resultado antes da tributação sobre o lucro
 23.347 | 57 || Adições | 344 | 101 |
exclusões (a)	23.479	-
Imposto de renda e contribuição devidos sobre o resultado do exercício	37	27
(a) Exclusão referente Ganho de Capital pela alienação de bens do ativo permanente na proporção do efetivo recebimento que ocorrerá após o término do ano calendário seguinte ao da contratação conforme art. 421 do RIR 1999.		

17. Instrumentos financeiros: Gerenciamento dos riscos

financeiros: Visão geral: A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: · Risco operacional; · Risco de crédito; · Risco de liquidez; · Risco de mercado; · Risco comercial; e · Risco cambial; Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Companhia está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Companhia para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras. **(i) Risco operacional:** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico e/ou prestação de serviço. A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais. **(ii) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira. A Companhia está sujeita ao risco de crédito de seus fornecedores até a entrega dos benefícios esperados. **(iii) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia possui ativos financeiros representado por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **Garantias:** A Companhia não tem ativos dados em garantia em 31 de dezembro de 2014 e 2013. **Instrumentos financeiros e depósitos bancários:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. **(iv) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. **(v) Risco comercial:** O risco comercial surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros, negociáveis e em moeda estrangeira. É o risco que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuarão em virtude de alterações nas taxas de juros (risco de taxa de juros), taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores comerciais (outro risco de preço). A Companhia não possui operações que possam gerar riscos dessa natureza. Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota. **(vi) Risco cambial:** A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras e empréstimos são denominados, e a respectiva moeda funcional da Companhia. A moeda funcional da Companhia é basicamente o Real (R\$). A Companhia está exposta ao fato das transações com fornecedores estrangeiros, que

possuem operação atrelada ao Euro (*), aumentarem devido as desvalorizações/valorizações no mercado cambial. (vii) **Instrumentos financeiros:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. **a. Instrumento financeiros por categoria**

	2014				2013			
	Disponível	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Contas a receber/pagar	Disponível	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Contas a receber/pagar
Ativos financeiros:								
Caixas e equivalentes de caixa	3.304	-	-	-	3.136	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	18.490	-	-	-	19.258
Outras contas a receber	-	-	-	182	-	-	-	537
Valores a receber de longo prazo	-	-	-	18.263	-	-	-	35.968
Ativos financeiros - investimentos	-	1.842	-	-	-	94	-	-
Empréstimos com pessoas ligadas	-	-	-	-	-	-	2.919	-
	3.304	1.842	-	36.935	3.136	94	2.919	55.764
Passivos financeiros:								
Fornecedores	-	-	2.881	-	-	-	3.740	-
Outras contas a pagar	-	-	-	500	-	-	-	363
Empréstimos com pessoas ligadas	-	-	1.573	-	-	-	1.573	-
	-	-	4.454	500	-	-	5.313	363

b. Valor justo dos instrumentos financeiros					Em 31 de dezembro de 2014		
	2014		2013		Ativos	Passivos	Resultado
	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil	Valor Mercado			
Caixa e equivalentes de caixa	3.304	3.304	3.136	3.136	32.688	-	66
Contas a receber	18.490	18.490	19.258	19.258	-	-	-
Outras contas a receber	181	181	537	537	9.800	-	-
Valores a receber de longo prazo	18.263	18.263	35.968	35.968	-	1.573	-
Ativos financeiros	1.842	1.842	94	94	1.842	-	-
Empréstimos com pessoas ligadas ativo	-	-	2.919	2.919	575	-	-
Fornecedores	2.880	2.880	3.740	3.740	12.217	1.573	-
Outras contas a pagar	500	500	363	363	43.112	1.573	21.866
Empréstimos com pessoas ligadas passivo	1.573	1.573	1.573	1.573	-	-	-
					Em 31 de dezembro de 2013		
					Ativos	Passivos	Resultado
					19.258	-	19.258
					2.919	1.573	-
					94	-	-
					10.483	-	2.608
					10.356	-	-
					43.112	1.573	21.866

18. Provisões para demandas judiciais: As demandas judiciais ou extra-judiciais classificadas pelo consultor jurídico como risco de perda provável contra a Companhia, totalizam em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 310 (montante de R\$ 34 em 2013). A Companhia possui demandas judiciais ou extra-judiciais classificadas pelo consultor jurídico como risco de perda possível que totalizam em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 50 (montante de R\$ 63 em 2013). **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais referem-se à processos judiciais trabalhistas. O montante desses depósitos judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é R\$ 44 (montante de R\$ 22 em 2013).

19. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2014, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia com suas empresas ligadas, as quais estão descritas abaixo:

(a) A Companhia possui saldo a receber pela transferência do direito de exploração referente o leilão para comercialização de energia através de Consórcio firmado entre Furnas Centrais Elétricas, Fundo Salus de Investimento e Casa dos Ventos, no montante de R\$ 32.688 em 31/12/2014. (b) Recebíveis decorrentes de prestações de serviços realizadas pela Companhia junto ao Salus Fundo de Investimento em Participações no exercício de 2014. (c) Empréstimos realizados com pessoas ligadas a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. (d) Tais empréstimos não possuem prazos e condições especiais, assim como não existem atualizações e garantias. (e) A Companhia possui investimentos em companhias de capital fechado, que possuem como acionistas e administradores, pessoas ligadas a Casa dos Ventos S.A.

20. Cobertura dos seguros: Não há registro de seguros para o período.

A Diretoria. Contador responsável - Eugênio Pacelli Mendonça Dupin - CRC-SP 201976/O-1 T-CE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. (Companhia em fase pré-operacional). Maracanaú - CE. **Introdução:** Examinamos as demonstrações financeiras da Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 (contexto operacional), a Companhia está em fase pré-operacional e, que sua continuidade operacional está condicionada ao fato da Companhia vir a lograr êxito nos processos de obtenção das licenças de operação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e outros órgãos competentes, bem como na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras. Nosso relatório não contém modificações em função deste assunto. Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 (valores a receber a longo prazo), a Companhia efetuou adiantamentos para com de terras no montante de R\$ 9.019 mil, desse montante, R\$ 4.553 mil está registrado há mais de dois anos, pois os registros e lavratura das escrituras em cartórios referentes às compras de terras dependem de autorização dos órgãos competentes. Nosso relatório não contém modificações em função deste assunto. Curitiba, 23 de março de 2015. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6. Marcello Palamartchuk - Contador CRC IPR049038/O-9.

SANTA HELENA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CNPJ nº 12.053.929/0001-68 - Companhia em fase pré-operacional

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AOS ACIONISTAS: A administração da Santa Helena Energias Renováveis S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativos ao exercício de 2014, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2011 - Aneel. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. **A COMPANHIA:** Constituída em 02.06.2010 com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, localizada no Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL SH, constituída de onze Unidades Geradoras de 2,7 MW, totalizando 29,7 MW de capacidade instalada e 16.0 MW médios de garantia física de energia, bem como implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL SH, constituído de uma Subestação Elevadora, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 138 kV, com cerca de dez quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 138 kV da Subestação Coletora João Câmara III, as quais serão compartilhadas com Santa Maria Energias Renováveis e Ventos de Santo Uriel. No exercício findo, foram realizados trabalhos no canteiro de obras, sendo: a construção de acessos aos parques e rodovias internas, terraplanagem, obras civis, concretagem das bases dos aerogeradores, execução das redes coletoras internas de média tensão (34,5 KV), subestação elevadora de 34,5/138KV, linha de transmissão 138KV e início da montagem eletromecânica dos aerogeradores. **DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO:** A Companhia, em fase pré-operacional, obteve no exercício, um resultado operacional líquido de R\$ 1.553. Com intuito de financiar os investimentos, além dos recursos dos acionistas, a Companhia buscou outras fontes de recursos no Mercado de Capitais, onde foram emitidas Notas Promissórias no montante de R\$ 24 milhões, com vencimento em 24.06.2014, as quais foram resgatadas com a emissão de Debêntures de curto prazo, no montante de R\$ 58 milhões, cujo vencimento se dará em 10.06.2015. Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. Maracanaú-CE., 31 de março de 2015. Edson Sardeto. Diretor Presidente.

BALANÇOS PATRIMONIAL LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 EM MILHARES DE REAIS

A T I V O	NE nº	31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.772	24.762
Imposto de renda e contribuição social		140	9
Despesas antecipadas		10	72
		29.922	24.843
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Partes relacionadas		7.300	-
Cauções e depósitos vinculados		101	-
Despesas antecipadas		-	39
		7.401	39
Imobilizado	5	121.594	42.451
		128.995	42.490
TOTAL DO ATIVO		158.917	67.333
P A S S I V O			
CIRCULANTE			
Fornecedores	6	27.774	5.510
Obrigações fiscais		105	612
Empréstimos e financiamentos	7	-	24.000
Debêntures	7	61.511	-
Dividendos a pagar	8	214	-
Partes relacionadas	8	1	-
Outras contas a pagar		-	324
		89.605	30.446
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	8	46.578	19.137
Imposto de renda e contribuição social diferidos		326	-
		46.904	19.137
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	9	21.720	18.401
Reserva legal		45	-
Reserva de retenção de lucros		643	-
Prejuízos acumulados		-	(651)
		22.408	17.750
TOTAL DO PASSIVO		158.917	67.333

As notas explicativas - NE
são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 EM MILHARES DE REAIS

OPERAÇÕES CONTINUADAS NE nº	31.12.2014	31.12.2013
Despesas Operacionais		
Despesas gerais e administrativas	10	(195)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	(195)	(149)
Resultado Financeiro	11	
Receitas financeiras	3.025	126
Despesas financeiras	(278)	(46)
	2.747	80
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	2.552	(69)
Imposto de renda e contrib. social 12		
Imposto de renda e contribuição social	(673)	(18)
Imposto de renda e contrib. social diferidos	(326)	-
	(999)	(18)
LUCRO LÍQUIDO (PREJ.) DO EXERCÍCIO	1.553	(87)

As notas explicativas - NE
são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS M 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 EM MILHARES DE REAIS

	31.12.2014	31.12.2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.553	(87)
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social	673	18
Imposto de renda e contribuição social diferidos	326	-
Redução (aumento) dos ativos		
Imposto de renda e contribuição social	(131)	(9)
Despesas antecipadas	101	(57)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	-	5.510
Imposto de renda e contribuição social pagos	(673)	(18)
Outras obrigações fiscais	(507)	583
Encargos de emprést. e financiamentos pagos	(1.536)	-
Outras contas a pagar	(324)	324
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(518)	6.264
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações financeiras	(101)	-
Créditos concedidos a partes relacionadas	(7.300)	-
Recebimento de principal de créditos concedidos a partes relacionadas	-	1.416
Aquisições de imobilizado	(51.832)	(27.020)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(59.233)	(25.604)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	-	24.000
Ingressos de debêntures emitidas	58.000	-
Ingressos de obrigações contraídas com partes relacionadas	30.761	787
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	-	18.350
Aumento de capital	-	971
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(24.000)	-
Amortização de principal de obrigações contraídas com partes relacionadas	-	(39)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	64.761	44.069
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.010	24.729
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	24.762	33
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	29.772	24.762
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.010	24.729

As notas explicativas - NE
são parte integrante das demonstrações financeiras

Informações adicionais sobre os fluxos de caixa
Transações não envolvendo caixa

Aquisições de imobilizado com acréscimo em fornecedores	22.264	-
Aumento de capital social com adiantamento	3.319	-

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
EM MILHARES DE REAIS**

	31.12.2014	31.12.2013
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	1.553	(87)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.553	(87)

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
EM MILHARES DE REAIS**

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros		Total
			Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2013	17.430	-	-	(564)	16.866
Aumento de capital	971	-	-	-	971
Prejuízo do exercício	-	-	-	(87)	(87)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	18.401	-	-	(651)	17.750
Aumento de capital	3.319	-	-	-	3.319
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.553	1.553
Destinação proposta à A.G.O.:					
Reserva legal	-	45	-	(45)	-
Dividendos	-	-	-	(214)	(214)
Reserva de retenção de lucros	-	-	643	(643)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	21.720	45	643	-	22.408

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
EM MILHARES DE REAIS**

1. Contexto Operacional: A Santa Helena Energias Renováveis S.A. (Companhia) com sede na Rodovia CE 021 Km 08, s/nº, sala 09, Distrito Industrial, Maracanaú, Estado do Ceará, constituída em 02.06.2010, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Tem como objeto social a geração de energia elétrica, a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada à comercialização na modalidade de produtor independente de energia, e a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria relacionados à geração de energias alternativas. Será constituída de onze unidades geradoras de 2,7 MW, totalizando 29,7 MW de capacidade instalada e 16,0 MW médios de garantia física de energia, localizada no Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional de construção de seu parque eólico, cuja previsão inicial de entrada em operação comercial era 1º.07.2014, porém em virtude de atrasos decorrentes do suprimento e montagem dos aerogeradores a nova previsão de entrada em operação comercial passa a ser 06.04.2015. A Companhia vendeu energia em leilão promovido pela Aneel, na modalidade de energia de reserva, cujas condições contratuais não obrigam a cobertura de lastro, não sendo necessária portanto a compra de energia para cumprimento de contrato. Em 1º.07.2014, a Companhia firmou Contrato de Energia de Reserva - CER na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Pelo referido contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar da entrada em operação, ao preço de R\$ 101,98/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. A data de vencimento da autorização da Central Geradora Eólica EOL Santa Helena é 08.04.2047.

2. Base de Preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31.03.2015. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.4.1. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na NE nº 3.5 - Redução ao valor recuperável de ativos. **2.4.2. Incertezas sobre premissas e**

estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NES nºs 3.2 e 11 - Instrumentos financeiros; e
- NES nºs 3.4 e 5 - Imobilizado.

3. Principais Políticas Contábeis: 3.1. Mudanças nas políticas contábeis: Durante o exercício de 2014, o CPC emitiu revisões de pronunciamentos as quais não produziram efeitos nas principais políticas contábeis e nas demonstrações financeiras da Companhia. **3.2. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: 3.2.1. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado. **Passivos financeiros: 3.2.2. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **3.2.3. Baixas de passivos financeiros:** Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor. **3.4. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo. **3.5. Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. **3.6. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja mais provável que sim do que não ocorrer. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados

que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **3.7. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento. **3.8. Arrendamentos:** Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais. **3.9. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo "Lucro Presumido". O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 no período de 12 meses, e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto). O imposto de renda e a contribuição social, calculados pelas alíquotas de 15% e de 9%, respectivamente, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (IOF). As receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos. **3.10. Destinação do lucro líquido:** Conforme disposições legais e estatutárias, do lucro líquido apurado no exercício será deduzida a parcela de 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. Os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. **3.11. Normas novas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor:** Uma série de novas normas, alterações e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º.01.2015 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas a seguir. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **IFRS 9 - Instrumentos financeiros:** Inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida. **IFRS 15 - Receita de contratos com clientes:** Exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento da receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º.01.2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e bancos conta movimento	894	46
Aplicações financeiras de liquidez imediata	28.878	24.716
	29.772	24.762

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas, em média, à taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Imobilizado

	Saldo em			Saldo em			Saldo em
	1º.01.2013	Adições	Transferências	31.12.2013	Adições	Transferência	31.12.2014
Adiantamento a fornecedores	15.431	14.474	(795)	29.110	39.749	(61.498)	7.361
Obras em andamento	-	12.546	795	13.341	39.394	61.498	114.233
	15.431	27.020	-	42.451	79.143	-	121.594

Os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços perfazem um montante previsto de R\$ 29.045, em 31.12.2014.

6. Fornecedores: Os saldos com fornecedores se referem a compra de materiais e serviços contratados para a construção dos parques eólicos.

7. Empréstimos e Financiamentos e Debêntures:

7.1. Empréstimos e financiamentos: A Companhia emitiu, em 26.12.2013, seis notas promissórias com valor unitário de R\$ 4.000, totalizando R\$ 24.000. Sobre o valor incidiram encargos financeiros: juros e comissão (100% da taxa média do CDI mais 0,90% a.a.). As notas promissórias foram pagas integralmente no vencimento, em 24.06.2014.

7.2. Debêntures:

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento	Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	31.12.2014
1ª	10.06.2014	1	10.06.2015	100% CDI + Spread 0,90% a.a.	58.000	62.511

Características: Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor mínimo de R\$ 58.000. Foram emitidos 5800 títulos com valor unitário de R\$ 10. O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

Encargos financeiros: Juros pagos em uma única parcela na data de vencimento.

Destinação: Resgate de notas promissórias e investimento nos parques eólicos.

Garantias: Fidejussória.

Interveniente garantidora: Copel.

Agente fiduciário: C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

7.2.1. Mutação das debêntures:

Em 1º. 01.2014	-
Ingressos	58.000
Encargos	3.511
Em 31.12.2014	61.511

7.3. Cláusulas contratuais restritivas: As debêntures foram emitidas com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; e não realizar, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso estejam em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atendam aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures. Em 31.12.2014, todas as condições foram plenamente atendidas.

8. Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	31.12.2014	31.12.2013
Entidades sob controle comum		
Ativo não circulante - Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	3.650	-
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	3.650	-
Passivo circulante - Santa Maria Energias Renováveis S.A.	1	-
Passivo não circulante - Santa Maria Energias Renováveis S.A.	658	658
Ventos de Santo Uriel S.A.	129	129
Controladora		
Passivo circulante - Dividendos	214	-
Passivo não circulante - Adiantamento para futuro aumento de capital	45.791	18.350

Os saldos em 31.12.2014 relativos à entidades sob controle comum, decorrem somente de operações entre empresas ligadas ao mesmo grupo econômico e referem-se às operações inerentes aos custos dos projetos em fase de construção. A Companhia não efetuou, no exercício, nenhum pagamento a título de remuneração a seus Administradores e tão pouco tem planos de benefícios de longo prazo. A Copel é a interveniente garantidora das debêntures emitidas pela Companhia, conforme NE nº 7.2.

9. Capital Social: O capital social integralizado, em 31.12.2014 monta a R\$ 21.720 (R\$ 18.401, em 31.12.2013) composto por 21.720.000 ações ordinárias pertencentes à Copel.

9.1. Proposta de distribuição de dividendos

Lucro líquido do exercício	1.553	
Absorção do prejuízo acumulado		(651)
Base de cálculo da reserva legal		902
Reserva legal (5%)		(45)
Lucro líquido ajustado - base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios (25%)		857
Dividendos propostos à A.G.O.		214

10. Despesas Operacionais

Despesas gerais e administrativas	31.12.2014	31.12.2013
Serviços de terceiros	(89)	(47)
Seguros	-	(37)
Arrendamentos (a)	(24)	(11)
Outros custos e despesas operacionais	(82)	(54)
	(195)	(149)

a) A Companhia arrendou terrenos junto a terceiros - partes independentes. Até a entrada em operação a Companhia efetuará pagamentos pré-determinados. Após a entrada em operação passará a pagar o percentual de 1,5% sobre a receita bruta, deduzidos os impostos, taxas e contribuições.

11. Resultado Financeiro

Receitas Financeiras	31.12.2014	31.12.2013
Rendas de Aplicações Financeiras	3.025	126
	3.025	126
(-) Despesas Financeiras		
Imposto sobre Operações Financeiras	93	45
Juros de mora, fiscais e outros	183	-
Tarifas bancárias	2	1
	278	46
Líquido	2.747	80

12. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2014	31.12.2013
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados	2.065	94
(-) IOF	(93)	(19)
Base de cálculo	1.972	75
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	473	18
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	200	-
Imposto de renda e contribuição social	673	18
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Receita financeira provisionada	960	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos = 34%	326	-

13. Instrumentos Financeiros:**13.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros**

	NE		31.12.2014		31.12.2013	
	nº	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	29.772	29.772	24.762	24.762
Empréstimos e recebíveis						
Cauções e depósitos vinculados (a)			101	101	-	-
			29.873	29.873	24.762	24.762
Passivos Financeiros						
Fornecedores (a)			27.774	27.774	5.510	5.510
Empréstimos e financiamentos (b)	6.1		-	-	24.000	24.030
Debêntures (c)	6.2		61.511	61.511	-	-
			89.285	89.285	29.510	29.540

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Apuração dos valores justos: a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização. b) Utilizado como premissa básica o custo da captação realizada pela Companhia. c) Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2014, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima. **13.2. Gerenciamento dos riscos financeiros:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção do seu patrimônio. Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: 13.2.1. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A Companhia administra o risco de crédito sobre Caixa e equivalentes de caixa considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. 13.2.2. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Os investimentos são financiados por meio de dívidas junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. Conforme divulgado na NE nº 7.3, a Companhia tem debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações. 13.2.3. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias:** Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias:** A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2014 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores: **Ativos Financeiros:** projeção de taxa CDI/Selic de 13,02% com base na taxa de referência de LTN, com vencimento em 04.01.2016 divulgada pela Bovespa em 30.12.2014; **Passivos Financeiros:** CDI/Selic de 12,50%, previsto na mediana das expectativas de mercado para 2015 do Relatório Focus do Bacen de 06.02.2015. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2015		
		31.12.2014	Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Baixa CDI/SELIC	28.878	3.760	2.821	1.880
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/SELIC	101	13	10	7
Passivos financeiros					
Debêntures	Alta CDI	(61.511)	(7.689)	(9.611)	(11.533)

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados

pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2014 estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

14. Provisões para Demandas Judiciais: Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais.

15. Seguros: A Companhia contratou apólice de seguro garantia de fiel cumprimento no valor de R\$ 5.550 com vencimento em 31.03.2015. Garante as obrigações assumidas pela Companhia em relação à autorização concedida pela Aneel para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da central geradora eólica denominada EOL Santa Helena. Esta modalidade de seguro tem como objetivo garantir o fiel cumprimento de um contrato. O seguro-garantia não cobre danos e sim responsabilidades, pelo não cumprimento do contrato, sendo uma opção de garantia contratual prevista na legislação.

Diretor Presidente:

Edson Sardeto

Diretor Administrativo - Financeiro:

Nilton Moretti dos Santos

Diretor:

Pedro dos Santos Lima Guerra

Contador:

Ademilson Rodrigues dos Santos - CRC/PR nº 048673/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores da Santa Helena Energias Renováveis S.A. Maracanaú - CE.

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Helena Energias Renováveis S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Helena Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Ênfase:** Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia está em fase pré-operacional e dessa forma não está gerando receita decorrente de sua operação. Portanto serão necessários novos aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação dos passivos existentes em 31 de dezembro de 2014 e consequente liquidação de obrigações futuras para complemento das obras. Curitiba, 31 de março de 2015. KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6-F-PR. João Alberto Dias Panceri - Contador - CRC PR048555/O2.

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Os membros do Conselho Fiscal da Santa Helena Energias Renováveis S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Diretoria de Destinação do Resultado referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 31 de março de 2015.

Nilson Scheffler - Ana Clara Morrissy Johnsson - Artur Felipe Fischer Pessuti.

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Iguatu – Secretaria de Infraestrutura – Convocação para Abertura dos Envelopes Indicados sob a Letra “a”, contendo as “Documentações de Habilitação” e os envelopes indicados sob a letra “b” contendo as “Propostas de Preço”. Processo Administrativo de Licitação: Concorrência Pública n.º CP-004/2015-SEINFRA. Objeto: contratação de empresa de engenharia civil para obras de conclusão da construção da Avenida João Paulino, no Município de Iguatu-Ce, referente ao PT 0372859-31, conforme projetos, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro. A Comissão Permanente de Licitação da PMI convoca para que se façam presentes na 2ª (segunda) sessão pública de licitação, os representantes legais das seguintes empresas: A.L. Teixeira Pinheiro, inscrita com o CNPJ sob o n.º. 69.374.585/0001-06; CONSTEC – Tecnologia da Construção Civil LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n.º. 14.770.513/0001-96; Construtora Holanda Bezerra LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º. 07.560.184/0001-93 e a empresa RN Engenharia e Locações LTDA EPP, inscrita sob o n.º. 11.477.070/0001-51, sendo as empresas acima qualificadas as únicas empresas que entregaram os seus envelopes indicados sob a letra “a”, contendo as “Documentações de Habilitação” e os envelopes indicados sob a letra “b” contendo as “Propostas de Preço”, durante a 1ª (primeira) sessão pública que ocorreu às 08h:00m. (horário local) do dia (22/04/2015) e, ainda, convocamos os demais interessados em acompanharem o transcorrer da 2ª (segunda) sessão pública, que acontecerá no dia 06 de maio de 2015, às 14h:30m. (horário local), na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, localizada à Av. José Holanda Montenegro, s/n.º. - Veneza - Iguatu – Ceará, em instrução ao processo Administrativo de Licitação acima numerado. maiores informações através do telefone (88)3510.1756 das 07:30 às 11:30 horas (horário local). **Valéria do Carmo Moura – Presidente da CPL/PMI. Iguatu-ce, em 29 de abril de 2015.**

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Iguatu – Secretaria de Infraestrutura – Convocação para Abertura dos Envelopes Indicados sob a letra “a”, contendo as “Documentações de Habilitação” e os envelopes indicados sob a letra “b” contendo as “Propostas de Preço”. Processo Administrativo de Licitação: Concorrência Pública n.º CP-005/2015-SEINFRA. Objeto: contratação de empresa de engenharia civil para obras de pavimentação em pedra tosca com rejuntamento em ruas de diversos bairros, no Município de Iguatu-CE, ao amparo do Programa Pro-Transporte, referente a PT 0401034-87, conforme projetos, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro. A comissão permanente de licitação da pmí convoca para que se façam presentes na 2ª (segunda) sessão pública de licitação, os representantes legais das seguintes empresas: A.L. Teixeira Pinheiro, inscrita com o CNPJ sob o n.º. 69.374.585/0001-06 e a empresa RN Engenharia e Locações LTDA EPP, inscrita sob o n.º. 11.477.070/0001-51, sendo as empresas acima qualificadas as únicas empresas que entregaram os seus envelopes indicados sob a letra “a”, contendo as “Documentações de Habilitação” e os envelopes indicados sob a letra “b” contendo as “Propostas de Preço”, durante a 1ª (primeira) sessão pública que ocorreu às 14h:00m. (horário local) do dia (22/04/2015) e, ainda, convocamos os demais interessados em acompanharem o transcorrer da 2ª (segunda) sessão pública, que acontecerá no dia 07 de maio de 2015, às 08h:30m. (horário local), na Sala de reuniões da Comissão Permanente de licitação, localizada à Av. José Holanda Montenegro, s/n.º. - Veneza - Iguatu – Ceará, em instrução ao processo administrativo de licitação acima numerado. Maiores informações através do telefone (88)3510.1756 das 07:30 às 11:30 horas (horário local). **Valéria do Carmo Moura – Presidente da CPL/PMI. Iguatu-CE, em 29 de abril de 2015.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Jaguaruana - Gabinete do Prefeito - Lei nº 264, de 25 de junho de 2010. Delimita a área urbana, define os Distritos Sede de Jaguaruana, Borges, Giqui, São José de Lagamar, Santa Luzia, Jurema, Figueiredo e Saquinho e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Jaguaruana, Estado do Ceará: Faço saber que a Câmara Municipal de Jaguaruana aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica delimitado as áreas dos Distritos. Parágrafo Único. Dentro do Município de Jaguaruana a linha divisória passa a ser a seguinte: a) Limites do Distrito de Borges: Ao Norte com o limite de Santa Luzia; Ao Sul com o Município de Russas; Ao Leste com o Rio Jaguaribe; Ao Oeste com o Município de Russas. b) Limites do Distrito de Giqui: Ao Norte com o Município de Itaiçaba; Ao Sul com os limites dos Distritos de Saquinho, São José e Sede; Ao Leste com a divisa interestadual com o Rio Grande do Norte; Ao Oeste com o limite do Distrito de Figueiredo. c) Limites do Distrito de São José de Lagamar; Ao Norte com as terras de Vicente Pereira Neto; Ao Sul com o limite do Município de Russas; Ao Leste com a divisa interestadual com o Rio Grande do Norte; Ao Oeste com o Rio Jaguaribe. d) Limites do Distrito de Jurema: Ao Norte com terras de José Mirtil Lemos; Ao Sul com a CE 263 na direção de Jaguaruana BR 116; Ao Leste com o limite sede do Município, ou seja, com o Córrego dos Defuntos; Ao Oeste partindo da CE 263 grupo Escolar do Sargento em linha reta até a propriedade de Raimundo Custódio e José Mirtil Lemos. e) Limites do Distrito de Saquinho: Ao Norte com espólio de Alípio Leão; Ao Sul partindo do Rio Jaguaribe com espólio de Afonso Curu, Córrego de Areia, Agroindústria Baquit e estrada Jaguaruana-Itaiçaba (via volta); Ao Leste com o Rio Jaguaribe; Ao Oeste com a estrada Jaguaruana-Itaiçaba (via volta). f) Limites da Sede do Município: Ao Norte com Agroindústria Baquit; Ao Sul CE 263 propriedade de Espólio de João Gomes da Silva até o Rio Campo Grande, Rio Jaguaribe, DNOCS; Ao Leste DNOCS e Rio Jaguaribe; Ao Oeste Córrego dos Defuntos e CE 263. g) Limites do Distrito de Figueiredo: Ao Norte com linha divisória que delimita os municípios de Jaguaruana e Itaiçaba, partindo da CE 123 indo até o Riacho Araibu; Ao Sul com a CE 263, partindo do entroncamento das CE 123 e 263, indo até o grupo escolar municipal do Sargento na CE 263; Ao Leste com a linha reta partindo da CE 263 (grupo escolar do Sargento) indo até a propriedade do Senhor José Mirtil Lemos; Ao Oeste com a CE 123, partindo do limite dos municípios de Jaguaruana e Itaiçaba, indo até o entroncamento das CE 123 e 263. h) Limites do Distrito de Santa Luzia: Ao Norte com a CE 263, na direção Jaguaruana BR 116, partindo da Estada Sargento-Quixaba, indo até o limite do município de Russas; Ao Sul partindo do ponto da estrada Sargento-Quixaba, com terras de Raimundo Moreira Maia e José Pereira Bezerra, indo até o Bento Pereira município de Russas; Ao Leste partindo da CE 263 com a estrada Sargento-Quixaba, indo até a propriedade de Raimundo Moreira Maia; Ao Oeste com o Município de Russas, partindo do Bento Pereira até a CE 263. Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **Gabinete do Prefeito Municipal de Jaguaruana, Estado do Ceará, aos 25 dias do mês de junho do ano de 2010. Antonio Roberto Rocha Silva - Prefeito Municipal**

*** **

Estado do Ceará - Câmara Municipal de Aquiraz - Ato Normativo nº 01 de 31 de março de 2015. Dispõe sobre a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o procedimento de desapropriação de terreno na localidade da Prainha, por parte da Prefeitura Municipal de Aquiraz, pelo valor de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais). Considerando o Requerimento nº 01/2015, de autoria do vereador Ney Pires, que contou com a assinatura de 1/3 (um terço) dos Vereadores de Aquiraz, considerando a correta satisfação das exigências legais que autorizam a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito. O Presidente da Câmara Municipal de Aquiraz, no uso de suas atribuições legais que lhe outorgam toda a legislação em vigor, em especial a Lei Federal n. 1.579/1952, a Lei Orgânica do Município de Aquiraz, bem como o Regimento Interno da Câmara Municipal de Aquiraz, Decreta: Art.1º Fica instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o procedimento de desapropriação de terreno na localidade da Prainha, por parte da Prefeitura Municipal de Aquiraz, pelo valor de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), solicitada através do Requerimento nº. 01/2015 de autoria do Vereador Ney Pires. Art. 2º O prazo de funcionamento da CPI a que se refere o art. 1º deste Ato Normativo será de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável a requerimento da Comissão ao Plenário que deliberará por maioria simples. Art. 3º Os membros da Comissão a que se refere este artigo são 3 (três), a seguir relacionados: I – vereador; Ney Pires – Presidente. II – Vereados; Jair Silva – Relator. III – Vereador; Cláudio Diógenes – Membro. § 1º Na primeira reunião, a Comissão deverá eleger seu presidente e relator. § 2º No caso de licença ou de afastamento de qualquer dos Vereadores titulares nesta CPI, a liderança partidária correspondente indicará o membro substituto. § 3º Se no caso de 15 (quinze) dias da licença ou afastamento do vereador titular não houver indicação do substituto pela liderança partidária correspondente, o Presidente da Câmara o fará imediatamente, observado tanto possível a proporcionada partidária. Art. 4º Ficam garantidas as provisões necessária para o pleno funcionamento da referida Comissão. Art. 5º este ato normativo entra em vigor na data de sua publicação oficial. **Paço da Câmara Municipal de Aquiraz, em 31 de Março de 2015.**

Estado do Ceará – Prefeitura de Poranga – Decreto Lei N° 2404001/2015, de 24 de Abril de 2015. Declara de utilidade pública área urbana que se destinará a edificação de uma Praça Pública no Município de Poranga-Ce. O Prefeito Municipal de Poranga- Estado do Ceará, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, etc. Considerando o que preconiza os arts. 2º, 5º alínea “i”, 6º e 7º, do Decreto-Lei n° 3.365, de 21 de junho de 1941. Considerando a necessidade de edificação de uma Praça Pública no Município de Poranga-Ce para melhorar o lazer dos munícipes, considerando a urgente necessidade de atender às demandas das políticas públicas de urbanismo. Decreta: Art. 1º - Na forma do Art. 2º, do Decreto-Lei n° 3.365/41, é decretado de utilidade pública para efeito de desapropriação o seguinte imóvel urbano: Um imóvel localizado na Av. Dr. Epitácio de Pinho, partindo do ponto P-1 no sentido oeste-leste com distância de 14,00 metros, confrontando-se com terras de Francisco Genivaldo Almeida e Francisco Gomes Marinho, chega-se ao ponto P-2, deste no sentido norte-sul com distância de 36,00 metros, confrontando-se com terras de Francisco Marinho da Silva, Aristeu Marinho da Silva e Maria José da Silva, chega-se ao ponto P-3, deste no sentido leste-oeste com distância de 14,00 metros, confrontando-se na Avenida Dr. Epitácio de Pinho, chega-se ao ponto P-1 (ponto inicial do memorial descritivo, perfazendo um perímetro de 100,00 metros e área de 504,0 m²). Art.2º - Fica declarada, de caráter urgente, a presente desapropriação, destinando-se à construção de uma Praça Pública para melhorar o lazer, bem como a qualidade de vida no Município, tudo de acordo com o art.. 5º alínea “i”, do Decreto-Lei n° 3.365/41. Art.3º- A indenização da presente desapropriação se fará por vias amigável ou judicial a conta das dotações consignadas no orçamento vigente. Art.4º - Fica determinado que a Comissão Permanente de Avaliação, nomeada através da Portaria Municipal n° 0701001/2013 de 07 de janeiro de 2013, proceda às avaliações do imóvel e ofereçam no prazo de 05 (cinco) dias o competente Laudo de Avaliação. Art.5º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. **Paço da Prefeitura Municipal de Poranga-Ce, 24 de Abril de 2015. Cárllison Emerson Araújo da Assunção - Prefeito Municipal.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Iguatu – Secretaria de Infraestrutura – Convocação para Abertura dos Envelopes Indicados Sob a Letra “a”, contendo as “Documentações de Habilitação” e os envelopes indicados sob a letra “b” contendo as “Propostas de Preço”. Processo administrativo de licitação: Concorrência Pública n.º CP-001/2015-SEINFRA. Objeto: contratação de empresa de engenharia civil para pavimentação asfáltica de Ruas dos Bairros Areias I e João Paulo II, no Município de Iguatu-CE, referente à PT 1016635-18, conforme projetos, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro. A Comissão Permanente de Licitação da PMI convoca para que se façam presente na 2ª (segunda) sessão pública de licitação, os representantes legais das seguintes empresas: A.L.Teixeira Pinheiro, inscrita com o CNPJ n° 69.374.585/0001-06 e a empresa Ampla Consultoria, Projetos, Obras e Serviços LTDA EPP, inscrito com o CNPJ n° 12.402.703/0001-25, sendo as empresas acima qualificadas as únicas empresas que entregaram os seus envelopes indicados sob a letra “a””, contendo as “Documentações de Habilitação” e os envelopes indicados sob a letra “b” contendo as “Propostas de Preço”, durante a 1ª (primeira) sessão pública que ocorreu às 08h:00m. (horário local) do dia (15/04/2015) e, ainda, convocamos os demais interessados em acompanharem o transcorrer da 2ª (segunda) sessão pública, que acontecerá no dia 06 de maio de 2015, às 08h:30m. (horário local), na sala de reuniões da comissão permanente de licitação, localizada à Av. José Holanda Montenegro, s/nº. - Veneza - Iguatu – Ceará, em instrução ao processo administrativo de licitação acima numerado. Maiores informações através do telefone (88)3510.1756 das 07:30 às 11:30 horas (horário local). **Valéria do Carmo Moura – Presidente da CPL/PMI. Iguatu-ce, em 29 de abril de 2015.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Varjota - Extrato do Contrato de Prestação de Serviços. Contratante: Município de Varjota, inscrito no CNPJ sob o N° 07.623.077/0001-67 e no C.G.F. sob o N° 06.920.278-8, neste ato representado pelo Sr. Everton Magalhães Lioila, Ordenador de despesa da Secretaria de Saúde do Município de Varjota. Contratado: Maria do Remédio Sousa Laboratório – ME, com endereço à Rua: Francisca Rodrigues de Farias, 836 Centro – Varjota – Ce CEP 62.265-000, inscrita no CNPJ n° 09.305.316/0002-47, neste ato representado pelo seu procurador Vicente Gonçalves da Silva Filho, brasileiro, portador do CPF de nº 136.367.403-00, um valor total de R\$ 86.092,00 (oitenta e seis mil, noventa e dois reais) Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de procedimentos em análises clínicas de exames laboratoriais destinados aos indivíduos que necessite no Município de Varjota – CE, Fundamentação Legal: Pregão Presencial edital de nº 15-17-SES-PP, de acordo com a Lei Federal 10.520/02 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal N° 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas demais alterações. Dotação Orçamentária: 07.02.10.302.276.2.025 - Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00, Signatários: Everton Magalhães Lioila e o Sr. Vicente Gonçalves da Silva Filho. **Varjota, 13 de abril de 2015. Everton Magalhães Lioila - Ordenador de Despesas da Secretaria de Saúde do Município de Varjota.**

ATLÂNTICO CONCESSIONÁRIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO BRASIL S.A.

CNPJ 12.402.255/0001-60

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	Nota explicativa	31/12/ 2014	31/12/ 2013		31/12/2014	31/12/2013	
ATIVOS							
Circulantes							
Caixa e equivalentes de caixa	4	69	175	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	4.530	(10.679)	
Aplicação financeira		20	20	Outros resultados abrangentes	-	-	
Contas a receber de clientes	5	770	419	Resultado Abrangente			
Ativo financeiro	6	5.108	5.401	Total do Exercício	<u>4.530</u>	<u>(10.679)</u>	
Depósitos vinculados	7	1.302	-	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Outros ativos		585	94	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
Total dos ativos circulantes		<u>7.854</u>	<u>6.109</u>				
Não Circulantes							
Ativo financeiro	6	78.376	75.074				
Imobilizado		12	15				
Total dos ativos não circulantes		<u>78.388</u>	<u>75.089</u>	Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Total dos Ativos		<u>86.242</u>	<u>81.198</u>	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.530	(10.679)	
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Ajustes p/reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício c/o caixa aplicados nas ativid.operacionais:			
Circulantes				Atualização do ativo financeiro	6	(9.499)	(6.148)
Fornecedores	8	913	10.388	Varições monetárias e juros s/empréstimos e financiamentos	9	2.320	2.530
Obrigações sociais e fiscais		186	188	Tributos diferidos	10	206	1.085
Empréstimos e financiamentos	9	37.702	40.152	Depreciação		3	4
Outras obrigações		-	453	(Aumento) redução nos ativos:			
Total dos passivos circulantes		<u>38.801</u>	<u>51.181</u>	Contas a receber de clientes		(351)	(419)
Não Circulantes				Ativo financeiro	6	6.490	(9.852)
Tributos diferidos	10	5.598	5.392	Depósitos judiciais		-	250
Total dos passivos não circulantes		<u>5.598</u>	<u>5.392</u>	Outros ativos		(491)	287
Patrimônio Líquido e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital				(Aumento) redução nos passivos:			
Capital social	12	47.900	34.176	Fornecedores		(1.998)	791
Prejuízos acumulados		(6.057)	(10.587)	Obrigações sociais e fiscais		297	120
Total do patrimônio líquido		<u>41.843</u>	<u>23.589</u>	Outras obrigações		(453)	453
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	-	1.036	Imposto de renda e contribuição social pagos		(299)	(188)
Total do patrimônio líq.e adiant.p/futuro aumento de capital		<u>41.843</u>	<u>24.625</u>	Juros pagos	9	(1.985)	(1.976)
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido		<u>86.242</u>	<u>81.198</u>	Caixa líquido aplicado nas ativid.operacionais		<u>(1.230)</u>	<u>(23.742)</u>
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013	Depósitos vinculados	7	(1.302)	-
Receita Líquida	14	11.706	17.491	Caixa aplicado nas ativs.de investimento		<u>(1.302)</u>	-
Custos dos Serviços	15	(2.635)	(21.623)	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Lucro (Prejuízo) Bruto		<u>9.071</u>	<u>(4.132)</u>	Captção de empréstimos e financiamentos	9	1.000	45.763
Receitas (Despesas) Operacionais				Amortização de emprést. e financs.(principal)	9	(3.785)	(30.305)
Gerais e administrativas	15	(568)	(2.011)	Dívidas com partes relacionadas		-	4.530
Despesas tributárias	15	(14)	(452)	Adiant.p/futuro aumento de capital	13	-	1.036
Resultado Antes do Resultado Financeiro		<u>8.489</u>	<u>(6.595)</u>	Aumento de capital	12	<u>5.211</u>	<u>2.238</u>
Resultado Financeiro				Caixa líquido gerado p/ativs.de financiamento		<u>2.426</u>	<u>23.262</u>
Receitas financeiras	16	3	564	Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Despesas financeiras	16	(3.651)	(4.100)	Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>(106)</u>	<u>(480)</u>
Total		<u>(3.648)</u>	<u>(3.536)</u>	Saldo inicial	4	175	655
Lucro (Prejuízo) Antes do I.R e da Contribuição Social		<u>4.841</u>	<u>(10.131)</u>	Saldo final	4	<u>69</u>	<u>175</u>
I.R. e contribuição social correntes e diferidos	10	(311)	(548)	Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício		<u>4.530</u>	<u>(10.679)</u>			<u>(106)</u>	<u>(480)</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)							
	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital
SALDO EM 31/12/2012		18.999	92	-	19.091	-	19.091
Integralização de capital		15.177	-	-	15.177	1.036	16.213
Prejuízo do exercício		-	-	(10.679)	(10.679)	-	(10.679)
Compensação de prejuízo		-	(92)	92	-	-	-
SALDO EM 31/12/2013		34.176	-	(10.587)	23.589	1.036	24.625
Adiant.p/futuro aumento de capital		-	-	-	-	5.211	5.211
Integralização de capital	12	13.724	-	-	13.724	(6.247)	7.477
Lucro líquido do exercício		-	-	4.530	4.530	-	4.530
SALDO EM 31/12/2014		47.900	-	(6.057)	41.843	-	41.843
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)							
I. CONTEXTO OPERACIONAL - A Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("Atlântico" ou "Sociedade") foi constituída em 17 de agosto de 2010, na forma de sociedade limitada, com o propósito específico e único de explorar, por meio de concessão, serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, operação e manutenção, incluindo os serviços de apoio e administrativo, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos no contrato de concessão nº 016/2010 firmado com a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em 22 de dezembro de 2010, na legislação e regulamentos aplicáveis. Em 15 de setembro de 2011, a Atlântico transformou sua forma de constituição jurídica em sociedade anônima fechada, de capital privado, conforme deliberação em Assembleia Geral, sendo a conversão homologada pela Junta Comercial do Estado do Ceará em 26 de setembro de 2011. O contrato de concessão nº 016/2010 firmando junto à ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, previa que a linha de transmissão iniciaria suas operações comerciais em 22 de dezembro de 2012. Devido a atrasos na construção, a Sociedade solicitou à ANEEL uma prorrogação do prazo para o início da operação para 22 de março de 2013. Em 7 de maio de 2013, a Atlântico formalizou à ANEEL suas							

dificuldades de conclusão da obra devido a motivos relacionados a Eletronorte, adicionalmente, formalizou seu pedido de interveniência da ANEEL para mediação destas questões de interesse público. Em função dos atrasos na entrada em operação, a ANEEL penalizou a concessionária com multa no montante de R\$ 851, a qual foi registrada como outras despesas operacionais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A entrada em operação da Sociedade ocorreu nos meses de agosto e outubro de 2013, conforme termos de liberação para operação comercial emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade apresentava capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 30.947, substancialmente em função da reclassificação da parcela de longo prazo do contrato junto ao BNDES, pelo não cumprimento de certas cláusulas restritivas "covenants", conforme descrito na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 9. A Administração entende que tal situação será revertida ao longo da operação da Sociedade e que o BNDES não exigirá o pagamento antecipado do referido empréstimo.

1.1 CONCESSÕES - Em conformidade com o estipulado pelo Despacho nº 4.097, de 30 de dezembro de 2010 e pelo Despacho nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009 (ratificado pela Resolução nº 396/2010), ambos expedidos pela ANEEL, e pelo Pronunciamento Técnico CPC 26, para fins de divulgação das demonstrações financeiras societárias, a Atlântico informa que detém a concessão para construção, operação e manutenção do Sistema de Transmissão composto pela linha de transmissão em 230 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 79 km, origem na Subestação Integradora e término na Subestação Xinguara; Subestação Xinguara em 230/138 kv – 150 MVA; Subestação Carajás em 230/138 kv – 2 x 100 MVA; e entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As suas atividades estão reguladas pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 016/2010, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com um prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir de 22 de dezembro de 2010. Conforme o contrato de concessão de transmissão de energia elétrica, cláusula sexta, a Atlântico receberá pela prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica o pagamento da Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 6.420 – salvo o montante necessário à cobertura das contribuições sociais recuperáveis relativas ao PIS e a COFINS – a ser auferida a partir da data da disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. O valor da Receita Anual Permitida (RAP) será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, da seguinte forma: no primeiro reajuste, a data de referência será 11 de junho de 2010; e nos reajustes subsequentes, a data da referência anterior será a data de início da vigência do último reajuste ou revisão. A Receita Anual Permitida (RAP) será revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado a partir de julho de 2011 levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e Taxa Referencial de Mercado – TRM, definida no contrato. A RAP será faturada pela Atlântico a cada mês civil, em valor correspondente a 1/12. Em 31 de dezembro de 2014, a RAP atualizada era de R\$ 8.349 anual.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E BASE DE ELABORAÇÃO - Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

Base de elaboração - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em trocas de ativos.

Moeda funcional e de apresentação - As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade são: a) Ativo financeiro - O ativo financeiro refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão. É reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências ao longo do prazo de concessão. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 016/2010, celebrado entre a União (poder concedente) e a Sociedade (concessionária) regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, no qual: · O contrato estabelece quais os serviços o concessionário deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados; · O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação do serviço público com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores; · O concessionário tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura em perfeitas condições. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão; · Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e · A concessionária receberá por cada mês de transmissão de energia elétrica, valor de receita correspondente a um duodécimo (1/12) da receita anual permitida (RAP), e será ajustada anualmente, no mês de julho de cada ano, com base na variação anual do Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA). Baseado nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica, a Sociedade entende que estão atendidas as condições para a adoção da ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização das concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir a atividade de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Assim sendo, os valores relativos à infraestrutura para operacionalizar a atividade de transmissão de energia elétrica, anteriormente contabilizados em ativo imobilizado e ativo intangível, foram reclassificados para o ativo financeiro, como custo de construção.

b) Instrumentos financeiros - Ativos financeiros - Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, que é determinada no seu reconhecimento inicial. O ativo financeiro deve ser reconhecido na data de sua negociação (data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender um ativo). O método de reconhecimento deve ser consistente para todas as compras e vendas de ativos financeiros que pertencem à mesma categoria. O ativo financeiro é reconhecido inicialmente pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação vinculados diretamente a sua aquisição ou emissão, exceto para aqueles designados como valor justo por meio do resultado. Normalmente, os investimentos com vencimento menor que 90 dias na data de sua aquisição qualificam-se como equivalentes de caixa. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido da remuneração auferida, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Passivos financeiros - Os passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja obrigação será requerida a ser liquidada, e cujo montante da obrigação é estimada de forma confiável. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Sociedade que, por via de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Sociedade aceitará certas responsabilidades; e em consequência, criarão uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas da obrigação. A Sociedade baixa os passivos financeiros quando, as obrigações são extintas, ou seja, quando as obrigações são liquidadas, canceladas ou prescritas.

c) Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Sociedade revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva. As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são: · Ativo financeiro (nota explicativa nº 6). · Tributos diferidos (nota explicativa nº 10). · Receita líquida de serviços (nota explicativa nº 14). · Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (nota explicativa nº 17). · Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 18).

d) Receita de construção - A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – transmissão de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Sociedade contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção da infraestrutura a ser utilizada nos serviços de transmissão de energia elétrica até o momento de sua entrada em operação comercial. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo de 23% sobre os investimentos, buscando equilíbrio das demonstrações, considerando que: · A atividade fim da Sociedade é a transmissão de energia elétrica; · Toda a receita de construção está relacionada com a construção da infraestrutura para o alcance de sua atividade fim, ou seja, a transmissão de energia elétrica. A totalidade das adições efetuadas ao ativo imobilizado em curso e ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção e despesa.

e) Reconhecimento da receita - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e, portanto, inclui a transmissão de energia. A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Sociedade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa

da sua realização. f) Receita financeira - A receita financeira é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial do ativo. g) Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos - A Sociedade analisa periodicamente a existência de evidências de não realização do valor contábil de um ativo. Caso sejam identificadas tais evidências, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo ("impairment") para determinar eventual provisão para trazer os saldos contábeis aos valores de realização. A Administração revisa a recuperabilidade do valor contábil dos ativos não circulantes ou de longa duração, principalmente o ativo financeiro mantido e utilizado nas operações da Sociedade. O objetivo dessa revisão é o de determinar e avaliar a ocorrência de eventos ou mudanças nas circunstâncias indicando que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos poderá não ser recuperado. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível irrecuperabilidade, com base nos fluxos de caixa descontados do negócio projetados para o período correspondente à vida remanescente estimada dos ativos, o qual considera o prazo do contrato de concessão de energia, que é de 30 anos. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Quando uma provisão para redução ao provável valor recuperável é revertida em períodos subsequentes, o valor contábil do ativo é aumentado para refletir a estimativa revisada do valor de realização. O valor da reversão da provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos de vida longa está limitado ao valor da provisão constituída em períodos anteriores, e é registrado no resultado do período em que houve a revisão da estimativa. h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço. i) Imposto de renda e contribuição social - Corrente - O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) foram calculados pela sistemática do lucro presumido, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, para IRPJ, e de 9%, para CSLL. Diferido - Os impostos diferidos passivos foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que seja liquidado/realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação

31/12/2012	Adição	Juros	31/12/2013	Juros	Recebimentos	31/12/2014
64.475	9.852	6.148	80.475	9.499	(6.490)	83.484

7. DEPÓSITOS VINCULADOS

31/12/2014 31/12/2013
Conta reserva 1.302 -
Referem-se a obrigações contratuais do financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDES, a saber: a) Conta reserva - precisa manter um saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do empréstimo com o BNDES, vincendas, constituídas do principal, encargos e acessórios em caso de atendimento dos índices de desempenhos (ICSD e Índice de Capital Próprio) mínimos descritos em contrato. Em caso de não atendimento dos indicadores a Sociedade deverá manter um total de 6 prestações mensais em conta reserva. Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade não manteve o montante total exigido em conta reserva e também não vem cumprindo certas cláusulas restritivas "covenants" (descrito na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 9). Em função do exposto, houve reclassificação da parcela de longo prazo do contrato junto ao BNDES. A Administração entende que tal situação será revertida ao longo da operação da Sociedade e que o BNDES não exigirá o pagamento antecipado do referido empréstimo. b) Conta centralizadora - conta utilizada para centralização da totalidade dos recebimentos referentes ao contrato de concessão firmado junto a ANEEL, visando o pagamento das parcelas do empréstimo junto ao

	Saldo em		Liberações		Juros		Amortizações		Saldo em
	31/12/2012				Principal	Juros	Principal	Juros	
Votorantim (a)	24.140		4.508		791		(28.648)	(791)	-
BNDES (b)	-		41.255		1.739		(1.657)	(1.185)	40.152
Total	24.140		45.763		2.530		(30.305)	(1.976)	40.152
	Saldo em		Liberações		Juros		Amortizações		Saldo em
	31/12/2013				Principal	Juros	Principal	Juros	
BNDES (b)	40.152		1.000		2.320		(3.785)	(1.985)	37.702

(a) O contrato de empréstimo firmado com o Banco Votorantim de financiamento antecipado das intervenções previstas no Contrato de Concessão e fianças como garantia solicitada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES com taxa de juros de 100% CDI+3,6% a.a., cuja liquidação foi em abril de 2013. (b) Refere-se a contrato de financiamento firmado com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de financiamento para o Contrato de Concessão, com fiança como garantia junto ao Banco BTG Pactual. O financiamento subdivide-se em:

	Valor do Subcrédito	Valor liberado	Taxa (a.a.)
Subcrédito A	31.035	31.035	2,42%+TJLP
Subcrédito B	11.100	11.100	2,50%
Subcrédito C	120	120	TJLP
Total	42.255	42.255	

Vencimento antecipado da dívida: A Sociedade deverá cumprir as seguintes obrigações, sob pena do vencimento antecipado do contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.1260.1: Utilizar os subcréditos nos referidos prazos contratuais, obedecendo aos prazos de

tributária vigente no final de cada exercício. Dada a incerteza inerente às estimativas, o lucro tributável futuro poderá ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando do montante do ativo fiscal a ser registrado. Os impostos diferidos passivos são compensados quando a compensação é permitida por Lei. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado. j) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas - No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, algumas normas emitidas e/ou revisadas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor a partir do exercício de 2015. Essas alterações às normas internacionais - IFRSs ainda não foram editadas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do CFC - Conselho Federal de Contabilidade de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade avaliou que essas normas não apresentarão efeitos significativos nas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	-	1
Bancos contas movimento	69	174
Total	69	175

5. **CONTAS A RECEBER DE CLIENTES** - O saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$ 770 (R\$ 419 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a faturas a receber decorrente serviço público de transmissão de energia. De acordo com o contrato de concessão, a Sociedade receberá dos usuários um duodécimo da receita anual permitida referente à rede básica de instalações de transmissão, decorrente de faturas emitidas a partir de relatório gerenciado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

6. ATIVO FINANCEIRO	31/12/2014	31/12/2013
Circulante	5.108	5.401
Não circulante	78.376	75.074
Total	83.484	80.475

O ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado. A taxa interna de retorno anual utilizada pela Administração para remunerar os saldos de recebíveis das concessões de serviços, após construção é de 5,46% a.a. A taxa utilizada pela Sociedade para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão. A seguir encontra-se a movimentação do ativo financeiro:

BNDES. O montante excedente é transferido automaticamente pelo banco para conta de livre movimentação, sendo a instituição financeira responsável pela movimentação de todas as operações desta conta. Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 o saldo da referida conta estava zerado.

8. FORNECEDORES	31/12/2014	31/12/2013
Ômega Operação e Manutenção de Linhas de Transm. S.A.	461	329
Marte Engenharia Ltda.	231	-
Powerconsult Engenharia de Sistemas Elétricos Ltda.	126	-
LTE Energia e Construções Ltda.	-	8.831
Siemens Ltda.	-	370
GE Digital Energy do Brasil Ltda.	-	145
Outros	95	713
Total	913	10.388

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos	37.072	40.152

Segue abaixo a movimentação:

prorrogações estabelecidos; · Apresentar ao BNDES, no prazo de até 180 dias, contado a partir da liberação da última parcela do crédito decorrente do contrato, a licença de operação do projeto financiado, oficialmente publicada; · Na hipótese de ocorrer redução do quadro de pessoal durante o período de vigência do referido contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido ao BNDES documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com a(s) competente(s) representação(ões) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissões a Sociedade ou mais de um de seus acionistas: (a) requerer recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência; (b) tiver sua falência requerida e não elidida no prazo legal ou tiver sua falência decretada; (c) sofrer processo de liquidação ou dissolução, ou (d) tiver protesto de título de valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) que não for anulado ou remediado no prazo de 30 (trinta) dias, cujo pagamento sejam responsáveis, ainda que na condição de garantidor; · Adotar as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto; · Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente; · Observar, durante o período de vigência do referido contrato, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência; · Não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES; · Não ceder, nem vincular, em favor de outro credor os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES; · Não constituir, salvo autorização prévia, garantias de quaisquer espécies para terceiros; · Não conceder preferência a outros créditos, realizar amortizações de ações, emitir debêntures ou partes beneficiárias ou assumir dívidas, sem a prévia autorização do BNDES; · Sem prévia e expressa autorização do BNDES, não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo, isoladamente ou em conjunto, valor supere 25% do lucro líquido ajustado; · No exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, propor a aprovação, em Assembleia Geral, da constituição de reserva de lucros a realizar; · Não celebrar mútuos com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico, bem como não efetuar redução de seu capital social até a liquidação de todas as obrigações assumidas no referido contrato, sem a prévia aprovação do BNDES; · Sem a prévia anuência do BNDES, não firmar contratos de prestação de serviços técnicos ou administrativos com as pessoas físicas ou jurídicas componentes do mesmo grupo econômico; · Poderão ser assinados contratos com pessoas físicas ou jurídicas componentes de mesmo grupo econômico exclusivamente para fins operacionais, sem a anuência do BNDES, desde que a soma de todos os contratos não ultrapasse o valor anual de 0,2% da receita operacional líquida, excluído o contrato de operação e manutenção; · Manter índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), durante toda a vigência do contrato, de, no mínimo, 1,3; · Manter índice de capital próprio igual ou superior a 30%; · Manter recursos na "conta reserva", com os valores mínimos estabelecidos; · Aplicar os valores que compõem as disponibilidades financeiras única e exclusivamente em Títulos da Dívida Pública Federal ou em fundos de investimento com lastro nestes títulos, na proporção mínima de 80%, devendo tais aplicações apresentar liquidez necessária a permitir a utilização de tais montantes; · Apresentar anualmente demonstrações financeiras, auditadas por empresa cadastrada na CVM; · Retratar, em rubrica específica, nos seus balanços e balancetes os recursos da conta reserva; · Permitir a ampla inspeção das obras do Projeto por parte do BNDES, bem como quaisquer outros documentos técnicos; · Comunicar prontamente ao BNDES qualquer ocorrência que importe modificação do quadro de usos e fontes ou do projeto; · Aplicar os recursos recebidos no projeto e de acordo com o quadro de usos de fontes do projeto; · Tomar todas as providências necessárias e aportar os recursos necessários para a conclusão do projeto; · Cumprir as

obrigações estabelecidas no Contrato de Concessão nº 016/2010-ANEEL; · Manter seguro operacional e patrimonial durante todo o período de construção do projeto ora financiado, em termos aceitáveis pelo BNDES; · Apresentar ao BNDES, sempre que este assim o solicitar, todo e qualquer comprovante do cumprimento das obrigações relativas ao seguro-garantia e aos demais seguros relativos ao projeto; · Manter-se adimplente com ao contrato de financiamento e ao "contrato de cessão fiduciária de direitos, administração de contas e outras avenças". Em 31 de dezembro de 2014 a Sociedade não está adimplente com parte das cláusulas restritivas "covenants", anteriormente mencionadas. Dessa forma, o saldo de empréstimos e financiamentos foi totalmente reclassificado para o circulante. A Sociedade disponibilizou as seguintes garantias para o contrato de financiamento junto ao BNDES: · Interveniência da controladora CME Construção e Manutenção Eletromecânica S.A.; · Cessão de direitos creditórios oriundos do contrato de concessão nº 16/2010 – ANEEL; · Penhor das ações da sociedade; e · Fiança bancária prestada por instituição financeira que, a critério do BNDES, esteja em situação econômico-financeira que lhe confira grau de notória solvência.

	31/12/2014	31/12/2013
10. TRIBUTOS DIFERIDOS		
IRPJ e CSLL diferidos	2.515	2.438
PIS e COFINS diferidos	3.083	2.954
Total	5.598	5.392

Os saldos de IRPJ, CSLL, ISS, PIS e COFINS diferidos referem-se à aplicação dos referidos tributos sobre o ativo financeiro. Os saldos estão sendo liquidados com o recebimento das contraprestações mensais. O cálculo de despesa com imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 são demonstrados como segue:

	31/12/2014		31/12/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de serviços	12.148	12.148	18.155	18.155
Fator de presunção	8%	12%	8%	12%
	972	1.458	1.452	2.179
Alíquota oficial do imposto	15%	9%	15%	9%
Tributo apurado	146	131	218	196
Adicional de 10% (*)	34	-	134	-
Despesa de IR e CSLL	180	131	352	196

(*) Refere-se aos excedentes apurados trimestralmente. Em 11 de novembro de 2013 foi editada a MP 627 que modifica de forma relevante as regras tributárias do Imposto de Renda e da Contribuição Social, dentre outras. Os dispositivos da MP 627 entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano calendário de 2014. Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, em especial no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a MP 627, a Lei nº 12.973 não impôs a opção antecipada de seus efeitos para o ano-calendário de 2014 como condição para eliminar efeitos fiscais relacionados às diferenças decorrentes da aplicação dos métodos e critérios contábeis atuais e aqueles vigentes em 31 de dezembro de 2007 para os itens acima, facultando às empresas a possibilidade de antecipação dos efeitos da norma de acordo com os interesses de cada contribuinte. A Administração analisou os impactos tributários que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973, conversão da MP 627, e concluiu que não houve distribuição de dividendos e/ou juros de capital próprio superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, a Administração avalia que não haverá encargos tributários adicionais em relação à distribuição de lucros nos últimos 5 anos. A Administração não optou pela aplicação antecipada das disposições da Lei nº 12.973.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Sociedade possui as seguintes transações com partes relacionadas:

Ativo circulante	Conta contábil	31/12/2014	31/12/2013
LTE Energia e Construções Ltda.	Outros ativos (1)	329	-
Tecneira Acaraú Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Outros ativos (1)	208	-
Total		537	-
Passivo circulante	Conta contábil	31/12/2014	31/12/2013
LTE Energia e Construções Ltda.	Fornecedores (2)	-	8.831
Patrimônio líquido	Conta contábil	31/12/2014	31/12/2013
CME - Construção e Manutenção Eletromecânica S.A.	Adiantamentos para aumento de capital (3)	-	1.036

(1) Refere-se a transação de curtíssimo prazo entre partes relacionadas com vencimento para o primeiro trimestre de 2015. Sobre o saldo devedor não incide ônus ou atualização financeira. (2) Contas a pagar decorrente da construção e montagem eletromecânica das linhas de transmissão. (3) Adiantamento para futuro aumento de capital com a sua controladora, sendo este totalmente convertido em capital social no exercício de 2014. **Remuneração da Administração** - Os administradores da Sociedade são executivos dos acionistas e por esse motivo seus honorários são pagos pelos respectivos acionistas.

12. CAPITAL SOCIAL

O capital social, em 31 de dezembro de 2014, subscrito e integralizado é de R\$ 47.900 (R\$ 34.176, em 31 de dezembro de 2013), representado por 47.900 (34.176, em 31 de dezembro de 2013) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, as quais estão totalmente integralizadas em moeda corrente do país. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
CME - Construção e Manutenção Eletromecânica S.A.	47.899	34.175
Tecneira Nova Geração Brasil Ltda.	1	1
Total	47.900	34.176

Em 30 de setembro de 2014, a Sociedade possuía saldos de contas a pagar no montante de R\$ 7.477 mil junto a parte relacionada LTE Energia e Construções Ltda., decorrentes da prestação de serviços de construção da linha de transmissão, que foram transferidos para a acionista CME - Construção e Manutenção Eletromecânica S.A. mediante instrumento particular de cessão de crédito e utilizados para aumento do capital social, mediante subscrição de 7.477 ações ordinárias e nominativas ao preço de R\$ 1,00 cada. Em 8 de outubro de 2014 foram subscritas 6.247 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$ 1,00 cada integralizadas em moeda nacional pela acionista CME -

Construção e Manutenção Eletromecânica S.A., através de integralização de saldo de adiantamento para futuro aumento de capital. **Dividendos** - Conforme estatuto social, os lucros apurados correspondentes a cada exercício social terão o destino determinado pelo acionista representante de 75% do capital social. Não obstante, os acionistas concordam que o dividendo anual, bem como o pagamento de juros sobre o capital próprio deverão corresponder ao mínimo de 25% do lucro líquido apurado no mesmo exercício. Não houve distribuição de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e no exercício de 2013.

13. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL
Referem-se a recursos financeiros utilizados no pagamento de gastos da Sociedade, referentes à fase de implantação do empreendimento repassados por sua acionista CME - Construção e Manutenção Eletromecânica S.A. Em 31 de dezembro de 2014, todo saldo foi integralizado, conforme mencionado na nota explicativa nº 12.

	31/12/2014	31/12/2013
14. RECEITA LÍQUIDA		
Receita de serviços de construção	-	11.413
Remuneração do ativo financeiro	9.499	6.149
Receita de operação e manutenção	2.649	593
Total	12.148	18.155
Impostos incidentes sobre serviços		
PIS	(76)	(118)
COFINS	(356)	(546)
ISS	(10)	-
Receita líquida	11.706	17.491

15. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR NATUREZA

	31/12/2014	31/12/2013
Serviços prestados pessoa jurídica	(846)	(5.075)
Perda do ativo financeiro	-	(11.659)
Custo com materiais	(193)	(3.188)
Custo com o projeto	(118)	(540)
Custo de operação e manutenção	(1.278)	(603)
Compartilhamento de instalações	(68)	(10)
Servidões de passagens	-	(341)
Seguros	(58)	(163)
ICMS diferencial de alíquota	-	(437)
Despesa com impostos	(14)	(13)
Despesas com aluguéis e taxas	(27)	(14)
Despesas com serviços de terceiros	(319)	(821)
Despesas com viagem e hospedagem	(89)	(11)
Despesas com depreciação	(3)	(3)
Despesas com água e energia	(79)	(7)
Despesas com comunicação	(10)	(16)
Despesas com salários	-	(202)
Multa por atraso na entrada em operação	-	(851)
Outras	(115)	(132)
Total	(3.217)	(24.086)
<u>Classificado como:</u>		
Custos dos serviços	(2.635)	(21.623)
Despesas gerais e administrativas	(568)	(2.011)
Despesas tributárias	(14)	(452)
Total	(3.217)	(24.086)

16. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras		
Variações cambiais ativas	1	504
Outras receitas financeiras	2	60
	3	564
Despesas financeiras		
Variações cambiais passivas	(1)	(457)
Juros sobre empréstimo	(2.320)	(2.530)
IOF	(20)	(124)
Despesas bancárias	(1.267)	(978)
Outras despesas financeiras	(43)	(11)
	(3.651)	(4.100)
Total	(3.648)	(3.536)

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Administração da Sociedade, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Sociedade com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários. Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade tinha apenas um processo com prognóstico de perda provável no valor de R\$ 700, no entanto nesse a Sociedade é a segunda reclamada, sendo a primeira sua parte relacionada LTE Energia e Construções Ltda., que arcará com todos os possíveis desembolsos a incorrer.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Categorias de instrumentos financeiros - Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	30/09/2014	31/12/2013
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	69	175
Ativo financeiro	83.484	80.475
Total dos ativos financeiros	83.553	80.650
Passivos financeiros		
Fornecedores	913	10.388
Empréstimos e financiamentos	37.702	40.152
Total dos passivos financeiros	48.615	50.540

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração desses riscos é realizada por meio de estratégias conservadoras, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratuais versus as vigentes no mercado. Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 14, a Sociedade procedeu à avaliação dos valores de mercado de seus instrumentos financeiros nas datas bases de 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013. Essa avaliação não indica deterioração dos valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros. **Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo** - Caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados: Contas correntes conforme posições dos extratos bancários até a data da apresentação das demonstrações financeiras. · Ativo financeiro: O ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, exclusivamente para fins desta divulgação, a Sociedade adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Sociedade foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno atualizada. · Empréstimos e financiamentos: O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 31 de dezembro de 2014 pelo custo amortizado, sendo este o valor justo desses empréstimos e financiamentos. Dessa forma a Sociedade entende que os valores contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado com essas mesmas características. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis. · Fornecedores e outras contas a pagar: Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. O valor justo dos instrumentos financeiros é idêntico ao valor contábil desta forma a Sociedade optou por não divulgar o quadro comparativo. **Considerações gerais** - No curso normal de suas operações, a Sociedade está exposta a riscos de mercado, tais como riscos de mercado e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas. A Sociedade não possuía instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013. **Gestão de risco de capital** - A Sociedade administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo patrimônio líquido da Sociedade, que inclui o capital social, conforme apresentado na nota explicativa nº 12, além dos empréstimos e financiamentos com terceiros, apresentados na nota explicativa nº 9. A Sociedade não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. A Administração da Sociedade revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. **Principais políticas contábeis** - Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 3 às demonstrações. **Gerenciamento de risco financeiro** - A Sociedade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. Os principais riscos de mercado os quais a Sociedade está exposta na condução das suas atividades são: **Risco de crédito** - Contas a receber - É o risco de a Sociedade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes. A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação ao seu saldo de ativo financeiro, visto que o contrato da concessão estabelecer os termos e as condições que irão regular a cobrança e da liquidação do contas a receber. **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da Sociedade. A Sociedade tem empréstimos bancários que contêm cláusulas restritivas (covenants). **Risco de mercado** - Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação dos custos do passivo resultante de variações em fatores como taxas de juros e taxas de câmbio. Os

empréstimos e financiamentos da Sociedade junto às instituições financeiras são operações vinculadas à TJLP. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros e câmbio - Os resultados da Sociedade estavam suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa TJLP sobre os empréstimos junto ao BNDES atrelados a essa taxa.

	31/12/2014	31/12/2013
Passivos em TJLP	37.702	40.152

A Sociedade apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário 1 (provável) que é adotado pela Sociedade, com TJLP à taxa de 5,5% a.a.,

Cenário 1 Variação	Cenário 2 Risco		Cenário 3 (provável)		(variação de 50%)
				(variação de 25%)	
Empréstimos em TJLP		37.702	TJLP a 5,5%	4,13% a 6,88%	2,75% a 8,25%
Receita financeira				520	1.037
Despesa financeira				(520)	(1.037)

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade possuía apólices de seguro de risco de engenharia e responsabilidade civil, vigentes de 18 de março de 2014 a 18 de março de 2015 no valor de R\$ 89.503.

20. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

	31/12/2014
Aumento de capital com baixa de adiantamento para futuro aumento de capital	1.036
Aumento de capital com baixa de fornecedor	7.477
Total	8.513

(ii) cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e (iii) cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas. Em 19 de dezembro de 2014, o Conselho Monetário Nacional (CMN) elevou para 5,5 % ao ano a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) com vigor no primeiro trimestre de 2015. A TJLP é usada para corrigir empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e estava fixada em 5% desde o primeiro trimestre de 2013. Abaixo a demonstração da variação das taxas para o período findo em 31 de dezembro de 2014, conforme cenário demonstrado acima:

21. EVENTOS SUBSEQUENTES - Em 20 de janeiro de 2015 a ANEEL, através da resolução autorizativa nº 5014, autorizou à transferência do controle Sociedade, atualmente compartilhado entre a CME - Construção e Manutenção Eletromecânica S.A. e Tecneira Aracá Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A., para o controle integral da State Grid Brazil Holding S.A. O prazo para implementação da operação acima ficou estabelecido para o dia 20 de maio de 2015.

22. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Sociedade em 6 de março de 2015. - Diretoria: Antonio Manuel Cosme Serrano; CPF: 234.920.888-56, Paulo Jorge Ferreira Santana Casal; CPF: 225.446.948-74, Contador: Edmundo Montenegro da Silva; CRC: 022157/O-0.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. Fortaleza - CE. Examinamos as demonstrações financeiras da Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza, 6 de março de 2015. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes - CRC 2 SP 011.609/O - 8 "F" CE, Antonio Marcos Lima Dultra - Contador - CRC BA nº 21.440/O-8.

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Iguatu – Secretaria de Esporte e Juventude – Resultado do Julgamento da Habilitação. **Processo Administrativo de Licitação:** Concorrência Pública N.º CP-002/2015-SEJUV. **Objeto:** contratação de empresa de engenharia civil para construção de 03(três) quadras Poliesportiva, no Município de Iguatu-CE, referente ao PT 1014819-92, conforme projetos, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro. A Comissão Permanente de Licitação da PMI torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento da fase de habilitação, em instrução ao processo administrativo de licitação acima numerado. **Empresas Habilitadas:** CONSTEC – Tecnologia da Construção Civil LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o número 14.770.513/0001-96; Salinas Empreendimentos e Construções LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o número 73.694.788/0001-57 e a Construtora Holanda Bezerra EPP, inscrita no CNPJ sob o número 07.560.184/0001-93. **Empresas Inabilitadas:** RN Engenharia e Locações LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o número 11.477.070/0001-51 e A Empresa Ampla – Consultoria, Projetos, Obras e Serviços LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 12.402.703/0001-25, conforme motivação constantes na Ata Circunstanciada Lavrada no Transcorrer do certame, em face dos resultados referentes à fase de habilitação das empresas licitantes e, o não comparecimento de todos os representantes legais das empresas licitantes na sessão pública, fica aberto o prazo recusal de 05(cinco) dias úteis, previsto no art. 109, inciso i, alínea "a" da lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, contados a partir da publicação do presente aviso. Maiores informações através do telefone (88)3510.1756 das 07:30 às 11:30 horas (horário local). **Valéria do Carmo Moura – Presidente da CPL/PMI. Iguatu-CE, em 29 de abril de 2015.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Iguatu – Secretaria de Esporte e Juventude – Resultado do Julgamento da Habilitação. **Processo Administrativo de Licitação:** Concorrência Pública N.º CP-001/2015-SEJUV. **Objeto:** contratação de empresa de engenharia civil para obra do Centro de Iniciação de Esporte localizada no Bairro Jardim Oásis, no Município de Iguatu-CE, referente ao PT 0425861-14, conforme projetos, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro. A Comissão Permanente de Licitação da PMI torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento da fase de habilitação, em instrução ao Processo Administrativo de Licitação acima numerado. **Empresas Habilitadas:** **RN Engenharia e Locações LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o número **11.477.070/0001-51**; **CONSTEC – Tecnologia da Construção Civil LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o número **14.770.513/0001-96**; **Salinas Empreendimentos e Construções LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o número **73.694.788/0001-57**, Empresa Inabilitada: Empresa **AMPLA – Consultoria, Projetos, Obras e Serviços LTDA**, inscrita no CNPJ sob o número **12.402.703/0001-25**, conforme motivação constantes na ata circunstanciada lavrada no transcorrer do certame, em face dos resultados referentes à fase de habilitação das empresas licitantes e, o não comparecimento de todos os representantes legais das empresas licitantes na sessão pública, fica aberto o prazo recusal de 05(cinco) dias úteis, previsto no Art. 109, inciso I, alínea "A" da Lei Federal Nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, contados a partir da publicação do presente aviso. Maiores informações através do telefone (88)3510.1756 das 07:30 às 11:30 horas (Horário Local). **Valéria do Carmo Moura – Presidente da CPL/PMI. Iguatu-CE, em 29 de abril de 2015.**

*** **

GERADORA EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA I S.A. CNPJ/MF nº 14.080.223/0001-10			
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)
Ativos	Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.518	7.403
Contas a receber	5	125	-
Estoques		48	-
Outros ativos	6	130	104
Total do ativo circulante		4.821	7.507
Outras contas a receber	7	1.906	1.906
Imobilizado	8	100.294	16.157
Total do ativo não circulante		102.200	18.063
Total do ativo		107.021	25.570
Passivo	Nota	2014	2013
Financiamentos	9	53.045	6.143
Fornecedores a pagar		999	423
Encargos tributários		73	33
Encargos trabalhistas		211	20
Retenções contratuais		833	-
Total do passivo circulante		55.161	6.619
Patrimônio líquido	12		
Capital social		53.412	19.412
Prejuízo acumulado		(1.552)	(461)
Total do patrimônio líquido		51.860	18.951
Total do passivo e patrimônio líquido		107.021	25.570
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2014	2013
Despesas administrativas	14	(1.244)	(477)
Outras receitas	13	120	-
Result.antes das recs.financs,liqs.e imps.		(1.124)	(477)
Receitas financeiras	14	33	209
Resultado do exercício		(1.091)	(268)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
		2014	2013
Prejuízo do exercício		(1.091)	(268)
Resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		(1.091)	(268)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
Fluxo de caixa das atividades operacionais		2014	2013
Prejuízo do exercício		(1.091)	(268)
Ajustes para:			
Depreciação		14	7
		(1.077)	(261)
Variações em:			
Aumento de contas a receber		(125)	-
Aumento de estoques e outros ativos		(74)	(1.947)
Aum.dos fornecedores a pagar e outros passivos		1.088	363
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		(188)	(1.845)
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(83.599)	(13.609)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento		(83.599)	(13.609)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aporte de capital de acionistas		34.000	14.000
Recursos provenientes de novos financiamentos		60.964	6.143
Custos de transação relacionados a financiamentos		(637)	-
Pagamento de financiamentos		(13.425)	-
Caixa prov.de ativid.de financiamento		80.902	20.143
Aum.(red.)líq.em caixa e equivs.de caixa		(2.885)	4.689
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		7.403	2.714
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		4.518	7.403
Aumnto(red.)líq.em caixa e equivs.de caixa		(2.885)	4.689
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do Patr.líq.
Saldo em 31/12/2012	5.412	(193)	5.219
Contribuições e distribs.p/os acionistas			
Emissão de ações ordinárias	14.000	-	14.000
Resultado do exercício		(268)	(268)
Saldo em 31/12/2013	19.412	(461)	18.951
Contribuições e distribs.p/os acionistas			
Emissão de ações ordinárias	34.000	-	34.000
Resultado do exercício		(1.091)	(1.091)
Saldo em 31/12/2014	53.412	(1.552)	51.860
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

I. Contexto operacional - A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A., sociedade de propósito específico, com sede na cidade de Fortaleza, Ceará, e filial na Fazenda Malhadinha I no município de Ibiapina, CE tem por objetivo social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a central geradora eólica Malhadinha I, bem como comercializar a energia elétrica por fonte eólica proveniente da central geradora eólica Malhadinha I e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade, ligados exclusivamente à Central Geradora Eólica Malhadinha I. A EOL Malhadinha I, propriedade da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A., vendeu 12 MW no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva, promovido pela ANEEL, realizado em 18 de agosto de 2011, conforme o Edital de Leilão nº 03/2011-ANEEL A Servtec Investimento e Participações Ltda. ("Servtec") e a Rio Bravo Energia I Fundo de Investimento em Participações ("FIP Energia I"), por meio da Brave Winds Geradora II S.A., são os acionistas ("Acionistas") da GEBVS I, com 50,00% cada uma. Em dezembro de 2014, a Companhia protocolou na ANEEL o pedido de Apto para Operar em face do atraso no sistema de transmissão de responsabilidade da concessionária. Foi publicado em 09 de fevereiro de 2015 no Diário Oficial da União (DOU) a liberação da Sociedade como apta para operar a partir de 30 de dezembro de 2014. **a. Resolução normativa** - A Companhia foi autorizada a estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e a exploração da Central Geradora Eólica EOL Malhadinha I, localizada no município de Ibiapina, Estado do Ceará, com potência instalada de 23,1 MW. O prazo de autorização é de 35 anos, contados a partir da publicação da Respectiva Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL ou a pedido da autorizada. Detalhes da Resolução concedida pela ANEEL:

Usina	Resolução ANEEL	Data da publicação
EOL Malhadinha I	Portaria 228, de	16 de abril de 2012

Em 12 de setembro de 2013, a Companhia protocolou na ANEEL Pedido de Alteração de Outorga devido à alteração no fornecedor do aerogerador. Em 06 de maio de 2014, a ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa No. 4.652 autorizando a alteração das características técnicas do projeto. **b. Contrato de Energia de Reserva (CER)** - O contrato de venda de energia foi firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 15 de agosto de 2012, por um prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade MWh/ano	Preço R\$/MWh Agosto/2011	Início da operação comercial	Final do contrato
EOL Malhadinha I	105.120	98,95	01/07/2014	Jun/2034

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de julho, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de setembro de 2011. O contrato de venda de energia prevê a composição dos rendimentos em receita fixa mensal, receita variável e receita antecipada, conforme comentado na nota 5. Em 26 de julho de 2013, a Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. enviou à ANEEL pedido de postergação do início de Operação Comercial em virtude de ações atribuíveis a terceiros, tais como atrasos na emissão da Licença Ambiental, na obtenção do REIDI e na assinatura do Contrato de Energia de Reserva (CER). Em 03 de junho de 2014, a ANEEL emitiu o despacho 1.732 de 03 de junho de 2014 indeferindo o pedido da Companhia de alteração do cronograma de implantação da CGE - EOL Malhadinha I. No entanto, não há ônus para a Companhia e há precedentes favoráveis quanto ao atraso no CER, assim, a Companhia irá rever a decisão da ANEEL. **c. Custo de implantação** - O custo total do projeto está previsto em R\$ 126,4 mil, e os recursos necessários para a conclusão do empreendimento estão previstos para serem originados das seguintes fontes:

Origem	Valor (mil)	%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	39,8	31,5%
Recursos próprios	73,5	58,1%
Debêntures incentivadas	11,6	9,2%
Receita financeira	1,5	1,2%
	126,4	100,0%

Em 20 de março de 2012, o projeto foi enquadrado para análise da viabilidade do apoio financeiro pelo BNDES, na modalidade Project Finance. Entretanto, devido à alteração no fornecedor dos aerogeradores e da consequente alteração na modalidade de contratação de full EPC para contratação de fornecimento dos aerogeradores e BOP civil e eletromecânico, foi necessária a solicitação de novo enquadramento. Em 7 de janeiro de 2014, o BNDES enquadrado novamente o projeto já considerando os contratos vigentes para implantação do parque eólico. **d. Outros aspectos relevantes - REIDI** - Com relação aos tributos de competência federal, o Projeto está enquadrado no REIDI (Lei nº 11.488/07), isentando suas aquisições de bens do ativo e contratações de serviços do PIS-Importação e da COFINS-Importação, e seus fornecedores nacionais de PIS e COFINS sobre as receitas de suas respectivas operações de venda ao Projeto. **Enquadramento do projeto como prioritário** - Em 5 de dezembro de 2013, foi publicado no DOU a Portaria nº 425 emitida pelo MME aprovando como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Malhadinha I, de titularidade da empresa Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. **Regime Especial**

de Tributação - Em 4 de dezembro de 2014, foi publicado no DOU o Ato Declaratório Executivo nº 123 de 03 de dezembro de 2014 reconhecendo a opção da Companhia pelo Regime Especial de Tributação relativamente à contribuição para o Pis/Pasep e para a Cofins. **Licença ambiental e autorizações** - Em 31 de dezembro de 2013, o projeto já possuía todas as licenças e autorizações ambientais necessárias para implantação do parque. A emissão da Licença de Instalação ("LI") do Parque foi emitida em 24 de outubro de 2013. Em 22 de agosto de 2013, foi emitida a Licença de Instalação nº 167/2013 da Linha de Transmissão do parque com validade até 21 de agosto de 2016. Em novembro de 2014, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará ("SEMACE"), emitiu as Licenças de Operação do Parque (no. 314/2014) e da Linha de transmissão (no. 310/2014). **e. Administração e governança** - A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. A Diretoria é composta por um diretor administrativo-financeiro e um diretor técnico, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato até a Reunião de Conselho que delibera sobre as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. O Conselho de Administração é composto por quatro membros efetivos e igual número de suplentes. **2. Base de preparação - a. Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2015. **b. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação** - A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais é o Real. As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Quando existentes, as operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **3. Principais políticas contábeis** - As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **Use de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento e baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras. Estimativas e premissas significativas são utilizadas quando da contabilização da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **a. Instrumentos financeiros** - (i) **Ativos financeiros não derivativos** - Quando existentes, a Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (ii) **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na realização das obrigações de curto prazo. (iii) **Recebíveis** - Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Quando existentes, tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa, equivalentes de caixa e outras contas a receber. (iv) **Passivos financeiros não derivativos** - Quando existentes, a Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. (v) **Capital social** - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo quando aplicável. **b. Imobilizado** - (i) **Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Os itens referentes a imobilizado em construção e/ou em andamento que ainda não constam em operação foram registrados como ativo. (ii) **Depreciação** - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes: Máquinas e equipamentos...10 anos; Equipamentos e processamento de dados...5 anos; Móveis e utensílios...10 anos; Benfeitoria em imóveis de terceiros...12,5 anos; Torres anemométricas...25 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Até 31/12/2014, a Companhia estava dependendo do sistema de transmissão para testes dos aerogeradores e, consequentemente, início da operação comercial. Como a Companhia ainda não opera comercialmente o início da depreciação do parque eólico não foi iniciado. **c. Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **d. Redução ao valor recuperável (*impairment*)** - (i) **Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** - Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. (ii) **Ativos não financeiros** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, os quais são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). **e. Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e contraprestação contingente. As despesas e as receitas que são atribuíveis a um ativo qualificável são apropriadas ao próprio ativo. **f. Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **g. Novas normas e interpretações ainda não adotadas** - Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para o Grupo estão mencionadas

abaixo. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)** - A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)** - A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando um abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e na suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

	2014	2013
Bancos - conta movimento	10	1
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	4.508	7.402
	<u>4.518</u>	<u>7.403</u>

(i) Estão representadas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), em Reais, com remuneração fixada em 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os prazos para resgate são imediatos, sem ônus para a Companhia. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 17.

	2014	2013
Receita Retida - CCEE (i)	6.169	-
Ressarcimento a pagar - CCEE (ii)	(6.044)	-
Valor líquido a receber	125	-

(i) A Companhia tem direito a recebimento da receita fixa mensal a partir do período de entrega da energia contratada conforme descrito na nota 1.b. O efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial da usina ou até a emissão do Despacho de Apto para operar pela ANEEL. A receita retida refere-se à receita durante o período de atraso no suprimento de julho/14 a dezembro/14. (ii) O ressarcimento a pagar - CCEE representa o valor a pagar por conta de desvios negativos de geração (nos casos em que o saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA extrapolar o limite da FAIXA DA TOLERÂNCIA), ao final de cada ano contratual. O ressarcimento deverá ser feito mediante compensação ou pagamento em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, devendo os recursos financeiros advindos desse ressarcimento serem destinados à CONER. Considerando a cláusula 5.6 do contrato de Energia de Reserva que prevê que as partes promoverão todos os pagamentos e/ou recebimentos devidos de forma conjunta, incluindo receita de venda e ressarcimento a pagar e que a Companhia dispõe de um direito legalmente executável para liquidar o montante líquido, bem como a intenção de fazê-lo, e apresenta em seus fluxos de caixa futuro um único montante líquido a receber a Companhia apresentou em suas demonstrações financeiras apenas a receita já compensada com as obrigações desse contrato, como outras receitas. **6. Outros ativos** - Do montante de R\$130 (em 2013 no montante de R\$104) registrados a título de outros ativos a receber,

R\$91 referem-se a imposto de renda retido na fonte que será recuperável em períodos futuros, R\$28 referem-se a seguros referente a responsabilidade civil, adimplemento de fornecedores, risco de engenharia e seguro de vida em grupo que é apropriado no resultado de acordo com o período de vigência e competência e R\$11 refere-se a outros valores pulverizados. **7. Outras contas a receber** - O valor de R\$ 1.906 (R\$ 1.906 em 2013), registrado no ativo não circulante, refere-se a adiantamento realizado a fornecedor, cujo contrato foi rescindido, e a recuperabilidade do valor vem sendo discutida pela Diretoria da Companhia. Neste contexto, uma provisão para perdas não foi constituída, uma vez que a negativa da Seguradora para indenização do adiantamento, segundo a Administração da Companhia, não está em consonância com os termos do contrato do seguro e/ou com as regras dessa espécie contratual inseridas no Código Civil. Dessa forma, a Administração, com base em opinião de especialista do setor securitário e apoiada em parecer de seus consultores jurídicos, considera provável o recebimento da mencionada quantia em procedimento judicial, caso as tratativas em curso para solução amigável não prosperem. Mais detalhes sobre a exposição dos riscos estão divulgados na Nota Explicativa nº 17.

8. Ativo imobilizado - Em 2013, a Companhia iniciou a construção da Central Geradora Eólica - EOL Malhadinha I, localizada no município de Ibiapina, Estado do Ceará, e os custos incorridos até 31 de dezembro de 2014 totalizaram R\$ 100.294 (2013: R\$ 16.157). Incluídos neste valor estão capitalizados os custos de financiamentos durante a fase de construção. A Companhia capitalizou os custos de financiamentos como parte do custo de ativo qualificável na data de início, sendo esta a data em que a Companhia satisfaz às seguintes condições: (a) incorreu em gastos com o ativo; (b) incorreu em custos de financiamentos; e (c) iniciou as atividades que são necessárias ao preparo do ativo para seu uso pretendido. Os custos de financiamentos foram atribuíveis diretamente à aquisição e, à construção do ativo qualificável. O ativo imobilizado pode ser apresentado da seguinte forma:

	2012	Adição	2013	Adição reclassi- ficação	2014
Máquinas e equipamentos	-	4	4	-	4
Equip.e processamentos de dados	-	11	11	7	18
Móveis e utensílios	-	21	21	-	21
Benf.em imóveis de terceiros	-	31	31	2	33
Torres anemométricas	-	131	131	-	131
Direito de uso de software	-	-	-	1	1
Imobilizado em operação	-	<u>198</u>	<u>198</u>	<u>10</u>	<u>298</u>
Construção em andamento	958	2.051	3.009	17.750	20.759
Adiant.para inversões fixas	683	9.801	10.484	(8.335)	2.149
Linha de Transmissão	-	-	-	1.178	1.178
Subestação em andamento	-	-	-	1.722	1.722
Equipamento em andamento	-	-	-	62.848	62.848
Montagem eletromecânica em andamento	-	-	-	3.022	3.022
Custos na fase de implantação	914	1.559	2.473	5.956	8.429
Imobiliz.em andamento	<u>2.553</u>	<u>13.411</u>	<u>15.966</u>	<u>84.141</u>	<u>100.107</u>
Depreciação	-	(7)	(7)	(14)	(21)
Depreciação acumulada	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>(7)</u>	<u>(14)</u>	<u>(21)</u>
Total	<u>2.555</u>	<u>13.602</u>	<u>16.157</u>	<u>84.137</u>	<u>100.294</u>

No ano de 2014, ocorreu o início da entrega do fornecimento de 11 aerogeradores modelo AGW 110-2.1 MW, rotor de 110 metros e torre de 80 metros, que haviam sido já efetuados pagamento no ano de calendário de 2013 de R\$8.335 que foram reclassificados para a conta de equipamento em andamento.

9. Financiamentos - A Companhia possui financiamentos junto ao Banco Indusval e BNDES com o fim de desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimento de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata, incluindo centrais geradoras eólicas. Esse endividamento pode ser apresentado em 31 de dezembro de 2014:

Operação	Indexador	Juros (a.a.)	Posição em 31/12/2014			
			Contratação	Vencimento	Valor Principal	Saldo Devedor
CCB - Indusval	CDI	3,04%	21/10/2013	23/01/2015	6.000	6.174
CCB - Indusval ¹	CDI	3,04%	31/03/2014	23/01/2015	13.000	13.477
BNDES	TJLP	2,40%	29/07/2014	15/08/2015	33.000	34.030
Custo Captação (-) ²	-	-	-	-	-	(637)
Total					R\$ 52.000	R\$ 53.045

1. Em janeiro de 2015 a data de vencimento desse contrato foi renegociada para 23 de julho de 2015 com uma nova taxa de 3,66%. 2. Refere-se a custo da transação para captação do recurso junto ao BNDES que será apropriado ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Endividamento	Indexador	Juros (a.a.)	Posição em 31/12/2013		
			Contratação	Vencimento	Vlor.Principal
CCB - Industrial	100% CDI	3,05%	21/10/2013	16/10/2014	6.000
Total					6.000

Como garantia dos empréstimos do Indusval, o sócio Servtec Investimentos e Participações Ltda. ofereceu fiança no valor de 50% da dívida, e o acionista Brave Winds Geradora II S.A. e a Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações assinaram um Equity Support Agreement (ESA), a fim de garantir os outros 50% da dívida. As obrigações decorrentes do contrato com o BNDES foram garantidas por fiança bancária válida até 22 de outubro de 2015. **10. Provisão para contingências** - Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía causas cíveis, tributárias ou trabalhistas, que deveriam ser provisionadas, bem como causas cujo prognóstico de perda fosse considerável possível e que deveriam ser divulgadas. **11. Prejuízos fiscais a compensar** - Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, no montante de R\$ 1.552 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 461). Em face do momento não operacional da Companhia e da inexistência de histórico de rentabilidade nas operações sociais, não foi registrado contabilmente crédito de tributos diferidos. **12. Patrimônio líquido - Capital social** - O capital social da Companhia é composto por 113.580 ações que correspondem a R\$ 53.412 (39.626 ações em 2013 que correspondem a R\$ 19.412). Em 2014, ocorreram aumento de capital com emissões de ações ordinárias que podem ser assim apresentadas:

Data da Ata	Quantidade de ações	Valor do aumento de capital
20/06/2014	8.582	4.000
06/10/2014	<u>65.372</u>	<u>30.000</u>
Total	<u>73.954</u>	<u>34.000</u>

Cada ação ordinária dá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. A propriedade das ações comprovar-se-á pelo registro na conta de depósito das ações da Companhia, aberta em nome dos acionistas nos livros de instituição depositária autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e designada pelos acionistas. Qualquer transferência das ações será feita nos termos de eventual Acordo de Acionistas, mediante lançamento efetuado pela instituição depositária em seus livros, a débito da conta de ações de alienante e a crédito da conta de ações do adquirente de tais ações. A venda, a oneração ou a alienação por qualquer forma de ações, direitos de preferência à subscrição de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações vinculam-se e estão sujeitas aos termos e às condições previstos na legislação aplicável e no Acordo de Acionistas. **Política de dividendos e reservas** - Do lucro líquido que tiver sido apurado nas demonstrações financeiras, serão observadas as seguintes disposições: (i) Haverá destinação para a constituição de reserva legal prevista na legislação aplicável. (ii) Do lucro remanescente, após as deduções e destinações do item (i) acima, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia. (iii) Ao saldo ainda remanescente será dada a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração poderá propor para ratificação em Assembleia Geral o pagamento de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação vigente, que será considerado para todos os fins no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

13. Outras receitas

	2014	2013
Outras receitas	125	-
Outras despesas	(5)	-
Outras receitas, líquido	<u>120</u>	<u>-</u>

A receita é referente à receita fixa mensal do contrato de venda de energia conforme mencionado na nota 5.

14. Despesas administrativas

	2014	2013
Gastos com pessoal	720	216
Serviços de terceiros	272	152
Gastos de infraestrutura	62	22
Despesas de viagem	54	11
Publicações	33	33
Associação de classe	21	-
Depreciação	14	7
Outras despesas administrativas	<u>69</u>	<u>36</u>
Total	<u>1.244</u>	<u>477</u>

15. Receitas financeiras - As receitas financeiras são referentes às aplicações financeiras realizadas em bancos de primeira linha e são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. **16. Transações com partes relacionadas** - As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas: **a. Remuneração do pessoal-chave da Administração** - O pessoal-chave da Administração incluí os conselheiros e os diretores. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração foi de R\$618 (R\$ 284 em 2013). **b. Outras transações com partes relacionadas**

	2014	2013
Ativo imobilizado		
Servtec Investimentos e Participações	-	10
Servtec Energia do Amazonas Ltda.	-	651
Servtec Desenvolvimento Ltda. (i)	689	-
Despesas administrativas		
Rio Bravo Investimentos Ltda. (ii)	5	-
Rio Bravo Project Finance Asses. Emp. Ltda. (ii)	<u>2</u>	<u>103</u>
Total	<u>696</u>	<u>764</u>

Todas as transações com partes relacionadas são precificadas com base em condições acordadas entre as partes. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano em curso ou ano anterior para dívidas incobráveis ou duvidosas em relação aos valores devidos por partes relacionadas. (i) Os valores pagos à Servtec Desenvolvimento Ltda referem-se a serviços de Engenharia prestados por parte relacionada a Companhia e registrados em contra partida ao ativo imobilizado. (ii) Os valores paros à Rio

Diretoria - Fabiana Diogenes, Paulo Granziera. **Conselho de Administração** - Pedro Cunha Fiuza, Nelson Magalhães Graça, Fábio Okamoto, Cláudio Ferreira, Wilson Roberto de Melo, Lauro Fiuza Junior, Silvío Torquato Junqueira Filho, Cid Alvim Lopes de Resende. **Contadora** - Gizele Martins Ramos - CRC SP MG 066.291/O-6.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e aos diretores da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. Fortaleza - CE. Examinamos as demonstrações financeiras da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores

Bravo Investimentos Ltda e Rio Bravo Proect Finance referem-se à reembolso de despesas e foram contabilizadas no resultado como despesa administrativa. **17. Gerenciamento dos riscos financeiros** - A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valores 2014		Valores 2013	
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
Ativos				
Bancos e aplicações	4.518	4.518	7.403	7.403
Clientes	125	125	-	-
Estoques	48	48	-	-
Outras contas a receber	1.906	1.906	1.906	1.906
Outros ativos	130	130	104	104
Passivos				
Empréstimos	53.045	53.045	6.143	6.143
Fornecedores	999	999	423	423
Outras obrigações	1.117	1.117	53	53

Visão geral - A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: · Risco de crédito; · Risco de liquidez; · Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo. **Riscos de crédito** - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa, equivalentes de caixa e outras contas a receber, conforme detalhado a seguir: (i) *Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações* - O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo Departamento Financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do rating atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira. Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras a curto prazo(*) **31/12/2014** **31/12/2013**

4.518 7.403

(*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Fitch Rating. (ii) *Outras contas a receber* - A Companhia possui saldo a receber descrito na nota 7 referente a um adiantamento a fornecedor assegurado por garantia securitária. Esse contrato foi rescindido, segundo a Administração, devido ao descumprimento contratual do fornecedor. Após a rescisão contratual, a Administração requereu a garantia, na qual a seguradora recusou a pagar a indenização. A Companhia encontra-se em fase de cobrança amigável com perspectivas positivas de acordo com consultores jurídicos e securitários. **31/12/2014** **31/12/2013**

1.906 1.906

Risco de liquidez - A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	A vencer em até 1 ano		Totais	
	2014	2013	2014	2013
Empréstimos	53.045	6.143	53.045	6.143
Fornecedores e outras obrigações	2.116	476	2.116	476
Totais	<u>55.161</u>	<u>6.619</u>	<u>55.161</u>	<u>6.619</u>

Risco de mercado - Risco de juros - Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas para travar o custo financeiro das operações. **18. Evento subsequente** - Em 09 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou o despacho autorizando a usina como Apto para Operar a partir de 30 de dezembro de 2014. A CCB junto ao Banco Industrial no valor de R\$ 13 milhões com vencimento em 23 de janeiro de 2015, foi prorrogada para 23 de julho de 2015 conforme comentado na nota 9.

e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras** - Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, a Companhia mantém registrado a título de adiantamento a fornecedor no ativo não circulante o montante de R\$1.906, cujo contrato foi rescindido e a recuperabilidade desse montante vem sendo discutida com a seguradora contratada à época da operação. No entanto, nossos procedimentos revelaram a necessidade de constituição de provisão a valor recuperável em igual montante no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, considerando as premissas e exigências apresentadas no Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Desta forma, em 31 de dezembro de 2013 o ativo, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estavam superavaliados naquele valor e, assim, a comparabilidade dos saldos está comprometida. Ademais, a posição patrimonial e financeira, o desempenho operacional e os fluxos de caixa das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014 não são afetadas por essa ressalva. **Opinião com ressalva** - Em nossa opinião, exceto pelo efeito sobre os valores correspondentes do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Belo Horizonte, 25 de março de 2015. KPMG Assurance Services Ltda. CRC SP-023228/O-4 F-MG. Anderson Luiz de Menezes - Contador CRC MG-070240/O-3.

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Redenção - Decreto Nº 14, de 28 de Abril de 2015. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, imóvel localizado na Avenida da Abolição, neste Município. O Prefeito Municipal de Redenção, no uso de suas atribuições legais e com amparo nas disposições dos artigos 5º, alínea "i", e 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941. Decreta: Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, a ser efetivada pelo Município de Redenção, por ser necessário para viabilização da construção do Distrito Industrial, o imóvel a seguir descrito, de propriedade de Norsa Refrigerantes Ltda, C.N.P.J - 07.196.033/0001-66. "Imóvel com área de 25.372,50 m² (2,5372 hectares), constante da matrícula número 1154 do CRI de Redenção, localizado à margem esquerda da Rodovia CE-021 que liga Fortaleza à Baturité, na Av. da Abolição, com as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE (frente) com a Avenida da Abolição, medindo 150,00 m; ao SUL (fundos), com herdeiros de Antonio de Andrade Bonfim, medindo 105,00 m; ao LESTE (lado direito) com a estrada de acesso ao Sítio São José dos herdeiros de Antônio de Andrade Bonfim, medindo 203,80 m; ao OESTE (lado esquerdo), com o restante do terreno da Companhia de Desenvolvimento Industrial e Turístico Estado do Ceará (CODITUR), medindo 199,00 m. Art. 2º. Para fins de verificação do quantum indenizatório em face da presente desapropriação, deverá ser constituída comissão de avaliação composta por 3 (três) servidores estáveis, os quais deverão proceder na avaliação no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da sua constituição, contendo laudo de avaliação. Art. 3º. Fica a Secretaria Municipal da Administração autorizada a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, por via consensual ou judicial, consignando as indenizações à conta das dotações próprias, tudo visando o fiel cumprimento do presente Decreto. Art. 4º. Fica o Município de Redenção autorizado a proceder todos os atos necessários ao cumprimento deste Decreto. Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Art. 6º. Revogadas as disposições em contrário. **Prefeitura Municipal de Redenção(CE), 28 de Abril de 2015. Manuel Soares Bandeira - Prefeito Municipal - Registre-se e publique-se.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Varjota - Extrato do Contrato de Compra e Venda. Contratante: Município de Varjota, localizado à Rua: Arthur Ramos, 232, Centro, Varjota, CE, CNPJ sob o nº 07.673.114/0001-41 e no CGF sob o nº 06.920.647-3. **Contratada: José Beni S. Trajano Filho-ME, inscrito no CNPJ: 09.148.718/0001-02,** com endereço na Rua José Edmilson Aguiar, nº 82 - centro, Reriutaba - CE, **Legal:** Processo de licitação na modalidade de Pregão Presencial Nº 15-19-SAP-PP. **Objeto:** Aquisição de material de limpeza destinado as Secretarias do Município de Varjota, conforme especificações e quantidades discriminadas no Termo de Referência (Anexo V). **Valores:** vencedora do de **Lote Único:** no valor de R\$ 300.999,40 (trezentos mil novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), **Prazos:** validade do contrato até 31 de dezembro **Origem dos Recursos:** Os recursos do presente objeto correrão por conta das dotações sob o nºs. Administração nº 03.01.04.122.137.2004.3390.30.00, secretaria de Educação nº 06.02.12.361.331.2016.3390.30.00, secretaria de saúde nº 07.02.10.301.271.2024.3390.30.00 e 07.02.10.302.276.2025.3390.30.00; Secretaria do Trabalho e assistência Social nº 08.01.08.244.237.2031.3390.30.00 e 08.02.08.244.237.2035.3390.30.00 da Prefeitura Municipal de Varjota. **Data:** Varjota, 20 de abril de 2015. **Signatários: Contratante:** Everton Magalhães Loliola, Ordenador de Despesa das Secretarias **Contratada: José Beni S. Trajano Filho-ME, Representante legal Sr José Beni Soares Trajano Filho,** inscrito no CPF nº 035.915.113-23. **Varjota, 20 de abril de 2015. Prefeitura Municipal de Varjota - Everton Magalhães Loliola - Ordenador de Despesas das Secretarias do Município de Varjota.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Solonópole - Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 2015.04.28.02. O Presidente da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura do Município de Solonópole - torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia **19 de Maio de 2015, às 14H00MIN,** na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Dr. Queiroz Lima, 330 - Centro - Solonópole/CE, estará recebendo Envelopes de **Habilitação "A"** e **Proposta de Preços "B"**, para realização de licitação na modalidade Tomada de Preços, critério de julgamento menor preço, tombado sob o nº 2015.04.28.02, com o seguinte objeto: Contratação de empresa apta a prestar os Serviços na Urbanização da Avenida Coronel Manoel Rodrigues - 2ª Etapa, na sede do Município, junto a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Solonópole. Os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital no Paço da Prefeitura Municipal de Solonópole, a partir da publicação deste aviso, no horário de expediente ao público das 08h00min às 12h00min ou através do site www.tcm.ce.gov.br/licitacoes. Maiores informações poderão ser obtidas através do Fone: 0.88-3518 1211. Solonópole, 29 de Abril de 2015. **Luciano Costa da Silva - Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Varjota - Extrato do Contrato de Compra e Venda. Contratante: Município de Varjota, localizado à Rua: Arthur Ramos, 232, Centro, Varjota, CE, CNPJ sob o nº 07.673.114/0001-41 e no CGF sob o nº 06.920.647-3. Processo de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico Nº 15-10-SES-PE. Objeto: Aquisição de medicamentos, material hospitalar e odontológico destinado ao Hospital Municipal e para os PSFs do Município de Varjota divididos em lotes. Contratadas: Miguel Frota Viñas - EPP, inscrito no CNPJ sob o Nº 23.535.727/0001-79, vencedor dos lotes: 03, 17, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33 e 34, perfazendo um valor total de R\$ 1.068.775,78 (hum milhão, sessenta e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e setenta e oito centavos) e CMF Distribuidora de Medicamentos LTDA-ME, inscrito no CNPJ sob o nº 13.414.166/0001-04, vencedora dos Lote: 04, 05, 06, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 24, 25 e 28, perfazendo um valor total de R\$ 452.396,66 (quatrocentos e cinquenta e dois mil trezentos e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos). Prazos: até dia 31 de dezembro de 2015. **Varjota, 09 de abril de 2015. Prefeitura Municipal de Varjota. Everton Magalhães Loliola - Ordenador de Despesa da Secretaria de Saúde**

*** **

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS CRECI 15ª REGIÃO/CE COMUNICADO ELEITORAL

A fim de que ninguém possa alegar desconhecimento, o CRECI 15ª Região/CE **COMUNICA**, a todos os Corretores de Imóveis do Estado do Ceará, a **ABERTURA** do **PROCESSO ELEITORAL** para **ELEIÇÃO** de 27 Conselheiros efetivos e 27 suplentes, para composição de seu Conselho Pleno, cujo mandato será de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2018. O Edital de Convocação Eleitoral resumido, nos termos determinados pelas Normas Eleitorais aprovadas com a Resolução-Cofeci nº 1.354/2015, encontra-se publicado no Diário Oficial da União (DOU) do dia **29 de abril de 2015**, na Seção 3. A íntegra do Edital encontra-se disponível no quadro de avisos do CRECI 15ª Região/CE na sua sede principal, na Rua Padre Luis Figueira, 324 - Aldeota, Fortaleza, CE e também nas de suas Delegacias sub-regionais, assim como no site do COFECI na Internet (www.cofeci.gov.br), através do Link "ELEIÇÕES 2015". O prazo para requerimento de registro de chapas **termina no dia 14 de maio de 2015, às 16 horas.** A Secretaria do CRECI/CE, para fins eleitorais, funcionará durante o período eleitoral das 10 às 16 horas ininterruptamente.

Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI 15ª Região/CE

VALE PECÉM S.A.

CNPJ: 14.378.250/0001-74

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em reais - R\$)

ATIVO	Nota	2014		2013	
				(não auditado)	
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	122.422	317.861		
Adiantamentos aos fornecedores		500	-		
Impostos e contribuições a recuperar		-	3.446		
Despesas antecipadas		328.648	-		
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		451.570	321.307		
NÃO CIRCULANTE					
Despesas antecipadas		28.813	-		
Imobilizado	5	155.778.488	95.348.907		
Intangível	6	961.127	779.811		
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		156.768.728	96.128.718		
TOTAL DO ATIVO		157.219.998	96.450.025		

PASSIVO	Nota	2014		2013	
				(não auditado)	
CIRCULANTE					
Impostos e taxas a recolher		84.543	-		
Fornecedores	7	33.378.866	38.261.611		
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		33.463.409	38.261.611		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	8	127.422.827	58.719.211		
Prejuízos acumulados		(3.666.238)	(530.797)		
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		123.756.589	58.188.414		
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		157.219.998	96.450.025		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota	2014	2013
			(não auditado)
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	9	(3.082.778)	(404.355)
Impostos e taxas		(36.496)	(101)
Prejuízo operacional		(3.119.274)	(404.456)
Despesas financeiras	10	(16.522)	(439)
Receitas financeiras	10	355	15.961
Prejuízo do exercício		(3.135.441)	(388.934)
Ações de capital integralizada ao final do exercício	8	127.422.827	58.719.211
Prejuízo por ação do capital integralizado		(0,0246)	(0,0031)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em reais - R\$)

	2014	2013
		(não auditado)
Prejuízo do exercício	(3.135.441)	(388.934)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente total	(3.135.441)	(388.934)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em Reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional: A Vale Pecém S.A. (Companhia), anteriormente denominada SRV Rensurance Do Brasil S.A., é uma sociedade anônima, sediada em São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará, e tem como atividade principal o desenvolvimento de estudos para implantação de um pátio para recebimento, estoque, movimentação, blendagem e comercialização de minério de ferro e pelotas (Pátio), no Brasil e no exterior, incluindo, mas não limitando-se ao desenvolvimento de engenharia e análises ambiental, fiscal, orçamentária e econômica relativas ao projeto do Pátio; implantação de investimentos necessários à operacionalização do Pátio, inclusive com a importação de mercadorias; operar e realizar a manutenção dos ativos que compõem o Pátio e exercer qualquer outra atividade necessária e correlata à consecução do objeto social do Pátio. O Pátio será implantado no Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará, na Zona de Processamento de Exportação (ZPE). O projeto contempla a instalação de uma usina siderúrgica integrada para produção de 3 milhões de toneladas por ano de placas numa 1ª fase, com potencial para expansão para até 6 milhões de toneladas por ano em uma 2ª etapa. Será localizado no Complexo Industrial e Portuário de Pecém (CIPP), compreendendo parte da área da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), de quem a Companhia será a fornecedora exclusiva de minério de ferro e pelotas. Até o presente momento a Companhia considera o fornecimento de minério de ferro para atender à 1ª fase de operação do projeto, não havendo estimativas para futuras expansões de suas atividades. O início das operações do Pátio de minério está previsto para setembro de 2015 e espera-se que, após 10 meses, a produção atinja a plena capacidade da 1ª fase. **2. Base de preparação:**

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores expressos em reais - R\$)

	Nota	Prejuízos acumulados		Total
		Capital social		
Saldo em 1º de janeiro de 2013 (não auditado)		39.550.200	(141.863)	39.408.337
Integralização de capital	8	19.169.011	-	19.169.011
Prejuízo do exercício		-	(388.934)	(388.934)
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (não auditado)		58.719.211	(530.797)	58.188.414
Integralização de capital	8	68.703.616	-	68.703.616
Prejuízo do exercício		-	(3.135.441)	(3.135.441)
Em 31/12/2014		127.422.827	(3.666.238)	123.756.589

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores expressos em reais - R\$)

	2014	2013
		(não auditado)
Fluxo de caixa das ativ. operacionais		
Prejuízo do exercício	(3.135.441)	(388.934)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento de adiantamentos a fornecedores	(500)	-
Redução/(aumento) de impostos e contribuições a recuperar	3.446	(3.446)
Aumento de despesas antecipadas	(357.461)	-
Aumento de impostos e taxas a recolher	84.543	-
(Redução)/aumento de fornecedores	(4.882.744)	38.261.611
Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das ativ. operacionais	(8.288.157)	37.869.231
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adiant. para aquisição de imobilizado	(60.429.582)	(56.587.384)
Aquisição de intangível	(181.316)	(779.812)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(60.610.898)	(57.367.196)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	68.703.616	19.169.011
Caixa líq. proveniente das atividades de financiamento	68.703.616	19.169.011
Redução de caixa e equiv. de caixa	(195.439)	(328.953)
Demonstração da redução de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	317.861	646.814
No final do exercício	122.422	317.861
Redução de caixa e equiv. de caixa	(195.439)	(328.953)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da preparação dessas demonstrações financeiras em 31 de março de 2015. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram preparadas baseadas nas mesmas políticas e métodos contábeis quando comparadas com as demonstrações financeiras do correspondente exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2013. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações

VALE PECÉM S.A.

CNPJ: 14.378.250/0001-74

financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o decimal mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas em que os critérios são revistos de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e às premissas incluem, entre outros, a vida útil estimada de ativos imobilizados e intangíveis. A Administração da Companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações são reconhecidos no imobilizado, pois fazem parte do seu custo de aquisição. **b. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente, na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e adiantamentos a fornecedores. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os passivos financeiros não derivativos da Companhia correspondem aos saldos das contas de fornecedores e impostos a recolher. **(iii) Capital social:** Ações ordinárias com valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, podendo ser distribuídos como juros sobre capital próprio. O excesso de dividendos a serem distribuídos são classificados como dividendos adicionais propostos no patrimônio líquido, quando aplicável. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de

imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado serão depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção for finalizada e o ativo estiver disponível para uso. Como a Companhia está em fase de construção de seu ativo imobilizado, não há encargos de depreciação registrados. **d. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são amortizados considerando sua utilização efetiva. **(i) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. **(ii) Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado baseado-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. **e. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, tais como Imobilizado e Intangível, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). A Companhia considera cada loja individual como unidade geradora de caixa. **f. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **g. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre outros ativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre passivos e tarifas bancárias.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Referem-se aos saldos disponíveis em contas correntes bancárias.

	2014	2013
5. Imobilizado		
Pátio em construção	101.723.545	42.270.007
Sede administrativa	5.493.228	-
Adiantamento para aquisição de imobilizado	14.607.907	41.623.871
Importações em andamento	33.953.808	11.455.029
Total	155.778.488	95.348.907

Pátio em construção: Refere-se aos valores despendidos em máquinas, materiais e serviços empregados no pátio. **Sede administrativa:** Refere-se aos valores despendidos em materiais e serviços empregados na construção de um edifício localizado no pátio. **Adiantamentos para aquisição de imobilizado:** Corresponde aos adiantamentos efetuados

VALE PECÉM S.A.

CNPJ: 14.378.250/0001-74

junto aos fornecedores para aquisição de bens e serviços utilizados na construção da infraestrutura para a operação do pátio. **Importações em andamento:** Corresponde aos valores de importação de maquinários a serem empregados no pátio.

6. Intangível: Referem-se a gastos com *softwares* que estão em fase de implantação em 31 de dezembro de 2014. Tais gastos terão sua amortização iniciada quando entrarem em operação.

7. Fornecedores:

a. Composição da conta	2014	2013
Posco Engineering & Construction Co. Ltd.	32.266.840	38.230.966
Domingues e Pinho Contadores Ltda.	500	-
Dongyang Construction do Brasil Ltda.	389.248	-
Eagle Translations Serviços	4.522	-
Seil do Brasil Construção Ltda.	717.756	-
MXM Sistemas e Serviços de Informática Ltda.	-	25.980
New Soft Informática Limeira Ltda.	-	4.665
Total	33.378.866	38.261.611
b. Por vencimento	2014	2013
A vencer		
1 a 30 dias	1.888.132	937.339
31 a 90 dias	3.583.890	2.467.025
Acima de 91 dias	27.906.844	34.857.247
Total	33.378.866	38.261.611

8. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social autorizado, conforme reunião de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 4 de fevereiro de 2011, era de 1.000 ações ordinárias nominativas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Em 3 de setembro de 2012, o estatuto social da Companhia foi reformulado, e houve a emissão de 350.000 novas ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, aumentando assim o capital para R\$ 351.000,00. Em 6 de dezembro de 2012, conforme reunião de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, ocorreu a emissão de 196.000.000 de ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, passando o capital subscrito da Companhia a ser de R\$ 196.351.000,00, a serem integralizados até 31 de dezembro de 2015. Deste montante, R\$ 19.169.011 foram integralizados em 2013 e R\$ 68.703.616 foram integralizados em 2014. Em 31 de dezembro de 2014 o capital social subscrito está representado por 196.351.000 ações ordinárias, das quais 127.422.827 estão integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, perfazendo um montante total de R\$ 196.351.000,00.

9. Despesas administrativas e com impostos e taxas

	2014	2013
Impostos, taxas e contribuições	36.497	101
Serviços prestados por terceiros	2.865.681	389.719
Outras despesas administrativas	217.096	14.636
Total	3.119.274	404.456
10. Receitas e despesas financeiras	2014	2013
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	-	15.961
Juros sobre impostos e contrib. a recuperar	355	-
Total de receitas financeiras	355	15.961
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(3.200)	(439)
Encargos sobre impostos e contribuições a pagar	(3.366)	-
Multas fiscais	(9.956)	-
Total de despesas financeiras	(16.522)	(439)
Resultado financeiro	(16.167)	15.522

11. Instrumentos financeiros: A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. O valor contábil dos instrumentos financeiros das contas do balanço equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Os principais riscos de mercado que a Companhia está exposta na condução de suas atividades são: **Gerenciamento dos riscos financeiros:** A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado;

a. Risco de crédito: É o risco de prejuízos financeiros caso uma contraparte, em um instrumento financeiro decorrente, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem, principalmente, dos recebíveis da Companhia. **b. Risco de liquidez:** É o risco em que a Companhia possa encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **c. Risco de mercado:** É o risco de que o valor justo ou os fluxos futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações. A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros e índices de correção monetária. A Companhia adota uma política de balancear suas transações atreladas a taxas de juros fixas e variáveis nos seus contratos de empréstimos, para que não haja uma exposição significativa. **Risco cambial:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis a sofrer variações cambiais significativas, em função de obrigações denominadas em dólar. A Administração da Companhia entende que esse risco está atrelado ao seu negócio. **12. Subvenções governamentais:** Por estar localizada em uma ZPE, a Companhia goza de suspensão de imposto de importação (II), imposto sobre produtos industrializados (IPI), programa de integração social (PIS/PASEP), contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) e adicional ao frete para renovação da marinha mercante (AFRMM) sobre as operações de importação de bens e serviços. A Companhia goza também do diferimento do ICMS nas importações das máquinas e equipamentos elencados nas resoluções CEDIN 149 e 151, além de tratamento especial para a emissão de notas fiscais nas operações de importação por meio de DI única ou DI simples. **13. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos de engenharia por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos de engenharia montava em R\$467.301.023.

Dimas BahienseDiretor sem designação específica
Vale Pecém S.A.**Ermelina Nunes**Contadora - CRC-RJ 068370/O-1
Domingos e Pinho Contadores**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Vale Pecém S.A.

São Gonçalo do Amarante - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Vale Pecém S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos

selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vale Pecém S.A. em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outros auditores independentes.

Fortaleza, 31 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes

João Alberto da Silva Neto

CRC 2SP014428/O-6

Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

VENTOS DE SÃO JORGE HOLDING S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)
CNPJ: 17.875.396/0001-13

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Submetemos ao exame de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da empresa Ventos de São Jorge Holding S.A. relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Maracanaú, 10 de abril de 2015.

Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em Reais)

Ativo	Notas	Consolidado		Controladora	
		2014	2014	2013	2013
Circulante					
Caixa e equiv. de caixa	5	17.065	16.869	800	
Impostos a recuperar		25	25	-	
Despesas antecipadas		74.235	-	-	
		<u>91.325</u>	<u>16.894</u>	<u>800</u>	
Não circulante					
Investimentos		-	3.804.162	-	
Imobilizado	6	50.492.107	49.800.797	-	
Intangível	7	8.159.945	809.386	-	
		<u>58.652.052</u>	<u>54.414.345</u>	-	
Total do ativo		58.743.377	54.431.239	800	
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	8	4.381.629	87.330	-	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias		22.201	4.362	-	
		<u>4.403.830</u>	<u>91.692</u>	-	
Patrimônio líquido					
Capital social realizado	9	54.890.000	54.890.000	1.090	
Prejuízos acumulados		(550.453)	(550.453)	(290)	
		<u>54.339.547</u>	<u>54.339.547</u>	<u>800</u>	
Total do passivo e patrimônio líquido		58.743.377	54.431.239	800	

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Em Reai)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2014	2014	2013	2013
Resultado do exercício		(550.163)	(550.163)	(290)	
Resultados abrangentes		-	-	-	
Resultado abrangente do exercício		(550.163)	(550.163)	(290)	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)

	Notas	Capital Social	Capital a integralizar	Prejuízos	Total
Saldos em 1/01/2013		10.000	(10.000)	-	-
Integralização de capital	9.a	-	1.090	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(290)	(290)
Saldos em 31/12/2013		10.000	(8.910)	(290)	9.710
Capital subscrito	9	123.000.000	(123.000.000)	-	-
Integralização de capital		-	54.888.910	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(550.163)	(550.163)
Saldos em 31/12/2014		123.010.000	(68.120.000)	(550.453)	(540.453)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em Reais)

1. Contexto operacional: A Companhia, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 27 de dezembro de 2012 e até a presente data não entrou em fase operacional. Dessa forma, a continuidade operacional está condicionada ao fato de suas investidas virem a lograr êxito nos processos de obtenção das licenças de operação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e outros órgãos competentes, bem como na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras. A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, buscando sempre estimular a atuação destas de forma eticamente responsável, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e no decorrer desta fase, seus acionistas cobrem as suas necessidades de caixa.

2. Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Demonstração de resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2014	2014	2013	2013
Despesas operacionais					
Despesas gerais ou administ.	11	(907.193)	(162.211)	(100)	
Prejuízo antes do resultado financeiro		(907.193)	(162.211)	(100)	
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	12	117	117	-	
Despesas financeiras	12	(25.245)	(600)	(190)	
Outras receitas/ despesas não operacionais		382.158	(387.469)	-	
Prejuízo do exercício		(550.163)	(550.163)	(290)	

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2014	2014	2013	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(550.163)	(550.163)	(290)	
Varição nos ativos e passivos					
Aumento em impostos a recuperar		(25)	(25)	-	
Aumento em despesas antecipadas		(74.235)	-	-	
Aumento em fornecedores		4.381.629	87.330	-	
Aumento em obrigações trabalhistas, previdenciárias		22.201	4.362	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		3.779.407	(458.496)	(290)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado		(50.492.107)	(49.800.797)	-	
Aquisição de intangível		(8.159.945)	(809.386)	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(58.652.052)	(50.610.183)	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento					
Integralização de capital		54.888.910	54.888.910	-	
Outros investimentos		-	(3.804.162)	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		54.888.910	51.084.748	-	
Aum. do caixa e equiv. de caixa		16.265	16.069	(290)	

Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa

No início do exercício	800	800	-
No fim do exercício	17.065	16.869	800
Aum. do caixa e equiv. de caixa	16.265	16.069	800

(CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de março de 2015. Destacamos as principais empresas incluídas na consolidação e as participações detidas pela Companhia:

31 de dezembro de 2014

	Ativo	Passivo	Resultado	% de participação
Controladas				
Tinguá	1.618.315	1.468.133	(150.182)	100%
Tinguá Norte	1.648.271	1.489.204	(159.067)	100%
Morro do Chapéu	1.611.572	1.461.349	(150.223)	100%
Parazinho	1.624.178	1.464.035	(160.143)	100%
Formoso	1.613.964	1.463.952	(150.012)	100%

a. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões

com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas notas explicativas. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros: aplicações financeiras. **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, salários a pagar, obrigações fiscais e sociais, empréstimos e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende o saldo dos numerários em conta corrente e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. A Companhia tem os seguintes caixa e equivalentes de caixa: recursos financeiros em moeda nacional (caixa), depósitos em conta corrente e aplicações financeiras. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes e outros recebíveis. **Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Eventuais custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido remanescente permanece nas reservas de lucros no patrimônio líquido até a destinação aprovada na Assembleia dos acionistas. **a. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor a receber sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não identificou evidências de perdas que resultem em "impairment". **b. Ativos Arrendados:** Os ativos mantidos pela Companhia sob arrendamento não transferem para a Companhia todos os riscos e benefícios de propriedade e são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. **c. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras referem-se, basicamente, às tarifas bancárias. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e demais juros recebidos, quando aplicáveis. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **e. Novas normas ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia está mencionada abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma. **4. Gerenciamento de riscos:** A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **Risco operacional:** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimentos esperado relacionado ao parque eólico. A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais. **(i) Risco de crédito:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. **(ii) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **Garantias:** A Companhia não tem ativos dados em garantia em 31 de dezembro de 2014 e 2013. **(iii) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

5. Caixas e equivalentes de caixa

	Consolidado	Controladora	
	2.014	2.014	2.013
Bancos conta movimento	198	1	800
Aplicação financeira	<u>16.867</u>	<u>16.868</u>	-
	17.065	16.869	800

6. Imobilizado

	Controladora					
	2.014		2.013			
	Taxa depreciação	Custo aquisição	Adições	Baixas	Depreciação	Líquido
Bens em Operação	10%	-	1.975	-	-	1.975
Adiantamento de fornecedores (a)		-	<u>49.797.865</u>	-	-	<u>49.797.865</u>
		-	49.800.797	-	-	49.800.797

	Consolidado						2.014	2.013
	Taxa depreciação	Custo aquisição	Adições	Baixas	Depreciação	Líquido	Líquido	
Bens em Operação	10%	-	693.719	-	(434)	693.285	-	
Adiantamento de fornecedores (a)	-	-	49.797.865	-	-	49.797.865	-	
			50.492.541		(434)	50.492.107		

(a) Os adiantamentos decorrem da aquisição de equipamentos relacionados ao parque eólico junto aos fornecedores. Estes são realizados de acordo com o cronograma contratual e de acordo com as medições realizadas.

7. Intangível

	Controladora						2.014	2.013
	Taxa depreciação	Custo aquisição	Adições	Baixas	Amortização	Líquido	Líquido	
Softwares	20%	-	1.017	-	-	1.017	-	
Ágios em Investimentos (a)	-	-	808.369	-	-	808.369	-	
			809.386			809.386		

	Consolidado						2.014	2.013
	Taxa depreciação	Custo aquisição	Adições	Baixas	Amortização	Líquido	Líquido	
Softwares	20%	-	7.351.576	-	-	7.351.576	-	
Ágios em Investimentos (a)	-	-	808.369	-	-	808.369	-	
			8.159.945			8.159.945		

(a) Referem-se a Ágio na Aquisição dos investimentos, vide nota explicativa 2.

8. Fornecedores

	Consolidado	Controladora	
	2.014	2.014	2.013
Fornecedores	4.381.629	87.330	-
	4.381.629	87.330	

9. Patrimônio líquido: O O capital social autorizado é de R\$ 123.010.000 e está representado por 123.010.000 (cento e vinte e três milhões, dez mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado é de R\$ 54.890.000 e está representado por 54.890.000 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos e noventa mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **a. Aumento de capital:** De acordo com AGE de 26 de dezembro de 2014 foi integralizado capital no montante de R\$ 54.888.910 em sua totalidade com moeda funcional da empresa com entrada em caixa e equivalente de caixa. Esta AGE está devidamente registrada na junta comercial. **b. Dividendos:** Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas: (i) a Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva; (ii) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. **c. Reserva legal:** Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

10. Imposto de renda e contribuição social: Os débitos de imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para

imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Em 31 de dezembro de 2013 não há saldos de impostos correntes registrados pela Companhia.

11. Despesas operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2.014	2.014	2.013	2.013
Serviços prestados pessoa jurídica	(819.896)	(98.535)	-	-
Serviços de consultoria	(18.477)	-	-	-
Taxas e emolumentos	(50.586)	(45.876)	(100)	-
Depreciações e amortizações	(434)	-	-	-
Propaganda e publicidade	(17.800)	(17.800)	-	-
	(907.193)	(162.211)	(100)	

12. Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	2.014	2.014	2.013	2.013
Receitas financeiras				
Rendimentos aplicações financeiras	117	117	-	-
Despesas financeiras				
Juros Pagos e/ou Incorridos	(21.373)	-	-	-
Tarifas Bancárias	(3.872)	(600)	(190)	-
	(25.128)	(483)	(190)	

13. Provisões para demandas judiciais: Não há registro de demandas judiciais ou extras judiciais.

14. Cobertura dos seguros: Não há registro de seguros.

A Diretoria.
Contador responsável

Eugênio Pacelli Mendonça Dupin - CRC-SP 201976/O-1 T-CE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Ventos de São Jorge Holding S.A. (Companhia em fase pré-operacional). Maracanaú - CE.

Introdução: Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Jorge Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Jorge Holding S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 (contexto operacional), a Companhia está em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Dessa forma, a continuidade operacional está condicionada ao fato de suas investidas virem a lograr êxito nos processos de obtenção das licenças de operação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e outros órgãos competentes, bem como na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras. Curitiba, 23 de março de 2015. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6. Marcello Palamartchuk - Contador CRC 1PR049038/O-9.

*** **

A Prefeitura Municipal de Cascavel torna público que se encontra a disposição dos interessados, Edital de Tomada de Preços Nº 04.24.01/2015 que será realizado dia 18/05/2015, às 09:00h, cujo Objeto: contratação de empresa para a conclusão da construção de uma unidade de pronto atendimento - 01 - UPA no município. Outras informações e aquisição do Edital os interessados deverão dirigir-se à Prefeitura Municipal, sito a Av. Chanceler Edson Queiroz, Nº 2650, Rio Novo - Cascavel-CE, no horário de 08:00h às 12:00h. Josimar Gomes Sousa - Presidente da CPL.

VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)
CNPJ: 17.875.156/0001-19

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Submetemos ao exame de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da empresa Ventos de São Tito Holding S.A. relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Maracanaú, 10 de abril de 2015.

Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em Reais)

Ativo	Notas	Consolidado		Controladora	
		2014	2014	2014	2013
Circulante					
Caixa e equiv. de caixa	5	127.609.308	123.570.668	800	
Adiantamento de viagens		802	802	-	
Impostos e contrib. a Recuperar		258.231	225.109	-	
Despesas antecipadas		40.135	-	-	
		<u>127.908.476</u>	<u>123.796.579</u>	<u>800</u>	
Não circulante					
Investimentos		506.031	210.681.309	-	
Imobilizado	6	270.860.103	6.994	-	
		<u>271.366.134</u>	<u>210.688.303</u>	<u>-</u>	
Total do ativo		399.274.610	334.484.882	800	
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	7	17.791.687	-	-	
Obrigações trabalhistas		17.357	-	-	
Obrigações fiscais		1.261.433	-	-	
Outras conta a pagar		78.820	-	-	
Provisões trabalhistas		8.942	-	-	
		<u>19.158.239</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	8	180.050.302	180.050.302	-	
Outras Obrigações - consórcios	9	45.631.489	-	-	
		<u>225.681.791</u>	<u>180.050.302</u>	<u>-</u>	
Patrimônio líquido					
Capital social	10	164.000.450	164.000.450	1.090	
Prejuízos acumulados		(9.565.870)	(9.565.870)	(290)	
		<u>154.434.580</u>	<u>154.434.580</u>	<u>800</u>	
Total do passivo e patrimônio líquido		399.274.610	334.484.882	800	

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2014	2014	2013	2013
Resultado do exercício		(9.565.580)	(9.565.580)	(290)	
Resultados abrangentes		-	-	-	
Resultado abrangente do exercício		(9.565.580)	(9.565.580)	(290)	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)

	Notas	Capital Social		Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Controladora	
		Total	2014			2013	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2013			10.000	-	-		10.000
Integralização de capital	10.a	-	-	(8.910)	-		(8.910)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(290)		(290)
Saldos em 31 de dezembro de 2013			10.000	(8.910)	(290)		800
Capital subscrito			171.260.450	(171.285.450)	-		(25.000)
Integralização de capital	10.a	-	-	164.024.360	-		164.024.360
Prejuízo do exercício		-	-	-	(9.565.580)		(9.565.580)
Saldos em 31 de dezembro de 2014			171.270.450	(7.270.000)	(9.565.870)		154.434.580

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em Reais)

1. Contexto operacional: A Companhia, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 30 de novembro de 2011 e até a presente data não entrou em fase operacional. Dessa forma, a continuidade operacional está condicionada ao fato de suas investidas virem a lograr êxito nos processos de obtenção das licenças de operação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e outros órgãos competentes, bem como na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras. A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades sociedades ou empreendimentos, buscando sempre estimular a atuação destas de forma eticamente responsável, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de : a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco;

b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

2. Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de março de 2015. Destacamos as principais empresas incluídas na consolidação e as participações detidas pela Companhia:

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 (Em Reais)

Notas	Consolidado		Controladora	
	2014	2014	2013	2013
Despesas operacionais				
Despesas gerais ou administrativas	12	(4.745.235)	(777.825)	(100)
Adiantamentos viagens		(4.939)	-	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		(4.750.174)	(777.825)	(100)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	13	1.165.744	1.165.284	-
Despesas financeiras	13	(3.868.189)	(3.819.638)	(190)
Outras desp. financeiras	13	(2.112.961)	(6.133.401)	-
Prejuízo do exercício		(9.565.580)	(9.565.580)	(290)

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 (Em Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2014	2014	2013	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício		(9.565.580)	(9.565.580)	(290)
Adiantamentos viagens				
Aumento em adiantamento viagens		(802)	(802)	-
Aumento em impostos e contribuições a recuperar		(258.231)	(225.109)	-
Aumento em despesas antecipadas		(40.135)	-	-
Aumento em obrig. trabalhistas		17.357	-	-
Aumento em obrigações fiscais		1.261.433	-	-
Aumento em fornecedores		17.791.687	-	-
Aumento em outras contas		78.820	-	-
Aumento em provisões trabalhistas		8.942	-	-
Aumento em outras obrigações - consórcio		45.631.489	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		54.924.980	(9.791.491)	(290)
Caixa líquido aplicado nas atividades de Investimento				
Investimentos		(506.031)	(210.681.309)	-
Aquisição imobilizado		(270.860.103)	(6.994)	-
Caixa líquido aplicado nas ativ. de Investimento		(271.366.134)	(210.688.303)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento				
Captação de empréstimos		180.050.302	180.050.302	-
Integralização de capital		164.000.160	163.999.360	1.090
Caixa líquido gerado pelas ativ. de financiamento		344.050.462	344.049.662	1.090
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		127.609.308	123.569.868	800
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício		-	800	-
No fim do exercício		127.609.308	123.570.668	800
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa		127.609.308	123.569.868	800

31 de dezembro de 2014

Controladas	Ativo	Passivo	Resultado	% de participação
Joana II	33.658.172	33.174.380	483.792	100%
Joana VI	26.427.807	25.991.192	436.615	100%
Joana VIII	33.494.356	33.105.392	388.964	100%
Joana XIV	31.183.026	30.717.047	465.979	100%
Onofre I	84.079.848	82.576.797	1503.051	100%
Onofre II	31.942.538	31.706.530	236.008	100%
Onofre III	34.179.261	33.673.230	506.031	100%

a. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas notas explicativas.

3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros: aplicações financeiras. **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, salários a pagar, obrigações fiscais e sociais, empréstimos e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende o saldo dos numerários em conta corrente e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. A Companhia tem os seguintes caixa e equivalentes de caixa: recursos financeiros em moeda nacional (caixa), depósitos em conta corrente e aplicações financeiras. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes e outros recebíveis. **Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Eventuais custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido remanescente permanece nas reservas de lucros no patrimônio líquido até a destinação aprovada na Assembleia dos acionistas. **a. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado

pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor a receber sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não identificou evidências de perdas que resultem em "impairment". **b. Ativos Arrendados:** Os ativos mantidos pela Companhia sob arrendamento não transferem para a Companhia todos os riscos e benefícios de propriedade e são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. **c. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras referem-se, basicamente, às tarifas bancárias e juros sobre empréstimos. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e demais juros recebidos, quando aplicáveis. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **e. Novas normas ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia está mencionada abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

4. Gerenciamento de riscos: A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **(i) Risco operacional:** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico. A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais. **(ii) Risco de crédito:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. **(iii) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **Garantias:** A Companhia não tem ativos dados em garantia em 31 de dezembro de 2014 e 2013. **(iv) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

5. Caixas e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014
Bancos	142.744	800	3.863.380
Aplicações Financeiras (a)	123.427.924	-	123.745.928
	<u>123.796.579</u>	<u>800</u>	<u>127.609.308</u>

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao Banco Santander e BTG Pactual, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Imobilizado

	Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014
Imobilizado em andamento (a)	-	-	75.534.684
Participações em Consórcios (b)	-	-	21.467.447
Adiantamentos diversos (c)	6.994	-	173.689.537
Bens utilizados em produção	-	-	159.528
	<u>6.994</u>	<u>-</u>	<u>270.851.196</u>

(a) Os montantes registrados nessa conta referem-se a equipamentos das estruturas eólicas. (b) Participação em consórcios referem-se a participação nos consórcios Conexão e Circuito Duplo. (c) Os adiantamentos decorrem da aquisição de aerogeradores e demais equipamentos relacionados ao parque eólico junto aos fornecedores. São realizados de acordo com o cronograma contratual e de acordo com as medições realizadas pelos fornecedores em conjunto com os responsáveis das companhias investidas.

7. Fornecedores

	Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014
Fornecedores	-	-	17.791.687
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.791.687</u>

8. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014
Empréstimos 2,4% a.a + TJLP	180.050.302	-	180.050.302
	<u>180.050.302</u>	<u>-</u>	<u>180.050.302</u>

A companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária neste denominados de empréstimo ponte. O empréstimo ponte com o BNDES está garantido pela totalidade das ações atuais e futuramente detidas sobre as respectivas SPEs e quaisquer outras ações representativas detidas sobre o capital das mesmas SPEs. As SPEs obrigam-se a ceder fiduciariamente os direitos creditórios decorrentes da receita proveniente da venda futura de energia elétrica que será produzida pelas Companhias e ainda, os direitos de crédito decorrentes do CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA celebrado entre as SPEs e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O financiamento com o BNDES possui vencimento em parcela única vencendo em 15 de outubro e 2015.

9. Outras obrigações - consórcios

	Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014
Participação em Consórcios (a)	-	-	45.631.489
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>45.631.489</u>

(a) Refere-se a captações para investimento futuro em consórcios, a fim de capitalizar-se e efetuar o término da construção do parque eólico.

10. Patrimônio líquido: O capital social autorizado é de R\$ 171.260.450 e está representado por 171.260.450 (duzentos e quatorze milhões e vinte mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado é de R\$ 164.024.360 e está representado por 164.024.360 (cento e noventa e oito milhões, cento e setenta e dois mil, duzentos e trinta e dois reais) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **a. Aumento de capital:** De acordo com AGE de 26 de dezembro de 2014 foi integralizado capital no montante de R\$ 164.024.360 em sua totalidade com moeda funcional da empresa com entrada em caixa e equivalente de caixa. Esta AGE está devidamente registrada na junta comercial. **b. Dividendos:** Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas: (i) a Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva; (ii) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. **c. Reserva legal:** Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

11. Imposto de renda e contribuição social: Os débitos de imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Em 31 de dezembro de 2014 não há saldos de impostos correntes registrados pela Companhia.

12. Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014
Despesas tributárias	-	-	(4.939)
Resultado de equivalência	(6.133.401)	-	(2.112.961)
Outras despesas gerais	(834.407)	(100)	(4.801.817)
	<u>(6.967.808)</u>	<u>(100)</u>	<u>(6.919.717)</u>

13. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014
Receitas financeiras			
Receitas de juros sobre cessão de direito creditório	-	-	-
Juros e descontos recebidos e/ou Auferidos	5.333	-	5.333
Rendimentos aplic. financeira	1.159.951	-	1.160.411
Despesas financeiras			
Juros, comissões e outras desp. bancárias	(1.547.369)	-	(1.618.131)
Taxas e tarifas bancárias	(1.649)	-	(23.636)
Juros pagos e/ou incorridos	(2.214.038)	-	(2.226.422)
	<u>(2.597.772)</u>	<u>(190)</u>	<u>(2.702.445)</u>

14. Provisões para demandas judiciais: Não há registro de demandas judiciais ou extras judiciais.

15. Cobertura dos seguros: Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos de engenharia era composto por R\$ 793.958.534 para danos materiais e R\$ 58.500.000 para responsabilidade civil.

A Diretoria.

Contador responsável

Eugênio Pacelli Mendonça Dupin - CRC-SP 201976/O-1 T-CE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Ventos São Tito Holding S.A. (Companhia em fase pré-operacional). Maracanaú - CE.

Introdução: Examinamos as demonstrações financeiras da São Tito Holding S.A. ("Companhia"), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Tito Holding S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 (contexto operacional), a Companhia está em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Dessa forma, a continuidade operacional está condicionada ao fato de suas investidas virem a lograr êxito nos processos de obtenção das licenças de operação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e outros órgãos competentes, bem como na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras. Curitiba, 23 de março de 2015. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6. Marcello Palamartchuk - Contador CRC 1PR049038/O-9.

VENTOS DE SÃO TOMÉ HOLDING S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)
CNPJ: 15.675.033/0001-09

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Submetemos ao exame de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da empresa Ventos de São Tomé Holding S.A. relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Maracanaú, 10 de abril de 2015.

Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2014
Consolidado (Em Reais/mil)

Ativo	Notas	Consolidado		Controladora	
		2014	2014	2013	2013
Circulante					
Caixa e equiv. de caixa	5	212.880	212.148	3	
Clientes	6	7.447	128.050	-	
Adiantamento de viagens		15	2	-	
Impostos a Recuperar		2.353	2.157	-	
Despesas Antecipadas		468	-	-	
		<u>223.163</u>	<u>342.357</u>	<u>3</u>	
Não circulante					
Depósito Judicial		165	-	-	
Investimento		-	312.027	-	
Imobilizado	7	681.120	-	-	
Intangível		1	-	-	
		<u>681.286</u>	<u>312.027</u>	<u>-</u>	
Total do ativo		904.449	654.384	3	
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	8	234.887	6	-	
Fornecedores Estrangeiros	8	2	2	-	
Obrigações fiscais		420	137	-	
Outras Obrigações		80	-	-	
		<u>235.389</u>	<u>145</u>	<u>-</u>	
Não circulante					
Emprést. e financiamentos	9	480.453	480.453	-	
Outras Obrigações	10	11.793	-	-	
Prov. para perdas com investimento		3.027	-	-	
		<u>495.273</u>	<u>480.453</u>	<u>-</u>	
Patrimônio líquido					
Capital social		198.172	198.172	4	
Prejuízos acumulados		(24.385)	(24.386)	(1)	
		<u>173.787</u>	<u>173.786</u>	<u>3</u>	
Total do passivo e patrim. líquido		904.449	654.384	3	

Demonstrações de resultados Consolidados Exercícios
findos em 31 de dezembro de 2014 (Em Reais/mil)

Notas	Consolidado		Controladora	
	2014	2014	2013	2013
Despesas operacionais				
Despesas gerais ou administ.	13	(7.670)	(470)	(1)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(7.670)	(470)	(1)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	14	10.353	10.288	-
Despesas financeiras	14	(24.774)	(24.115)	-
Outras receitas/ despesas não operacionais	13	(2.294)	(10.088)	-
Prejuízo do exercício		(24.385)	(24.385)	(1)

Demonstrações dos resultados abrangentes Consolidados
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 (Em Reais/mil)

Notas	Consolidado		Controladora	
	2014	2014	2013	2013
Resultado do exercício		(24.385)	(24.385)	(2)
Resultados abrangentes		-	-	-
Resultado abrangente do exercício		(24.385)	(24.385)	(2)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Consolidado Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014
(Em Reais/mil)

Notas	Controladora			
	Capital Social	Capital a integrar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1/01/2013	10	(9)	-	1
Subscrição de capital	-	-	-	-
Integral. de capital	-	3	-	3
Resultado do exercício	-	-	(1)	(1)
Saldos em 31/12/2013	10	(6)	(1)	3
Subscrição de capital	11.a	214.010	(214.010)	-
Integralização de capital		-	198.172	198.172
Resultado do exercício		-	(24.385)	(24.385)
Saldos em 31/12/2014	214.020	(15.844)	(24.386)	173.790

Demonstrações dos fluxos de caixa Consolidado Exercícios
findos em 31 de dezembro de 2014 (Em Reais/mil)

	Consolidado		Controladora	
	2014	2014	2013	2013
Prejuízo do exercício	(24.385)	(24.385)	(1)	
Provisão para perdas com investimento	3.028	-	-	
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Aumento em clientes	(7.447)	(128.050)	-	
Aumento em Adiantamento de viagens	(15)	(2)	-	
Aumento em impostos a recuperar	(2.353)	(2.157)	-	
Aumento em despesas antecipadas	(535)	-	-	
Aumento em depósito Judicial	(165)	-	-	
Aumento em fornecedores	591.252	6	-	
Aumento em fornecedores estrangeiros	2	2	-	
Aumento em obrigações fiscais	420	137	-	
Aumento em outras obrigações	80	-	-	
Aumento em obrigações longo prazo	11.793	-	-	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	571.675	(154.449)	(1)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento				
Aquisição imobilizado	(1.037.418)	-	-	
Aquisição intangível	(1)	-	-	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(1.037.419)	-	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
Integralização de capital	198.172	198.168	4	
Captação de emprést. e financiamentos	480.453	480.453	-	
Aumento em investimentos	-	(312.027)	-	
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	678.625	678.621	4	
Aumento do caixa e equiv. de caixa	212.880	212.145	3	
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	-	3	0	
No fim do exercício	212.880	212.148	3	
Aumento do caixa e equiv. de caixa	212.880	212.145	3	

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em Reais)

1. Contexto operacional: A Companhia, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 30 de novembro de 2011 e até a presente data não entrou em fase operacional. Dessa forma, a continuidade operacional está condicionada ao fato de suas investidas virem a lograr êxito nos processos de obtenção das licenças de operação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e outros órgãos competentes, bem como na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras. A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, buscando sempre estimular a atuação destas de forma eticamente responsável, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

2. Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de março de 2015. Destacamos as principais empresas incluídas na consolidação e as participações detidas pela Companhia:

	31 de dezembro de 2014			
	Ativo	Passivo	Resultado	% de participação
Controladas				
Brígida I	74.638.284	75.076.813	(438.529)	100%
Brígida II	157.242.825	158.999.832	(1.757.007)	100%
Brígida III	163.894.782	164.621.422	(726.640)	100%
Brígida IV	148.192.496	148.860.757	(668.261)	100%
Brígida V	160.780.267	161.807.448	(1.027.181)	100%
Brígida VI	159.027.934	159.671.405	(643.470)	100%
Brígida VII	182.923.161	185.455.662	(2.532.501)	100%

a. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em

que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas notas explicativas.

3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros: aplicações financeiras. **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, salários a pagar, obrigações fiscais e sociais, empréstimos e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende o saldo dos numerários em conta corrente e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. A Companhia tem os seguintes caixa e equivalentes de caixa: recursos financeiros em moeda nacional (caixa), depósitos em conta corrente e aplicações financeiras. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes e outros recebíveis. **Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Eventuais custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido remanescente permanece nas reservas de lucros no patrimônio líquido até a destinação aprovada na Assembleia dos acionistas.

a. Redução ao valor recuperável: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor a receber sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não identificou evidências de perdas que resultem em "impairment". **b. Ativos Arrendados:** Os ativos mantidos pela Companhia sob arrendamento não transferem para a Companhia todos os riscos e benefícios de propriedade e são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. **c. Receitas financeiras e despesas**

financeiras: As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras referem-se, basicamente, às tarifas bancárias e juros sobre empréstimos. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e demais juros recebidos, quando aplicáveis. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **e. Novas normas ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia está mencionada abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

4. Gerenciamento de riscos: A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **(i) Risco operacional:** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimentos esperado relacionado ao parque eólico. A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais. **(ii) Risco de crédito:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. **(iii) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **Garantias:** A Companhia não tem ativos dados em garantia em 31 de dezembro de 2014 e 2013. **(iv) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

5. Caixas e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014
Bancos	25	3	31
Aplicações Financeiras (a)	212.123	—	212.903
	212.148	3	212.934

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao Banco Santander e BTG Pactual, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014
Brigida I	8.567	-	-
Brigida II	20.430	-	-
Brigida III	22.002	-	-
Brigida IV	16.911	-	-
Brigida V	19.603	-	-
Brigida VI	18.327	-	-
Brigida VII	22.210	-	-
Clientes diversos	-	-	7.447
	128.050	—	7.447

Os valores a receber registrados pela Companhia decorrem da antecipação de recebíveis efetuados às suas investidas, as Brígidas. Essa antecipação de recebíveis ocorreu em função da compra de cessão de direitos de créditos sobre os valores a receber de suas investidas em face dos contratos firmados junto a CCEE (Camara de Comercialização de Energia Elétrica) para recebimento de receita fixa de energia elétrica junto a rede nacional e de acordo com o leilão 005/2013 promovido pela Aneel.

	Controladora		Consolidado
	2014	2013	
Imobilizado em andamento (a)	-	-	308.814
Condomínio Caetés (b)	-	-	4.346
Adiantamentos diversos (c)	-	-	367.878
Bens utilizados em produção	-	-	82
	-	-	681.120

(a) Os montantes registrados nessa conta referem-se a equipamentos das estruturas eólicas. (b) O condomínio Caeté é uma estrutura física utilizada para montagem e preparação dos equipamentos eólicos, tal estrutura é compartilhada entre as empresas investidas. (c) Os adiantamentos decorrem da aquisição de aerogeradores e demais equipamentos relacionados ao parque eólico junto aos fornecedores. São realizados de acordo com o cronograma contratual e de acordo com as medições realizadas pelos fornecedores em conjunto com os responsáveis das companhias investidas.

	Controladora		Consolidado
	2014	2013	
Fornecedores nacionais	6	-	234.887
Fornecedores internacionais	2	-	2
	8	-	234.889

	Taxa de juros	Controladora		Consolidado
		2014	2013	
Empréstimos	2,4% a.a + TJLP	480.453	-	480.453
		480.453	-	480.453

A companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. O empréstimo com o BNDES está garantido pela totalidade das ações atuais e futuramente detidas sobre as respectivas SPEs e quaisquer outras ações representativas detidas sobre o capital das mesmas SPEs. As SPEs obrigam-se a ceder fiduciariamente os direitos creditórios decorrentes da receita proveniente da venda futura de energia elétrica que será produzida pelas Companhias e ainda, os direitos de crédito decorrentes do CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA celebrado entre as SPEs e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O financiamento com o BNDES possui vencimento em parcelas mensais consecutivas iniciando em maio de 2016 até abril de 2032. O contrato de empréstimo também prevê cláusulas restritivas, que podem exigir que a Companhia pague o empréstimo antes da data indicada acima.

	Controladora		Consolidado
	2014	2013	
Conta garantida	-	-	72
Provisões	-	-	7
Condomínio Caeté	-	-	4.346
Receita futura (a)	-	-	7.447
	-	-	11.873
Não circulante	-	-	11.793
Circulante	-	-	80

(a) Refere-se a receita futura decorrente do contrato de venda de energia

para a CCEE (Camara de comercialização de energia elétrica) de acordo com o leilão 005/2013. Contudo, a companhia efetuou a venda (Cessão) desses direitos ao longo do contrato, a fim de capitalizar-se e efetuar o término da construção do parque eólico.

11. Patrimônio líquido: O capital social autorizado é de R\$ 214.020.000 e está representado por 214.020 (duzentos e quatorze milhões e vinte mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado é de R\$ 198.172.232 e está representado por 198.172 (cento e noventa e oito milhões, cento e setenta e dois mil, duzentos e trinta e dois reais) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **a. Aumento de capital:** De acordo com AGE de 26 de dezembro de 2014 foi integralizado capital no montante de R\$ 198.172.232 em sua totalidade com moeda funcional da empresa com entrada em caixa e equivalente de caixa. Esta Age está devidamente registrada na junta comercial. **b. Dividendos:** Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas: (i) a Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva; (ii) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. **c. Reserva legal:** Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

12. Imposto de renda e contribuição social: Os débitos de imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Em 31 de dezembro de 2014 não há saldos de impostos correntes registrados pela Companhia.

	Controladora		Consolidado
	2014	2013	
Serviços com terceiros	-	-	-
Resultado de equivalência	(10.088)	-	(2.294)
Outras despesas gerais	(469)	(1)	(7.670)
	(10.558)	(1)	(9.964)

14. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	2014	2013	
Receitas financeiras			
Receitas de juros sobre cessão de direito creditório	233	-	233
Juros e descontos recebidos e/ou Auferidos	-	-	1
Rendimentos aplicações financeira	10.119	-	10.054
Despesas financeiras			
Juros sobre cessão de direitos creditórios	-	-	-
Taxas e tarifas bancárias	(35)	-	(34)
Juros pagos e/ou incorridos	(24.080)	-	(24.774)
	(13.827)	-	(14.421)

15. Provisões para demandas judiciais: Não há registro de demandas judiciais ou extras judiciais.

16. Cobertura dos seguros: Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$ 7.500.000 para responsabilidade civil.

A Diretoria
Contador responsável

Eugênio Pacelli Mendonça Dupin - CRC-SP 201976/O-1 T-CE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Ventos de São Tomé Holding S.A. (Companhia em fase pré-operacional). Maracanaú - CE.

Introdução: Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Tomé Holding S.A. ("Companhia"), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Tomé Holding S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 (contexto operacional), a Companhia está em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Dessa forma, a continuidade operacional está condicionada ao fato de suas investidas virem a lograr êxito nos processos de obtenção das licenças de operação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e outros órgãos competentes, bem como na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras. Curitiba, 23 de março de 2015. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6. Marcello Palamartchuk - Contador CRC 1PR049038/O-9.